

**Carta Social Dinâmica do
Município de Montemor-o-Velho:
Uma Estratégia de Intervenção Planeada**

FICHA TÉCNICA

Realização

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3049- 530 Coimbra



Sandra Coelho
Ângela Freitas
Rui Gama
Odete Patrício
Dulce Manso

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
Praça da República
3140-258 Montemor-o-Velho



Consultores

Paulo Caridade
Lúcia Santos
André Paciência

Coordenação Científica

António Manuel Rochette Cordeiro

Apoio Técnico

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
Divisão de Educação e Ação Social

Equipa Técnica

Liliana Paredes
Marta Amado
Luís Fernandes
Gonçalo Carvalho

Edição

FLUC - CEGOT

Coimbra, Outubro de 2011



Algumas Notas Introdutórias

A Constituição da República Portuguesa consagra Portugal como uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e na organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

De forma a garantir a efectivação dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, cabe ao Estado um conjunto de direitos e deveres fundamentais, nomeadamente económicos, sociais e culturais.

De acordo com os direitos e deveres sociais todos têm direito à segurança social, cabendo ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, bem como de outras organizações representativas dos trabalhadores, e de associações representativas dos demais beneficiários.

O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

A Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro aprova as bases gerais do sistema de segurança social, definindo os seus objectivos e princípios gerais.

Constituem objectivos prioritários do sistema de segurança social a garantia da concretização do direito à segurança social, a promoção da melhoria sustentada das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade e a promoção da eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

Constituem princípios gerais do sistema de segurança social o princípio da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação.

Mas a protecção dos cidadãos não cabe apenas ao Estado, sendo a prestação de serviços à população por entidades colectivas não estatais uma prática que atravessa os séculos.

Desde a fundação da nacionalidade portuguesa, com clara inspiração nos valores cristãos, que se assiste ao desenvolvimento de esforços tendentes a dar corpo ao sentimento do dever moral de protecção contra situações de necessidade nos planos individual e familiar.

Assim, até ao fim da Idade Média, a par da beneficência individual e familiar, foi-se desenhando uma organização embrionária da assistência privada sem fins lucrativos, que conduziu à primeira grande reforma da assistência, com a criação de novas instituições, as Santas Casas da Misericórdia, que se multiplicaram por todo o país, tornando-se no grande pólo da assistência privada sem fins lucrativos, a nível local, na saúde e na acção social.

Até ao século XIX, com incidência e modalidades variáveis, o fulcro das respostas sociais continuou a assentar na beneficência individual e familiar e nas organizações religiosas, predominantemente dirigidas para situações de doença. A prestação de serviços à população assumia um carácter caritativo e assistencialista.

O desenvolvimento das condições de democraticidade política, o reforço dos movimentos sociais e uma concepção crescente dos direitos sociais fazem emergir outros actores como entidades responsáveis por respostas sociais.

No século XIX, especialmente nos principais centros industriais-urbanos, assistiu-se ao aparecimento de um importante movimento mutualista que, ao longo da segunda metade daquele século, estimulou o rápido crescimento do número de associações de socorros mútuos e dos respectivos associados, que tinham como principais objectivos a prestação de cuidados médicos e o fornecimento de medicamentos, a atribuição de prestações pecuniárias nas situações de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e a atribuição de subsídios de funeral.

É assim que associações mutualistas, associações cívicas e empresas fundam e gerem serviços e equipamentos sociais a favor dos seus sócios, da comunidade ou dos seus operários ou empregados, respectivamente. Nem a intervenção da Previdência Social no século XX, através do Instituto de Obras Sociais, alterou até aos anos 70 o panorama da rede, tendo-se entretanto começado a verificar o incremento dos serviços e equipamentos sociais de natureza privada com fins lucrativos.

A partir da segunda metade da década de 70, como resultado conjugado da tomada de consciência dos direitos sociais e da dinâmica social então criada, verificou-se o aparecimento de um número assinalável de iniciativas, nem sempre concretizado em volume significativo de investimento. Tendo o Estado rapidamente reconhecido o

papel primordial das entidades privadas sem fins lucrativos na gestão dos serviços e equipamentos sociais, apoiando e fiscalizando, nos termos da lei, a sua actividade e o seu funcionamento, o desenvolvimento da rede potenciou-se, quer pela capacidade de mobilização de meios, nomeadamente públicos, quer pela motivação das instituições, permanecendo em aberto a delimitação do espaço que irá ser ocupado pela actividade privada com fins lucrativos, onde se verificam novas iniciativas numa base sustentada.

Todavia, num mundo que todos os dias nos coloca novos problemas, criando novas necessidades, torna-se obrigatório o permanente repensar das soluções já existentes, com vista a um incremento da eficiência na utilização dos meios disponíveis, e a constante criação de novas, de modo a responder às crescentes carências da população.

Estes novos problemas advêm da crescente falta de capacidade das famílias em responderem adequadamente em áreas como a protecção, a socialização e a prestação de cuidados na infância, velhice e doença, mas também da existência de um grupo cada vez mais vasto de cidadãos que, por diversas razões, perderam involuntariamente os laços familiares e, com eles, os laços com a própria sociedade envolvente.

A intervenção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, quer por motivos económicos, que se prendem com o equilíbrio do orçamento familiar, quer pelo desejo de realização pessoal e profissional, que se prende com os novos valores cívicos e individuais, transformou por completo a estrutura e organização familiar, obrigando ao aparecimento de respostas sociais destinadas à população-alvo Infância e Juventude.

O acentuar da partilha de responsabilidades educativas entre a família e a sociedade na infância e na idade pré-escolar e a carência de, depois dessa idade, prolongar o apoio às famílias e à acção educativa dos estabelecimentos de ensino conduzem à necessidade de serviços e equipamentos sociais dirigidos ao grupo-alvo Crianças e Jovens.

O enfoque pedagógico e integrador das respostas sociais dirigidas a estas necessidades tornou-se, entretanto, também predominante nos serviços e equipamentos sociais dirigidos aos grupos-alvo Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

Paralelamente, as famílias manifestam necessidades de apoio à população-alvo População Adulta, a qual inclui os grupos-alvo Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas Sem-Abrigo. Pela amplitude de respostas sociais exigidas e pelo ritmo a que se observa destaca-se o grupo-alvo Pessoas Idosas.

A crescente integração da mulher no mercado de trabalho e a transformação da estrutura e organização familiar, com a crescente nuclearização dos agregados familiares e o aparecimento dos isolados, conduziram ao aparecimento de serviços e equipamentos sociais dirigidos ao grupo-alvo Pessoas Idosas. O crescente envelhecimento da população, especialmente a partir da década de 70, provocado pela melhoria das condições de vida, o que se deve, entre outros aspectos, ao desenvolvimento económico, aos progressos da medicina e à melhor cobertura da rede de saúde pública, foi determinante para o aparecimento da necessidade de respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo.

Com a criação de uma rede de serviços e equipamentos sociais para o grupo-alvo Pessoas Idosas pretende-se disponibilizar o espaço, o tempo e as oportunidades de que estas necessitam para se manterem activas e participantes na vida social, facilitar a fruição de benefícios a que muitas não tiveram acesso durante a vida activa e prestar cuidados de assistência física, psicológica e social que assegurem qualidade de vida, principalmente às que vão perdendo a sua autonomia e não têm suporte familiar.

Com o crescimento progressivo da população idosa, sobretudo das classes etárias mais avançadas, é também maior a probabilidade de ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, o que aumenta a necessidade de respostas sociais mais adequadas a estas situações, não só no âmbito do social, mas também da saúde.

Mas as necessidades de apoio às famílias não se ficam apenas pelo atendimento dos seus membros menores e idosos quando estas não o conseguem fazer, merecendo a população-alvo Família e Comunidade igual atenção. É o caso das famílias de menores recursos económicos, que integram o grupo-alvo Família e Comunidade em Geral, e de um conjunto crescente de pessoas que, por vários motivos, romperam a ligação à família e à comunidade, que integram os grupos-alvo Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias, Pessoas Toxicodependentes e Pessoas Vítimas de Violência Doméstica.

A rede de serviços e equipamentos sociais dirigida a este grupo cada vez mais vasto de cidadãos deve ser adaptada em função do risco social a que estão sujeitos, assumindo-se como a sua única alternativa viável para a obtenção de um mínimo de dignidade humana e para o acesso a um primeiro patamar de reinserção social.

A nova cultura de solidariedade pela qual se orienta a intervenção junto destes grupos de risco que só recentemente apareceram ou passaram a ser objecto de intervenção social está na origem do impulso dado nas respostas sociais prestadas a uma das categorias mais antigas em

situação de desfavorecimento, os cidadãos com deficiência, que agora se subdividem nos grupos-alvo Crianças e Jovens com Deficiência, pertencente à população-alvo Infância e Juventude, e Pessoas Adultas com Deficiência, pertencente à população-alvo População Adulta.

O objectivo da intervenção social junto dos cidadãos com deficiência é duplo. Por um lado procura-se fazer com que as respostas sociais existentes se adaptem às suas necessidades específicas, sua vertente principal, e, por outro lado, quando isso é impossível ou não é tecnicamente recomendável, tenta-se desenvolver serviços especializados que visem promover a reabilitação, fornecer a ajuda que permita uma vida normal ou compensar a deficiência e garantir a dignidade humana.

Através da rede de serviços e equipamentos sociais pretende-se fornecer resposta a todos aqueles que dela necessitam, objectivo difícil de alcançar, dada a natureza evolutiva dos problemas e necessidades, dos direitos e das expectativas.

Para que esta resposta seja adequadamente dimensionada e distribuída e responda com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, criando espaços social e territorialmente coesos, é necessário um instrumento de planeamento e de diagnóstico da rede de serviços e equipamentos sociais, a Carta Social Dinâmica.

Parte I | Enquadramento do Projecto

A. Contextualização

1. CONCEITOS DE POBREZA E DIMENSÕES DE ANÁLISE

Uma pessoa vive na pobreza quando o seu rendimento e recursos são insuficientes e a impedem de ter um nível de vida considerado como aceitável na sociedade em que vive. Devido à pobreza a pessoa pode enfrentar múltiplos problemas, como o desemprego, o fraco rendimento, o alojamento desconfortável, a falta de benefícios de saúde e obstáculos nos acessos à aprendizagem ao longo da vida, à cultura, ao desporto e aos lazeres. Ela encontra-se marginalizada e excluída da participação nas actividades económicas, sociais e culturais e o seu acesso aos direitos fundamentais pode ser restrito. O conceito de pobreza subdivide-se em pobreza absoluta, relativa e subjectiva.

- **Pobreza absoluta:** corresponde às necessidades de manutenção da eficiência física, ou seja, ao assegurar da subsistência tendo em conta a suficiência/insuficiência de recursos. Trata-se de necessidades e recursos básicos;
- **Pobreza relativa:** remete para indivíduos que se encontram excluídos da participação plena na sociedade pela ausência de recursos que os distanciam do padrão e do modo de vida mínimo aceitável do local onde vivem. Relaciona-se com o acesso a bens e serviços necessários a uma vida digna, remetendo para os direitos humanos fundamentais como a habitação, a saúde, a educação, o emprego, entre outros;
- **Pobreza subjectiva:** percepções dos indivíduos em situação de pobreza e da sociedade no seu conjunto acerca da pobreza e daqueles que são considerados pobres. Assim, serão pobres aqueles que dessa forma são percebidos pelos outros, ou seja, é um tipo de pobreza que parte das representações das pessoas, sendo por isso um elemento a complementar ao estudo da pobreza.

Por exclusão social entende-se o processo através do qual algumas pessoas são atiradas para a periferia da sociedade. A exclusão impede-as de participar plenamente na vida social devido à pobreza, à falta de competências de base e à falta de possibilidades de aprendizagem ao longo da vida ou devido a alguma discriminação.

Este processo afasta-as das possibilidades de rendimento e educação, assim como de actividades sociais e comunitárias. Essas pessoas possuem acesso muito restrito ao poder e aos organismos de decisão e sentem-se incapazes de influenciar as decisões que afectam a sua vida quotidiana.

Por inclusão social entende-se o processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social tenham acesso aos recursos

necessários que lhes permitam participar plenamente na vida económica, social e cultural e que tenham um nível de vida e de bem-estar considerado como normal na sociedade em que vivem.

Assim, a inclusão social garante-lhes um melhor acesso à participação aos processos de tomada de decisão que afectam a sua vida e a um melhor acesso aos direitos fundamentais.

A pobreza possui muitas dimensões de análise distintas e é essencial que se compreenda estas dimensões para que se possa contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social nos diferentes territórios com vista ao desenvolvimento social.

Para se atingir este objectivo é fundamental perceber quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que caracterizam cada território. Para fazer a análise das dimensões de pobreza foram consideradas a privação económica, a desqualificação social objectiva e a desafiliação. A privação económica diz respeito ao acesso dos indivíduos a recursos materiais de maneira a que consigam manter as condições de vida socialmente aceites.

A desqualificação social caracteriza a população que é, de alguma forma, excluída ou considerada pobre devido a circunstâncias pessoais e sociais e que tem algumas dificuldades nas áreas da educação, da saúde, do emprego e da habitação.

A desafiliação enfatiza mais a questão do laço social, ou seja, o papel dos corpos intermédios e das solidariedades formais e informais nos processos de ruptura ou protecção dos indivíduos. Esta dimensão comporta, ainda, a questão do isolamento social e da institucionalização de idosos, crianças e indivíduos detidos.

2. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PROTECÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL 2008-2010

2.1. Estratégia Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010

Sendo a solidariedade um dos valores fundamentais da União Europeia, pode afirmar-se que nas últimas décadas todos os chefes de estado e governos se têm empenhado numa acção global contra a pobreza, partilhando benefícios em tempos de prosperidade e ultrapassando obstáculos em momentos de crise.

É hoje assumido pelos principais intervenientes que a pobreza, mais do que algo que conduz à violação dos direitos humanos, é ela própria uma manifesta violação desses mesmos direitos, pelo que, no quadro da estratégia global definida para a protecção social e inclusão social 2008-2010 e dando sequência às decisões da agenda de Lisboa, o governo português, à semelhança de outros países, adopta um conjunto de medidas que permitirão promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e de exclusão social com que Portugal ainda se confronta.

Para contrariar as desigualdades sociais diagnosticadas e promover a inclusão social activa, o referido conjunto de medidas, consubstanciadas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2008-2010, assume uma estratégia multidimensional assente em três prioridades fundamentais:

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;
- Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

Porque às desigualdades sociais persistentes se juntam os efeitos derivados das conhecidas transformações demográficas, a estratégia preconizada no PNAI 2008-2010 propõe-se ainda contribuir para fazer face a essas alterações, designadamente pelo apoio à natalidade e à conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar, e pela melhoria do apoio às situações de envelhecimento e dependência.

Saliente-se que a concepção, implementação e monitorização do PNAI 2008-2010 pressupõe um processo de concertação e responsabilização partilhada entre o Estado, através dos seus organismos de âmbito central, regional e local, e os diversos intervenientes, nomeadamente entidades privadas com e sem fins lucrativos.

Neste contexto reforça-se o papel da Rede Social, enquanto instrumento privilegiado de operacionalização do PNAI 2008-2010 e agente de mobilização e participação activa dos principais actores locais no processo de inclusão social.

3. PROGRAMA REDE SOCIAL: ESTRUTURA ORGÂNICA E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.

O que se propõe é que em cada comunidade se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades e se planeie de forma integrada e integradora o esforço colectivo, através da constituição de um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

A Rede Social surge no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal, e foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e da Declaração de Rectificação n.º 10-O/98, posteriormente rectificada pelo Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.

Trata-se de um Programa Co-financiado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projecto 5.1.1 - Rede Social para o Desenvolvimento, Acção Tipo 5.1.1.1 - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a sua gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação é da competência do Departamento de Protecção Social e Cidadania, do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

A Rede Social materializa-se a nível local através da criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-Freguesia (CSF/CSIF) e dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente, a nível de freguesia e concelho, enquanto a nível supraconcelhio estão a ser implementadas plataformas territoriais com base nas actuais 28

Nomenclaturas das Unidades Territoriais III (NUT's) existentes no território nacional.

No Distrito de Coimbra encontram-se implementadas e em funcionamento 17 Redes Sociais, com Núcleo Executivo (NE) e CLAS devidamente constituídos, bem como duas plataformas supraconcelhias, a do Baixo Mondego e a do Pinhal Interior Norte.

O referido planeamento integrado e integrador do esforço colectivo que a Rede Social propõe assume como instrumentos essenciais a elaboração de Diagnósticos Sociais, de Planos de Desenvolvimento Social (PDS) e de Planos de Acção (PA).

Os Diagnósticos Sociais são instrumentos dinâmicos sujeitos a actualizações periódicas, resultantes da participação dos diferentes parceiros e onde devem estar identificadas as necessidades e os problemas prioritários, bem como os recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território municipal.

Os PDS são instrumentos de planeamento, onde, a partir dos objectivos do PNAI 2008-2010, se determinam os eixos de intervenção e os objectivos estratégicos, baseados nas prioridades definidas nos Diagnósticos Sociais.

Os PDS operacionalizam-se através de PA anuais, concertados e concretizados pelos diferentes parceiros.

3.1. Programa Rede Social no Município

Reforçando a importância que a Rede Social, associada a uma interiorização de hábitos de planeamento participado e de envolvimento de todos os agentes implicados no território, pode ter na transformação da forma de pensar e de trabalhar das questões do desenvolvimento social, apresentam-se seguidamente a constituição e as competências que o NE e o CLAS do Município de Montemor-o-Velho assumiram para a actualização dos instrumentos de planeamento concelhios aquando da constituição da Rede Social em Dezembro de 2001.

O NE do Município de Montemor-o-Velho é constituído por:

- Um representante do Município;
- Um representante das Juntas de Freguesia;
- Um representante do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, I.P. (CDSSC);
- Um representante da Saúde;
- Um representante da Educação;
- Um representante das IPSS's.

As competências do NE são:

- Elaborar o regulamento interno do CLAS do Município de Montemor-o-Velho e propor as alterações necessárias;
- Elaborar proposta do PA anual do CLAS do Município de Montemor-o-Velho e do respectivo relatório de execução;
- Emitir pareceres ou relatórios sobre propostas apresentadas pelo plenário ou por outras entidades externas ao CLAS do Município de Montemor-o-Velho;
- Assegurar a coordenação técnica das acções realizadas no âmbito do CLAS do Município de Montemor-o-Velho;
- Elaborar o diagnóstico social, o PDS e os respectivos PA anuais;
- Executar as deliberações tomadas pelo CLAS do Município de Montemor-o-Velho;
- Proceder à montagem, do Sistema de Informação e Comunicação que favoreça a actualização permanente e a partilha da informação indispensável à circulação da informação entre os parceiros e a população em geral;
- Colaborar na implementação do sistema de informação nacional;
- Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do conselho local de acção social delibere constituir;
- Promover acções de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;
- Acompanhar a execução dos planos de acção anuais;
- Elaborar os pareceres e relatórios que lhe sejam solicitados pelo CLAS do Município de Montemor-o-Velho;
- Estimular a colaboração activa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAS do Município de Montemor-o-Velho;
- Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no PDS;
- Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional;
- Em caso de insuficiência de informação para emissão de parecer (de acordo com os critérios de apreciação definidos pelo Programa da Rede Social) poderá ser solicitado aos interessados que completem os referidos processos;

- No Exercício das suas competências o Núcleo Executivo pode solicitar a colaboração de outras entidades que compõem o CLAS do Município de Montemor-o-Velho.

O CLAS do Município de Montemor-o-Velho é constituído por um representante das seguintes entidades:

- Associação para Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego (ADELO);
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) – Centro de Montemor-o-Velho;
- Associação Cultural, Desportiva, Social e Recreativa da Ereira;
- Associação Fernão Mendes Pinto;
- Cáritas Diocesana de Coimbra;
- Casa do Povo de Abrunheira;
- Casa do Povo de Arazede;
- Centro de Emprego da Figueira da Foz;
- Centro de Saúde de Montemor-o-Velho;
- CDSSC;
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede;
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride;
- Centro Social e Cultural de Bunhosa;
- Centro Social e Paroquial de Santo Varão;
- Centro Social e Cultural de Faíscas;
- Centro Social Paroquial de Carapinheira;
- Centro Social Paroquial de Meãs do Campo;
- Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Pereira;
- Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Verride;
- Fundação Bissaya Barreto;
- Instituto de Reinserção Social Figueira da Foz;
- Escola Secundária de Montemor-o-Velho;
- Junta de Freguesia de Abrunheira;
- Junta de Freguesia de Arazede;
- Junta de Freguesia de Carapinheira;
- Junta de Freguesia de Ereira;
- Junta de Freguesia de Gatões;
- Junta de Freguesia de Liceia;
- Junta de Freguesia de Meãs do Campo;
- Junta de Freguesia de Montemor-o-Velho;
- Junta de Freguesia de Pereira;
- Junta de Freguesia de Santo Varão;
- Junta de Freguesia de Tentúgal;

- Junta de Freguesia de Verride;
- Junta de Freguesia de Vila Nova da Barca;
- Junta de Freguesia de Seixo;
- Núcleo Local de Inserção;
- Quinta Verde Repouso e Lazer;
- Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho;
- Santa Casa da Misericórdia de Pereira;
- Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal.

As competências do CLAS são:

- Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a inclusão e coesão social do Município;
- Promover o desenvolvimento social integrado através da implementação do planeamento integrado e sistemático, que potencie sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do PNAI;
- Garantir a integração dos objectivos da promoção para a igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.
- Promover a integração e articulação entre vários fóruns, Conselhos ou Comissões de parcerias locais já existentes ou que venham a existir;
- Promover a gestão participada de base territorial e promover novas metodologias de intervenção e investigação/acção, que privilegiem abordagens sistemáticas e articuladas dos instrumentos de planeamento, PDS e PNAI.

3.2. Linhas Estratégicas para a Plataforma Territorial Supraconcelhia do Baixo Mondego: matriz de enquadramento lógico 2008-2010

A Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego integra-se na Região Centro e abarca oito municípios do Distrito de Coimbra (Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Soure), um município do Distrito de Aveiro (Mealhada) e um município do Distrito de Viseu (Mortágua).

Para o período de 2008-2010 a Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego estabeleceu níveis de prioridade supraconcelhios e concelhios, representados na Matriz de Enquadramento Lógico referente ao mesmo período (

).

Ao nível de intervenção supraconcelhio abarca carências, problemáticas e respostas sociais que, pela sua especificidade, têm uma abrangência geográfica mais alargada e, por conseguinte, extravasam a dimensão do território municipal, além de poderem envolver várias áreas de intervenção e distintas entidades oficiais (Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Comissão de Coordenação, Ministério da Educação, entre outras).

Neste nível de prioridade supraconcelhio foram identificadas as áreas da saúde, mais concretamente no âmbito da Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados, da deficiência, do emprego, da formação e qualificação, a par de outras iniciativas transversais às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Ao nível de intervenção concelhio o âmbito é mais localizado, circunscrito e associado à dimensão do território municipal, tendo sido identificado como prioritário a requalificação da rede de serviços e equipamentos sociais.

Outra preocupação subjacente a este nível de prioridade concelhio assenta na análise da necessidade de ampliação da capacidade de resposta de equipamentos sociais existentes, cujo investimento a realizar deverá equacionar a evolução das taxas de cobertura das respostas sociais. Neste âmbito destaca-se a preocupação com a reformulação e adaptação das respostas sociais de Centro de Actividades de Tempos Livres e de Centro de Dia.

Uma preocupação que também é preconizada neste nível de prioridade concelhio assenta na constituição de equipas multidisciplinares de intervenção social nos vários territórios municipais. Neste contexto salienta-se que os CLAS devem cada vez mais estreitar o espírito de parceria e partilha, tendo em conta a existência de recursos humanos dispersos pelas várias entidades localmente envolvidas.

Uma outra preocupação inscrita neste nível de prioridade reporta à questão das acessibilidades, que alerta para a necessidade de dotar todos os equipamentos sociais das condições indispensáveis ao exercício dos direitos e deveres de todos os cidadãos, onde se inclui a abolição das barreiras arquitectónicas.

Quadro 1 - Matriz de enquadramento lógico de 2008-2010.

Estratégia Nacional de Acção para a Inclusão 2008 - 2010	Promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e exclusão social em Portugal	Prioridade 1	Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania
		Prioridade 2	Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza
		Prioridade 3	Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes
Estratégia de Acção para a Inclusão 2008-2010 Plataforma Supraconcelhia do Baixo Mondego	Promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e exclusão social nos territórios inseridos na plataforma	Nível supraconcelhio	<ul style="list-style-type: none"> · Saúde - RNCCI; · Deficiência; · Emprego, formação e qualificação, a par de outras iniciativas transversais às problemáticas diagnosticadas, nomeadamente no âmbito do Mercado de Trabalho Inclusivo e do Micro-crédito.
		Nível concelhio	<ul style="list-style-type: none"> · Requalificação da rede de serviços e equipamentos sociais; · Ampliação da capacidade de resposta de equipamentos sociais existentes; · Estreitar o espírito de parceria e partilha nos CLAS; · Dotar todos os equipamentos sociais das condições indispensáveis ao exercício dos direitos e deveres de todos os cidadãos.

B. Carta Social

1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJECTIVOS

O desenvolvimento de um instrumento com carácter oficial, global e de fácil acesso contendo a informação mais relevante relativa à rede de serviços e equipamentos sociais é um objectivo que atravessa há já quase quatro décadas os Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social em Portugal.

A necessidade de criação desta ferramenta foi sentida na década de 70, altura em que surge a ideia de elaboração de um “Atlas Social”. A partir desse momento, a vontade de materializar este projecto conduz, nas décadas seguintes, ao aparecimento da “Carta da Segurança Social” e, *à posteriori*, da “Rede de Serviços e Equipamentos da Segurança Social” (RSESS). Mais recentemente, por iniciativa do Centro Regional de Segurança Social (CRSS) de Lisboa e Vale do Tejo, estruturou-se um inventário.

Todavia, a concretização plena deste objectivo apenas teve lugar com o início da implementação da Carta Social, através do “Estudo de Localização e Caracterização dos Equipamentos e Serviços Sociais”, desenvolvido entre 1998 e 1999. No ano de 2000 foi publicada a “Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos” pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, actualizada anualmente.

A Carta Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social pretende ser um instrumento multi-usos de extrema flexibilidade nos domínios da investigação social, da preparação da tomada de decisão e da facilidade de acesso à informação por parte dos cidadãos.

No domínio da investigação social visa disponibilizar informação sobre as dinâmicas sociais nos diversos territórios e o grau de disponibilidade dos serviços sociais. Enquanto ferramenta vocacionada para a preparação da tomada de decisão pretende fornecer aos diferentes actores sociais (públicos e privados) informação integrada para a correcta determinação do volume do esforço e da localização prioritária da intervenção social, nomeadamente traduzida em investimento público. Por último, no âmbito da facilidade de acesso à informação por parte dos cidadãos, este projecto tem como objectivo potenciar a informação sobre a localização dos serviços e equipamentos sociais existentes.

Esta Carta Social pretende ser, no seu essencial, um conjunto de bases de dados comportando diversos ficheiros temáticos relacionáveis entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e susceptível de ser permanentemente actualizável.

Todavia, para que uma Carta Social possa ser verdadeiramente um instrumento multi-usos de extrema flexibilidade, esta, para além de

integrar um diagnóstico do sistema social, deve ainda incluir um conjunto de questões relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais e uma componente dinâmica. O conhecimento do território, da demografia, que inclui as projecções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde e do lazer e turismo assume um papel preponderante para a percepção da realidade presente e futura de um determinado território.

A integração de todas estas variáveis numa plataforma dinâmica que permita, além da simples consulta da informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, a visualização e actualização de todos os níveis de informação que integram este projecto ou mesmo a introdução de novas variáveis, vai permitir que esta seja uma ferramenta de ordenamento e planeamento do território por excelência.

A constatação, por parte da equipa técnica, da necessidade de dotar a Carta Social de todas estas componentes levou ao desenvolvimento deste projecto e à criação de uma aplicação SIG especificamente para responder a esta necessidade.

A Carta Social desenvolvida é, assim, composta por duas componentes fundamentais, uma primeira, o relatório, entendido como um documento estático, e uma segunda, a plataforma dinâmica, que se assume como um instrumento de trabalho de carácter intemporal e dotado de uma capacidade de resposta em tempo real que proporciona ao utilizador e a quem planeia uma capacidade de previsão e decisão impensável até há uma ou duas décadas atrás.

É com base nestas duas componentes que a Carta Social proposta pretende fazer do Município de Montemor-o-Velho um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Para além da rede de serviços e equipamentos sociais, que são o objecto deste projecto, a Carta Social do Município de Montemor-o-Velho, enquanto realidade aberta, integra igualmente toda a informação respeitante a outras áreas de intervenção no domínio das políticas sociais.

Para atingir a finalidade a que se propõe, a Carta Social do Município de Montemor-o-Velho apresenta dois grandes conjuntos de objectivos, nomeadamente:

Objectivos operacionais:

- Diagnosticar a oferta da rede serviços e equipamentos sociais;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
- Determinar os domínios e os locais de intervenção social prioritária;
- Realizar a projecção demográfica dos grupos-alvo;
- Definir os critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais.

Objectivos estratégicos:

- Orientar os investimentos municipais em serviços e equipamentos sociais;
- Orientar os investimentos das entidades parceiras públicas, privadas e cooperativas;
- Contribuir para a concretização do PDS e do PA;
- Fornecer orientações para o Plano Director Municipal (PDM).

A plena concretização destes objectivos só é possível com o contributo da plataforma dinâmica, pois só com base numa ferramenta com estas características se torna exequível um efectivo planeamento das intervenções sociais a realizar, sempre com base no princípio da optimização dos recursos, quer existentes, quer previstos, adequando a oferta à procura, com vista ao colmatar das carências e problemáticas sociais detectadas.

O desafio de elaborar uma Carta Social Dinâmica que pudesse suportar a totalidade de um sistema social e das temáticas relacionadas directa ou indirectamente foi o ponto de partida para a realização de um dos projectos mais ambiciosos que se poderia ter aceite no âmbito da criação de ferramentas com vista à optimização da gestão territorial.

2. METODOLOGIA E TÉCNICAS UTILIZADAS

O desenvolvimento de um instrumento com carácter oficial, global e de fácil acesso contendo a informação mais relevante relativa à rede de serviços e equipamentos sociais foi um dos desafios mais ambiciosos que se poderia ter aceite.

Mais do que um simples relatório, a Carta Social Dinâmica do Município de Montemor-o-Velho pretende ser uma verdadeira ferramenta de ordenamento e planeamento do território, com vista à optimização da gestão territorial.

A concretização deste objectivo obrigou, naturalmente, num primeiro momento, à assunção de conceitos de base, parâmetros e metodologia,

de forma a definir a constituição das duas componentes deste projecto, o relatório e a plataforma dinâmica.

A definição das temáticas a abordar, as quais vão sustentar estas duas componentes da Carta Social Dinâmica, assumiu-se como a primeira fase de desenvolvimento deste projecto. Neste momento revelou-se determinante a recolha de dois tipos de informação, uma relativa à rede de serviços e equipamentos sociais e outra centrada nas questões mais relevantes para a sua programação, que vai abordar os elementos necessários para a percepção da realidade presente e futura de um determinado território. Uma vez que toda a estrutura do projecto assenta nesta informação, esta tem de ser a mais fiável e rigorosa possível.

No que concerne à informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, optou-se por considerar a totalidade dos elementos que a constituem, nomeadamente as entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais, por população-alvo e grupo-alvo. Simultaneamente foram também consideradas as prestações pecuniárias, as prestações em espécie, as outras políticas, programas e medidas e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), que constituem os mecanismos de acção social de combate à pobreza e à exclusão social.

Para a recolha e posterior tratamento e análise estatística desta informação mostrou-se indispensável a preparação de um conjunto de inquéritos e a criação de uma Base de Dados, no sentido de sistematizar a elevada quantidade de informação alfanumérica envolvida.

Esta Base de Dados assenta na construção de três tabelas, cada uma representativa de uma temática relacionada com o sistema social, designadamente as entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais. Estas tabelas especificam aspectos relacionados com a população utente e em lista de espera, os recursos humanos e materiais e as características do edificado.

A elaboração dos inquéritos e da Base de Dados teve como base as reuniões de trabalho entre a equipa que desenvolve o projecto e os diferentes intervenientes no sistema social.

Para a definição dos inúmeros campos a integrar os inquéritos e, posteriormente, a Base de Dados, foram efectuadas várias tentativas e procurados diferentes caminhos. Exceptuando a necessidade de terminologia, própria de cada temática relacionada com o sistema social, pretendeu-se uniformizar ao máximo o processo de recolha da informação, tarefa que viria a revelar-se bastante complexa, dado a elevada quantidade de informação alfanumérica a considerar.

No que respeita à informação centrada nas questões mais relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais, sentiu-se a necessidade de integrar duas componentes distintas, uma de caracterização e análise, onde se aborda o território, a demografia, a socioeconomia, a educação, a saúde e o lazer e turismo, e uma prospectiva, onde são realizadas as projecções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular.

O trabalho de inventariação da informação foi, assim, desenvolvido abarcando dois tipos de acção, uma em gabinete, onde é elaborada uma vasta pesquisa bibliográfica, e uma no exterior, na qual se efectua um exaustivo e moroso levantamento de campo, procedendo-se à georreferenciação de todos os equipamentos sociais com respostas sociais, ao registo fotográfico de todas as respostas sociais e ao preenchimento dos diferentes inquéritos. Terminado o levantamento de campo inicia-se o processo de preenchimento da Base de Dados, previamente definida com os diversos actores no sistema social.

O contacto estreito com os diferentes agentes no sistema social tem como objectivo permitir que este documento possa reflectir um conhecimento mais fiel da realidade existente. Além disso, a recolha da informação junto dos responsáveis torna este trabalho ainda mais humano e capaz de perceber a verdadeira dimensão das carências e problemáticas sociais existentes.

Após a conclusão desta etapa torna-se possível a concretização da segunda e terceira fase de desenvolvimento deste projecto, o relatório e a plataforma dinâmica, as duas componentes que constituem a Carta Social Dinâmica.

O relatório, primeira componente da Carta Social Dinâmica, é constituído por três partes distintas, o Diagnóstico Social, o PDS e o PA. O Diagnóstico Social integra dois tipos de análise diferenciados. No primeiro realiza-se um enquadramento do Município, o qual integra a caracterização do território, da demografia, que inclui as projecções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde e do lazer e turismo. No segundo efectua-se o tratamento e análise estatística e o respectivo diagnóstico da informação relativa aos mecanismos de acção social de combate à pobreza e à exclusão social, que incluem a rede de serviços e equipamentos sociais, as prestações pecuniárias, as prestações em espécie, as outras políticas, programas e medidas e a CPCJ, avaliando-se a sua adequação à realidade municipal. O PDS determina os eixos de intervenção e os objectivos estratégicos, baseados nas prioridades definidas nos Diagnósticos Sociais, enquanto o PA é a

operacionalização concertada e concretizada pelos diferentes parceiros do PDS.

O desenvolvimento deste projecto culmina na construção da plataforma dinâmica, segunda componente da Carta Social Dinâmica. Para a sua criação foi desenvolvida uma aplicação específica em ambiente *WEB* que permitirá armazenar e disponibilizar toda a informação alfanumérica e cartográfica utilizada no decorrer da elaboração deste projecto.

A plataforma dinâmica foi desenvolvida utilizando uma arquitectura definida por dois módulos distintos de programação. Para o primeiro módulo de programação foi utilizada a tecnologia *ASP (Active Server Pages)*, implementada com recurso aos chamados *Objects*. Estes permitem uma simples e rápida manipulação da informação alfanumérica pelos utilizadores em função dos seus objectivos, dissimulando a complexidade dos sistemas de gestão de Bases de Dados inter-relacionais existentes na estrutura física da plataforma.

Para o segundo módulo foi utilizada a tecnologia *Microsoft SQL Server 2008*, que funciona como motor de disponibilização da informação cartográfica e alfanumérica na plataforma *WEB*, através do desenvolvimento de componentes programados em *Microsoft ASP DotNET* e *Java Script*. Estes permitem disponibilizar a informação cartográfica e alfanumérica através de acessos intuitivos, bem como a realização de análises sofisticadas para a apresentação de resultados complexos.

Esta aplicação específica foi desenvolvida de modo a ser possível aceder, manipular e editar toda a informação apenas com o recurso a um computador portátil com ligação a um *browser* de Internet.

Através da plataforma dinâmica é possível a consulta e visualização individual de uma qualquer temática ou a análise interligada de uma ou várias temáticas, a sua actualização imediata e permanente e a interligação entre esta e as bases cartográficas. Além de todas estas potencialidades assegura ainda a introdução no imediato de novos níveis de informação, o que permite a criação de novos cenários e a sua análise imediata.

Para aceder à plataforma dinâmica a primeira etapa é a escolha da carta temática a que o utilizador pretende aceder, uma vez que foram realizados outros trabalhos para o Município, nomeadamente a Carta Educativa, a Carta Desportiva e o Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil (Figura 1).



Figura 1 - Acesso à plataforma dinâmica.

Cada carta temática apresenta três níveis de acesso à informação, o de superadministrador, o de gestor e o de convidado registado, todos eles protegidos por uma palavra-chave. Devido à reserva de alguns conteúdos apresentados, dentro destes existe ainda a possibilidade de serem criados diferentes níveis de permissão, que podem igualmente ser protegidos por uma palavra-chave ou simplesmente ocultados em função do login.

Os dois primeiros níveis de acesso permitem a validação e actualização imediata e permanente de toda a informação alfanumérica e cartográfica utilizada no decorrer da elaboração deste projecto, de uma forma rápida e intuitiva, através da realização de um conjunto de filtros, enquanto o segundo possibilita a sua visualização.

No que respeita à Carta Social Dinâmica, após a introdução de uma palavra-chave entra-se de imediato no modo que disponibiliza a informação cartográfica, tornando-se possível simultaneamente aceder a outras opções, como a introdução de novos níveis de informação, a impressão, a pesquisa avançada, a análise de fluxos e o acesso a informação alfanumérica, esta última subdividida em quatro áreas temáticas, cada uma com informações e funcionalidades distintas.

A primeira área temática oferece cinco opções de pesquisa – população-alvo, resposta social, entidade gestora, unidade geográfica e equipamento social –, passando de imediato a ser possível restringir a informação em função dos objectivos do utilizador.

Após a selecção, por exemplo, de um equipamento social, pode aceder-se a toda a informação generalista disponível, uma vez que se perspectivaram *WEB forms* que reúnem todos os dados a ele respeitante (Figura 2).

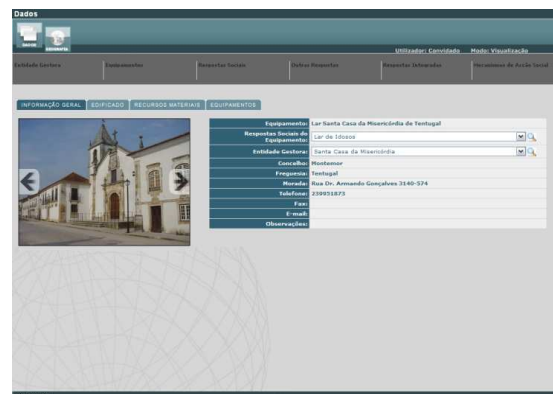


Figura 2 - Visualização das características de um equipamento social.

A partir deste momento passa a ser possível analisar diversos grupos de informação, tais como o edificado, a conservação, as barreiras arquitectónicas, as acessibilidades, a caracterização dos espaços, a caracterização do material, entre outros.

Com a escolha de um grupo de informação, por exemplo, a caracterização do material, ficam disponíveis todos os dados referentes aos equipamentos interiores, que integram o material audiovisual e informático, e aos equipamentos exteriores, onde se consideram os equipamentos lúdicos e desportivos.

O modo de utilização pode ser repetido para cada um dos grupos de informação, observando-se ainda a possibilidade de ligação, em alguns, às outras cartas temáticas realizadas para o Município, nomeadamente a Carta Educativa, a Carta Desportiva e o Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil.

A segunda área temática permite a criação de gráficos, encontrando-se subdividida em três formas de análise distintas: a primeira referente à população residente, às variações populacionais e às projecções demográficas até 2021, a segunda relativa às taxas de natalidade e mortalidade e, por último, uma terceira, referente à população utente e em lista de espera. As três opções de pesquisa apresentam graus de desagregação diferenciados. Enquanto nos dois primeiros apenas se consegue desagregar à unidade territorial da freguesia, no último torna-se possível a individualização da resposta social (Figura 3).

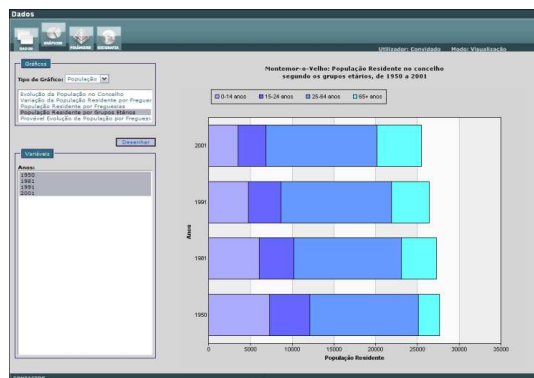


Figura 3 - Construção de gráficos.

Na terceira área temática é possível a construção de pirâmides etárias, as quais apresentam graus de desagregação diferenciados, podendo ser construídas por ano de idade, classe ou mesmo grande grupo etário (Figura 4). Simultaneamente, o utilizador pode ainda efectuar a análise comparativa entre dois momentos, o que permite, por exemplo, conhecer a evolução populacional do Município no último período intercensitário ou mesmo no último meio século.

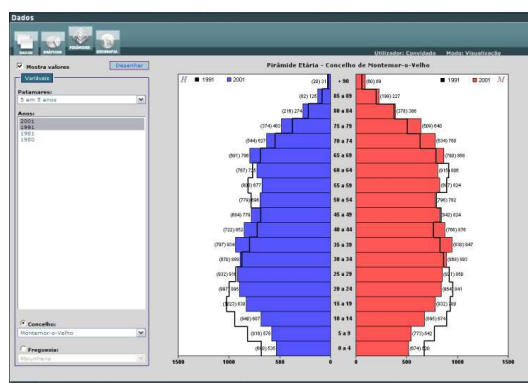


Figura 4 - Construção de Pirâmides Etárias.

A quarta e última área temática, que é sem dúvida o centro nevrálgico de todo o projecto, possui um conjunto de funcionalidades muito específicas (Figura 5). Através da realização de poderosos filtros alfanuméricos e espaciais torna-se possível a optimização do acesso à informação e a análise interligada de múltiplas temáticas, o que permite, deste modo, a realização de análises dinâmicas.

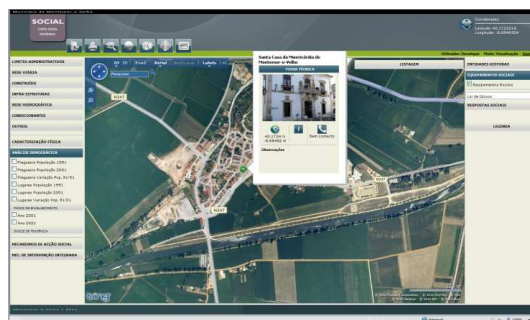


Figura 5 - Visualização da Informação Geográfica.

Qualquer área temática apresenta um conjunto de funcionalidades básicas, como o imprimir e o exportar, quer da informação alfanumérica, quer da informação cartográfica.

A construção da plataforma dinâmica obrigou ao recurso a sistemas informáticos que, de forma eficiente, possibilitassem a recolha, armazenamento, validação, actualização, visualização, análise e representação da informação geográfica georreferenciada, só possível através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As aplicações de um SIG encontram-se vocacionadas para o ordenamento e o planeamento do território, uma vez que fornecem colecções actualizadas e sistematizadas de informação geográfica georreferenciada, que apoiam na tomada de decisão, ao permitir assegurar uma maior percepção da realidade do território e, assim, possibilitar uma mais correcta utilização dos seus recursos.

O actual estado de desenvolvimento do projecto possibilita ao utilizador – serviços autárquicos ou cidadãos em geral – a utilização, sem dificuldades, desta ferramenta, mesmo sem conhecimentos básicos dos diferentes *softwares* utilizados.

O resultado a que se chega é o corolário de um trabalho profundo de diagnóstico das carências e problemáticas sociais existentes, passando os diversos parceiros no sistema social a dispor de um completo e fundamental documento que possibilita a caracterização de toda a rede de serviços e equipamentos sociais.

Mais do que um simples relatório, a metodologia desenvolvida para a elaboração da Carta Social Dinâmica do Município de Montemor-o-Velho pretende que esta se constitua como um instrumento de trabalho por excelência, não só na gestão diária de uma Divisão de Acção Social de um qualquer Município, como também no processo de ordenamento e planeamento do território, com vista à optimização da gestão territorial.



Parte II | Diagnóstico Social



C. Enquadramento do Município

1. TERRITÓRIO

1.1. Localização

Localizado no centro litoral de Portugal, o Município de Montemor-o-Velho encontra-se inserido na Sub-região do Baixo Mondego (NUT III), que pertence à Região Centro (NUT II), sendo delimitado a Norte pelo Município de Cantanhede, a Este pelo Município de Coimbra, a Sudeste pelo Município de Condeixa-a-Nova, a Sul pelo Município de Soure e a Oeste pelo Município da Figueira da Foz, tendo apenas este último Município a separar o seu contacto com o Oceano Atlântico.

Administrativamente subdivide-se em 14 freguesias – Arazede, Carapinheira, Gatões, Liceia, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho, Seixo de Gatões e Tentúgal, na margem direita do rio Mondego, e Abrunheira, Ereira, Pereira, Santo Varão, Verride e Vila Nova da Barca, na margem esquerda (Figura 6).

1.2. Caracterização Física

O Município de Montemor-o-Velho, que ocupa uma área de 229 km², correspondente a cerca de 11,1% da área do Baixo Mondego (2063,1 km²), é, do ponto de vista físico, atravessado pelo rio Mondego, cuja bacia hidrográfica engloba na sua totalidade as diferentes linhas de água do Município. Com uma área de 6 700 Km², o rio Mondego é a segunda maior bacia integralmente nacional, com a habitual orientação NE-SO dos grandes rios da fachada atlântica da Península Ibérica. A bacia hidrográfica apresenta grande interesse do ponto de vista do

ordenamento do território para a explicação de fenómenos como a ocupação humana, por razões bioclimáticas e de acessibilidade, e a definição de leitos de cheia, entre outros aspectos. O rio Mondego assume-se como o “acidente” mais marcante na dinâmica do “dia a dia” das populações, podendo mesmo afirmar-se que grande parte deste território vive um pouco em função do próprio rio. Tanto as populações do “campo” como as do “monte” tiveram ao longo dos séculos a sua actividade marcada pelos caprichos e pelas dádivas do rio Mondego.

Ao criar um “efeito de barreira” ao longo dos tempos, marcou a distinção entre duas dinâmicas sócio-económicas distintas. As freguesias localizadas na margem esquerda do rio são as que apresentam menor dinamismo, quer a nível demográfico, apresentando os menores quantitativos populacionais, quer a nível sócio-económico, apresentando um carácter marcadamente mais rural, embora todo o Município se caracterize como bastante rural.

A totalidade do território insere-se na Orla Meso-Cenozóica Ocidental. Esta unidade morfo-estrutural corresponde a uma bacia sedimentar que se começou a diferenciar no Triássico: a bacia Lusitaniana. Quando se observa a litologia em que se encontra desenhado o modelado mais ou menos aplanado, a importância do rio assume o seu peso, embora outros factores se possam sobrepor em sectores do território muito particulares. É o caso do sector setentrional, que é coberto por areias finas de origem eólica, conhecidas pela designação de “Areias da Gândara”, e que têm a sua origem em dinâmicas eólicas. Mas o rio também é responsável no seu sector Sul por algumas extensões planas correspondentes a antigos terraços fluviais, que se encontram escalonados em níveis de altitudes diferentes.

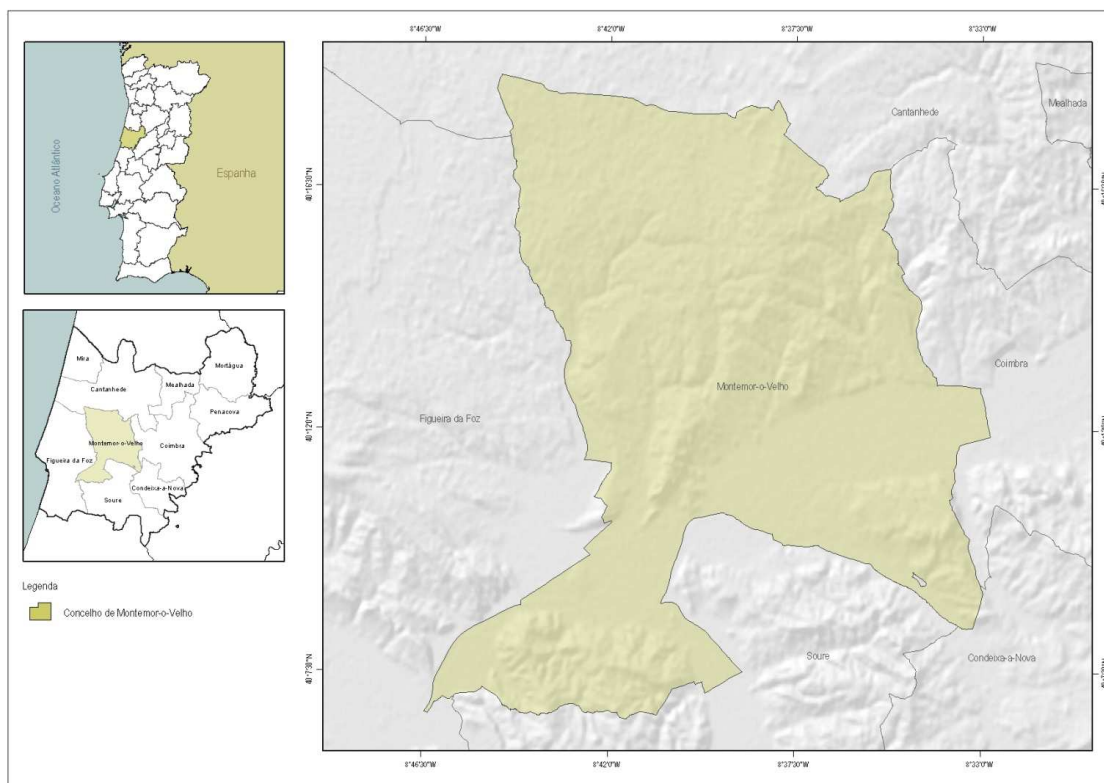


Figura 6 - Enquadramento administrativo do Município de Montemor-o-Velho.

O Município apresenta, assim, uma morfologia que maioritariamente se distribui por altitudes entre os 50 e os 100 metros, dominadas por grandes extensões planas, em geral pouco recortadas pelos vales, que são talhadas, no essencial, em rochas arenosas com baixo grau de coesão. Ainda assim, destacam-se nesta paisagem aplanada os montes de Santo Onofre em Tentúgal e Reveles/Abrunheira, com 123 e 116 metros de altitude, respectivamente.

Os reduzidos afloramentos calcários do Jurássico Médio existentes deram origem às colinas alongadas das proximidades da sede do Município, onde se encontram altitudes ligeiramente acima dos 100 metros, destacando-se a colina do Castelo, que domina uma vasta área dos campos do rio Mondego, é a mais conhecida.

No sector meridional do Município encontram-se grandes extensões planas com altitudes inferiores a 10 metros (valores entre 2 e 8 metros), que correspondem à planície aluvial do rio Mondego (Vale Principal), a qual chega a atingir os 4 km de largura e onde desaguam os rios afluentes (Vales Secundários): os rios Ançã e Foja, na margem direita, e os rios Cernache, Ega, Arunca e Pranto, na margem esquerda, bem como algumas valas, como é disso exemplo a Vala de Alfarelos.

Na área de Verride, os calcários do Jurássico Médio oferecem uma paisagem planáltica, que por vezes se encontra recortada por vales meandrantes (Figura 7).

As inclinações morfológicas do terreno são representadas pelos declives¹ (Figura 8), os quais são essenciais na identificação de factores limitantes ou condicionantes à ocupação humana do território (Figura 9), sendo geralmente apontados como um dos factores não antrópicos com maior contribuição para os diferentes riscos naturais.

Do ponto de vista climático o Município de Montemor-o-Velho, tal como as regiões do centro litoral vizinhas, apresenta um clima temperado, de características mediterrâneas (verões quentes e secos e invernos suaves e chuvosos), embora com uma clara influência marítima, o que justifica, por um lado, que seja grande a variabilidade anual de chuvas, mas, por outro lado, que as temperaturas negativas e a queda de neve sejam bastante raras.

Pode mesmo considerar-se, e tendo em conta estas diferentes características e influências, que o Município de Montemor-o-Velho se assume como um dos exemplos do que referiu Orlando Ribeiro (1967) na sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, "Portugal é mediterrâneo por natureza e atlântico por posição".

Aliás, a análise do gráfico termopluviométrico (Figura 10), realizado a partir das normais climatológicas de 1931-1960 para a estação meteorológica de Montemor-o-Velho, mostra bem o que acaba de ser referido, no caso da distribuição sazonal dos valores médios, quer da temperatura, quer da precipitação.

O período mais quente ocorre nos meses de Verão, com o valor máximo nos meses de Julho e Agosto (20,2°C), enquanto que o Inverno é relativamente moderado, tendo início em Dezembro, com 10,1°C, e permanece até Fevereiro, que regista 10,4°C. Janeiro, com 9,8°C, é o mês mais frio.

A proximidade com o Oceano Atlântico faz com que o Município de Montemor-o-Velho sofra o seu efeito amenizador, regulador do clima, facto que explica que a amplitude térmica anual seja moderada (10,4°C).

O total de precipitação anual não é muito significativo (866,8mm), registando-se o máximo no mês de Dezembro (130mm) e o mínimo no mês de Julho (7,4mm). A maior parte das chuvas cai entre Outubro e Março, correspondendo os meses de Junho, Julho e Agosto a meses secos, característica tipicamente mediterrânea.

A existência de três meses secos, caracterizados pela elevada temperatura e baixa precipitação, contrasta com o progressivo arrefecimento das temperaturas médias e aumento da precipitação, que ocorre à medida que se caminha para os meses de Inverno.

A influência oceânica é ainda visível nos valores de humidade relativa, que se mantêm elevados, em especial nos meses de Inverno. Por seu turno, no que respeita aos ventos dominantes estes são de rumo Norte e Noroeste, sobretudo nos meses de Verão, enquanto que no decorrer dos

meses de Inverno os ventos de rumo Sul e Sudeste tendem a aumentar a sua expressão.

Tendo em linha de conta o enquadramento natural envolvente do rio Mondego, em particular a existência de zonas alagadiças, destacam-se na paisagem, para além das valas, os pauis.

No Município existe uma zona alagadiça que se estende ao longo de 50 hectares, designada pelo Paul do Taipal, *habitat* privilegiado de diversas espécies animais, que se encontra dividido pela Vala Real e que tem como limites a Vala Leste e a Vala do Monte.

Das espécies animais que habitam este espaço destacam-se a carpa, a enguia e a lontra, espécies que têm vindo a ser consideradas em vias de extinção, assim como as garças, os galeirões e os patos, que são as aves predominantes.

De salientar também no limite oriental Sul do Município, mais concretamente na área da Freguesia de Pereira, o Paul da Arzila, área protegida classificada como reserva natural, onde vivem e afluem espécies variadas de fauna e flora e que assume um papel fundamental em todo o contexto da educação ambiental deste sector do território da Região Centro e em particular no que diz respeito aos estabelecimentos de ensino do Município de Montemor-o-Velho.

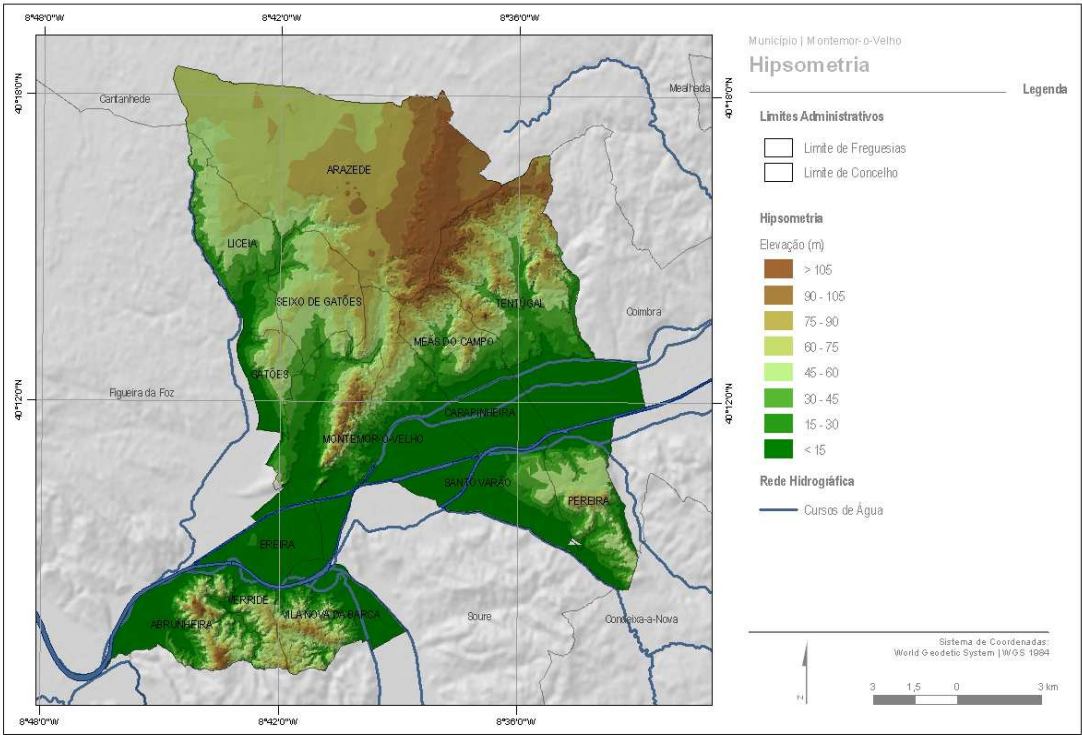


Figura 7 - Hipsometria.

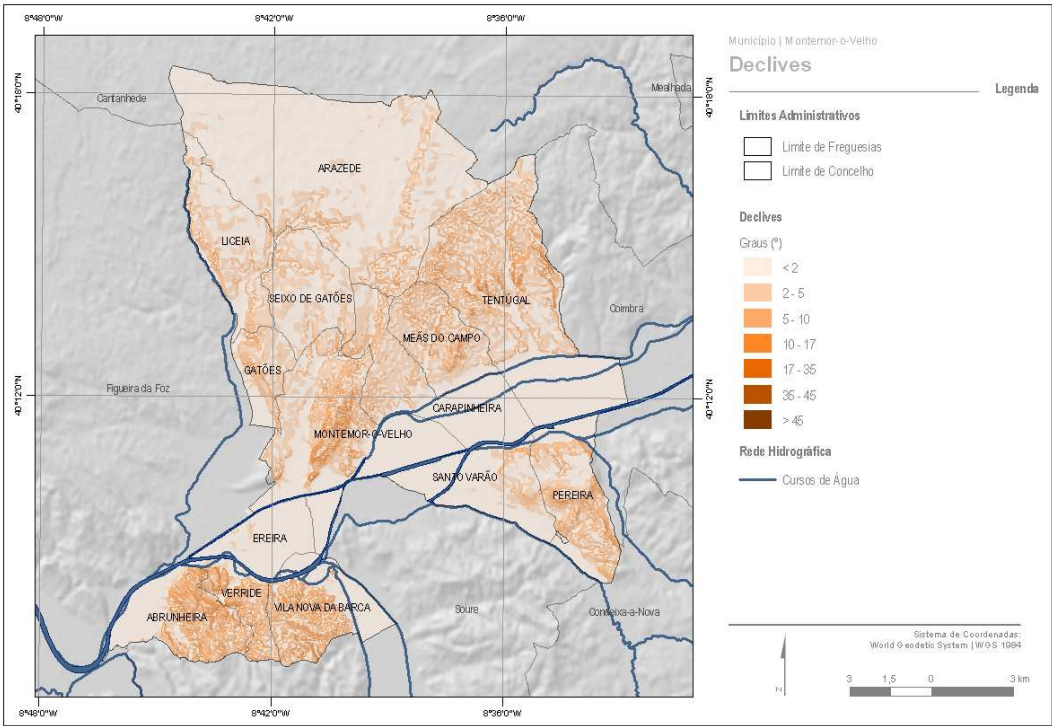


Figura 8 - Declives.

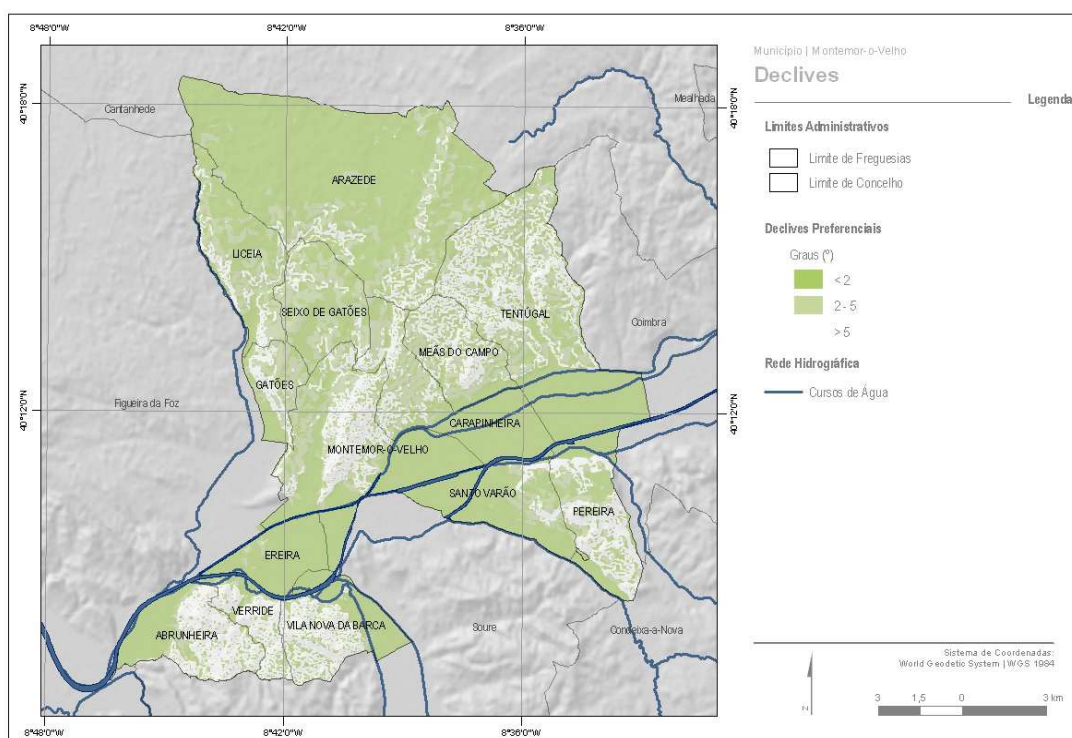
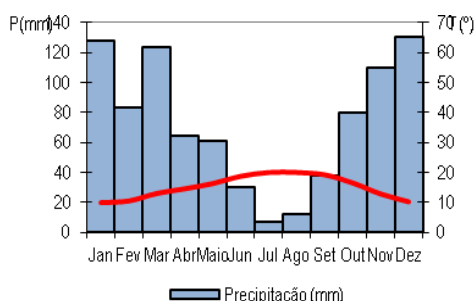


Figura 9 - Declives preferenciais.


 Figura 10 - Gráfico termopluviométrico da estação meteorológica de Montemor-o-Velho.
 Fonte - Serviço Meteorológico Nacional, 1965.

1.3. Rede de Acessibilidades

O posicionamento geográfico do Município de Montemor-o-Velho no eixo Coimbra – Figueira da Foz, que são manifestamente dois dos principais centros urbanos da Região Centro, coloca-o numa posição de algum destaque no contexto da Sub-região do Baixo Mondego, transformando-o num sector de passagem obrigatória no trânsito entre o litoral e o interior.

Em termos viários o Município apresenta uma boa cobertura (Figura 11), embora deva ser referido o importante constrangimento que sempre

foi, em termos de acessibilidade, o rio Mondego, que, ao criar um “efeito de barreira”, marca, como já foi anteriormente referido, a distinção entre dois sectores que apresentam dinâmicas demográficas e sócio-económicas claramente distintas: o sector Norte (margem direita) e o sector Sul (margem esquerda).

Uma análise da rede viária torna possível destacar de imediato quatro eixos fundamentais, quer pelo impacte que têm no território municipal, quer pela sua importância a nível regional e mesmo nacional, a A14, a antiga EN111, a EM341, a EM335 e a EM347.

A transformação do IP3 em A14, via fundamental que efectiva a ligação entre as cidades de Coimbra e Figueira da Foz, tornou-o num eixo de importância estratégica no desenvolvimento económico do Município, oferecendo ao território municipal acessos rápidos ao interior, através da ligação ao IP3, bem como à totalidade do território nacional, através do nó de ligação à A1. Se esta via se destaca a nível nacional, outros eixos rodoviários têm determinado, ao longo das últimas décadas, toda a dinâmica e fluxos existentes entre o Município de Montemor-o-Velho e os Municípios vizinhos de Figueira da Foz, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Soure. Estas estradas, associadas, numa primeira análise, às dinâmicas intermunicipais, assumem-se, ainda, em termos municipais,

como vias fundamentais de ligação entre a sede de Município e muitas das suas freguesias mais rurais.

Situada na margem direita do rio Mondego, a antiga EN111 atravessa as Freguesias de Montemor-o-Velho, Carapinheira, Meãs do Campo e Tentúgal, funcionando como o principal acesso entre os centros urbanos de Coimbra e Figueira da Foz.

A ligação entre as freguesias localizadas na margem esquerda do rio Mondego é feita pela EM341, que, ao atravessar o Município de Soure, permite a ligação entre o sector Sudoeste – Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca – e o sector Sudeste – Freguesias de Santo Varão e Pereira –, onde faz a ligação ao Município de Coimbra

(Freguesia de Arzila), através da via rápida de Taveiro. Este eixo assume igualmente um papel fundamental na ligação ao Município de Soure, designadamente às Freguesias de Alfaielos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo. A EM335, localizada no sector central do Município, atravessa as Freguesias de Carapinheira, Seixo de Gatões e Arazede, estabelecendo a ligação ao IC1. A ligação entre a sede de Município e a Freguesia de Gatões é feita pela EM347, que funciona, igualmente, como acesso ao Município de Condeixa-a-Nova, designadamente às Freguesias de Belide, Sebal e Condeixa-a-Nova), Soure (Freguesias de Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro e Alfaielos) e Figueira da Foz (Freguesia de Santana).

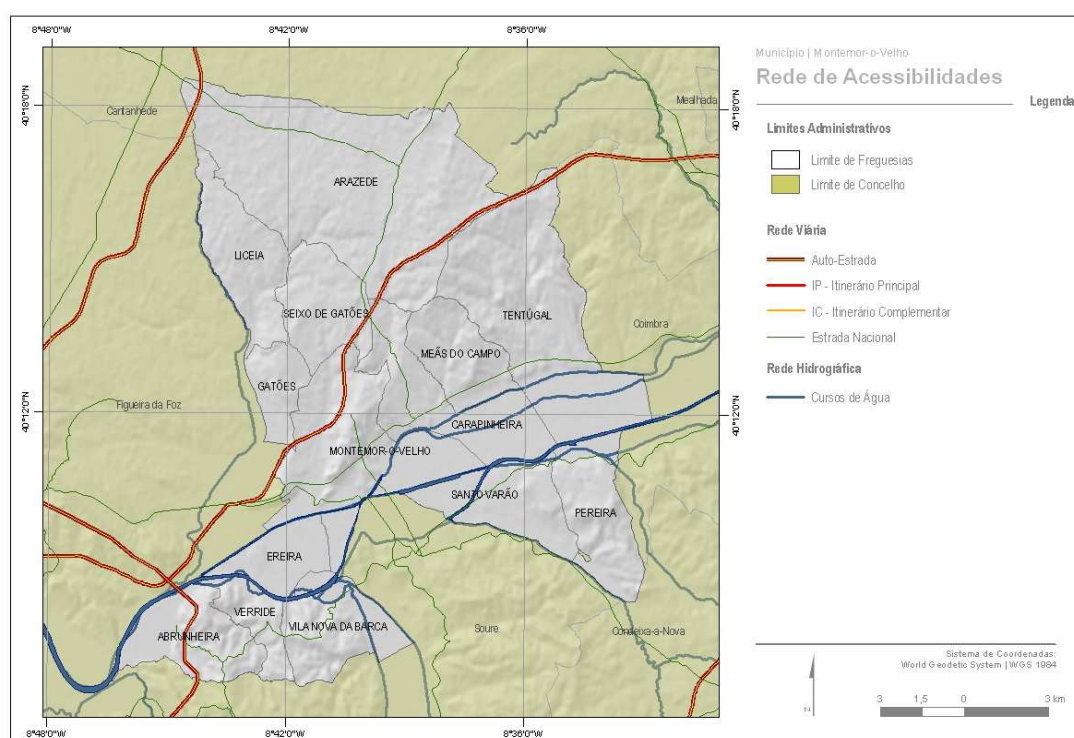


Figura 11 - Rede de acessibilidades.

As estradas secundárias assumem-se como elo de ligação entre as sedes de freguesia e os seus lugares e entre estas e a sede de Município. A este nível importa referir as ligações que se estabelecem entre as freguesias localizadas no sector Sul do território municipal, através das habitualmente designadas “estradas do campo”. Por seu turno, a ligação entre as Freguesias de Tentúgal e Arazede é feita através da EM577, que no passado servia também como via de acesso à Praia da Tocha, pela variante EM335-1. A Freguesia de Liceia apresenta apenas como acesso directo à sede de Município uma variante da

EM579, a EM579-2, que serve, simultaneamente, as Freguesias de Seixo de Gatões e Gatões.

Embora de certo modo atenuada, a rede viária do Município reflecte ainda a relação com os aspectos físicos do território municipal, em especial o rio Mondego. O facto deste dividir o Município em dois sectores claramente distintos colocou desde sempre constrangimentos à movimentação entre as duas margens, nas quais se desenham dois eixos regionais fundamentais para o acesso das diferentes freguesias

ribeirinhas à sede de Município, a antiga EN111, localizada na margem direita, e a EM341, localizada na margem esquerda.

Após as obras hidráulicas de regularização do rio Mondego a ligação entre as duas margens passou a ser feita através de quatro pontes - Formoselha, Pereira, Verride e Montemor-o-Velho, esta última já localizada no Município de Soure.

A ocorrência de cheias agrava a dificuldade de mobilidade observada entre as freguesias localizadas na margem esquerda do rio Mondego e a sede de Município, como foi visível nas cheias do Inverno de 2000/2001.

Em termos ferroviários o Município encontra-se servido pela linha do Norte, que atravessa as Freguesias de Pereira e Santo Varão, apresentando, a poucos quilómetros, na Freguesia de Alfarelos (Município de Soure), um dos seus nós principais. Neste nó tem início o ramal de Alfarelos, que, através da linha do Norte, se assume como a principal ligação entre as cidades de Coimbra e Figueira da Foz, sustentando, actualmente, um importante fluxo diário de pessoas e bens. O ramal de Alfarelos permite ainda, na bifurcação de Lares, a ligação à linha do Oeste.

O Município é ainda servido pela linha da Beira Alta, que passa no sector Norte do território municipal, fazendo a ligação entre Pampilhosa e Figueira da Foz. Este troço, de diminuta importância, apresenta bastantes deficiências, nomeadamente ao nível dos tempos de percurso.

Em termos globais pode dizer-se que todas as freguesias dispõem de boas acessibilidades viárias, quer à sede do Município, quer aos Municípios limítrofes, enquanto em termos ferroviários apenas as freguesias do sector Sul se encontram bem servidas, uma vez que nenhuma das linhas ferroviárias apresenta ligação à sede do Município.

1.4. Evolução do Construído

A compreensão das transformações verificadas no passado, em especial ao longo do último meio século, assume um papel fundamental no perspectivar das tendências de crescimento (Figura 12). Neste domínio apresenta especial importância o conhecimento dos novos espaços previstos para construção, uma vez que apresentam reflexos a diferentes níveis, nomeadamente na instalação de casais jovens, cujos efeitos se farão sentir, numa fase seguinte, a nível demográfico.

A observação da Ocupação do Solo revela de imediato que o município apresenta características predominantemente rurais (Figura 13). Como se pode observar através da análise da Carta de Ocupação do Solo², as “Áreas Agrícolas” e as “Áreas Florestais” ocupam cerca de 88%, respectivamente 52% e 36%, enquanto o “Espaço Urbano” ocupa apenas cerca de 4%. Os restantes 8% são referentes aos “Meios Semi-naturais” (5%), às “Superfícies Com Água” (2%) e aos “Outros Espaços Artificiais” (1%).

A análise da evolução do construído foi realizada com base em dois momentos distintos: 1947, através das cartas militares 1/25 000, e 2003, com base em ortofotomapas. A escolha destes momentos específicos teve como objectivo a comparação entre o período compreendido entre 1940 e 1950, que corresponde à implementação do plano global de expansão da rede educativa do ensino primário - o “Plano Centenário”, e o momento presente, que apresenta características completamente diferentes, resultantes das profundas transformações demográficas e sócio-económicas de que o país foi alvo no último meio século.

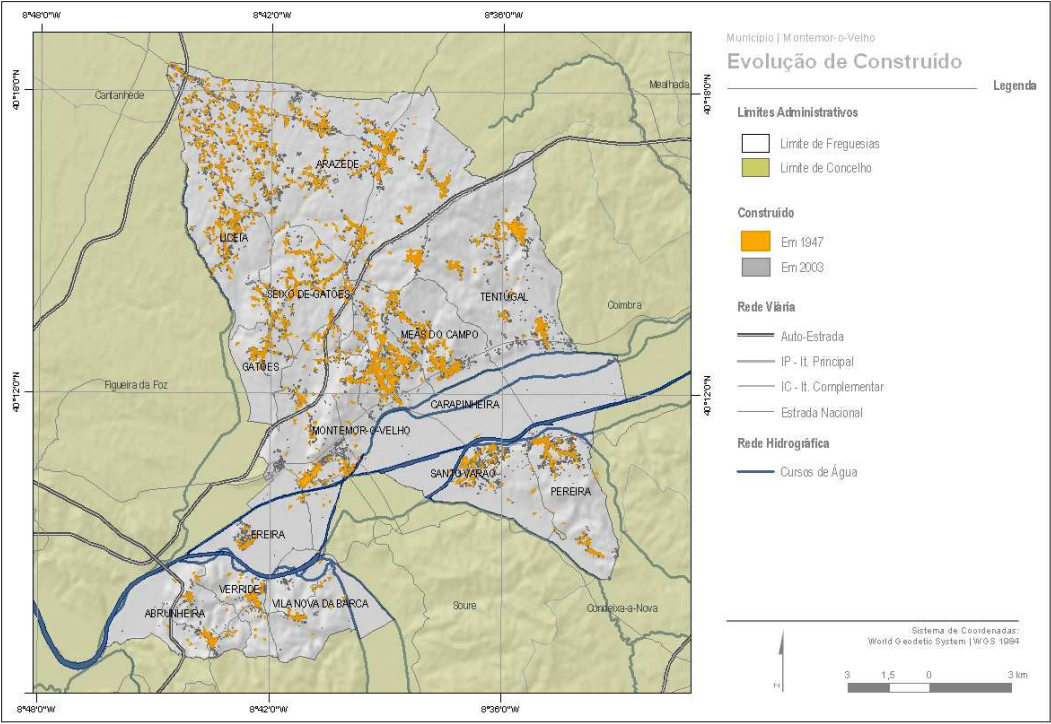


Figura 12 - Evolução do construído na Freguesia de Montemor-o-Velho.

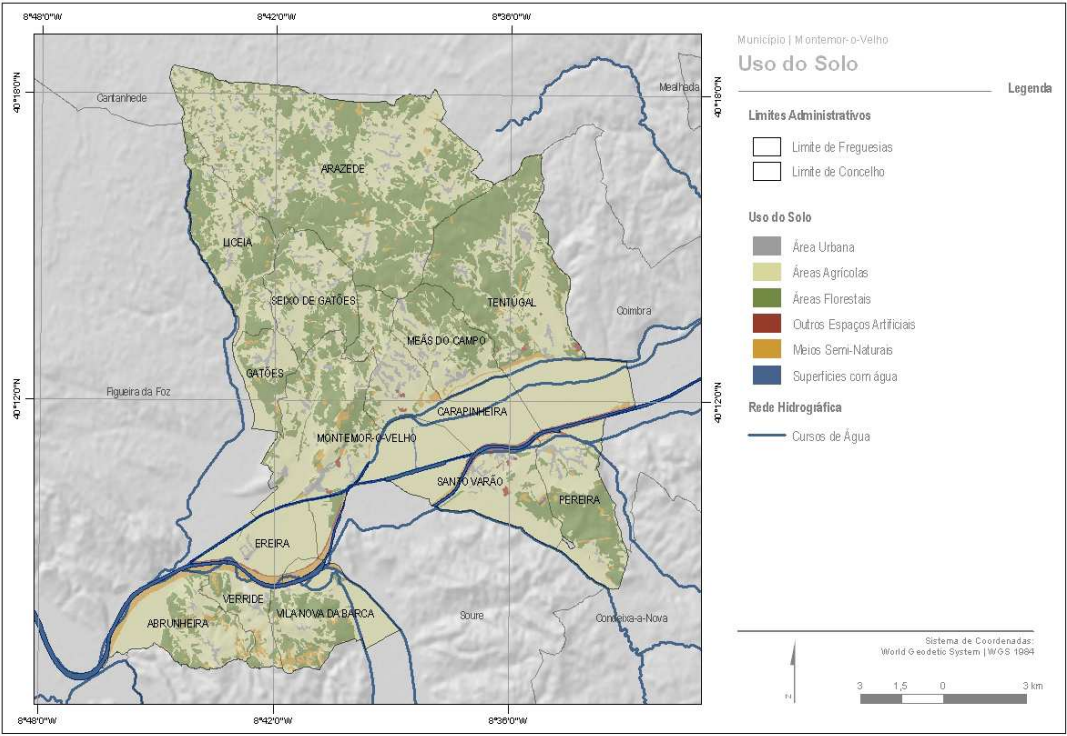


Figura 13 - Carta de Ocupação do Solo do Município de Montemor-o-Velho.
Fonte - Centro Nacional de Informação Geográfica.

Este olhar sobre a evolução do construído do Município, com um espaçamento de meio século, permite uma melhor compreensão das características de povoamento associadas a cada momento e da intervenção antrópica na modificação da ocupação do solo, particularmente das tendências de crescimento observadas e dos factores condicionantes, em especial nos sectores menos rurais. O facto do território municipal ser, do ponto de vista físico, atravessado pelo rio Mondego, que se assume como um acidente marcante na dinâmica do dia-a-dia das populações, criando um “efeito de barreira”, levou a que análise da evolução do construído fosse realizada com base na divisão do Município em dois sectores que, como já foi amplamente referido, apresentam dinâmicas demográficas e sócio-económicas claramente distintas: o sector Norte (margem direita) e o sector Sul (margem esquerda).

As diferenças entre estes dois sectores podem observar-se através da classificação aplicada pelo INE na Tipologia de Áreas Urbanasⁱⁱⁱ de 1999. De acordo com os princípios enunciados nesta publicação, no sector Norte do território municipal encontram-se quatro freguesias classificadas como “Áreas Predominantemente Urbanas” (APU) – Arazede, Carapinheira, Meãs do Campo e Montemor-o-Velho –, três como “Áreas Medianamente Urbanas” (AMU) – Gatões, Liceia e Seixo de Gatões – e apenas uma – Tentúgal – como “Área Predominantemente Rural” (APR). Por seu turno, no sector Sul do Município não se encontra qualquer freguesia classificada como APU, encontrando-se quatro freguesias classificadas como AMU – Ereira, Pereira, Santo Varão e Verride – e duas como APR – Abrunheira e Vila Nova da Barca.

Em termos de edificado a Norte encontra-se um tipo de povoamento mais disperso, enquanto a Sul este se apresenta mais concentrado, localizando-se em pequenos núcleos habitacionais. Em todo o território municipal é clara a influência das condicionantes físicas, em especial do rio Mondego, bem como das vias de comunicação. O crescimento registado em tipo “mancha de óleo” segue claramente um padrão associado à rede viária.

Quando a análise se centra no sector Norte salienta-se de imediato a freguesia sede de Município, cujo posicionamento relativo aos grandes eixos viários lhe confere grande centralidade. Ao longo do último meio século a vila cresceu de forma significativa, o mesmo acontecendo com o lugar de Moinho da Mata. Mais notório foi o aparecimento de um núcleo habitacional no lugar de Quinhendros, que no primeiro momento de análise praticamente não existia. Processo idêntico foi observado no lugar de Areal, que registou crescimento no mesmo período. No que respeita ao sector Norte destaca-se ainda o extremo Noroeste,

constituído pelas Freguesias de Arazede e Liceia. No entanto, este crescimento apresentou características bastante diferenciadas do observado na Freguesia de Montemor-o-Velho ou mesmo nas freguesias localizadas no sector Sudeste – Freguesias de Pereira e Santo Varão. Enquanto nestas o crescimento se realizou em altura, nas Freguesias de Arazede e Liceia o crescimento ocorreu com base em habitações unifamiliares.

No primeiro momento salientavam-se os núcleos habitacionais dos lugares de Arazede e Amieiro, cujo povoamento apresentava um carácter disperso. No segundo momento em análise novos núcleos habitacionais acentuam a sua definição, com destaque para os lugares de Liceia e Viso, na Freguesia de Liceia, e de Bebedouro, Catarruchos, Faíscas, Resgatados, Vila Franca, Volta da Tocha e Zambujeiro, na Freguesia de Arazede. A Freguesia de Arazede, muito devido à dimensão da sua superfície, que não sofre a condicionante física dos campos do Mondego, apresenta a maior área construída, assumindo-se, naturalmente, como a freguesia mais populosa de todo o Município.

Por último, no sector Norte importa também referir o facto de se ter observado um fraco crescimento nas Freguesias de Meãs do Campo e, em especial, de Carapinheira, facto que, numa primeira análise e tendo em linha de conta a sua localização privilegiada em relação à sede de Município e mesmo ao Município vizinho de Coimbra, parece ser um pouco contraditório. Se no primeiro momento em análise estas freguesias exerciam já uma forte atracção, por força da sua localização junto a um dos principais eixos viários, a antiga EN111, após esta fase a sua intensidade de crescimento poderá ter diminuído em detrimento do aparecimento de outras na conjuntura do território municipal. Por outro lado, também o facto da área administrativa destas freguesias se encontrar fortemente condicionada pelos campos do Mondego tem vindo a limitar o espaço disponível para a sua expansão.

Um olhar atento sobre o sector Sul torna evidente a divisão da margem Sul em dois sectores – Sudoeste e Sudeste –, separados pelas Freguesias de Alfaielos, Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo, pertencentes ao Município de Soure. No sector Sudoeste encontram-se as Freguesias de Abrunheira, Ereira, Verride e Vila Nova da Barca, onde o povoamento mantém o carácter concentrado observado já em meados do século passado, sendo este conjunto que apresenta o crescimento menos acentuado.

Por seu turno, no sector Sudeste encontram-se as Freguesias de Pereira e Santo Varão, cujo povoamento mantém, de certo modo, o padrão observado nas restantes freguesias que integram a margem Sul, embora, neste caso, concentrado em aglomerados que atingem maiores

dimensões. Se no final da década de 1940 não se distinguem em termos de dimensão dos encontrados no sector Sudoeste, no presente a realidade é bastante diferente.

A Freguesia de Santo Varão registou um crescimento significativo, em especial na sede de freguesia e no lugar de Formoselha. Na Freguesia de Pereira foi igualmente notória a sua evolução.

Os números dos loteamentos aprovados demonstram claramente a evolução do construído no território municipal no último meio século. Das 1 404 unidades de utilização para habitação integradas em loteamentos com alvará entre 1999 e 2006, 861 inserem-se nas Freguesias de Pereira e Santo Varão, respectivamente 602 (42,9%) e 259 (18,4%), e 467 (33,3%) na de Montemor-o-Velho.

Esta oferta, claramente vocacionada para jovens casais, vai ter como consequência um aumento da população residente, facto que poderá ou não traduzir-se num aumento da população escolar nos próximos anos, uma vez que o facto da grande maioria dos pais ou encarregados de educação exercer as suas actividades laborais na sede de Município ou mesmo no Município vizinho de Coimbra leva a que muitos optem por matricular as suas crianças mais próximas do seu local de trabalho e não nos estabelecimentos de ensino da sua área de residência.

A clara expansão do parque habitacional nas Freguesias de Pereira e Santo Varão encontra-se relacionada com a sua proximidade ao Município de Coimbra, o que, associado à crescente acessibilidade e aos valores de aquisição de imóveis, significativamente mais baixos, quando comparados com os valores praticados no Município de Coimbra, tem vindo a conferir a este sector um carácter de dormitório.

Ao contrário do que seria de esperar, o crescimento do edificado não foi acompanhado por um crescimento demográfico, pelo contrário, entre 1950 e 2001 o Município observou um decréscimo populacional de - 7,86%, passando de 27 650 a 25 478 habitantes, facto que se explica, no essencial, pela drástica alteração da estrutura etária e da composição do agregado familiar que se observaram no decorrer do último meio século.

Se no início da década de 1950 o território municipal apresentava uma pirâmide etária jovem e um povoamento que desenvolvia, essencialmente, em núcleos familiares de maior dimensão e em habitações unifamiliares, hoje, a estrutura etária alterou-se por completo e os núcleos familiares viram a sua dimensão reduzir drasticamente, tendo-se assistido a uma expansão da construção em altura, em especial nas Freguesias de Montemor-o-Velho, Pereira e Santo Varão.

A implantação da A14 e a instalação de parques industriais/logísticos poderá vir a trazer uma maior dinâmica a todo o sector Norte, enquanto,

simultaneamente, se observa o acentuar do carácter periférico das Freguesias localizadas no sector Sudoeste.

2. DEMOGRAFIA

O concelho de Montemor-o-Velho é um dos dez concelhos da sub-região do Baixo Mondego, localizando-se no contacto com os concelhos de Cantanhede a norte, Figueira da Foz a oeste, Coimbra a este, Soure e Condeixa-a-Nova a sul.

Apresenta uma localização privilegiada entre as duas principais áreas urbanas (Coimbra e Figueira da Foz) que dominam, em termos populacionais e de dinâmica económica, um território onde um dos traços marcantes da paisagem é o rio Mondego. Por outro lado, este concelho insere-se num território (Baixo Mondego) que apresenta dinâmicas populacionais que se traduzem para as décadas mais recentes num contínuo acréscimo da população residente.

Numa referência ao tecido económico do concelho, os valores recentes (de 2001 e 2011) indicam um reforço de emprego no setor terciário (de 55,7% para 68,2%) e a perda de relevância do setor secundário (de 34,4% para 25,6%) e do setor primário (de 9,9% para 6,3%), no quadro de uma evolução demográfica favorável, já que ocorreu na última década um acréscimo populacional de 2,72% considerando o concelho. A sub-região do Baixo Mondego registou no mesmo período um acréscimo de 3,81% de população residente (13647 residentes), sendo que a evolução no Continente traduziu-se no mesmo período por um crescimento de 5,3%.

2.1. Evolução e distribuição da população: um território desigual

Montemor-o-Velho com os seus 26171 habitantes (dados de 2011) apresenta-se como o quarto concelho mais populoso da sub-região do Baixo Mondego, representando 7,9% do total populacional desta sub-região, valor que deve ser interpretado atendendo ao elevado número de concelhos desta sub-região (10). No contexto desta sub-região são os concelhos de Coimbra e Figueira da Foz que apresentam os maiores quantitativos populacionais (143396 e 62125 habitantes, respetivamente).

O concelho de Montemor-o-Velho registou na última década um ligeiro aumento da importância no contexto do Baixo Mondego, uma vez que passou a representar 7,9% do total populacional quando dez anos antes representava 6,9%.

A análise da distribuição dos valores de população residente nas catorze freguesias que integram o concelho de Montemor-o-Velho para as últimas décadas permite distinguir grupos

de freguesias que apresentam comportamentos demográficos semelhantes nos dez anos mais recentes (Quadro 2, Figura 14 e

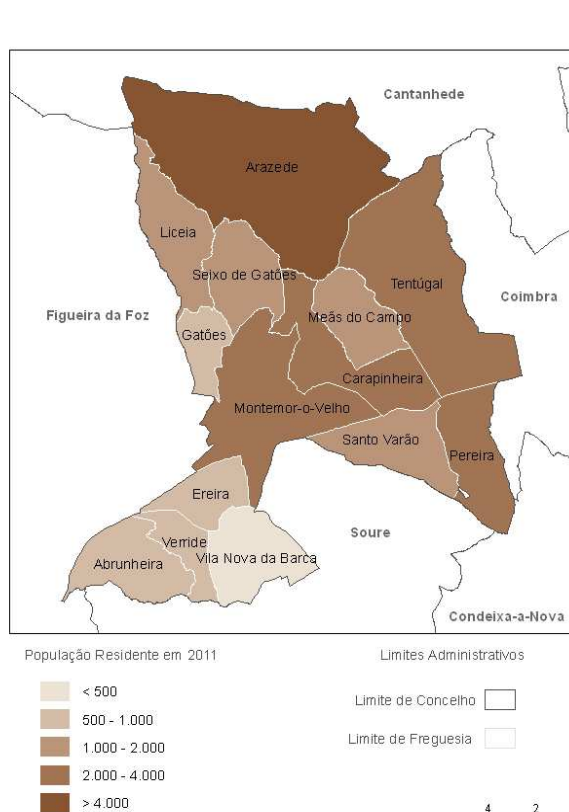


Figura 15).

A freguesia de Arazede assume-se no período em análise como a mais populosa, destacando-se claramente das restantes. Com efeito, e mesmo tendo presente a perda de população que tem vindo a ocorrer desde 1981, representa ainda 21,0% do total populacional do concelho, correspondente a 5508 habitantes. A justificação para a manutenção de um valor de população residente expressivo no contexto do concelho no período em estudo estará na importância que as atividades relacionadas com o setor primário desde sempre assumiram nesta freguesia, particularmente a criação de gado bovino para produção de leite.

Quadro 2 - População residente por freguesia entre 1991 e 2011.

Freguesias	1991		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abrunheira	831	3,2	735	2,9	637	2,4
Arazede	6155	23,3	5956	23,4	5508	21,0
Carapinha	3362	12,7	3093	12,1	2898	11,1
Ereira	799	3,0	714	2,8	649	2,5
Gatões	585	2,2	541	2,1	516	2,0
Liceia	1466	5,6	1359	5,3	1254	4,8
Meãs do Campo	1762	6,7	1716	6,7	1853	7,1
Montemor-o-Velho	2396	9,1	2853	11,2	3154	12,1
Pereira	2538	9,6	2241	8,8	3265	12,5
Santo Varão	1456	5,5	1502	5,9	1969	7,5
Seixo de Gatões	1599	6,1	1429	5,6	1449	5,5
Tentugal	2286	8,7	2275	8,9	2141	8,2
Verride	730	2,8	699	2,7	587	2,2
Vila Nova da Barca	410	1,6	365	1,4	291	1,1
Total	26375	100	25478	100	26171	100

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

Um segundo grupo é formado pelas freguesias de Pereira e de Montemor-o-Velho, embora com valores bastante inferiores, respetivamente de 3265 e 3154 habitantes, correspondendo a 12,5% e 12,1% do total. Carapinha e Tentugal formam um terceiro grupo que apresenta ainda valores de população superiores a 2000 habitantes (2898 e 2141, respetivamente). Um outro grupo é formado pelas freguesias de Santo Varão, Meãs do Campo, Seixo de Gatões e Liceia (1969, 1853, 1449 e 1254 habitantes, respetivamente). As restantes cinco freguesias (Abrunheira, Ereira, Verride, Gatões e Vila Nova da Barca) apresentam os menores quantitativos de população residente, inferiores a 700 habitantes, pensando nas quatro primeiras freguesias referidas, ou mesmo inferiores a 300, no caso de Vila Nova da Barca.

Regista-se, assim, um padrão territorial polarizado sobretudo pelas freguesias de Arazede, Pereira e Montemor-o-Velho, que reúnem mais de 45% da população residente no concelho.

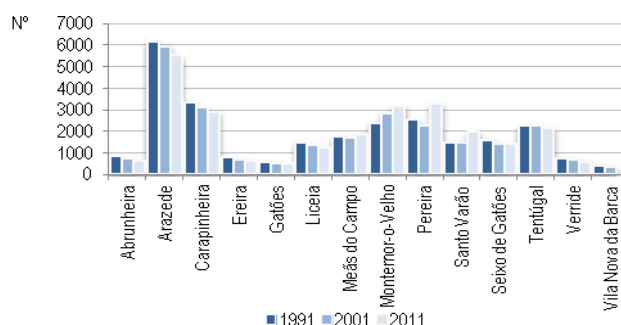


Figura 14 - População residente por freguesia entre 1991 e 2011.

Nos anos de 1991 e 2001 eram as freguesias de Arazede, Carapinha e Montemor-o-Velho que reuniam os maiores quantitativos populacionais. Como se pode observar, a freguesia de Carapinha

perdeu um considerável número de indivíduos na última década, ao mesmo tempo que a freguesia de Pereira registou um acréscimo populacional extraordinário. Este facto encontra justificação na proximidade de Pereira à cidade de Coimbra, ao crescimento do parque habitacional e aos preços competitivos praticados ao nível do mercado imobiliário.

Apresentando o Baixo Mondego uma repartição desigual da população por concelho, também no caso de Montemor-o-Velho se verifica uma oposição entre as freguesias atravessadas ou a Norte da EN 111 (principal ligação Coimbra – Figueira da Foz antes da construção da A14) e servidas também pela estrada 335 (que liga o concelho à cidade de Cantanhede) ou estrada 335-1 (Arazede – Tocha). Consta-se, pois, que as freguesias localizadas na margem esquerda do rio Mondego são aquelas que apresentam os menores quantitativos populacionais.

A consideração para o concelho de Montemor-o-Velho dos valores de população residente desde os anos oitenta do século XX permite uma

leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita igualmente algumas reflexões sobre as características do território (Quadro 3 e

Figura 16). Uma primeira ideia decorre do facto de não obstante a sua posição privilegiada no contacto com as mais importantes áreas urbanas do Baixo Mondego (Coimbra e Figueira da Foz), ocorreu entre 1981 e 2011, um decréscimo populacional com significado no contexto do concelho. Efetivamente, desde 1981 até 2011 o concelho perdeu 1103 habitantes correspondendo a -4,0%. No entanto, se entre 1981 e 2001 o concelho perdeu 1796 habitantes, na década seguinte assiste-se a um acréscimo populacional no concelho com um aumento de 2,72%, correspondendo a 693 habitantes.

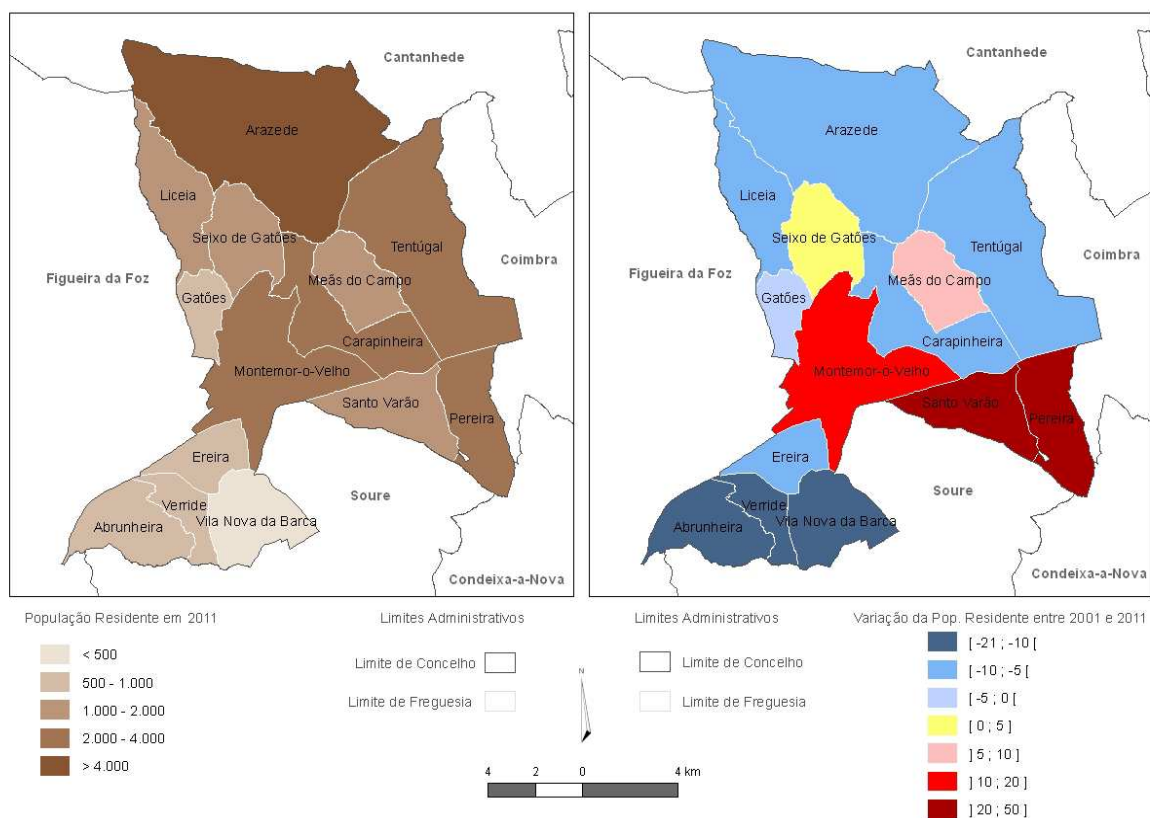


Figura 15 - População residente em 2011 e variação populacional entre 2001 e 2011.

Quadro 3 - População residente e variação populacional entre 1950 e 2011.

Anos	População residente (Nº)	Varição populacional (%)
1981	27274	—
1991	26375	-3,30
2001	25478	-3,40
2011	26171	2,72

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1950, 1960 e 1970, Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

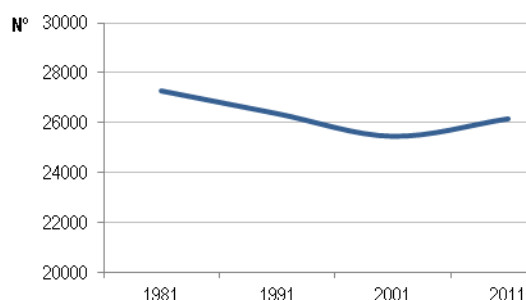


Figura 16 - Evolução da população residente entre 1981 e 2011.

A perda populacional observada entre 1981 e 2001 na generalidade das freguesias do concelho deve ser entendida no contexto do quadro evolutivo que caracteriza a população portuguesa desde os anos sessenta do século XX. Esta tendência inverte-se na década mais recente, sendo que a população do concelho passou de 25478 em 2001 para 26171 indivíduos em 2011.

Globalmente, entre 1981 e 2011, o concelho registou uma quebra populacional de cerca de 4,0% com uma diminuição de 1103 habitantes (de 27274 residentes para 26171 residentes).

As catorze freguesias que constituem o concelho apresentam, na última década, dinâmicas demográficas distintas. No essencial, distinguem-se dois tipos de comportamentos (Quadro 4 e Figura 17). Por um lado, as freguesias de Pereira, Santo Varão, Montemor-o-Velho, Meãs do Campo e Seixo de Gatões registam um acréscimo populacional (de 45,69%, 31,09%, 10,55%, 7,98% e 1,40%, correspondendo a 1024, 467, 301, 137 e 20 indivíduos, respetivamente). As restantes freguesias apresentaram na última década um decréscimo populacional, sendo mais expressivo nas freguesias de Vila Nova da Barca (-20,27%), Verride (-16,02%), Abrunheira (-13,33%) e Ereira (-9,10%), e menos expressivo nas freguesias de Liceia (-7,73%), Arazede (-7,52%), Carapinheira (-6,30%), Tentúgal (-5,89%) e Gatões (-4,62%).

Sublinha-se a evolução recente ocorrida na freguesia de Montemor-o-Velho, já que tendo perdido população entre 1981 e 1991, tal como a generalidade das restantes freguesias, aparece como a exceção que regista nas duas últimas décadas um acréscimo populacional (Santo

Varão é a outra exceção). De um modo global, entre 1981 e 2011, a freguesia de Montemor-o-Velho registou um acréscimo populacional de 20,29%, correspondendo a um aumento de 532 habitantes.

Assim, o dispositivo territorial expressa um nítido fenómeno de concentração da população nas freguesias de Arazede, Carapinheira, Pereira e Montemor-o-Velho, sendo que as restantes freguesias apresentam pesos populacionais menores.

Quadro 4 - Varição populacional por freguesia entre 1981 e 2011.

Freguesias	1981-1991		1991-2001		1981-2001		2001-2011		1981-2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abrunheira	-44	-5,03	-96	-11,55	-140	-16,00	-98	-13,33	-238	-27,20
Arazede	-226	-3,54	-199	-3,23	-425	-6,66	-448	-7,52	-873	-13,68
Carapinheira	-62	-1,81	-269	-8,00	-331	-9,67	-195	-6,30	-526	-15,36
Ereira	-37	-4,43	-85	-10,64	-122	-14,59	-65	-9,10	-187	-22,37
Gatões	-45	-7,14	-44	-7,52	-89	-14,13	-25	-4,62	-114	-18,10
Liceia	-81	-5,24	-107	-7,30	-188	-12,15	-105	-7,73	-293	-18,94
Meãs do Campo	30	1,73	-46	-2,61	-16	-0,92	137	7,98	121	6,99
Montemor-o-Velho	-226	-8,62	457	19,07	231	8,81	301	10,55	532	20,29
Pereira	-2	-0,08	-297	-11,70	-299	-11,77	1024	45,69	725	28,54
Santo Varão	-15	-1,02	46	3,16	31	2,11	467	31,09	498	33,85
Seixo de Gatões	-64	-3,85	-170	-10,63	-234	-14,07	20	1,40	-214	-12,87
Tentúgal	-48	-2,06	-11	-0,48	-59	-2,53	-134	-5,89	-193	-8,27
Verride	-60	-7,59	-31	-4,25	-91	-11,52	-112	-16,02	-203	-25,70
Vila Nova da Barca	-19	-4,43	-45	-10,98	-64	-14,92	-74	-20,27	-138	-32,17
Total	-899	-3,30	-897	-3,40	-1796	-6,59	693	2,72	-1103	-4,04

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

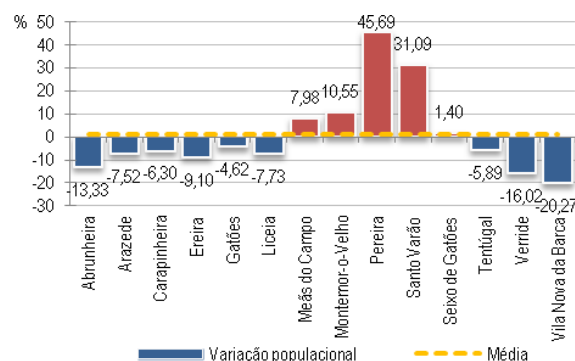


Figura 17 - Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

2.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório

As variações observadas na população do concelho e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais: por um lado, o crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos sociais se torna elemento fundamental e, por outro, o saldo migratório que, no contexto da atual conjuntura se assume como um fator também decisivo, mas cuja análise

se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise da evolução dos valores da natalidade entre 1991 e 2011 para o concelho de Montemor-o-Velho revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (A análise da evolução no mesmo período de tempo do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, sendo os valores durante a década de noventa ligeiramente superiores a três centenas (Quadro 5). Este número só é inferior no ano de 1997 e 2008 (276 e 274 óbitos), registando o valor mais elevado nos anos de 1991 e 1993 (353 e 372 óbitos). Nos anos mais recentes o número de óbitos parece evidenciar uma tendência no sentido de um ligeiro acréscimo no número de óbitos, registando-se 274 óbitos no ano de 2008 e 307 óbitos no ano de 2011.

Quadro 5). A consideração do número de nados-vivos mostra, no entanto, uma tendência geral que se expressa num número de nascimentos anual ligeiramente superior a duas centenas na década de noventa. Este valor só é superior nos anos de 1991 e 2011, registando-se respetivamente 250 e 252 nascimentos.

A tendência observada para os anos mais recentes traduz um acréscimo no número de nascimentos, verificando-se 220 nascimentos em 2009 e 252 nascimentos em 2011.

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência de oscilação, ora com pequenas subidas ora com decréscimos entre 1991 e 2011. Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida na década de noventa indica um decréscimo da taxa de natalidade entre 1991 e 1996 (de 18,96‰ para 7,98‰) e um acréscimo no ano seguinte (para 9,00‰). A partir desse ano e até 2011 verificam-se taxas de natalidade entre 7,0‰ e 10,0‰. No ano de 2011 verifica-se uma taxa de natalidade de 9,68‰, sendo uma das mais elevadas do período considerado. Por outro lado, destaca-se o facto dos valores da taxa de natalidade serem sempre inferiores a 10,00‰ e inferiores aos valores da taxa de mortalidade (que apresenta resultados acima dos 10,00‰).

A taxa de mortalidade apresenta, assim, entre 1991 e 2011 uma evolução com oscilações, sendo que até 1993 os valores de mortalidade sofreram um ligeiro acréscimo (de 13,38‰ para 14,33‰), seguindo-se um período com acréscimos e decréscimos, sendo que o ano de 1997 foi o que apresentou a mais baixa taxa de mortalidade (10,80‰). De registar o valor mais elevado desta taxa ter ocorrido no ano de 1993 (14,33‰).

O facto de a natalidade apresentar continuamente valores inferiores aos registados pela mortalidade, traduz-se num crescimento natural negativo no período analisado (Quadro 7 e Figura 18). As perdas populacionais com maior significado ocorrem nos anos de 1993 e 2007 (-5,32‰ e -5,20‰, respetivamente). De salientar que as taxas de crescimento natural assumem valores muito negativos em todos os anos do período considerado (superiores a -2,00‰).

A análise da evolução no mesmo período de tempo do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, sendo os valores durante a década de noventa ligeiramente superiores a três centenas (Quadro 5). Este número só é inferior no ano de 1997 e 2008 (276 e 274 óbitos), registando o valor mais elevado nos anos de 1991 e 1993 (353 e 372 óbitos). Nos anos mais recentes o número de óbitos parece evidenciar uma tendência no sentido de um ligeiro acréscimo no número de óbitos, registando-se 274 óbitos no ano de 2008 e 307 óbitos no ano de 2011.

A taxa de mortalidade apresenta, assim, entre 1991 e 2011 uma evolução com oscilações, sendo que até 1993 os valores de mortalidade sofreram um ligeiro acréscimo (de 13,38‰ para 14,33‰), seguindo-se um período com acréscimos e decréscimos, sendo que o ano de 1997 foi o que apresentou a mais baixa taxa de mortalidade (10,80‰). De registar o valor mais elevado desta taxa ter ocorrido no ano de 1993 (14,33‰).

O facto de a natalidade apresentar continuamente valores inferiores aos registados pela mortalidade, traduz-se num crescimento natural negativo no período analisado (Quadro 7 e Figura 18). As perdas populacionais com maior significado ocorrem nos anos de 1993 e 2007 (-5,32‰ e -5,20‰, respetivamente). De salientar que as taxas de crescimento natural assumem valores muito negativos em todos os anos do período considerado (superiores a -2,00‰).

Quadro 5 - Nados-vivos por freguesia entre 1991 e 2011 (N°).

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Abrunheira	3	7	2	7	7	5	6	2	5	3	5	7	3	4	1	2	6	2	1	3	5	86
Arazede	65	66	52	58	45	40	55	45	47	35	51	49	49	40	47	39	34	42	29	51	34	973
Carapinheira	27	32	32	30	19	28	30	26	34	34	28	21	26	27	30	27	23	21	15	15	22	547
Ereira	8	4	2	6	8	7	2	3	5	8	2	3	2	5	4	3	4	1	4	3	2	86
Gatões	3	7	10	3	4	1	2	6	4	5	5	2	3	7	3	2	3	-	1	2	6	79
Liceia	12	13	19	14	14	14	12	11	12	10	12	18	11	6	7	7	9	7	8	8	10	234
Meãs do Campo	20	15	17	17	11	11	18	9	15	8	25	16	11	20	11	11	25	16	21	25	21	343
Montemor-o-Velho	35	23	27	32	25	18	30	20	40	44	40	41	32	25	25	27	30	37	35	26	25	637
Pereira	13	8	15	12	14	20	22	18	7	14	22	22	13	13	11	21	21	44	52	61	69	492
Santo Varão	15	11	10	9	10	15	11	5	16	16	14	13	14	21	28	29	18	28	26	20	21	350
Seixo de Gatões	20	17	19	12	17	14	20	9	12	11	19	11	13	14	7	19	9	8	10	9	14	284
Tentúgal	21	15	21	15	24	22	13	25	21	18	14	19	21	16	17	14	10	11	16	7	18	358
Verride	7	3	6	3	4	5	4	7	8	5	4	6	4	5	1	4	1	4	1	5	2	89
Vila Nova da Barca	1	3	2	1	2	4	5	1	4	1	0	0	1	1	2	-	3	2	1	3	3	40
Total	250	224	234	219	204	204	230	187	230	212	241	228	203	204	194	205	196	223	220	238	252	4598

Fonte: INE.

Quadro 6 - Óbitos por freguesia entre 1991 e 2011 (Nº).

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Abrunheira	9	13	14	14	14	11	15	16	12	12	7	9	10	13	10	11	10	12	9	10	13	244
Arazede	72	61	88	60	63	75	58	64	63	68	66	66	74	77	62	77	62	63	70	70	68	1427
Carapinha	59	35	53	45	34	35	32	44	46	50	43	42	33	45	30	39	30	33	34	33	39	834
Ereira	7	6	7	7	6	8	6	7	7	9	5	11	8	4	12	12	5	12	10	3	10	162
Gatões	9	7	10	8	11	6	5	12	5	9	5	3	8	12	10	3	9	4	9	7	11	163
Liceia	17	14	8	10	12	20	8	19	20	14	12	23	22	12	11	13	12	20	9	14	19	309
Meãs do Campo	10	22	30	23	23	16	6	25	17	23	20	20	32	13	15	22	27	17	18	18	21	418
Montemor-o-Velho	42	35	46	36	40	30	37	34	46	38	25	40	36	39	40	30	42	26	34	27	31	754
Pereira	37	34	26	30	23	22	29	28	22	27	31	33	27	24	22	23	31	24	33	30	25	581
Santo Varão	20	16	15	14	15	28	23	12	25	19	16	21	15	10	25	20	23	12	12	19	17	377
Seixo de Gatões	27	26	23	14	29	16	18	17	20	24	22	25	20	15	16	23	25	22	13	19	15	429
Tentúgal	30	25	32	25	27	28	24	15	28	21	30	37	34	31	27	28	29	20	27	26	22	566
Verride	9	13	11	10	14	8	8	8	11	13	8	10	7	13	13	8	13	7	5	8	9	206
Vila Nova da Barca	5	7	9	8	4	3	7	9	5	6	1	8	6	4	6	6	7	2	10	8	7	128
Total	353	314	372	304	315	306	276	310	327	333	291	348	332	312	299	315	325	274	293	292	307	6598

Fonte: INE.

Quadro 7 - Dinâmica natural entre 1991 e 2011.

Anos	Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural
1991	250	9,48	353	13,38	-103	-3,91
1992	224	8,56	314	12,01	-90	-3,44
1993	234	9,01	372	14,33	-138	-5,32
1994	219	8,48	304	11,77	-85	-3,29
1995	204	7,94	315	12,26	-111	-4,32
1996	204	7,98	306	11,97	-102	-3,99
1997	230	9,00	276	10,80	-46	-1,80
1998	187	7,37	310	12,21	-123	-4,85
1999	230	9,09	327	12,93	-97	-3,83
2000	212	8,41	333	13,21	-121	-4,80
2001	241	9,46	291	11,42	-50	-1,96
2002	228	9,06	348	13,83	-120	-4,77
2003	203	8,08	332	13,21	-129	-5,13
2004	204	8,13	312	12,44	-108	-4,31
2005	194	7,75	299	11,95	-105	-4,20
2006	205	8,22	315	12,63	-110	-4,41
2007	196	7,90	325	13,09	-129	-5,20
2008	223	9,00	274	11,06	-51	-2,06
2009	220	8,91	293	11,86	-73	-2,96
2010	238	9,66	292	11,86	-54	-2,19
2011	252	9,63	307	11,73	-55	-2,10

e: INE.

Font

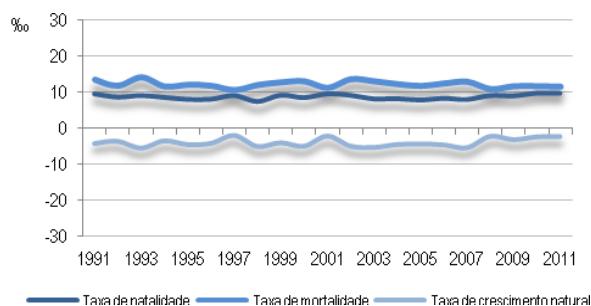


Figura 18 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural entre 1991 e 2011.

Assim, considerando uma outra escala espacial de análise, sublinha-se, para o ano de 2011, o crescimento natural positivo para as freguesias de Pereira e Santo Varão (44 e 4 indivíduos) e o crescimento nulo para a freguesia de Meãs do Campo (Quadro 8 e Figura 19). As restantes freguesias registam decréscimos entre -1 (Seixo de Gatões) e -34 indivíduos (Arazede).

Em 2001, por comparação, apenas as freguesias de Meãs do Campo, Montemor-o-Velho registavam crescimentos naturais negativos, enquanto que as freguesias de Gatões e Liceia registavam um crescimento natural nulo.

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do concelho e do território. Efetivamente, das freguesias mais populosas apenas Montemor-o-Velho manifesta uma tendência de evolução favorável na década mais recente, já que tendo presente, quer para 2001

A análise anteriormente realizada da evolução demográfica no concelho de Montemor-o-Velho indicava estas tendências ao nível da dinâmica natural da população, ao mesmo tempo que permite também pensar que algumas freguesias terão comportamentos diferentes que traduzirão algum poder de atração sobre populações exógenas.

os resultados das taxas de natalidade e de mortalidade e correspondente crescimento natural, é a freguesia que revela uma evolução favorável traduzida num acréscimo populacional.

Quadro 8 - Dinâmica natural por freguesia em 1991 e 2001.

Freguesias	2001						2011					
	Natalidade		Mortalidade		Crescimento Natural		Natalidade		Mortalidade		Crescimento Natural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abrunheira	5	6,80	7	9,52	-2	-2,72	5	7,85	13	20,41	-8	-12,56
Arazede	51	8,56	66	11,08	-15	-2,52	34	6,17	68	12,35	-34	-6,17
Carapinha	28	9,05	43	13,90	-15	-4,85	22	7,59	39	13,46	-17	-5,87
Ereira	2	2,80	5	7,00	-3	-4,20	2	3,08	10	15,41	-8	-12,33
Gatões	5	9,24	5	9,24	0	0,00	6	11,63	11	21,32	-5	-9,69
Liceia	12	8,83	12	8,83	0	0,00	10	7,97	19	15,15	-9	-7,18
Meãs do Campo	25	14,57	20	11,66	5	2,91	21	11,33	21	11,33	0	0,00
Montemor-o-Velho	40	14,02	25	8,76	15	5,26	25	7,93	31	9,83	-6	-1,90
Pereira	22	9,82	31	13,83	-9	-4,02	69	21,13	25	7,66	44	13,48
Santo Varão	14	9,32	16	10,65	-2	-1,33	21	10,67	17	8,63	4	2,03
Seixo de Gatões	19	13,30	22	15,40	-3	-2,10	14	9,66	15	10,35	-1	-0,69
Tentúgal	14	6,15	30	13,19	-16	-7,03	18	8,41	22	10,28	-4	-1,87
Verride	4	5,72	8	11,44	-4	-5,72	2	3,41	9	15,33	-7	-11,93
Vila Nova da Barca	0	0,00	1	2,74	-1	-2,74	3	10,31	7	24,05	-4	-13,75
Total	241	9,46	291	11,42	-50	-1,96	252	9,63	307	11,73	-55	-2,10

Fonte: INE.

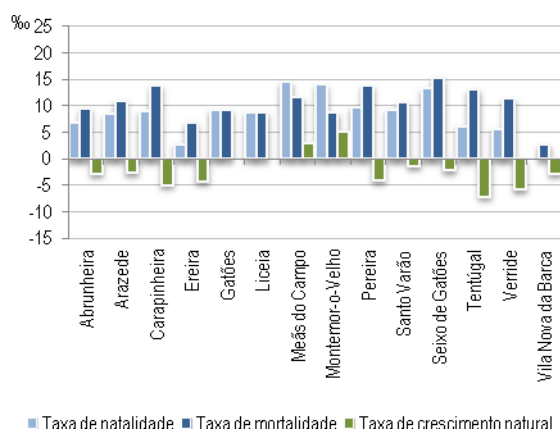


Figura 19 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural em 2011.

A consideração da dinâmica das migrações totais para o concelho de Montemor-o-Velho para o período de 2001 a 2011 vem reforçar o cenário de evolução natural negativa do concelho (Quadro 9). Efetivamente, se o crescimento natural é negativo na década (-984 indivíduos), o saldo migratório total apresenta um valor positivo de 1677 pessoas, o que em termos globais se traduz num crescimento efetivo de 693 indivíduos.

Quadro 9 - Dinâmica da população por freguesia entre 2001 e 2011 (Nº).

Freguesias	Nados-Vivos	Óbitos	Crescimento Natural	Saldo Migratório	Crescimento Efectivo
Abrunheira	39	114	-75	-23	-98
Arazede	465	755	-290	-158	-448
Carapinha	255	401	-146	-49	-195
Ereira	33	92	-59	-6	-65
Gatões	34	81	-47	22	-25
Liceia	103	167	-64	-41	-105
Meãs do Campo	202	223	-21	158	137
Montemor-o-Velho	343	370	-27	328	301
Pereira	349	303	46	978	1024
Santo Varão	232	190	42	425	467
Seixo de Gatões	133	215	-82	102	20
Tentúgal	163	311	-148	14	-134
Verride	37	101	-64	-48	-112
Vila Nova da Barca	16	65	-49	-25	-74
Total	2404	3388	-984	1677	693

Fonte: INE.

À exceção das freguesias de Gatões, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões e Tentúgal que registam saldos migratórios positivos (22, 158, 328, 978, 425, 102 e 14 indivíduos, respetivamente), todas as outras freguesias apresentam saldos migratórios negativos (entre -6 e -158 indivíduos).

A freguesia mais populosa (Arazede) apresenta crescimento natural e saldo migratório negativos (-290 e -158 indivíduos,), comportamento traduzido num crescimento efetivo de -448 residentes, revelando uma fraca capacidade de atração de população desta freguesia.

2.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução da população deve contemplar também o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas traduzem não apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que marcam a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas. Considera-se, para efeitos de análise, a pirâmide etária relativa a 2001 e 2011 para o concelho de Montemor-o-Velho, centrando a atenção nos respetivos perfis populacionais. Em paralelo, apresentam-se alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população. Conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica natural da população permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população por escalão etário parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários (

Quadro 10

Quadro 10 e Figura 20), verificamos que no concelho a população adulta (25-64 anos) sofreu um aumento desde 1981 (de 47,22% para 54,58%), e a idosa (mais de 65 anos) apresentou também um aumento expressivo (de 15,36% para 22,34%). Por outro lado, a população jovem (0-14 anos) apresentou um decréscimo, no mesmo período, de 22,31% para 12,92% e a população jovem adulta (15-24 anos) registou também uma diminuição (de 15,12% para 10,16%). Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e deve merecer uma cuidada análise dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 22,34% da população total em 2001).

Quadro 10 - População residente segundo os grandes grupos etários entre 1981 a 2011.

Grupos etários	1981		1991		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 14 anos	6084	22,31	4778	18,12	3536	13,88	3382	12,92
15 - 24 anos	4123	15,12	3906	14,81	3346	13,13	2658	10,16
25 - 64 anos	12878	47,22	13194	50,02	13270	52,08	14285	54,58
65 anos ou mais	4189	15,36	4497	17,05	5326	20,90	5846	22,34
Total	27274	100	26375	100	25478	100	26171	100

Font: INE, Recenseamento da População de 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

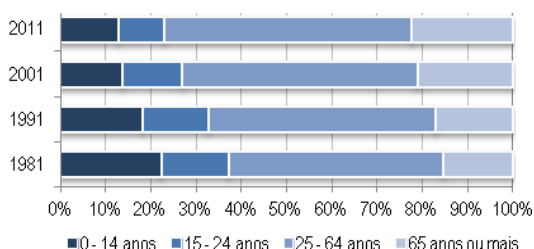


Figura 20 - População residente, segundo os grandes grupos etários entre 1981 a 2011.

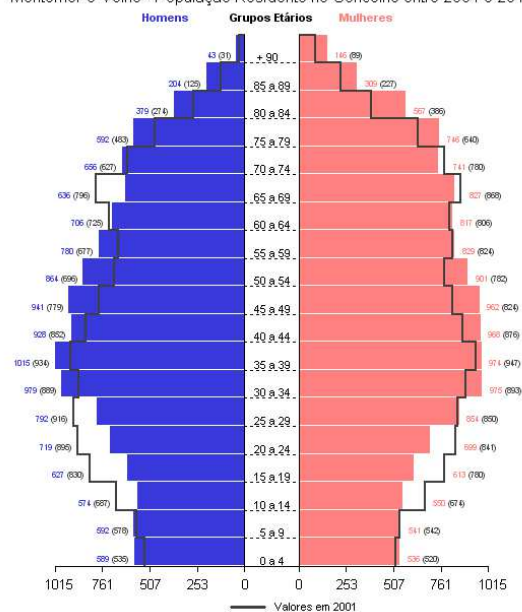
A análise dos resultados da estrutura etária para Montemor-o-Velho sublinha, assim, para o último período intercensitário, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar uma séria reflexão.

Esta evolução representa, por um lado, uma perda de 4,36% de população jovem, e, por outro, um acréscimo de população com 65 e mais anos (9,76%) entre 2001 e 2011. Os jovens entre os 15 e 24 anos registaram um decréscimo de 20,56% e os adultos (25-64 anos) apresentaram um aumento de 7,65%.

A consideração da estrutura etária por grandes grupos funcionais para o concelho destaca desde os anos oitenta do século XX, uma evolução com perda de jovens e aumento de idosos.

A análise da pirâmide etária do concelho de Montemor-o-Velho para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 2001, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide

Montemor-o-Velho - População Residente no Concelho entre 2001 e 2011



(

Figura 21). Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens e jovens adultas (dos 0 aos 19 anos e dos 30 aos 39 anos) e adultas (dos 50 aos 54 anos) corresponde, naturalmente, um aumento da população jovem adulta (dos 20 aos 24 anos) e adulta (dos 55 e + anos). O número de indivíduos total e por sexo nestes escalões etários é superior, em 2001 em relação a 1991, não havendo diferenças significativas por sexo. Nos grupos etários dos idosos (65 e mais anos), sendo o número superior em ambos os sexos em 2001, as diferenças não são tão expressivas como nos grupos anteriormente referidos. Os grupos etários jovens e jovens adultos (dos 0 aos 19 anos e dos 30 aos 44 anos) e adultos (dos 50 aos 54 anos) apresentam sucessivamente mais indivíduos nas classes seguintes, traduzindo a existência de um conjunto de classes ocas.

Um último aspeto sublinha o facto do número de idosos ser superior no sexo feminino.

Montemor-o-Velho - População Residente no Concelho entre 2001 e 2011

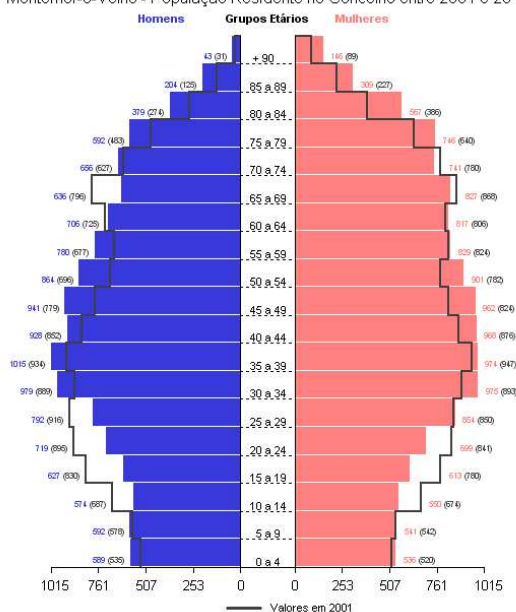


Figura 21 - Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.

Os valores do índice de envelhecimento¹ refletem esta evolução, uma vez que o total da população passou de 150,6% em 2001 para 173,3% em 2011 (Quadro 11). Trata-se de valores menos expressivos tendo por base o contexto nacional, já que esta relação era no Continente de 104,5% em 2001 evoluindo para 131,3% em 2011.

Quadro 11 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária em 2001 e 2011.

Freguesias	Índice de Envelhecimento (%)		Índice de Dependência (%)		Estrutura Etária					
	2001	2011	2001	2011	0-14		15 a 64		65 e +	
Abrunheira	287,7	351,9	62,6	62,1	73	54	452	393	210	190
Arazede	134,0	204,1	51,7	54,8	868	641	3925	3559	1163	1308
Carapinha	134,8	207,3	48,6	54,1	431	331	2081	1881	581	686
Ereira	245,8	275,4	53,5	60,2	72	65	465	405	177	179
Gatões	192,6	254,4	58,2	64,3	68	57	342	314	131	145
Liceia	114,6	188,1	50,7	53,1	213	151	902	819	244	284
Meãs do Campo	140,9	141,9	54,7	55,1	252	272	1109	1195	355	386
Montemor-o-Velho	131,2	146,7	54,6	51,9	436	437	1845	2076	572	641
Pereira	192,9	111,1	49,7	46,1	254	488	1497	2235	490	542
Santo Varão	161,4	107,6	59,8	56,4	215	342	940	1259	347	368
Seixo de Gatões	144,1	155,1	53,5	56,5	204	205	931	926	294	318
Tentugal	150,9	210,5	56,1	56,2	326	248	1457	1371	492	522
Verride	217,3	323,0	58,1	78,4	81	61	442	329	176	197
Vila Nova da Barca	218,6	266,7	60,1	60,8	43	30	228	181	94	80
Total	150,6	173,3	53,3	54,5	3536	3382	16616	16943	5326	5846

Font: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

A leitura dos resultados do índice de dependência ajuda, também, a refletir sobre a necessidade de definir políticas ativas no que diz respeito à população. Para o concelho de Montemor-o-Velho ocorreu um ligeiro acréscimo do valor deste índice entre 2001 e 2011, de 53,3% para 54,5%, o que significa que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos existiam em 2001 e 2011 respetivamente 53 e 54 não ativos. Este facto faz depender mais acentuadamente os não ativos dos ativos, sendo, como vimos, cada vez menos os jovens e mais os idosos também no concelho de Montemor-o-Velho, o que condicionará as políticas sociais no futuro próximo.

Esta leitura deve ser realizada com algum cuidado já que diminuindo o número de jovens não se verifica uma evolução no mesmo sentido dos idosos, logo as políticas sociais tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro.

¹ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Em síntese, e como se procurou demonstrar, a população das freguesias do concelho de Montemor-o-Velho tem envelhecido, acompanhando aliás a tendência de quase todo o país. Este facto parece estar relacionado segundo os especialistas não só com a mudança de mentalidades, o que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também pela procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar que migra quer para os espaços urbanos (próximos ou afastados), quer para as duas grandes metrópoles nacionais ou ainda para o estrangeiro.

2.3.1. População residente com dificuldades

Nos Censos de 2011 não foi recolhida a população com deficiência tal como nos Censos de 2001. Apenas foi efetuada uma avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento)².

Dos 26171 residentes no concelho, 5935 indivíduos referiram que apresentam uma ou mais dificuldades, ou seja, 22,7% da população residente. Estes valores são mais expressivos nas freguesias de Abrunheira e Liceia (38,0% e 32,4%, correspondendo a 242 e 406 indivíduos). As freguesias de Pereira e Santo Varão apresentam uma percentagem inferior de indivíduos com dificuldades (16,3% e 16,7%).

No concelho de Montemor-o-Velho existem 2331 residentes que apresentam uma dificuldade (Quadro 11), sendo que 21,8% reside na freguesia de Arazede (507 indivíduos) e 12,0% reside na freguesia da Carapinheira (280 indivíduos).

Em termos gerais, no concelho estão identificadas 14389 dificuldades da população residente. Deste modo, e numa referência aos grupos etários, são os idosos, com 65 e mais anos que apresentam um maior número de dificuldades (70,8%, correspondendo a 10184 dificuldades identificadas). Destes, cerca de 8939 têm dificuldade em realizar uma ação e 1245 não conseguem simplesmente realizar uma determinada ação.

² As dificuldades englobam 6 categorias diferentes: a) dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) dificuldade em andar ou subir degraus; d) dificuldades de memória ou de concentração; e) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho; f) dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender.

Quadro 12 - População residente com pelo menos uma dificuldade em 2011.

Freguesias	Dificuldades												Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Abrunheira	80	3,4	60	4,2	42	5,3	27	4,5	15	4,3	18	4,0	242
Arazede	507	21,8	315	22,3	175	22,2	133	22,2	90	25,9	106	23,3	1326
Carapinheira	280	12,0	163	11,5	102	12,9	55	9,2	27	7,8	57	12,5	684
Ereira	75	3,2	34	2,4	14	1,8	18	3,0	8	2,3	9	2,0	158
Gatões	53	2,3	31	2,2	24	3,0	18	3,0	11	3,2	4	0,9	141
Liceia	148	6,3	113	8,0	53	6,7	40	6,7	23	6,6	29	6,4	406
Meãs do Campo	150	6,4	109	7,7	60	7,6	57	9,5	37	10,7	35	7,7	448
Montemor-o-Velho	248	10,6	132	9,3	70	8,9	66	11,0	31	8,9	70	15,4	617
Pereira	242	10,4	137	9,7	57	7,2	42	7,0	20	5,8	33	7,3	531
Santo Varão	144	6,2	78	5,5	30	3,8	28	4,7	27	7,8	21	4,6	328
Seixo de Gatões	106	4,5	81	5,7	52	6,6	39	6,5	19	5,5	29	6,4	326
Tentúgal	202	8,7	115	8,1	67	8,5	45	7,5	24	6,9	29	6,4	482
Verride	62	2,7	31	2,2	24	3,0	20	3,3	11	3,2	6	1,3	154
Vila Nova da Barca	34	1,5	14	1,0	19	2,4	12	2,0	4	1,2	9	2,0	92
Total	2331	100	1413	100	789	100	600	100	347	100	455	100	5935

Fonte: INE, Censos 2011.

Relativamente ao grupo etário dos jovens (0-14 anos) e jovens adultos (15-24 anos), foram identificadas 149 e 203 dificuldades, respetivamente. No que concerne à população adulta, esta apresenta 3853 dificuldades, sendo que 3514 indivíduos apresentam muita dificuldade em efetuar uma ação e 339 não a conseguem executar (Quadro 12).

Quadro 13 - Dificuldades identificadas pela população residente, segundo o grupo etário e o grau de dificuldade em 2011.

Grupo etário	Tem muita dificuldade em		Não consegue efetuar a ação		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-14	129	1,0	20	1,2	149	1,0
15-24	182	1,4	21	1,3	203	1,4
25-64	3514	27,5	339	20,9	3853	26,8
65 e + anos	8939	70,0	1245	76,6	10184	70,8
Total	12764	100	1625	100	14389	100

Fonte: INE, Censos 2011.

As principais dificuldades identificadas pelos residentes (Figura 22) correspondem a dificuldades em andar e subir degraus e dificuldades de visão (3553 e 3051 indivíduos). Por outro lado, é tão expressiva a quantidade de indivíduos com dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho (1772), como compreender os outros ou fazer-se compreender (1621 indivíduos).

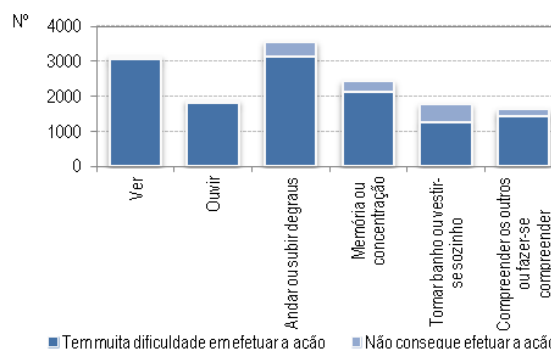


Figura 22 - Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau de dificuldade, em 2011.

Quadro 14 - Dificuldades da população residente, segundo o tipo e grau de dificuldade, em 2011.

Freguesias	Ver			Ouvir			Andar ou subir degraus			Total
	Muita dificuldade	Não consegue	Total	Muita dificuldade	Não consegue	Total	Muita dificuldade	Não consegue	Total	
	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º
Abrunheira	131	96,3	5	3,7	136	74	94,9	4	5,1	78
Arazede	674	97,3	19	2,7	693	382	95,5	18	4,5	400
Carapinheira	315	96,9	10	3,1	325	202	96,2	8	3,8	210
Ereira	71	94,7	4	5,3	75	44	100,0	0	0,0	44
Gatões	70	100,0	0	0,0	70	42	97,7	1	2,3	43
Liceia	253	99,6	1	0,4	254	135	97,1	4	2,9	139
Meãs do Campo	246	96,9	8	3,1	254	151	99,3	1	0,7	152
Montemor-o-Velho	338	96,6	12	3,4	350	207	94,5	12	5,5	219
Pereira	294	97,4	8	2,6	302	161	97,0	5	3,0	166
Santo Varão	156	97,5	4	2,5	160	104	95,4	5	4,6	109
Seixo de Gatões	161	97,0	5	3,0	166	102	93,6	7	6,4	109
Tentúgal	212	96,8	7	3,2	219	122	96,8	4	3,2	126
Verride	80	100,0	0	0,0	80	45	97,8	1	2,2	46
Vila Nova da Barca	50	94,3	3	5,7	53	33	97,1	1	2,9	34
Total	3051	97,3	86	2,7	3137	1804	96,2	71	3,8	1875

(continua)

(continuação)

Freguesias	Memória ou concentração					Tomar banho ou vestir-se sozinho					Compreender ou fazer-se compreender				
	Muita dificuldade		Não consegue		Total	Muita dificuldade		Não consegue		Total	Muita dificuldade		Não consegue		Total
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	
Abrunheira	95	83,3	19	16,7	114	39	60,9	25	39,1	64	62	81,6	14	18,4	76
Arazede	478	84,9	85	15,1	563	269	66,7	134	33,3	403	349	86,6	54	13,4	403
Carapinheira	236	84,9	42	15,1	278	138	66,7	69	33,3	207	145	84,8	26	15,2	171
Ereira	50	90,9	5	9,1	55	26	68,4	12	31,6	38	36	90,0	4	10,0	40
Gatões	52	94,5	3	5,5	55	28	68,3	13	31,7	41	37	92,5	3	7,5	40
Liceia	148	95,5	7	4,5	155	93	86,9	14	13,1	107	76	92,7	6	7,3	82
Meãs do Campo	178	93,2	13	6,8	191	98	68,1	46	31,9	144	141	93,4	10	6,6	151
Montemor-o-Velho	235	86,1	38	13,9	273	125	66,8	62	33,2	187	143	81,3	33	18,8	176
Pereira	143	84,1	27	15,9	170	104	73,2	38	26,8	142	90	88,2	12	11,8	102
Santo Varão	105	86,1	17	13,9	122	80	80,0	20	20,0	100	64	87,7	9	12,3	73
Seixo de Gatões	137	88,4	18	11,6	155	77	67,0	38	33,0	115	92	90,2	10	9,8	102
Tentúgal	168	85,7	28	14,3	196	109	74,7	37	25,3	146	121	90,3	13	9,7	134
Verride	58	85,3	10	14,7	68	36	78,3	10	21,7	46	43	93,5	3	6,5	46
Vila Nova da Barca	29	80,6	7	19,4	36	21	65,6	11	34,4	32	24	96,0	1	4,0	25
Total	2112	86,9	319	13,1	2431	1243	70,1	529	29,9	1772	1423	87,8	198	12,2	1621

Fonte: INE, Censos 2011.

2.4. Volume e características da população nas primeiras décadas do século XXI: principais tendências

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território importa, no quadro dos objetivos desta análise,

tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas. Utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

A análise dos resultados indica a diminuição da população no concelho de Montemor-o-Velho nas duas primeiras décadas do século XXI (

Quadro 15). Com efeito, Montemor-o-Velho terá -3047 habitantes em 2031 tendo por referência a população residente de 2011 (-11,64%). Este resultado deverá ser entendido no quadro da metodologia de projeção da população que considera apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos).

Considerando os valores totais para o concelho de Montemor-o-Velho, uma primeira ideia a referir destaca o crescimento negativo que ocorrerá por década e que se traduzirá num decréscimo populacional (-1237 habitantes em 2021 passando a 24934 residentes e de -1810 indivíduos em 2031, passando a 23124 residentes).

A análise por freguesia sublinha uma tendência de decréscimo de população residente em todas as freguesias, à exceção de Pereira, para a qual se projeta um acréscimo, ainda que ligeiro de população residente entre 2011 e 2031 (1,21%, correspondendo a 39 habitantes).

A freguesia mais populosa de Arazede registará uma diminuição de 868 habitantes, correspondendo a -15,76%, enquanto que a freguesia sede de concelho registará uma diminuição de 6,51%, correspondendo a -205 habitantes.

As freguesias de Abrunheira e Gatões serão as freguesias que perderão maiores quantitativos populacionais no horizonte temporal de 2031 (-26,91% e -25,27%, correspondendo a -171 e -130 residentes, respetivamente).

Se atendermos também à dinâmica migratória e admitindo como cenário que nas próximas décadas se manterá o saldo migratório positivo registado na década de noventa do século XX (1677 residentes), significa que a tendência de decréscimo projetada poderá ser ligeiramente compensada nas freguesias de Meãs do Campo, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, em virtude do saldo migratório ser positivo para estas freguesias.

Considerando o saldo migratório projeta-se um acréscimo populacional entre 2011 e 2021 (de 1,7%, correspondendo a 440 indivíduos). Para este período serão as freguesias de Pereira, Santo Varão e Montemor-o-Velho a registar os maiores acréscimos, pelo facto de apresentarem uma elevada capacidade de atração. Para a década seguinte projeta-se um decréscimo de 6,8%, correspondendo a -1810 indivíduos. De um modo global, projeta-se uma diminuição de 1370 indivíduos, correspondendo a -5,2% (

Quadro 13). Considerando apenas a dinâmica natural, o decréscimo projetado é de 11,6% (-3047 indivíduos).

Quadro 15 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2016		2016-2021		2021-2026		2026-2031		2011-2031	
						Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abrunheira	637	585	538	501	466	-52	-8,23	-47	-8,03	-36	-6,72	-36	-7,16	-171	-26,91
Arazede	5508	5335	5132	4901	4640	-173	-3,15	-202	-3,79	-231	-4,51	-261	-5,32	-868	-15,76
Carapinheira	2898	2783	2653	2514	2364	-115	-3,98	-130	-4,67	-139	-5,24	-150	-5,97	-534	-18,44
Ereira	649	610	571	534	492	-39	-6,07	-38	-6,26	-37	-6,51	-42	-7,83	-157	-24,12
Gatões	516	475	444	412	386	-41	-7,87	-32	-6,70	-31	-7,05	-27	-6,48	-130	-25,27
Liceia	1254	1207	1161	1111	1057	-47	-3,76	-46	-3,81	-50	-4,33	-53	-4,79	-197	-15,68
Meãs do Campo	1853	1849	1834	1807	1773	-4	-0,22	-15	-0,80	-27	-1,48	-34	-1,86	-80	-4,30
Montemor-o-Velho	3154	3127	3084	3026	2949	-27	-0,86	-43	-1,38	-58	-1,87	-77	-2,55	-205	-6,51
Pereira	3265	3398	3418	3370	3304	133	4,06	20	0,59	-48	-1,40	-65	-1,94	39	1,21
Santo Varão	1969	1985	1971	1943	1921	16	0,79	-14	-0,70	-28	-1,41	-22	-1,13	-48	-2,44
Seixo de Gatões	1449	1420	1387	1340	1287	-29	-1,98	-34	-2,37	-47	-3,36	-53	-3,94	-162	-11,17
Tentúgal	2141	2092	2020	1931	1836	-49	-2,28	-72	-3,43	-89	-4,43	-95	-4,94	-305	-14,26
Verride	587	553	516	481	447	-34	-5,73	-37	-6,74	-35	-6,75	-35	-7,18	-140	-23,90
Vila Nova da Barca	291	276	266	251	240	-15	-5,06	-11	-3,85	-15	-5,49	-11	-4,56	-51	-17,67
Total	26171	25668	24934	24070	23124	-503	-1,92	-734	-2,86	-864	-3,47	-946	-3,93	-3047	-11,64

* - INE, Censos 2011.

Quadro 16 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia, com saldo migratório, entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2021	2031	2011-2021		2021-2031		2011-2031	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abrunheira	637	515	443	-122	-19,2	-72	-14,0	-194	-30,5
Arazede	5508	4974	4482	-534	-9,7	-492	-9,9	-1026	-18,6
Carapinheira	2898	2604	2315	-294	-10,2	-289	-11,1	-583	-20,1
Ereira	649	565	486	-84	-12,9	-79	-14,0	-163	-25,0
Gatões	516	466	408	-50	-9,8	-58	-12,5	-108	-21,0
Liceia	1254	1120	1016	-134	-10,7	-103	-9,2	-238	-18,9
Meãs do Campo	1853	1992	1931	139	7,5	-61	-3,1	78	4,2
Montemor-o-Velho	3154	3412	3277	258	8,2	-135	-4,0	123	3,9
Pereira	3265	4396	4282	1131	34,6	-113	-2,6	1017	31,2
Santo Varão	1969	2396	2346	427	21,7	-50	-2,1	377	19,1
Seixo de Gatões	1449	1489	1389	40	2,7	-99	-6,7	-60	-4,1
Tentúgal	2141	2034	1850	-107	-5,0	-185	-9,1	-291	-13,6
Verride	587	468	399	-119	-20,3	-69	-14,8	-188	-32,1
Vila Nova da Barca	291	241	215	-50	-17,3	-26	-10,8	-76	-26,3
Total	26171	26611	24801	440	1,7	-1810	-6,8	-1370	-5,2

* - INE, Censos 2011.

A consideração da dimensão dinâmica natural permite assim compreender uma parte da amplitude e complexidade das alterações demográficas. Mas, no contexto da reorganização da rede de equipamentos sociais é importante analisar os nascimentos projetados até 2021. A análise do comportamento desta variável é fundamental para que se possa prospetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade.

A evolução do número de sobreviventes por ano para as diferentes freguesias evidencia desde logo a quebra nos nascimentos projetados (

Quadro 14). Para o concelho de Montemor-o-Velho projeta-se um decréscimo no número de nascimentos logo a partir de 2011, projetando-se para os anos de 2021, 2026 e 2031 a ocorrência de respetivamente 194, 169 e 153 nascimentos. Em 2011 ocorreram 252 nascimentos. De um modo global, entre 2011 e 2031, projeta-se uma diminuição de 99 nascimentos, correspondendo a -39,1%.

Em virtude da diminuição no número de nascimentos, a taxa de natalidade registrará um decréscimo entre 2011 e 2031 (de 9,63‰ para 6,63%). Todas as freguesias registarão uma diminuição na taxa de natalidade, sendo que no ano de 2031, as freguesias de Abrunheira, Ereira e Verride registarão taxas de natalidade menores (3,79%, 4,08% e 5,26%, respetivamente) (

Quadro 15).

Quadro 17 - Nados-vivos por freguesia entre 2011 e 2031 (Nº).

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	5	3	2	2	2	-3	-64,8
Arazede	34	36	34	31	27	-7	-21,6
Carapinheira	22	16	15	14	12	-10	-44,4
Ereira	2	3	3	3	2	0	0,5
Gatões	6	3	2	2	2	-4	-60,3
Liceia	10	9	8	7	6	-4	-35,5
Meãs do Campo	21	21	18	16	15	-6	-30,5
Montemor-o-Velho	25	28	26	24	21	-4	-14,1
Pereira	69	53	36	24	22	-47	-68,0
Santo Varão	21	20	16	14	15	-6	-29,2
Seixo de Gatões	14	10	9	9	9	-5	-38,2
Tentúgal	18	13	13	11	10	-8	-45,9
Verride	2	2	2	2	2	0	17,5
Vila Nova da Barca	3	2	2	2	2	-1	-42,9
Total	252	222	194	169	153	-99	-39,1

* - INE, Censos 2011.

Quadro 18 - Taxa de natalidade por freguesia entre 2011 e 2031 (‰).

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Abrunheira	7,85	4,76	4,43	4,12	3,79
Arazede	6,17	6,83	6,65	6,26	5,74
Carapinheira	7,59	5,90	5,65	5,45	5,17
Ereira	3,08	4,99	5,37	4,87	4,08
Gatões	11,63	5,63	5,02	5,11	6,18
Liceia	7,97	7,11	7,01	6,48	6,10
Meãs do Campo	11,33	11,36	9,95	8,71	8,23
Montemor-o-Velho	7,93	8,92	8,55	8,06	7,28
Pereira	21,13	15,57	10,55	7,07	6,69
Santo Varão	10,67	10,08	8,08	7,18	7,75
Seixo de Gatões	9,66	7,30	6,64	6,57	6,72
Tentúgal	8,41	6,42	6,32	5,89	5,31
Verride	3,41	4,36	4,27	5,18	5,26
Vila Nova da Barca	10,31	8,28	8,43	8,50	7,15
Total	9,63	8,66	7,77	7,02	6,63

* - INE, Censos 2011.

No quadro da reorganização da rede de equipamentos sociais é fundamental analisar o comportamento da população jovem (dos 0 a 19 anos) e a evolução da população idosa (65 e mais anos e 70 e mais anos), na medida em que serão os principais beneficiários destes equipamentos.

O efeito da diminuição da fecundidade e da taxa de natalidade tem tradução na diminuição do número de indivíduos dos 0 a 4 anos no concelho de Montemor-o-Velho (Quadro 19). Na primeira década do atual século, o número de crianças deste grupo etário registará um decréscimo de 160 indivíduos, passando dos atuais 1125 para 965 crianças. A análise por freguesia destaca o acréscimo projetado para as freguesias de Liceia, Vila Nova da Barca (4, 2 e 1 crianças).

Considerando o horizonte temporal 2011-2031 projeta-se uma diminuição de 361 crianças, correspondendo a -32,1%. As freguesias de Pereira e Ereira registarão os decréscimos mais expressivos (-53,4% e -47,1%, correspondendo a -126 e -9 indivíduos).

No escalão etário dos 5 a 9 anos e considerando a primeira década do século XXI, projeta-se um decréscimo de 26 indivíduos, correspondendo a -2,3%. A freguesia de Pereira registará um aumento muito relevante para este período (de 122 crianças).

Para a década seguinte o concelho perderá 265 crianças com estas idades, correspondendo a -23,9%. Considerando o horizonte temporal 2011-2031, projeta-se uma diminuição de 291 indivíduos, correspondendo a -25,7%. As freguesias de Abrunheira e Gatões registarão as perdas mais expressivas (-58,7% e -54,2%, correspondendo a -15 e -12 crianças com estas idades).

Quadro 19 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia no grupo etário 0 a 4 anos entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	11	14	12	10	9	-2	-19,9
Arazede	192	179	168	151	131	-61	-31,6
Carapinheira	88	82	75	68	61	-27	-30,5
Ereira	19	15	15	13	10	-9	-47,1
Gatões	13	13	11	11	12	-1	-8,4
Liceia	37	43	41	36	32	-5	-12,9
Meãs do Campo	106	105	91	79	73	-33	-31,2
Montemor-o-Velho	146	139	132	122	107	-39	-26,4
Pereira	237	264	180	119	111	-126	-53,4
Santo Varão	128	100	80	70	74	-54	-41,9
Seixo de Gatões	59	52	46	44	43	-16	-26,6
Tentúgal	65	67	64	57	49	-16	-25,1
Verride	15	12	11	12	12	-3	-21,7
Vila Nova da Barca	9	11	11	11	9	0	0,0
Total	1125	1107	965	842	764	-361	-32,1

* - INE, Censos 2011.

Quadro 20 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia no grupo etário 5 a 9 anos entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	25	11	14	12	10	-15	-58,7
Arazede	218	192	179	168	151	-67	-30,8
Carapinheira	124	88	82	75	68	-56	-44,8
Ereira	21	19	15	15	13	-8	-38,0
Gatões	23	13	13	11	11	-12	-54,2
Liceia	59	37	43	41	36	-23	-39,0
Meãs do Campo	93	106	105	91	79	-14	-15,4
Montemor-o-Velho	127	146	139	132	122	-5	-4,0
Pereira	142	237	264	180	119	-23	-16,1
Santo Varão	114	128	100	80	70	-44	-38,8
Seixo de Gatões	78	59	52	46	44	-34	-43,5
Tentúgal	82	65	67	64	57	-25	-30,7
Verride	18	15	12	11	12	-6	-30,7
Vila Nova da Barca	9	9	11	11	11	2	18,6
Total	1133	1125	1107	965	842	-291	-25,7

* - INE, Censos 2011.

Relativamente ao escalão etário dos 10 a 14 anos e considerando as próximas duas décadas, estima-se que ocorra uma diminuição de 159 indivíduos, correspondendo a -14,2% (Quadro 21). De sublinhar que para as freguesias de Pereira e Meãs do Campo projeta-se um aumento de 71 e 18 crianças, correspondendo a 65,4% e 24,9%. Para as restantes freguesias estima-se uma diminuição de indivíduos com estas idades. As freguesias de Verride e Gatões registarão as perdas mais significativas (-60,7% e -47,0%, correspondendo a -17 e -10 indivíduos).

Quadro 21 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia no grupo etário 10 a 14 anos entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	18	25	11	14	12	-6	-33,8
Arazede	231	218	192	179	168	-63	-27,3
Carapinheira	119	124	88	82	75	-44	-37,0
Ereira	25	21	19	15	15	-10	-38,6
Gatões	21	23	13	13	11	-10	-47,0
Liceia	55	59	37	43	41	-14	-26,0
Meãs do Campo	73	93	106	105	91	18	24,9
Montemor-o-Velho	164	127	146	139	132	-32	-19,7
Pereira	109	142	237	264	180	71	65,4
Santo Varão	100	114	128	100	80	-20	-20,3
Seixo de Gatões	68	78	59	52	46	-22	-32,3
Tentúgal	101	82	65	67	64	-37	-36,8
Verride	28	18	15	12	11	-17	-60,7
Vila Nova da Barca	12	9	9	11	11	-1	-6,7
Total	1124	1133	1125	1107	965	-159	-14,2

* - INE, Censos 2011.

Os sobreviventes no grupo etário dos 15 a 19 anos terão uma diminuição de 109 indivíduos entre 201 e 2021 (Quadro 22). Entre 2011 e 2031 este escalão etário registará -135 indivíduos, correspondendo a -10,9%. A análise por freguesia destaca para a primeira década deste século um decréscimo mais acentuado nas freguesias de Montemor-o-Velho e Arazede (-34,5% e -24,8%, correspondendo a -67 e -71 indivíduos). Para o horizonte temporal 2011-2031 as freguesias de Gatões e Verride registarão maiores decréscimos (-55,4% e -42,5%, correspondendo a -17 e -9 indivíduos). A dinâmica natural dos anos noventa do século passado permite compreender a evolução negativa projetada para grande parte das freguesias.

Quadro 22 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia no grupo etário 15 a 19 anos entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	18	18	25	11	14	-4	-22,7
Arazede	287	229	216	190	178	-109	-38,1
Carapinheira	137	119	124	88	82	-55	-40,1
Ereira	23	25	21	19	15	-8	-33,9
Gatões	30	21	23	13	13	-17	-55,4
Liceia	61	55	59	37	43	-18	-29,7
Meãs do Campo	81	73	93	106	105	24	29,6
Montemor-o-Velho	194	164	127	146	139	-55	-28,1
Pereira	97	109	142	237	264	167	172,6
Santo Varão	94	100	114	128	100	6	6,4
Seixo de Gatões	76	68	78	59	52	-24	-31,8
Tentúgal	112	101	82	65	67	-45	-40,1
Verride	21	28	18	15	12	-9	-42,5
Vila Nova da Barca	9	12	9	9	11	2	27,1
Total	1240	1122	1131	1122	1105	-135	-10,9

* - INE, Censos 2011.

Para o escalão etário dos idosos (65 e mais anos) e considerando o horizonte temporal de 2011-2031, projeta-se um aumento de 498 idosos, correspondendo a 8,5% (

Quadro 23). À exceção das freguesias de Abrunheira, Ereira, Tentúgal e Verride, projeta-se para as restantes freguesias um acréscimo no número de idosos. São as freguesias de Pereira e Montemor-o-Velho que registarão um aumento mais expressivo no número de idosos (25,7% e 25,4%, correspondendo a 95 e 178 indivíduos).

Quadro 23 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia no grupo etário 65 e mais anos entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	190	177	166	170	170	-20	-10,7
Arazede	1308	1333	1363	1386	1442	134	10,2
Carapinheira	686	725	732	752	758	72	10,5
Ereira	145	131	121	115	123	-22	-15,5
Gatões	284	302	312	320	329	45	16,0
Liceia	386	368	383	388	418	32	8,3
Meãs do Campo	641	636	652	681	750	109	17,0
Montemor-o-Velho	542	594	619	659	680	138	25,4
Pereira	368	378	383	423	463	95	25,7
Santo Varão	318	328	334	334	351	33	10,5
Seixo de Gatões	522	547	557	555	575	53	10,2
Tentúgal	197	191	183	180	174	-23	-11,5
Verride	80	72	64	73	73	-7	-8,9
Vila Nova da Barca	179	169	178	193	188	9	5,1
Total	5846	5922	5956	6102	6344	498	8,5

* - INE, Censos 2011.

Quando consideramos a população com 70 anos e mais, o acréscimo entre 2011 e 2031 será de 228 indivíduos, correspondendo a 5,2% (Quadro 24). Neste contexto, continuarão a ser as freguesias de Montemor-o-Velho e Pereira a registar os maiores acréscimos (26,9% e 21,2%, correspondendo a 110 e 60 indivíduos).

Quadro 24 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia no grupo etário 70 e mais anos entre 2011 e 2031.

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031	2011-2031 (Nº)	2011-2031 (%)
Abrunheira	158	128	122	124	130	-28	-18,0
Arazede	952	1008	1016	1034	1045	93	9,8
Carapinheira	512	521	552	556	570	58	11,4
Ereira	115	95	91	83	82	-33	-29,1
Gatões	221	213	233	242	250	29	13,0
Liceia	281	282	266	281	284	3	1,1
Meãs do Campo	483	495	484	497	523	40	8,2
Montemor-o-Velho	408	431	458	483	518	110	26,9
Pereira	283	299	303	303	343	60	21,2
Santo Varão	224	247	256	252	248	24	10,8
Seixo de Gatões	397	426	432	430	431	34	8,5
Tentúgal	152	151	143	136	133	-19	-12,2
Verride	62	58	54	44	56	-6	-10,2
Vila Nova da Barca	135	128	119	132	144	9	6,8
Total	4383	4453	4443	4471	4611	228	5,2

* - INE, Censos 2011.

Os valores de sobreviventes projetados devem ser considerados no quadro da definição da política de investimentos do concelho quer na vertente quantitativa, quer sobretudo na tipologia de equipamentos atendendo à população-alvo que deverá servir.

Finalmente, esta evolução expressa, para o concelho de Montemor-o-Velho, um nítido fenómeno de envelhecimento da população com a continuação da perda de população no escalão jovem (0 a 14 anos) e um aumento, até meados da década de vinte do atual século, do número de idosos, expressando os índices de envelhecimento esta evolução

(Quadro

25

e

Quadro 26). Os resultados do índice de envelhecimento para o concelho de Montemor-o-Velho espelham um aumento deste índice a partir de 2011, atingindo o valor de 186,3 em 2021, 209,4% em 2026 e 246,8% em 2031, quando em 2011 o índice de envelhecimento era de 172,9%. Isto significa que para cada 100 jovens existirão 246 idosos em 2031.

Um último comentário destaca os elevados índices de envelhecimento que as freguesias de Abrunheira e Verride terão em 2031 (546,3% e 495,2%) (Quadro 27). Por outro lado, as freguesias de Pereira e Meãs do Campo apresentarão índices de envelhecimento mais reduzidos (165,8% e 172,1%).

Quadro 25 - População residente, sobreviventes e variação populacional por freguesia por escalão etário entre 2011 e 2031.

Estrutura Etária	2011*	2016	2021	2026	2031
0 a 4	1125	1107	965	842	764
5 a 9	1133	1125	1107	965	842
10 a 14	1124	1133	1125	1107	965
15 a 19	1240	1122	1131	1122	1105
20 a 24	1418	1238	1119	1128	1120
25 a 29	1646	1413	1234	1116	1125
30 a 34	1954	1637	1405	1227	1109
35 a 39	1989	1939	1625	1395	1217
40 a 44	1896	1974	1925	1613	1384
45 a 49	1903	1879	1955	1907	1599
50 a 54	1765	1877	1853	1929	1881
55 a 59	1609	1734	1844	1821	1894
60 a 64	1523	1568	1690	1797	1775
65 a 69	1463	1470	1513	1630	1734
70 a 74	1397	1360	1366	1405	1515
75 a 79	1338	1236	1205	1209	1243
80 a 84	946	1064	982	960	962
85 e +	702	792	891	897	891
Total	26171	25668	24934	24070	23124

* - INE, Censos 2011.

Quadro 26 - Índice de envelhecimento e estrutura da população entre 2011 e 2031 (%).

Indicadores	2011	2016	2021	2026	2031
Índice de Envelhecimento - Homens	143,0	146,4	157,5	179,3	213,7
Índice de Envelhecimento - Mulheres	205,0	208,1	217,3	241,4	282,0
Índice de Envelhecimento - Total	172,9	176,0	186,3	209,4	246,8
População com idades entre 0 e 14 anos	12,9	13,1	12,8	12,1	11,1
População com idades entre 15 a 39 anos	31,5	28,6	26,1	24,9	24,5
População com idades entre 40 a 64 anos	33,2	35,2	37,2	37,7	36,9
População com idades entre 65 e + anos	22,3	23,1	23,9	25,4	27,4

* - INE, Censos 2011.

Quadro 27 - Índice de envelhecimento por freguesia entre 2011 e 2031 (%).

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Abrunheira	351,9	353,9	450,2	471,3	546,3
Arazede	204,1	226,2	252,8	278,2	320,3
Carapinha	207,3	246,6	298,8	333,2	370,6
Ereira	275,4	307,0	359,7	442,4	489,9
Gatões	254,4	265,8	323,3	328,0	364,9
Liceia	188,1	217,1	258,4	267,1	302,3
Meãs do Campo	141,9	120,9	126,7	141,1	172,1
Montemor-o-Velho	146,7	154,1	156,2	173,3	207,7
Pereira	111,1	92,3	90,8	116,9	165,8
Santo Varão	107,6	110,7	124,5	169,5	206,7
Seixo de Gatões	155,1	173,7	212,7	235,2	263,4
Tentúgal	210,5	255,4	284,2	295,8	339,5
Verride	323,0	424,5	480,6	505,6	495,2
Vila Nova da Barca	266,7	244,7	202,6	218,0	239,5
Total	172,9	176,0	186,3	209,4	246,8

* - INE, Censos 2011.

A freguesia mais populosa de Montemor-o-Velho (Arazede) apresentará em 2021 um índice de envelhecimento de 320,2%, valor muito superior ao registado em 2011 (204,1%).

Relativamente ao índice de dependência (Quadro 28), projeta-se um aumento entre 2011 e 2031 (de 54,5% para 62,7%). Para o ano de 2031, as freguesias de Verride, Ereira e Abrunheira registarão valores de índice de dependência superiores (88,4%, 85,2% e 75,8%). Por outro lado, as freguesias de Pereira e Santo Varão apresentarão valores menos expressivos (49,2% e 55,6%, respetivamente).

A análise realizada permite apresentar uma síntese dos principais comportamentos detetados no concelho de Montemor-o-Velho.

No que se refere à evolução demográfica de Montemor-o-Velho, regista-se um aumento populacional para a última década. Os efeitos da mobilidade da população, atendendo à proximidade de Montemor-o-Velho à cidade de Coimbra contribuem para explicar em parte este quadro demográfico.

Considerando um horizonte temporal mais longo, a localização e posição do concelho no quadro do Centro Litoral, entre as cidades de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede, não têm permitido uma evolução favorável em termos económicos e demográficos, sublinhando-se uma perda populacional no concelho de 4,0% entre 1981 e 2011.

Numa aproximação na escala de análise, e numa perspetiva do território de freguesia, destacamos sobretudo a evolução da freguesia de Pereira que apresentou um acréscimo de 45,69% da população residente na última década. Também, as freguesias de Santo Varão, Montemor-o-Velho, Meãs do Campo e Seixo de Gatões registaram uma evolução positiva (de 31,09%, 10,55%, 7,98% e 1,40%). As restantes freguesias apresentam um decréscimo populacional na última década.

As tendências de futuro traduzem-se numa dinâmica natural caracterizada por uma diminuição dos nascimentos associada a taxas de fecundidade e de natalidade mais reduzidas. Para o horizonte temporal de 2031 todas as freguesias do concelho de Montemor-o-Velho perderão população, à exceção da freguesia de Pereira, para a qual se projeta um acréscimo populacional, ainda que ligeiro. A consideração do saldo migratório poderá compensar a tendência de decréscimo em algumas freguesias, em virtude de apresentarem capacidade de atração de residentes.

Estamos, assim, em presença de um território de contrastes não só físicos (sendo o rio Mondego o elemento mais marcante), mas também demográficos com consequências na forma como o concelho se tem vindo a organizar e que deve motivar novas políticas no contexto das tendências detetadas.

Quadro 28 - Índice de dependência por freguesia entre 2011 e 2031 (%).

Freguesias	2011*	2016	2021	2026	2031
Abrunheira	62,1	63,3	60,5	70,0	75,8
Arazede	54,8	56,3	58,9	62,4	68,8
Carapinha	54,1	57,8	58,3	63,6	68,7
Ereira	60,2	58,4	66,2	79,3	85,2
Gatões	64,3	61,3	55,8	57,2	68,0
Liceia	53,1	57,5	59,3	65,4	70,8
Meãs do Campo	55,1	57,0	59,6	57,9	59,4
Montemor-o-Velho	51,9	50,4	53,1	55,0	60,5
Pereira	46,1	57,3	61,4	57,0	49,2
Santo Varão	56,4	57,0	54,0	52,9	55,6
Seixo de Gatões	56,5	57,2	54,8	55,1	60,4
Tentúgal	56,2	57,2	59,4	62,6	68,2
Verride	78,4	74,6	74,9	80,9	88,4
Vila Nova da Barca	60,8	58,1	56,3	73,0	75,9
Total	54,5	56,7	58,0	59,9	62,7

* - INE, Censos 2011.

3. SOCIOECONOMIA

A caracterização da população deve também avaliar as principais alterações da geografia das atividades económicas, assim como os elementos associados à componente social. As mudanças observadas na economia e na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, as famílias consideradas como a base fundamental de estruturação da sociedade no âmbito das mudanças que têm vindo a ocorrer nas décadas mais recentes e da abertura da sociedade analisada pela presença de indivíduos de outras nacionalidades. Por outro lado, são também analisadas as características das atividades económicas, vector essencial para que se compreenda não apenas a produção e a forma de obtenção dos rendimentos, mas fundamentalmente os problemas associados à dinâmica atual da economia. É neste quadro que é feita uma análise detalhada dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações mais problemáticas do ponto de vista social e de política de suporte que é necessário desenvolver. A dinâmica económica e social descrita tem tradução no posicionamento que os territórios revelam em termos de nível de vida (poder de compra).

3.1. Nacionalidade da população residente

Considerando os 26171 residentes no ano de 2011 (Quadro 29), 25717 apresentam nacionalidade portuguesa (98,3%), sendo que apenas 244 residentes apresentam nacionalidade estrangeira (0,9%). Importa referir ainda que 210 residentes apresentam dupla nacionalidade. De salientar que o peso de população estrangeira é superior nos outros concelhos limítrofes, sendo que para o concelho de Coimbra o peso é de 2,1%, correspondendo a 3038 estrangeiros. Comparativamente ao ano de 2001 verifica-se um acréscimo expressivo de população de origem estrangeira (de 101 para 244 residentes).

No que diz respeito aos 244 residentes estrangeiros e tendo em consideração o ano de 2011 (Quadro 30), 36,1% são de origem europeia, correspondendo a 88 residentes, 32,0% são oriundos de África (78). Efetivamente em 2011 existiam cerca de 9873 famílias clássicas no concelho, correspondendo a 99,9% do total de famílias, sendo que no mesmo ano existiam apenas 8 famílias institucionais, ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior

residentes). Por outro lado, 25,8% dos estrangeiros são oriundos do continente americano e 6,1% são provenientes da Ásia.

Os concelhos que confrontam com o concelho de Montemor-o-Velho apresentam um cenário idêntico ao descrito: uma prevalência de estrangeiros oriundos da Europa, à exceção dos concelhos de Condeixa-a-Nova e Figueira da Foz, em que 40,4% e 40,7% dos estrangeiros são provenientes do continente americano.

Quadro 29 - População residente segundo a nacionalidade em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	Portuguesa				Estrangeira				População Residente	
	2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Cantanhede	36662	96,7	35062	95,8	406	1,1	468	1,3	37910	36595
Coimbra	144876	97,6	137966	96,2	2107	1,4	3038	2,1	148443	143396
Condeixa-a-Nova	15069	99,2	16534	96,8	116	0,8	267	1,6	15185	17078
Figueira da Foz	61245	97,8	59758	96,2	657	1,0	1230	2,0	62601	62125
Montemor-o-Velho	25296	99,3	25717	98,3	101	0,4	244	0,9	25478	26171
Soure	20678	99,4	18828	97,8	122	0,6	211	1,1	20800	19245
Baixo Mondego	362922	97,7	320590	96,5	4131	1,1	5719	1,7	371439	332326
Distrito de Coimbra	431448	97,8	414789	96,4	4982	1,1	7961	1,9	441204	430104

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011.

Quadro 30 - População residente segundo o continente de origem em 2011.

Freguesias	Europa		África		América		Ásia		Oceânia		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Cantanhede	186	39,7	55	11,8	208	44,4	18	3,8	1	0,2	468
Coimbra	931	30,6	846	27,8	995	32,8	262	8,6	4	0,1	3038
Condeixa-a-Nova	93	34,8	47	17,6	108	40,4	18	6,7	1	0,4	267
Figueira da Foz	499	40,6	149	12,1	501	40,7	80	6,5	1	0,1	1230
Montemor-o-Velho	88	36,1	78	32,0	63	25,8	15	6,1	0	0,0	244
Soure	151	71,6	16	7,6	37	17,5	7	3,3	0	0,0	211
Baixo Mondego	2077	36,3	1222	21,4	1999	35,0	414	7,2	7	0,1	5719
Distrito de Coimbra	3793	47,6	1477	18,6	2256	28,3	525	6,6	9	0,1	7961

Fonte: INE, Censos 2011.

3.2. Tipologia das famílias

Relativamente ao tipo de famílias existentes no concelho de Montemor-o-Velho predominam as famílias clássicas, ou seja, os conjuntos de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento (

ao grupo (correspondendo a 0,1%). Esta situação é idêntica à observada no ano de 2001, em linha com o registado para os concelhos limítrofes e para a sub-região que o integra. De salientar o acréscimo de 932 famílias clássicas entre 2001 e 2011, correspondendo a 10,4%.

Quadro 31 - Tipo de famílias em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	Famílias Clássicas				Famílias Institucionais				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Cantanhede	12767	99,9	13811	99,9	12	0,1	16	0,1	12779	13827
Coimbra	55402	99,9	58101	99,8	76	0,1	93	0,2	55478	58194
Condeixa-a-Nova	5427	99,9	6259	99,9	7	0,1	9	0,1	5434	6268
Figueira da Foz	22596	99,9	24448	99,9	27	0,1	32	0,1	22623	24480
Montemor-o-Velho	8941	99,9	9873	99,9	7	0,1	8	0,1	8948	9881
Soure	7925	99,9	7682	99,8	9	0,1	13	0,2	7934	7695
Baixo Mondego	134212	99,9	130747	99,9	155	0,1	186	0,1	134367	130933
Distrito de Coimbra	160303	99,9	168696	99,8	199	0,1	420	0,2	160502	169116

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

A média de pessoas por família ronda os 2,6 indivíduos em 2011 para o concelho de Montemor-o-Velho (Quadro 32), sendo que em 2001 o valor era ligeiramente superior (2,8). Neste contexto, os concelhos limítrofes apresentam valores idênticos, sendo que a média de pessoas no Baixo Mondego é de 2,5 indivíduos.

Numa referência ao número de pessoas existente nas famílias clássicas (Erro! A origem da referência não foi encontrada. e

Quadro 32 - Pessoas por família em 2001 e 2011 (Nº).

Unidade Geográfica	Família clássica	
	2001	2011
Cantanhede	3,0	2,6
Coimbra	2,7	2,4
Condeixa-a-Nova	2,8	2,6
Figueira da Foz	2,8	2,5
Montemor-o-Velho	2,8	2,6
Soure	2,6	2,5
Baixo Mondego	2,8	2,5
Distrito de Coimbra	2,8	2,5

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 34) verifica-se uma predominância de famílias constituídas por duas pessoas (3264 famílias em 2011, correspondendo a 33,1%). As famílias clássicas constituídas por três e quatro elementos apresentam resultados expressivos (26,1% e 17,3%, correspondendo a 2576 e 1704 famílias, respetivamente). As famílias constituídas apenas por uma pessoa representam 17,8%, correspondendo a 1758 famílias. Por fim, as famílias com 5 e mais elementos representam 5,7%, correspondendo a 565 famílias.

Tendo por referência os valores do ano de 2001, importa referir que comparativamente a 2011 verificou-se um acréscimo no número de famílias com 1, 2 e 3 elementos (40,9%, 18,1% e 10,6%), enquanto que as famílias com 4 e 5 e mais elementos apresentaram um decréscimo de -7,0% e -26,4%, respetivamente.

De salientar que dominam as famílias clássicas constituídas por dois elementos, em linha com o observado para os concelhos limítrofes, para a sub-região do Baixo Mondego e para o Distrito de Coimbra.

Quadro 33 - Famílias clássicas segundo a dimensão em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	1 pessoa				2 pessoas				3 pessoas				4 pessoas				5 e mais			
	2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	1935	15,2	2706	19,6	3715	29,1	4595	33,3	2792	21,9	3122	22,6	2667	20,9	2439	17,7	1658	13,0	944	6,8
Coimbra	12140	21,9	14711	25,3	15187	27,4	18823	32,4	13650	24,6	13056	22,5	10657	19,2	8719	15,0	3768	6,8	2770	4,8
Condeixa-a-Nova	828	15,3	1072	17,1	1683	31,0	1940	31,0	1483	27,3	1717	27,4	1031	19,0	1179	18,8	402	7,4	351	5,6
Figueira da Foz	3873	17,1	5506	22,5	6925	30,6	8108	33,2	5707	25,3	5729	23,4	4315	19,1	3790	15,5	1776	7,9	1303	5,3
Montemor-o-Velho	1248	14,0	1758	17,8	2764	30,9	3264	33,1	2329	26,0	2576	26,1	1832	20,5	1704	17,3	768	8,6	565	5,7
Soure	1406	17,7	1609	20,9	2693	34,0	2678	34,9	1981	25,0	1813	23,6	1429	18,0	1194	15,5	416	5,2	388	5,1
Baixo Mondego	24623	18,3	29472	22,5	39280	29,3	43024	32,9	33235	24,8	30607	23,4	26223	19,5	20791	15,9	10851	8,1	6806	5,2
Distrito de Coimbra	29968	18,7	36143	21,4	47872	29,9	55561	32,9	38956	24,3	39253	23,3	30644	19,1	27119	16,1	12863	8,0	10620	6,3

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 34 - Variação das famílias clássicas segundo a dimensão entre 2001 e 2011 (%).

Unidade Geográfica	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 e mais
Cantanhede	39,8	23,7	11,8	-8,5	-43,1
Coimbra	21,2	23,9	-4,4	-18,2	-26,5
Condeixa-a-Nova	29,5	15,3	15,8	14,4	-12,7
Figueira da Foz	42,2	17,1	0,4	-12,2	-26,6
Montemor-o-Velho	40,9	18,1	10,6	-7,0	-26,4
Soure	14,4	-0,6	-8,5	-16,4	-6,7
Baixo Mondego	19,7	9,5	-7,9	-20,7	-37,3
Distrito de Coimbra	20,6	16,1	0,8	-11,5	-17,4

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Um último aspeto destaca a partir da leitura dos valores relativos à estrutura etária o predomínio de 2 ou 3 indivíduos por família clássica com indivíduos de diferentes idades (

Quadro 35). No concelho de Montemor-o-Velho as famílias com esta composição representam respetivamente 49,1% e 32,0% do total de famílias clássicas. Estes valores são semelhantes aos observados no Baixo Mondego (46,9% e 32,5%). Uma análise mais detalhada indica que as famílias com 3 ou mais indivíduos com 15 ou mais anos apresentam uma percentagem muito expressiva no concelho de Montemor-o-Velho e

no território em que se enquadra. Por outro lado, destaca-se o facto de as famílias clássicas constituídas por um homem com 65 ou mais anos serem mais expressivas no concelho de Montemor-o-Velho (2,5%), comparativamente ao verificado no Baixo Mondego (2,0%). Isto significa, tal como registámos da análise da estrutura demográfica, a tendência de envelhecimento e a necessidade de definir políticas sociais ativas para estes grupos populacionais.

Quadro 35 - Famílias clássicas segundo a estrutura etária dos membros da família em 2011.

Unidade Geográfica	1 H 15 e 24		1 H 25 e 64 anos		1 H 65 ou mais		1 M 15 e 24		1 M 25 e 64 anos		1 M 65 ou mais		1 H, 1 ou + < 15	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	43	0,3	469	3,4	400	2,9	34	0,2	471	3,4	1289	9,3	19	0,1
Coimbra	269	0,5	3368	5,8	1166	2,0	342	0,6	4805	8,3	4734	8,2	111	0,2
Condeixa-a-Nova	12	0,2	242	3,9	128	2,0	2	0,0	270	4,3	440	7,0	12	0,2
Figueira da Foz	57	0,2	1187	4,9	629	2,6	52	0,2	1329	5,4	2246	9,2	44	0,2
Montemor-o-Velho	33	0,3	332	3,4	242	2,5	28	0,3	312	3,2	811	8,2	17	0,2
Soure	6	0,1	249	3,2	281	3,7	11	0,1	217	2,8	911	11,9	5	0,1
Baixo Mondego	356	0,2	6889	4,7	2950	2,0	356	0,2	6733	4,6	9857	6,8	245	0,2
Distrito de Coimbra	526	0,3	7831	4,6	4317	2,6	559	0,3	9145	5,4	15316	9,1	275	0,2

(Continua)

(Continuação)

Unidade Geográfica	1 M, 1 ou + < 15		2, 15 e 24		2, 25 e 64		2, 15 e 24 e 25 e 64		2, ambas ou pelo menos 1 com 65 ou +		2 ambas 15 ou +, 3 ou mais 15 ou +		3 ou mais 15 ou + anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	180	1,3	21	0,2	1538	11,1	193	1,4	2714	19,7	1952	14,1	4485	32,5
Coimbra	1000	1,7	139	0,2	7823	13,5	1295	2,2	8767	15,1	7831	13,5	16417	28,3
Condeixa-a-Nova	140	2,2	12	0,2	832	13,3	93	1,5	930	14,9	1352	21,6	1845	29,5
Figueira da Foz	486	2,0	32	0,1	3086	12,6	435	1,8	4177	17,1	3505	14,3	7172	29,3
Montemor-o-Velho	90	0,9	19	0,2	1258	12,7	142	1,4	1768	17,9	1658	16,8	3163	32,0
Soure	74	1,0	8	0,1	879	11,4	112	1,5	1642	21,4	1106	14,4	2209	28,8
Baixo Mondego	2591	1,8	373	0,3	18652	12,8	2903	2,0	21664	14,9	24462	16,9	47129	32,5
Distrito de Coimbra	2646	1,6	337	0,2	21225	12,6	2999	1,8	29391	17,4	24732	14,7	49397	29,3

Fonte: INE, Censos 2011.

3.3. Caracterização da habitação

No concelho de Montemor-o-Velho para o ano de 2001 (Quadro 36) observa-se um predomínio de edifícios com função residencial (98,9%), tendo por comparação os edifícios com função não residencial (1,1 %), sendo que se constata a mesma tendência no contexto da sub-região do Baixo Mondego (99,4% e 0,6%, respetivamente) e do Distrito de Coimbra (99,3% e 0,7%, respetivamente). Para o ano mais recente, no contexto do concelho de Montemor-o-Velho, o predomínio dos edifícios com função residencial mantém-se de forma evidente (98,6%), tal como na sub-região e no Distrito de Coimbra (99,2% e 99,3%, respetivamente).

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho evidenciam, igualmente, este predomínio dos edifícios com função residencial, apresentando, para ambos os anos, valores idênticos aos observados no concelho de Montemor-o-Velho.

Quadro 36 - Tipo de utilização dos edifícios em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	Residenciais				Não residenciais				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Cantanhede	16702	99,7	18571	99,3	52	0,3	124	0,7	16754	18695
Coimbra	35564	99,3	40332	99,2	243	0,7	309	0,8	35807	40641
Condeixa-a-Nova	5569	99,7	6594	99,4	19	0,3	43	0,6	5588	6637
Figueira da Foz	22506	99,2	24684	99,2	181	0,8	209	0,8	22687	24893
Montemor-o-Velho	9937	98,9	11531	98,6	114	1,1	166	1,4	10051	11697
Soure	9656	99,7	10659	99,6	30	0,3	38	0,4	9686	10697
Baixo Mondego	125274	99,4	127105	99,2	782	0,6	1034	0,8	126056	128139
Distrito de Coimbra	168229	99,3	188830	99,3	1109	0,7	1301	0,7	169338	190131

Font

e: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Relativamente à época de construção ou reconstrução de edifícios (

Considerando os edifícios segundo o número de pavimentos, importa referir que em 2011, no concelho de Montemor-o-Velho, predominam os edifícios com 1, 2 e 3 pavimentos, correspondendo a 58,2%, 37,8% e 3,0%

(

Quadro 38). De salientar que no período 2001-2011 houve um acréscimo 1646 edifícios, correspondendo a 16,4%, sendo o acréscimo

mais expressivo comparativamente aos concelhos limítrofes, só superado pelo concelho de Condeixa-a-Nova, que registou um acréscimo de 16,4%.

Quadro 37), para o concelho de Montemor-o-Velho constata-se um predomínio de construções anteriores a 1980 (55,8%), sendo que as construções relativas aos períodos de 1981-1990 e 2001-2005 assumem alguma importância no contexto do concelho (15,3% e 8,3%, respetivamente). Por outro lado, as construções correspondentes aos períodos de 1996-2000 e 1991-1995 têm uma menor representatividade (7,2% e 7,1%).

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho evidenciam, igualmente, um predomínio de construções anteriores a 1980, apresentando todos eles valores idênticos aos observados no concelho de Montemor-o-Velho, sendo que os concelhos de Soure e Coimbra registam valores mais expressivos (63,4% e 56,7%, respetivamente). Considerando a sub-região do Baixo Mondego e o Distrito de Coimbra, o predomínio das construções anteriores a 1981 mantém-se de forma clara (56,3% e 57,4%, respetivamente).

Considerando os edifícios segundo o número de pavimentos, importa referir que em 2011, no concelho de Montemor-o-Velho, predominam os edifícios com 1, 2 e 3 pavimentos, correspondendo a 58,2%, 37,8% e 3,0% (

Quadro 38). De salientar que no período 2001-2011 houve um acréscimo 1646 edifícios, correspondendo a 16,4%, sendo o acréscimo

mais expressivo comparativamente aos concelhos limítrofes, só superado pelo concelho de Condeixa-a-Nova, que registou um acréscimo de 16,4%.

Quadro 37 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios.

Unidade Geográfica	Até 1980		1981 - 1990		1991 - 1995		1996 - 2000		2001 - 2005		2006 - 2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	10480	56,1	3001	16,1	1330	7,1	1306	7,0	1486	7,9	1092	5,8
Coimbra	23057	56,7	6378	15,7	2557	6,3	2841	7,0	3488	8,6	2320	5,7
Condeixa-a-Nova	3555	53,6	928	14,0	569	8,6	643	9,7	582	8,8	360	5,4
Figueira da Foz	13785	55,4	4193	16,8	1781	7,2	1910	7,7	1964	7,9	1260	5,1
Montemor-o-Velho	6528	55,8	1788	15,3	831	7,1	843	7,2	975	8,3	732	6,3
Soure	6782	63,4	1476	13,8	655	6,1	656	6,1	684	6,4	444	4,2
Baixo Mondego	72152	56,3	20376	15,9	8770	6,8	9593	7,5	10336	8,1	6912	5,4
Distrito de Coimbra	109206	57,4	28830	15,2	12954	6,8	14431	7,6	14938	7,9	9772	5,1

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 38- Edifícios segundo o número de pavimentos em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	1		2				3				4				5 e mais				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	9626	57,5	9998	53,5	6466	38,6	7929	42,4	565	3,4	552	3,0	54	0,3	181	1,0	43	0,3	35	0,2
Coimbra	12368	34,5	13003	32,0	15719	43,9	18614	45,8	4376	12,2	5236	12,9	1737	4,9	1895	4,7	1607	4,5	1893	4,7
Condeixa-a-Nova	2208	39,5	2560	38,6	2770	49,6	3358	50,6	461	8,2	518	7,8	73	1,3	103	1,6	76	1,4	98	1,5
Figueira da Foz	11902	52,5	12187	49,0	7762	34,2	9126	36,7	1803	7,9	2198	8,8	562	2,5	655	2,6	658	2,9	727	2,9
Montemor-o-Velho	6513	64,8	6804	58,2	3323	33,1	4417	37,8	189	1,9	354	3,0	23	0,2	105	0,9	3	0,0	17	0,1
Soûre	4668	48,2	5501	51,4	4381	45,2	4637	43,3	570	5,9	457	4,3	49	0,5	83	0,8	18	0,2	19	0,2
Baixo Mondego	55515	44,0	55056	43,0	53801	42,7	55636	43,4	11387	9,0	11388	8,9	2827	2,2	3225	2,5	2526	2,0	2834	2,2
Distrito de Coimbra	60905	36,0	66543	35,0	78161	46,2	94286	49,6	23338	13,8	21702	11,4	4118	2,4	4230	2,2	2816	1,7	3370	1,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

No concelho de Montemor-o-Velho (**Erro! Auto-referência de marcador inválida.**), para o ano de 2011 observa-se um claro predomínio de edifícios com apenas 1 alojamento (95,2%), sendo que se constata a mesma tendência no contexto da sub-região do Baixo Mondego (88,8%) e do Distrito de Coimbra (91,1%).

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho evidenciam, igualmente, este comportamento de edifícios com apenas 1 alojamento, apresentando todos eles, para ambos os anos, valores idênticos aos observados no concelho de Montemor-o-Velho, apesar de registar uma menor importância nos concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova.

Considerando os edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos (

Quadro 40), importa referir que em 2011 observa-se no concelho de Montemor-o-Velho um predomínio de edifícios com recolha de resíduos sólidos urbanos (98,6%), tendo por comparação os edifícios sem recolha de resíduos sólidos urbanos (1,4%), sendo que se constata a mesma tendência no contexto da sub-região do Baixo Mondego (94,9% e 5,1%, respetivamente) e do Distrito de Coimbra (94,4% e 5,6%, respetivamente). Contudo, é de salientar que o concelho de Montemor-o-Velho, no seio dos restantes concelhos e também da sub-região e do Distrito de Coimbra, é o concelho que assume uma percentagem menos expressiva relativamente aos edifícios sem recolha de resíduos sólidos urbanos.

A consideração das condições de alojamento revela que o concelho de Montemor-o-Velho, tal como os concelhos com os quais confronta, apresentam uma cobertura quase total considerando as redes de água canalizada, instalações sanitárias, instalação de banho e duche e sistema de esgotos, com um grau de cobertura superior a 97% (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

No que se refere à instalação de sistema de aquecimento central, apenas 7,3% dos alojamentos possuem esta valência. Estes valores devem ser entendidos no quadro da evolução do número de alojamentos, sendo que apenas nos alojamentos construídos na última década houve uma preocupação de dotar as habitações com este tipo de resposta.

Quadro 39 - Edifícios segundo o número de alojamentos em 2011.

Unidade Geográfica	1 alojamento		2 - 6		7 - 12		13 ou mais		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Cantanhede	17927	95,9	696	3,7	61	0,3	11	0,1	18695
Coimbra	32686	80,4	5688	14,0	1579	3,9	688	1,7	40641
Condeixa-a-Nova	21509	86,4	2226	8,9	820	3,3	338	1,4	24893
Figueira da Foz	7929	94,0	409	4,8	76	0,9	20	0,2	8434
Montemor-o-Velho	11130	95,2	518	4,4	46	0,4	3	0,0	11697
Soûre	10267	96,0	374	3,5	52	0,5	4	0,0	10697
Baixo Mondego	113835	88,8	10492	8,2	2731	2,1	1081	0,8	128139
Distrito de Coimbra	173172	91,1	12563	6,6	3230	1,7	1166	0,6	190131

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 40 - Edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos em 2011.

Unidade Geográfica	Com		Sem		Total
	Nº	%	Nº	%	
Cantanhede	17768	95,0	927	5,0	18695
Coimbra	38240	94,1	2401	5,9	40641
Condeixa-a-Nova	22847	91,8	2046	8,2	24893
Figueira da Foz	8190	97,1	244	2,9	8434
Montemor-o-Velho	11532	98,6	165	1,4	11697
Soûre	10526	98,4	171	1,6	10697
Baixo Mondego	121591	94,9	6548	5,1	128139
Distrito de Coimbra	179558	94,4	10573	5,6	190131

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 41 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos em 2011.

Unidade Geográfica	Água canalizada				Instalações sanitárias				Instalação de banho ou duche				Sistema de esgotos				Sistema de aquecimento central			
	Com		Sem		Com retrete		Sem retrete		Com		Sem		Com		Sem		Com		Sem	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	13523	99,4	80	0,6	13467	99,0	112	0,8	13350	98,1	253	1,9	13535	99,5	68	0,5	1493	11,0	12110	89,0
Coimbra	57128	99,8	136	0,2	57014	99,6	234	0,4	56496	98,7	768	1,3	57164	99,8	100	0,2	7317	12,8	49947	87,2
Condeixa-a-Nova	24069	99,2	193	0,8	24014	99,0	209	0,9	23815	98,2	447	1,8	24105	99,4	157	0,6	3510	14,5	20752	85,5
Figueira da Foz	7579	99,7	25	0,3	7556	99,4	45	0,6	7493	98,5	111	1,5	7583	99,7	21	0,3	847	11,1	6757	88,9
Montemor-o-Velho	9525	98,8	115	1,2	9451	98,0	177	1,8	9353	97,0	287	3,0	9542	99,0	98	1,0	701	7,3	8939	92,7
Soure	7550	99,3	57	0,7	7483	98,4	124	1,6	7417	97,5	190	2,5	7556	99,3	51	0,7	764	10,0	6843	90,0
Baixo Mondego	128255	99,5	672	0,5	127749	99,1	1064	0,8	126601	98,2	2326	1,8	128370	99,6	557	0,4	16043	12,4	112884	87,6
Distrito de Coimbra	165857	99,4	995	0,6	163961	98,3	1605	1,0	163269	97,9	3583	2,1	166024	99,5	828	0,5	19994	12,0	146858	88,0

Fonte: INE, Censos 2011.

3.4. Atividade económica

Considerando a estrutura e variação da população ativa para o concelho de Montemor-o-Velho (

acréscimo da população ativa de 1,6%, enquanto que as mulheres apresentam um acréscimo

Quadro 42), salienta-se que em 2001 a população ativa tem maior relevância nos Homens (56,8%) em comparação com as Mulheres (43,2%). Para o ano mais recente, apesar de menos expressiva, esta tendência mantém-se (52,5% e 47,5%, respetivamente). Analisando a variação observada entre 2001-2011, os Homens apresentam um

acentuado de 20,6%.Tendo em conta os valores totais ocorreu no concelho de Montemor-o-Velho um aumento da população ativa (9,8%). Comparativamente à sub-região do Baixo Mondego e Distrito de Coimbra, ocorreu um decréscimo de população ativa para ambos os sexos.

Quadro 42 - População ativa e variação, em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	2001					2011					2001-2011		
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total	H	M	HM
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%				
Cantanhede	9626	56,4	7449	43,6	17075	8458	52,5	7648	47,5	16106	-12,1	2,7	-5,7
Coimbra	37476	50,6	36609	49,4	74085	34409	48,6	36366	51,4	70775	-8,2	-0,7	-4,5
Condeixa-a-Nova	3810	54,3	3204	45,7	7014	4159	50,1	4146	49,9	8305	9,2	29,4	18,4
Figueira da Foz	15707	55,0	12875	45,0	28582	14494	51,9	13459	48,1	27953	-7,7	4,5	-2,2
Montemor-o-Velho	6303	56,8	4801	43,2	11104	6402	52,5	5789	47,5	12191	1,6	20,6	9,8
Soure	4912	57,9	3569	42,1	8481	4150	52,7	3721	47,3	7871	-15,5	4,3	-7,2
Baixo Mondego	93413	53,8	80132	46,2	173545	78455	50,5	76843	49,5	155298	-16,0	-4,1	-10,5
Distrito de Coimbra	109833	54,2	92795	45,8	202628	100562	51,1	96379	48,9	196941	-8,4	3,9	-2,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente (Erro! Auto-referência de marcador inválida.). Para o concelho de Montemor-o-Velho, de acordo com os dados de 2001 e 2011, a taxa de atividade é superior nos Homens (51,1% e 50,8%,

respetivamente), comparativamente ao observado no sexo feminino (36,5% e 42,7%, respetivamente), sendo de destacar o acréscimo desta taxa nas Mulheres, correspondendo a um aumento de 17,0%, contrariamente ao decréscimo de 0,7% registado nos Homens.

Relativamente à taxa de atividade total, esta era de 42,7% em 2001 e 46,6% em 2011, correspondendo a um aumento de 6,9%.

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho apresentam uma dinâmica semelhante à referida anteriormente, tal como também se pode constatar a partir dos resultados registados na sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Quadro 43 - Taxa de atividade, em 2001 e 2011 (%).

Unidade Geográfica	2001			2011		
	H	M	Total	H	M	Total
Cantanhede	52,8	37,9	45,0	48,6	39,8	44,0
Coimbra	53,9	46,4	49,9	51,4	47,6	49,4
Condeixa-a-Nova	51,1	31,2	40,4	52,0	45,7	48,6
Figueira da Foz	52,6	39,3	45,7	49,3	41,1	45,0
Montemor-o-Velho	51,1	36,5	43,6	50,8	42,7	46,6
Soure	49,9	23,9	36,4	45,3	36,9	40,9
Baixo Mondego	52,9	41,1	46,7	50,1	43,7	46,7
Distrito de Coimbra	52,3	40,1	45,9	49,4	42,5	45,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Numa referência à população empregada segundo o setor de atividade no concelho de Montemor-o-Velho, os valores recentes (de 2001 e 2011) indicam uma diminuição acentuada dos valores referentes ao emprego no setor primário (de 9,9% para 6,3%), um decréscimo dos valores do emprego correspondentes ao setor secundário (de 34,4% para 25,6%), e um aumento muito relevante do emprego no setor terciário (de 55,7% para 68,2%), acompanhando a tendência observada a nível do Distrito de Coimbra e da sub-região (No que diz respeito à população empregada segundo a situação na profissão no concelho de Montemor-o-Velho (Quadro 45), os valores recentes (2001 e 2011) indicam um aumento de 13,5% dos trabalhadores por conta de outrem. Por outro lado, verificou-se um decréscimo de 71,4% nos membros ativos de cooperativa e de 65,5% nos trabalhadores familiares não remunerados. É de salientar o predomínio de trabalhadores por conta de outrem (83,4%), correspondendo a 9153 trabalhadores.

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho apresentam uma dinâmica idêntica à referida anteriormente, tal como na sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

familiares não remunerados. É de salientar o predomínio de trabalhadores por conta de outrem (83,4%), correspondendo a 9153 trabalhadores.

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho apresentam uma dinâmica idêntica à referida anteriormente, tal como na sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Quadro 44).

No que diz respeito à população empregada segundo a situação na profissão no concelho de Montemor-o-Velho (Quadro 45), os valores recentes (2001 e 2011) indicam um aumento de 13,5% dos trabalhadores por conta de outrem. Por outro lado, verificou-se um decréscimo de 71,4% nos membros ativos de cooperativa e de 65,5% nos trabalhadores

Quadro 44 - População empregada segundo o setor de atividade em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	Primário				Secundário				Terciário				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	
Cantanhede	2104	13,1	775	5,3	5630	35,0	4283	29,2	8359	51,9	9603	65,5	16093	14661
Coimbra	695	1,0	421	0,7	14868	21,4	9588	15,1	54035	77,6	53589	84,3	69598	63598
Condeixa-a-Nova	145	2,2	71	0,9	1859	28,1	1569	20,7	4622	69,8	5934	78,3	6626	7574
Figueira da Foz	1364	5,2	858	3,5	9738	36,8	7705	31,6	15353	58,0	15838	64,9	26455	24401
Montemor-o-Velho	1019	9,9	686	6,3	3537	34,4	2804	25,6	5726	55,7	7483	68,2	10282	10973
Soure	347	4,4	193	2,7	2579	32,5	1711	24,2	5007	63,1	5165	73,1	7933	7069
Baixo Mondego	8053	5,0	3601	2,6	47684	29,3	30724	22,1	106782	65,7	104863	75,3	162519	139188
Distrito de Coimbra	9962	5,2	4799	2,7	58989	31,0	42903	24,3	121125	63,7	128763	73,0	190076	176465

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 45 - População empregada segundo situação na profissão em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	Empregador				TCP				TFNR			
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cantanhede	2470	15,3	1767	12,1	2031	12,6	1540	10,5	447	2,8	229	1,6
Coimbra	6039	8,7	6272	9,9	3512	5,0	3365	5,3	280	0,4	212	0,3
Condeixa-a-Nova	627	9,5	681	9,0	458	6,9	444	5,9	38	0,6	41	0,5
Figueira da Foz	2651	10,0	2331	9,6	1901	7,2	1697	7,0	184	0,7	155	0,6
Montemor-o-Velho	1028	10,0	911	8,3	801	7,8	723	6,6	220	2,1	76	0,7
Soure	639	8,1	574	8,1	622	7,8	491	6,9	67	0,8	37	0,5
Baixo Mondego	16389	10,1	13798	9,9	11959	7,4	9400	6,8	1734	1,1	875	0,6
Distrito de Coimbra	19442	10,2	17672	10,0	14547	7,7	12226	6,9	1951	1,0	1140	0,6

(Continua)

(Continuação)

Unidade Geográfica	TCO				Membro activo de cooperativa				Outra situação				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº
Cantanhede	10934	67,9	10976	74,9	8	0,0	3	0,0	203	1,3	146	1,0	16093	14661
Coimbra	58511	84,1	52450	82,5	42	0,1	12	0,0	1214	1,7	1287	2,0	69598	63598
Condeixa-a-Nova	5375	81,1	6302	83,2	31	0,46785	26	0,3	97	1,46	80	1,1	6626	7574
Figueira da Foz	5375	81,1	19927	81,7	31	0,5	6	0,0	97	1,5	285	1,2	6626	24401
Montemor-o-Velho	8067	78,5	9153	83,4	7	0,1	2	0,0	159	1,5	108	1,0	10282	10973
Soure	6530	82,3	5894	83,4	5	0,06303	0	0,0	70	0,88	73	1,0	7933	7069
Baixo Mondego	130046	80,0	112979	81,2	126	0,1	52	0,0	2265	1,4	2084	1,5	162519	139188
Distrito de Coimbra	151523	79,7	142918	81,0	128	0,1	67	0,0	2485	1,3	2442	1,4	190076	176465

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Relativamente à população empregada segundo os grupos de profissões, para o concelho de Montemor-o-Velho constata-se um predomínio do grupo de profissões correspondente a Pessoal dos Serviços e Vendedores (CNP5), correspondendo a 21,3%, sendo que os grupos de profissões correspondentes a Trabalhadores Não Qualificados (CNP9), Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (CNP7) e Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (CNP2) assumem alguma importância no contexto do concelho, correspondendo a 15,2%, 14,7% e 12,2% (

). Por outro lado, os grupos de profissões correspondentes a Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (CNP3), Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem (CNP8) e Pessoal Administrativo e Similares (CNP4) representam 9,7%, 8,6% e 8,4% do

total dos empregados. Apresentando percentagens inferiores surgem os empregados nos grupos de profissões: Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa (CNP1), Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas (CNP6) e Forças Armadas (CNP0), correspondendo a 5,4%, 3,7% e 0,8%, respetivamente.

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho apresentam uma realidade idêntica à referida anteriormente, tal como na sub-região do Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra.

Numa referência à população desempregada no concelho de Montemor-o-Velho (

Quadro 46 - População empregada segundo os grupos de profissões em 2011.

Unidade Geográfica	CNP 0		CNP 1		CNP 2		CNP 3		CNP 4		CNP 5		CNP 6		CNP 7		CNP 8		CNP 9		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Cantanhede	84	0,6	1038	7,1	1875	12,8	1308	8,9	1019	7,0	2937	20,0	632	4,3	2629	17,9	934	6,4	2205	15,0	14661
Coimbra	229	0,4	4376	6,9	19248	30,3	7134	11,2	5816	9,1	12264	19,3	385	0,6	5502	8,7	2206	3,5	6438	10,1	63598
Condeixa-a-Nova	52	0,7	410	5,4	1486	19,6	831	11,0	702	9,3	1769	23,4	78	1,0	970	12,8	513	6,8	763	10,1	7574
Figueira da Foz	181	0,7	1571	6,4	3624	14,9	2491	10,2	1915	7,8	4715	19,3	639	2,6	3854	15,8	1761	7,2	3650	15,0	24401
Montemor-o-Velho	83	0,8	596	5,4	1339	12,2	1063	9,7	925	8,4	2338	21,3	406	3,7	1612	14,7	939	8,6	1672	15,2	10973
Soure	54	0,8	371	5,2	691	9,8	647	9,2	591	8,4	1777	25,1	209	3,0	1037	14,7	759	10,7	933	13,2	7069
Baixo Mondego	742	0,5	9074	6,5	29394	21,1	14282	10,3	11673	8,4	28007	20,1	2851	2,0	17625	12,7	7972	5,7	17568	12,6	139188
Distrito de Coimbra	886	0,5	11194	6,3	32782	18,6	17298	9,8	14532	8,2	35767	20,3	3900	2,2	25261	14,3	11290	6,4	23555	13,3	176465

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 47), os valores recentes (de 2001 e 2011) indicam um acréscimo da população desempregada nos Homens (de 257 desempregados em 2001 para 552 desempregados em 2011, correspondendo a um aumento de 114,8%) e um acréscimo menos expressivo nas Mulheres (de 565 em 2001 para 666 desempregados em 2011, correspondendo a um aumento de 17,9%), o que em termos totais se traduz num aumento de 48,2% da população desempregada (de 822 desempregados em 2001 para 1218 em 2011).

Por outro lado, e de acordo com os dados de 2001 e 2011, ocorreu no concelho de Montemor-o-Velho um acréscimo da taxa de desemprego nos Homens (de 4,1% em 2001 para 8,6% em 2011) e nas Mulheres um ligeiro decréscimo (de 11,8% em 2001 para 11,5% em 2011), o que em termos totais se traduz num aumento da taxa de desemprego (de 7,4% em 2001 para 10,0% em 2011).

Deste modo, a população desempregada e a taxa de desemprego assumem valores mais expressivos no sexo feminino, tendo por comparação o sexo masculino.

Os concelhos que confrontam com Montemor-o-Velho apresentam uma dinâmica idêntica à referida anteriormente, tal como na sub-região do

Baixo Mondego e no Distrito de Coimbra, com a diferença de que apenas no concelho de Montemor-o-Velho ocorreu um decréscimo na taxa de desemprego nas Mulheres entre 2001 e 2011.

Um comentário adicional sublinha que o principal meio de vida da população desempregada relaciona-se com a família, uma vez que no concelho de Montemor-o-Velho, tal como no restante território, cerca de metade dos desempregados encontra na família um suporte para sobreviver (

Quadro 48). Destaca-se, ainda que 28,5% dos desempregados são beneficiários do subsídio de desemprego.

Quadro 46 - População empregada segundo os grupos de profissões em 2011.

Unidade Geográfica	CNP 0		CNP 1		CNP 2		CNP 3		CNP 4		CNP 5		CNP 6		CNP 7		CNP 8		CNP 9		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Cantanhede	84	0,6	1038	7,1	1875	12,8	1308	8,9	1019	7,0	2937	20,0	632	4,3	2629	17,9	934	6,4	2205	15,0	14661
Coimbra	229	0,4	4376	6,9	19248	30,3	7134	11,2	5816	9,1	12264	19,3	385	0,6	5502	8,7	2206	3,5	6438	10,1	63598
Condeixa-a-Nova	52	0,7	410	5,4	1486	19,6	831	11,0	702	9,3	1769	23,4	78	1,0	970	12,8	513	6,8	763	10,1	7574
Figueira da Foz	181	0,7	1571	6,4	3624	14,9	2491	10,2	1915	7,8	4715	19,3	639	2,6	3854	15,8	1761	7,2	3650	15,0	24401
Montemor-o-Velho	83	0,8	596	5,4	1339	12,2	1063	9,7	925	8,4	2338	21,3	406	3,7	1612	14,7	939	8,6	1672	15,2	10973
Soure	54	0,8	371	5,2	691	9,8	647	9,2	591	8,4	1777	25,1	209	3,0	1037	14,7	759	10,7	933	13,2	7069
Baixo Mondego	742	0,5	9074	6,5	29394	21,1	14282	10,3	11673	8,4	28007	20,1	2851	2,0	17625	12,7	7972	5,7	17568	12,6	139188
Distrito de Coimbra	886	0,5	11194	6,3	32782	18,6	17298	9,8	14532	8,2	35767	20,3	3900	2,2	25261	14,3	11290	6,4	23555	13,3	176465

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 47 - População desempregada, variação e taxa de desemprego em 2001 e 2011.

Unidade Geográfica	População desempregada (Nº)						População desempregada (%)			Taxa de desemprego (%)					
	Homens		Mulheres		Total		H	M	HM	Homens		Mulheres		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001-2011			2001	2011	2001	2011	2001	2011
Cantanhede	347	686	635	759	982	1445	97,7	19,5	47,1	3,6	8,1	8,5	9,9	5,8	9,0
Coimbra	2010	3822	2477	3355	4487	7177	90,1	35,4	60,0	5,4	11,1	6,8	9,2	6,1	10,1
Condeixa-a-Nova	153	339	235	392	388	731	121,6	66,8	88,4	4,0	8,15	7,3	9,45	5,5	8,8
Figueira da Foz	787	1661	1340	1891	2127	3552	111,1	41,1	67,0	5,0	11,5	10,4	14,1	7,4	12,7
Montemor-o-Velho	257	552	565	666	822	1218	114,8	17,9	48,2	4,1	8,6	11,8	11,5	7,4	10,0
Soure	193	370	355	432	548	802	91,7	21,7	46,4	3,9	8,92	9,9	11,6	6,5	10,19
Baixo Mondego	4350	7983	6676	8127	11026	16110	83,5	21,7	46,1	4,7	10,2	8,3	10,6	6,4	10,4
Distrito de Coimbra	4893	10095	7659	10381	12552	20476	106,3	35,5	63,1	4,5	10,0	8,3	10,8	6,2	10,4

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 48 - População residente desempregada segundo o principal meio de vida em 2011.

Unidade Geográfica	Trabalho		Reforma/ Pensão		Subsidio de desemprego		Subsidio por acidente ou doença		RSI		Outro subsidio		Propriedade ou empresa		Apoio social		A cargo da Família		Outro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cantanhede	240	16,6	9	0,6	422	29,2	3	0,2	79	5,5	11	0,8	4	0,3	13	0,9	557	38,5	107	7,4
Coimbra	1246	17,4	56	0,8	1921	26,8	7	0,1	506	7,1	50	0,7	30	0,4	92	1,3	2703	37,7	566	7,9
Condeixa-a-Nova	122	16,7	4	0,5	248	33,9	0	0,0	40	5,5	5	0,7	3	0,4	7	1,0	243	33,2	59	8,1
Figueira da Foz	674	19,0	32	0,9	906	25,5	3	0,1	304	8,6	31	0,9	9	0,3	43	1,2	1267	35,7	283	8,0
Montemor-o-Velho	206	16,9	14	1,1	347	28,5	1	0,1	60	4,9	10	0,8	6	0,5	7	0,6	471	38,7	96	7,9
Soure	124	15,5	6	0,7	271	33,8	0	0,0	21	2,6	7	0,9	1	0,1	6	0,7	304	37,9	62	7,7
Baixo Mondego	2838	17,6	131	0,8	4465	27,7	14	0,1	1061	6,6	120	0,7	56	0,3	181	1,1	5977	37,1	1267	7,9
Distrito de Coimbra	3521	17,2	166	0,8	5697	27,8	17	0,1	1327	6,5	143	0,7	69	0,3	251	1,2	7627	37,2	1658	8,1

Fonte: INE, Censos 2011.

A análise da população desempregada (1218) na categoria de 1º Emprego (250) e Novo Emprego (968) segundo o sexo (Figura 23) revela uma predominância do sexo feminino (666) em relação ao sexo masculino (552).

Por outro lado, será de referir que a faixa etária que apresenta os valores mais elevados de desemprego é a dos 35 aos 54 anos (520 indivíduos), seguindo-se a faixa etária dos 25 a 34 anos (310). Apresentando valores semelhantes, surgem os desempregados com idade inferior a 25 anos (236) e os desempregados com mais de 54 anos (152 indivíduos) (Figura 24).

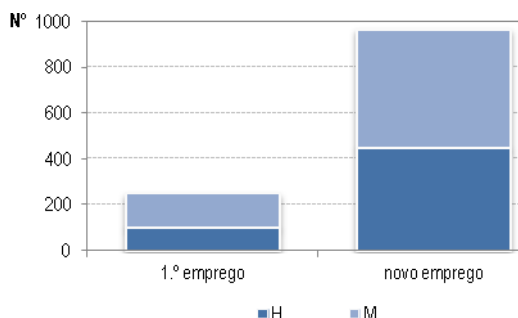


Figura 23 - População desempregada segundo o sexo e categoria em 2011.

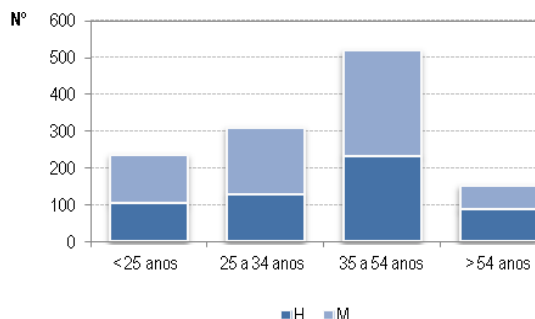


Figura 24 - População desempregada, segundo o sexo e idade em 2011.

Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias de referir os elevados valores da população que apenas concluiu o 1º CEB (255). Relativamente ao 2º e 3º CEB existem 435 indivíduos, com o ensino secundário 281 indivíduos e com o ensino superior existem 215 indivíduos desempregados (Figura 25).

Em termos de número de desempregados e de beneficiários do subsidio de desemprego é, a freguesia de Arazede que apresenta os valores mais elevados, com 270 desempregados e 91 beneficiários do subsidio de desemprego (Quadro 49).

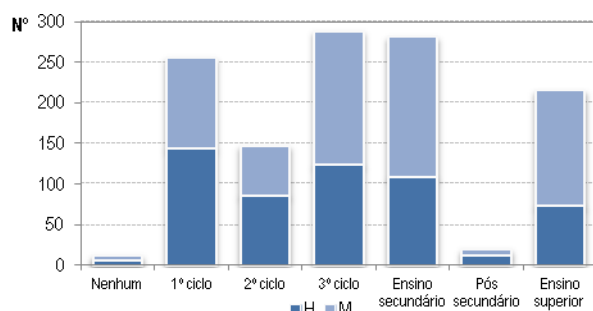


Figura 25 - População desempregada, segundo o sexo e habilitação literária em 2011.

Quadro 49 - Desempregados e beneficiários do subsídio de desemprego em 2011.

Freguesias	Desempregados		Beneficiários do subsídio de desemprego	
	Nº	%	Nº	%
Abrunheira	37	3,0	17	4,9
Arazede	270	22,2	91	26,2
Carapinheira	120	9,9	23	6,6
Ereira	22	1,8	8	2,3
Gatões	21	1,7	6	1,7
Liceia	52	4,3	18	5,2
Meãs do Campo	117	9,6	30	8,6
Montemor-o-Velho	159	13,1	39	11,2
Pereira	136	11,2	40	11,5
Santo Varão	81	6,7	20	5,8
Seixo de Gatões	64	5,3	19	5,5
Tentúgal	97	8,0	24	6,9
Verride	30	2,5	7	2,0
Vila Nova da Barca	12	1,0	5	1,4
Total	1218	100	347	100

Fonte: INE, Censos 2011.

Em termos de distribuição dos desempregados segundo a área de residência e faixa etária verifica-se que, do total de 159 desempregados registados na freguesia sede de concelho, a maioria integra a faixa etária dos 35 aos 54 anos (64 indivíduos, correspondendo a 40,3%), sendo que esta situação é comum na maioria das freguesias que integram este território concelhio (Figura 26).

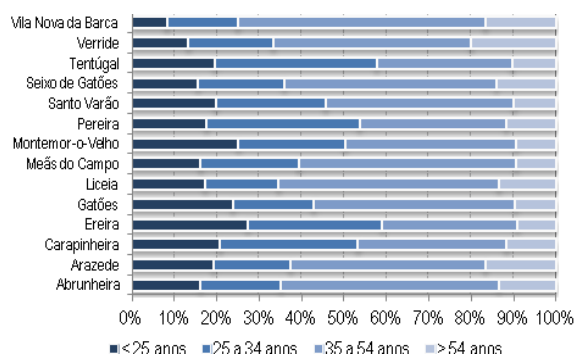


Figura 26 - Desempregados segundo a freguesia de residência e idade em 2011.

Relativamente à distribuição dos desempregados por freguesia e habilitação literária de destacar, tal como referido anteriormente, o elevado valor de desempregados que apenas concluíram o 1º CEB na maioria das freguesias que integram o concelho de Montemor-o-Velho, sendo de destacar um maior número de indivíduos com o ensino superior nas freguesias de Pereira e Gatões (Figura 27).

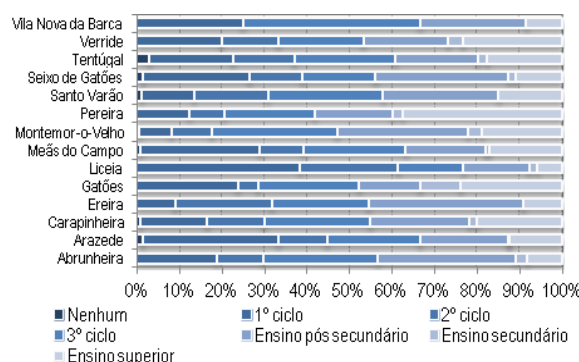


Figura 27 - Desempregados segundo a freguesia de residência e habilitação literária em 2011.

Em relação aos desempregados na categoria de 1º Emprego é possível observar que a faixa etária com maior percentagem de desempregados é a de 25 anos, e que na globalidade representa 58,8% do total de desempregados nesta categoria (Figura 28). Os desempregados com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos representam 20,4%, enquanto que as restantes faixas etárias apresentam valores menos expressivos. De sublinhar que na freguesia de Vila Nova da Barca existe apenas um indivíduo desempregado nesta categoria e que apresenta uma idade compreendida entre os 25 a 34 anos.

Relativamente aos desempregados na categoria de novo emprego, predominam os indivíduos pertencentes à faixa etária dos 35 aos 54 anos (Figura 29). De salientar as elevadas percentagens de indivíduos nesta categoria com mais de 54 anos nas freguesias de Verride e Arazede (24,0% e 20,4%, respetivamente).

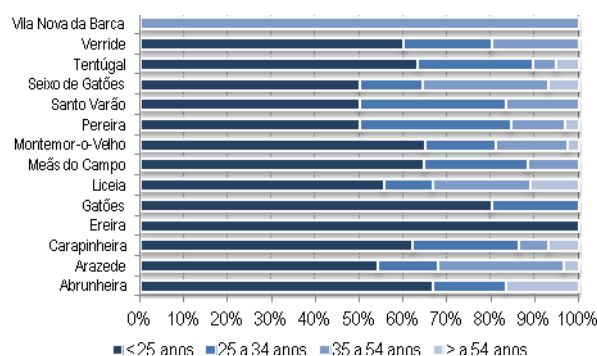


Figura 28 - Desempregados segundo a freguesia de residência e idade com a categoria de 1º emprego, em 2011.

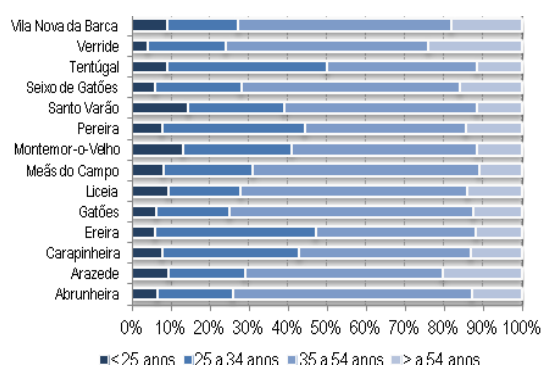


Figura 29 - Desempregados segundo a freguesia de residência e idade, com a categoria de novo emprego, em 2011.

3.5. Nível de vida (Poder de Compra)

Numa referência ao poder de compra no concelho de Montemor-o-Velho, os valores de 1993 e 2009 indicam um aumento deste indicador de 35,0% para 72,7%, respetivamente, correspondendo a um aumento de 37,7 pontos percentuais (

Quadro 50). Contudo, este indicador apresenta valores pouco expressivos, considerando a sub-região do Baixo Mondego, na qual se registaram valores mais expressivos em ambos os anos (90,0% em 1993 e 105,2% em 2009). Importa referir que o valor de referência se situa nos 100%.

Sendo o indicador *per capita* no concelho muito abaixo do valor de referência em 2009, devemos refletir quer sobre as características do desenvolvimento económico e social, quer também sobre as opções de política no quadro dos investimentos em equipamentos sociais.

Os aspetos de caracterização da dinâmica demográfica e os elementos da geografia das atividades económicas permitem entender o comportamento das variáveis sociais, devendo constituir o suporte para a reorganização quantitativa e qualitativa da rede de equipamentos sociais do concelho de Montemor-o-Velho.

Quadro 50 - Indicador *per capita*.

Unidade Geográfica	1993	2004 %	2009
Cantanhede	58,0	70,2	73,5
Coimbra	129,0	132,5	144,9
Condeixa-a-Nova	47,0	75,9	78,5
Figueira da Foz	90,0	93,5	96,8
Montemor-o-Velho	35,0	58,6	72,7
Soure	44,0	60,1	63,3
Baixo Mondego	90,0	99,1	105,2

Fonte: INE.

Importa referir que do total de 55 estabelecimentos de ensino existentes no Município de Montemor-o-Velho, oito correspondem, na realidade, a salas de apoio, nomeadamente as EB1's Bebedouro, Faíscas, Pelichos, Resgatados e Liceia, que funcionam como espaços da EB1 Arazede, as EB1's Abrunheira e Ereira, que funcionam como salas de apoio da EB1 Montemor-o-Velho, e a EB1 Ribeira de Moinhos, que funciona como espaço da EB1 Carapinheira.^{iv}

O Município apenas dispõe de um estabelecimento de ensino secundário, localizado na Freguesia de Montemor-o-Velho, que no ano lectivo em análise apresentava 363 alunos.

A oferta de ensino profissional está presente em 2 estabelecimentos na Freguesia de Montemor-o-Velho, designadamente a Escola Profissional de Montemor-o-Velho e a Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte que conjuntamente reúnem 323 alunos.

4. EDUCAÇÃO

4.1. Oferta e procura da rede educativa

No ano lectivo 2008/2009 existiam 2973 alunos repartidos pelos 55 estabelecimentos de ensino presentes no Município de Montemor-o-Velho (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). As Freguesias de Montemor-o-Velho, Arazede e Carapinheira apresentavam para este ano um maior número de estabelecimentos (10, 12 e 6, respectivamente) e, conseqüentemente, um maior número de alunos (1239, 529 e 455, respectivamente).

Quadro 51 - Oferta e procura da rede educativa, no ano letivo 2008/2009.

Freguesias	Educação Pré-escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Profissional		Total	
	Número de estabelecimentos	Número de crianças	Número de estabelecimentos	Número de alunos	Número de estabelecimentos	Número de alunos	Número de estabelecimentos	Número de alunos	Número de estabelecimentos	Número de alunos	Número de estabelecimentos	Número de alunos	Número de estabelecimentos	Número de alunos
Abrunheira	1	16	1	21									2	37
Arazede	3	72	7	182	1	106	1	169					12	529
Carapinheira	3	43	1	119	1	122	1	171					6	455
Ereira			1	15									1	15
Gatões	1		1	13									2	13
Liceia	2	19	2	42									4	61
Meãs do Campo	1	56	2	74									3	130
Montemor-o-Velho	2	27	3	152	1	145	1	229	1	363	2	323	10	1239
Pereira	1	53	1	108	1	53							3	214
Santo Varão	1		2	27									3	27
Seixo de Gatões	1	29	1	62			1	52					3	143
Tentúgal	1		3	73									4	73
Verride	1	13	1	24									2	37
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	18	328	26	912	4	426	4	621	1	363	2	323	55	2973

4.2. Nível de ensino atingido pela população residente

Relativamente ao nível de ensino atingido pelos munícipes, cerca de 26,8% da população residente apenas possui habilitação primária, valor correspondente a 7003 indivíduos (

Quadro 52). A percentagem de população que não atingiu qualquer nível de ensino corresponde a 21,4% dos residentes (5608 habitantes). No ano censitário de 2011, 3316 pessoas detinham o segundo ciclo de escolaridade (12,7%) e 4257 pessoas finalizaram o terceiro ciclo (16,3%). Importa referir que a percentagem de pessoas que frequentaram o ensino secundário (13,0%, correspondendo a 3402 indivíduos) é inferior aos que frequentaram o terceiro ciclo.

Relativamente à população detentora de habilitação superior, no concelho de montemor-o-Velho existiam 2414 indivíduos com este tipo de habilitação, correspondendo a 9,2% do total de residentes, enquanto que apenas 0,7% detinham formação ao nível do ensino pós secundária (171 indivíduos).

Quadro 52 - População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011.

Freguesias	Básico										Pós-						População residente
	Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Total		Secundário		Secundário		Superior		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Abrunheira	157	24,6	177	27,8	76	11,93	100	15,7	353	55,4	89	14,0	4	0,6	34	5,3	637
Arazede	1239	22,5	1730	31,4	745	13,53	887	16,1	3362	61,0	583	10,6	31	0,6	293	5,3	5508
Carapinheira	560	19,3	873	30,1	413	14,25	445	15,4	1731	59,7	382	13,2	14	0,5	211	7,3	2898
Ereira	149	23,0	201	31,0	77	11,86	96	14,8	374	57,6	78	12,0	3	0,5	45	6,9	649
Gatões	110	21,3	157	30,4	53	10,27	94	18,2	304	58,9	56	10,9	6	1,2	40	7,8	516
Liceia	306	24,4	376	30,0	187	14,91	209	16,7	772	61,6	126	10,0	4	0,3	46	3,7	1254
Meãs do Campo	468	25,3	506	27,3	220	11,87	286	15,4	1012	54,6	211	11,4	19	1,0	143	7,7	1853
Montemor-o-Velho	610	19,3	681	21,6	361	11,45	570	18,1	1612	51,1	498	15,8	24	0,8	410	13,0	3154
Pereira	636	19,5	638	19,5	303	9,28	477	14,6	1418	43,4	549	16,8	27	0,8	635	19,4	3265
Santo Varão	394	20,0	392	19,9	240	12,19	352	17,9	984	50,0	338	17,2	15	0,8	238	12,1	1969
Seixo de Gatões	326	22,5	388	26,8	238	16,43	248	17,1	874	60,3	150	10,4	3	0,2	96	6,6	1449
Tentúgal	480	22,4	616	28,8	293	13,69	360	16,8	1269	59,3	229	10,7	17	0,8	146	6,8	2141
Verride	111	18,9	192	32,7	67	11,41	85	14,5	344	58,6	72	12,3	4	0,7	56	9,5	587
Vila Nova da Barca	62	21,3	76	26,1	43	14,78	48	16,5	167	57,4	41	14,1	0	0,0	21	7,2	291
Total	5608	21,4	7003	26,8	3316	12,67	4257	16,3	14576	55,7	3402	13,0	171	0,7	2414	9,2	26171

Fonte: INE, Censos 2011.

Numa análise às freguesias, importa destacar as freguesias de Abrunheira e Liceia com elevadas percentagens de população sem qualquer nível de ensino (24,6% e 24,4%, correspondendo a 157 e 306 indivíduos), num contexto em que todas as freguesias apresentam valores superiores a 18,0% de indivíduos nesta situação. Nas freguesias de Verride e Montemor-o-Velho cerca de 18,9% e 19,3% da população residente não apresenta qualquer nível de escolaridade.

A percentagem de pessoas com habilitação superior é maior nas freguesias de Pereira e Montemor-o-Velho (19,4% e 13,0%, correspondendo a 635 e 410 habitantes) e menor nas freguesias de Liceia, Abrunheira e Arazede (3,7%, 5,3% e 5,3%, correspondendo a 46, 34 e 293 indivíduos nestas freguesias).

Dos 26171 residentes no concelho no ano de 2011 (Neste contexto, a taxa de analfabetismo diminuiu entre 2001 e 2011, de 13,6 % para 7,5% (

Quadro 54 e Figura 30). Este decréscimo foi mais expressivo no sexo feminino (de 18,4% para 10,3%), comparativamente ao sexo masculino que registou um decréscimo inferior (de 8,4% para 4,4%).

Quadro 53), cerca de 6,8% eram analfabetos com 10 ou mais anos, correspondendo a 1782 indivíduos, sendo que 1280 pertenciam ao sexo feminino (71,8%) e 502 correspondiam ao sexo masculino (28,2 %).

O número de analfabetos diminuiu cerca de 43,7% entre 2001 e 2011, correspondendo a uma diminuição de 1384 indivíduos. Todas as freguesias registaram uma diminuição de indivíduos analfabetos. De sublinhar que os decréscimos mais expressivos ocorreram nas freguesias de Tentúgal e Santo Varão (-51,5% e -49,5%).

Neste contexto, a taxa de analfabetismo diminuiu entre 2001 e 2011, de 13,6 % para 7,5% (

Quadro 54 e Figura 30). Este decréscimo foi mais expressivo no sexo feminino (de 18,4% para 10,3%), comparativamente ao sexo masculino que registou um decréscimo inferior (de 8,4% para 4,4%).

Quadro 53 - Analfabetos com 10 ou mais anos (Nº), em 2001 e 2011.

Freguesias	Homens		Mulheres		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Abrunheira	28	15	63	41	91	56
Arazede	225	126	503	280	728	406
Carapinha	109	55	238	123	347	178
Ereira	32	17	68	45	100	62
Gatões	24	15	56	34	80	49
Liceia	62	36	123	85	185	121
Meãs do Campo	82	45	198	118	280	163
Montemor-o-Velho	103	60	218	130	321	190
Pereira	59	23	216	129	275	152
Santo Varão	22	14	98	57	120	71
Seixo de Gatões	56	25	132	70	188	95
Tentúgal	117	52	226	133	343	185
Verride	17	12	51	21	68	33
Vila Nova da Barca	11	7	29	14	40	21
Total	947	502	2219	1280	3166	1782

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Quadro 54 - Taxa de analfabetismo (%), em 2001 e 2011.

Freguesias	Homens		Mulheres		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Abrunheira	8,7	5,5	16,8	12,5	13,1	9,3
Arazede	8,4	5,1	18,2	10,6	13,4	8,0
Carapinha	8,1	4,4	16,2	8,6	12,3	6,6
Ereira	9,9	5,8	19,4	14,2	14,9	10,2
Gatões	9,9	6,1	22,3	14,5	16,2	10,2
Liceia	10,6	6,5	19,0	14,1	15,0	10,5
Meãs do Campo	11,0	5,8	24,1	13,5	17,8	9,9
Montemor-o-Velho	8,5	4,4	16,1	8,5	12,5	6,6
Pereira	5,7	1,6	20,1	8,7	13,1	5,3
Santo Varão	3,4	1,7	13,6	6,2	8,8	4,1
Seixo de Gatões	9,0	4,0	19,8	10,1	14,5	7,2
Tentúgal	11,6	5,4	21,3	13,0	16,6	9,3
Verride	5,6	4,6	15,0	7,2	10,6	6,0
Vila Nova da Barca	6,6	5,6	16,4	9,5	11,7	7,7
Total	8,4	4,4	18,4	10,3	13,6	7,5

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

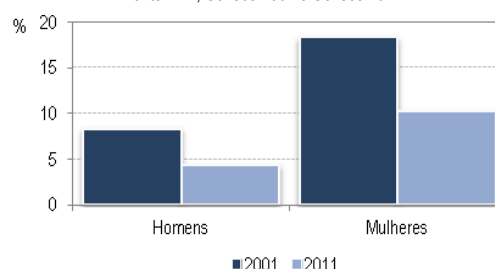


Figura 30 - Taxa de analfabetismo, em 2001 e 2011.

Dos 26171 residentes no concelho de Montemor-o-Velho (**Erro! Auto-referência de marcador inválida.**), cerca de 78,6% possui um nível de ensino (20563 habitantes), 6,8% dos residentes são analfabetos com 10 ou mais anos (1782 indivíduos) e 14,6% dos habitantes não possui qualquer nível de ensino (3826 habitantes). Dos 20563 habitantes com nível de ensino, 10211 são mulheres e 10352 são homens. Relativamente aos residentes sem qualquer nível de ensino, 1762 são homens e 2064 são mulheres.

Quadro 55 - População residente segundo o nível de ensino atingido, no concelho de Montemor-o-Velho, em 2011.

Nível de instrução	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabetos com 10 ou mais anos	502	4,0	1280	9,4	1782	6,8
Sem nível de ensino	1762	14,0	2064	15,2	3826	14,6
Com nível de ensino	10352	82,1	10211	75,3	20563	78,6
Total	12616	100	13555	100	26171	100

Fonte: INE, Censos 2011.

5. SAÚDE

5.1. Infraestruturas básicas e serviços complementares

Em termos de infraestruturas básicas de saúde, verifica-se que o concelho de montemor-o-Velho apresenta um centro de saúde, localizado na freguesia de montemor-o-Velho (

Quadro 56). De salientar ainda que existem 8 farmácias distribuídas pelas freguesias de Carapinheira (1), Arazede (1), Pereira (1), Abrunheira (1), Tentúgal (1), Verride (1), Montemor-o-Velho (2).

5.2. Indicadores de saúde

Dos 28 médicos presentes no concelho de montemor-o-Velho no ano de 2011, 19 apresentam outras especialidades (

Quadro 57). Os restantes dividem-se pelas especialidades de medicina geral e familiar (3), pediatria (2), psiquiatria (2), ortopedia (1) e estomatologia (1).

Seguidamente revela-se o número de consultas efetuadas pelos centros de saúde, extensões e especialidades no ano de 2011 (

Quadro 58). A grande maioria recai sobre a medicina geral e familiar (71859 consultas), seguido pelas consultas de saúde do recém-nascido (com 6916 consultas). As especialidades de planeamento familiar e saúde materna registaram 3671 e 1169 consultas, respetivamente e as outras especialidades registaram 328 consultas. Em termos globais, realizaram-se 83943 consultas no concelho de montemor-o-Velho.

No ano de 2011 existiam 1,6 médicos por cada 1000 habitantes e cerca de 0,4 farmácias por 1000 habitantes (Quadro 59). Neste mesmo ano realizou-se uma média de 3,1 consultas por cada habitante nos estabelecimentos de saúde.

Quadro 56 - Infraestruturas básicas de saúde, em 2011.

Concelho	Centros de Saúde	Farmácias	Postos farmacêuticos móveis
Montemor-o-Velho	1	10	1

Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde e Estatísticas das Farmácias, 2011.

Quadro 57 - Médicos segundo as especialidades no concelho de montemor-o-Velho em 2011.

Concelho	Medicina geral e familiar	Outras especialidades	Estomatologia	Pediatria	Psiquiatria	Ortopedia	Total
Montemor-o-Velho	3	19	1	2	2	1	28

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, 2011.

Quadro 58 - Consultas efetuadas nos centros de saúde ou extensões segundo as especialidades, em 2011.

Concelho	Medicina geral e familiar/Clinica geral	Planeamento familiar	Saúde do recém nascido	Saúde materna	Outras especialidades	Total
Montemor-o-Velho	71859	3671	6916	1169	328	83943

Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde, 2011.

Quadro 59 - Indicadores de saúde, em 2011.

Concelho	Consultas nos estabelecimentos de saúde por habitante	Farmácias por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes
Montemor-o-Velho	3,1	0,4	1,6

Fonte: INE, Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde e Estatísticas das Farmácias, 2011.

6. LAZER E TURISMO

O Município de Montemor-o-Velho, pela sua localização e características físicas, poderá assumir-se como um local de excelência para a prática turística, na medida em que apresenta um conjunto potencialidades e pontos de interesse turístico, designadamente ao nível de alojamento, restauração, pontos turísticos, cultura, desporto, beleza e outros serviços (

Quadro 60).

Assim, ao nível do alojamento de destacar a existência de apenas uma pensão/residencial. No que diz respeito à restauração de destacar a presença de 20 restaurantes. Já no que diz respeito ao turismo e lazer são vários os aspectos que devem ser realçados, designadamente os pontos de interesse turístico (124). Ao nível da cultura de destacar a existência de museus (2), teatros (1), grupos de teatro (11), galeria de arte (1), parques (1), parques infantis (27), festas, reuniões e venda de produtos locais (33). No que diz respeito ao desporto de destacar os grandes campos (14), pequenos campos (26), pavilhões (sete), salas de

desporto (4), piscinas cobertas (1), piscinas descobertas (1) e especializados (5).

Quadro 60 - Lazer e turismo.

Tipologia	Número	Designação	Freguesia
Alojamento Pensão/Residencial	1	Residencial Abade João	Montemor-o-Velho
Restauração	20	Restaurante A Grelha	Montemor-o-Velho
		Restaurante A Moagem	Montemor-o-Velho
		Restaurante Bússola	Montemor-o-Velho
		Café Restaurante Mosteiro, Lda.	Montemor-o-Velho
		Restaurante Calhambeque	Arazede
		Casa Arménio	Tentúgal
		Restaurante Dom Dinis, Lda.	Montemor-o-Velho
		Restaurante Floripes	Montemor-o-Velho
		Restaurante Lucrécio	Arazede
		Restaurante Luso-Brasileiro	Meãs do Campo
		Restaurante O Marinheiro	Montemor-o-Velho
		Restaurante O Cantinho da Clara	Carapinheira
		Restaurante O Manjar do Tojal	Pereira
		Restaurante Refúgio do Paul	Carapinheira
		Restaurante Retiro do Caçador	Carapinheira
		Restaurante Sítio Certo	Meãs do Campo
		Patínhos - Sociedade de Hotelaria, Lda.	Tentúgal
		Restaurante A Lampreia	Ereira
		Empreendimento Hoteleiro Cadeia Velha	Montemor-o-Velho
		Paulo Queda Silva	Meãs do Campo
Turismo e Lazer	Pontos de interesse turístico 17	Capela de Santo António	Abrunheira
		Igreja Matriz	Abrunheira
		Igreja Matriz (Revelas)	Abrunheira
		Solar dos Ornelas/Nápoles	Abrunheira
		Capela de S. Pedro	Arazede
		Capela de Santa Eufémia	Arazede
		Cruzeiro de Arazede	Arazede
		Igreja Matriz	Arazede
		Casa do Torreão	Ereira
		Capela de São Jorge	Gatões
		Igreja Matriz	Gatões
		Igreja Matriz	Liceia
		Capela de Santo António	Meãs do Campo
		"Casa Seiscentista"	Montemor-o-Velho
		Alcáçova Real, Palácio das Infantas	Montemor-o-Velho
		Antigo Hospital de N. S. a de Campos e Misericórdia	Montemor-o-Velho
		Antigo Hospital de Santa Marta	Montemor-o-Velho

(continua)

(continuação)

Turismo e Lazer	Pontos de interesse turístico 46	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Montemor-o-Velho
		Capela de Nossa Senhora da Piedade	Montemor-o-Velho
		Capela de Nossa Senhora de Campos (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Nossa Senhora do Carmo (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Nossa Senhora do Desterro	Montemor-o-Velho
		Capela de S. João (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de S. João (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de S. Sebastião / do Santo Mártir	Montemor-o-Velho
		Capela de S. Pedro / da Câmara (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Santa Eufémia (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Santo Agostinho (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Santo André (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Santo António (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Capela de Santo António	Montemor-o-Velho
		Capela do Hospital de Santa Marta	Montemor-o-Velho
		Capela do Santo Cristo	Montemor-o-Velho
		Capelas dos Passos	Montemor-o-Velho
		Capela do Senhor da Ponte da Cal (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Casa da Roda	Montemor-o-Velho
		Casa do Despacho	Montemor-o-Velho
		Castelo	Montemor-o-Velho
		Celeiro do Visconde de Alverca (antigo)	Montemor-o-Velho
		Convento de Nossa Senhora de Campos (ex tinto)	Montemor-o-Velho
		Convento de Nossa Senhora dos Anjos	Montemor-o-Velho
		Convento de S. Luís/Quinta do Taipal	Montemor-o-Velho
		Cruzeiro	Montemor-o-Velho
		Fonte	Montemor-o-Velho
		Hospital da Misericórdia	Montemor-o-Velho
		Hospital de S. Pedro (ex tinto)	Montemor-o-Velho
		Hospital de Santa Maria Madalena (ex tinto)	Montemor-o-Velho
		Igreja da Misericórdia	Montemor-o-Velho
		Igreja de S. Martinho (Matriz)	Montemor-o-Velho
		Igreja de S. Miguel (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Igreja de S. Salvador (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Igreja de Santa Maria da Alcáçova	Montemor-o-Velho
		Igreja de Santa Maria Madalena (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Igreja Nova (ex tinta)	Montemor-o-Velho
		Antigo Mercado Municipal	Montemor-o-Velho
		Paços do Concelho	Montemor-o-Velho
		Pontes do Poço da Cal	Montemor-o-Velho
		Pórtico dos Pinas (Solar dos Pinas)	Montemor-o-Velho
		Residência de D. Isabel de Azevedo	Montemor-o-Velho
		Solar da família Chichorro	Montemor-o-Velho
		Solar dos Alarcões	Montemor-o-Velho
		Solar dos Andrades (antigo)	Montemor-o-Velho
		Solar dos Mexias	Montemor-o-Velho

ontínua)

continua)

(continua)

(continuação)		
Cultura	Festas, reuniões e venda de produtos locais 33	Festejos em honra de N.º Sr.ª da Saúde
		Festejos em honra de N.º Sr.ª da Graça
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Pranto
		Festejos em honra de São Pedro
		Festejos em honra de São Tiago
		Festejos em honra de Santa Eufémia
		Feira quinzenal nos dias 7 e 24 de cada mês
		Festejos em honra de S.ª Susana
		Festejos de N.º Senhora das Dores
		Festejos em honra de Santo António
		Feira mensal ao dia 26
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Rosário
		Festejos em honra de N.º Sr.ª das Virtudes
		Festejos em honra de São Miguel
		Festejos em honra de São Sebastião
		Procissão do Sr. dos Passos
		Feriado Municipal a 8 de Setembro
		Feira Anual (Feira das Cebolas)
		Festas Concelhias
		Feira do Cavalo, finais de Agosto e meados de Setembro
		Festejos em honra de Nossa senhora da Paz
		Feira Quinzenal, quinzenalmente às quartas-feiras
		CITEMOR - Festival de Teatro (realiza-se entre Julho e Agosto)
		Festejos em honra do S.ª dos Passos
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Bom Sucesso
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Pranto
		Festejos em honra de São Tiago
		Feira Anual "Feira das Comedieiras"
		Feira Mensal, 3.º Domingo de cada mês
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Amparo
		Festejos em honra de Santo António
		Festejos em honra de São João
		Festejos de Natal
		Festejos do Senhor dos Passos
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Camo
		Feira anual, 1 de Novembro
		Feira quinzenal
		Festejos em honra de São Sebastião
		Festejos em honra de Mátrix Santo
		Festejos em honra de N.º Sr.ª do Rosário
Grupo de teatro 11		Grupo Cénico e Amador da Portela
		Grupo de Teatro Amador da A. C. R. D. S. de Quinhendros
		Grupo de Teatro da Casa do Povo de Abrunheira
		Grupo de Teatro A TOCA Associação Sócio-Cultural Candelária de Gafes
		Teatro dos Castelos Cooperativa de Serviços Culturais, C.R.L. Espaço Rosa dos Ventos
		Grupo de Teatro Amador Centro de Recreio Popular de Formoselha
		Grupo de Teatro Amador da Associação Cultural e Recreativa do Casal Raposo
		Grupo de Teatro O Celheiro da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira
		Grupo de Teatro Atrás do Pano do Centro Beira Mondego
		Grupo de Teatro Amador do Clube União Musical Recreativo Gafense
		Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho

(continua)

(continuação)

		Campo de Futebol das Falcas 1	Arazede
		Campo de Futebol das Falcas 2	Arazede
		Campo de Futebol do CDC	Carapinheira
		Campo de Rugby do CDC	Carapinheira
		Campo de Futebol do GDE	Ereira
		Campo de Futebol do CFG	Gafes
Grandes campos de jogos	14	Campo de Futebol da ACDRM	Meãs do Campo
		Campo Municipal das Lages	Montemor-o-Velho
		Campo de Futebol de Pereira	Pereira
		Campo de Futebol (Campo da Mata)	Pereira
		Campo de Futebol da CRPF	Santo Varão
		Campo de Futebol da UDS	Santo Varão
		Campo de Futebol da Casa do Povo de Tentugal	Tentugal
		Campo de Futebol do GDV	Veride
		Campo de Jogos Joaquim Pereira - Polidesportivo	Abrunheira
		Campo de Futebol da EB 2.3	Arazede
		Polidesportivo da Escola EB 2.3 de Arazede	Arazede
		Polidesportivo de Resgatados	Arazede
		Polidesportivo do CACT	Arazede
		Polidesportivo da EB 2.3	Carapinheira
		Mini-polidesportivo do Parque Infantil - Desativado	Ereira
		Polidesportivo de Ereira	Ereira
		Polidesportivo de Gafes	Gafes
		Polidesportivo de Lousa	Lousa
		Campo de Beach-Volley da Escola Secundária	Montemor-o-Velho
		Polidesportivo da Escola EB 2.3 Jorge de Montemor	Montemor-o-Velho
Pequenos campos de jogos	26	Polidesportivo da Escola Secundária 1	Montemor-o-Velho
		Polidesportivo da Escola Secundária 2	Montemor-o-Velho
		Polidesportivo do Parque de Campismo	Montemor-o-Velho
Desporto		Campo de Beach-Volley 1	Pereira
		Campo de Beach-Volley 2	Pereira
		Polidesportivo da EBI de Pereira	Pereira
		Campo de Beach-Volley	Santo Varão
		Campo de Beach-Volley de Formoselha	Santo Varão
		Polidesportivo CRP Formoselha	Santo Varão
		Polidesportivo UD Santovianense	Santo Varão
		Polidesportivo do Seixo	Seixo de Gafes
		Polidesportivo da GCAP	Tentugal
		Polidesportivo de Veride	Veride
		Polidesportivo de Vila Nova da Barca	Vila Nova da Barca
		Pavilhão de AFA	Arazede
		Pavilhão Municipal da Carapinheira	Carapinheira
		Pavilhão Desportivo da ACDR das Meãs	Meãs do Campo
Pavilhões	7	Pavilhão Municipal de Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho
		Pavilhão da ACDR de Pereira	Pereira
		Pavilhão da EBI de Pereira	Pereira
		Pavilhão da Casa do Povo de Tentugal	Tentugal
		Sala de Desporto do Pavilhão Municipal da Carapinheira	Carapinheira
		Ginásio dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho
Salas de desporto	4	Sala de Desporto da APPACDM	Montemor-o-Velho
		Sala de Desporto da EBI de Pereira	Pereira
Piscinas descobertas	1	Piscina Desportiva do Centro Paroquial e Social de Meãs do Campo	Meãs do Campo
Piscinas cobertas	1	Piscina Municipal	Montemor-o-Velho
		Kartódromo	Carapinheira
		Piscadouro de Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho
Especializados	5	Centro Náutico de Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho
		Pista de Kartross dos Olivais	Tentugal
		Pista de Radiomodelismo	Tentugal



Parte II | Diagnóstico Social

D. Mecanismos de Acção Social de Combate à Pobreza e à Exclusão Social

1. REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A análise da rede de serviços e equipamentos sociais⁵, sua distribuição espacial e respectiva caracterização geral ao nível das entidades gestoras, dos equipamentos sociais e

das valências, sempre tendo em consideração a distinção entre as diferentes naturezas jurídicas, populações-alvo e grupos-alvo, é fundamental para a compreensão da realidade social do Município de Montemor-o-Velho (

Quadro 66).⁶

1.1. Análise Global

1.1.1. Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais

A rede de serviços e equipamentos sociais é uma realidade que resulta do esforço e envolvimento de entidades de diversas naturezas, no sentido de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais, localizando-se nas zonas consideradas pelas próprias como prioritárias para a intervenção social.

1.1.1.1. Distribuição das entidades gestoras segundo a natureza jurídica

O estudo da localização e caracterização das diversas entidades gestoras de equipamentos e valências sociais do Município de Montemor-o-Velho permitiu concluir que são 19 as entidades gestoras a intervir no território municipal (Quadro 67).

No entanto, numa análise mais pormenorizada, e na medida em que as entidades assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias, a sua análise remete-nos para um total de 36 entidades gestoras (Quadro 61 e Figura 31).

Relativamente à natureza jurídica⁷ das entidades gestoras, estas distribuem-se por duas categorias: as da rede solidária (17) e as da rede privada (duas). Incorporadas na rede solidária encontram-se 16 entidades privadas sem fins lucrativos e uma entidade pública sem fins lucrativos, enquanto que da rede privada fazem parte apenas as entidades privadas com fins lucrativos.

Ao nível das freguesias, destacam-se Arazede, Carapinheira e Montemor-o-Velho com o maior número de entidades gestoras, sendo visível o predomínio das entidades privadas sem fins lucrativos que integram a rede solidária. Aliás, nas Freguesias de Ereira, Gatões e Tentúgal, é possível observar que a totalidade das entidades gestoras pertence à rede particular sem fins lucrativos.

De referir, ainda, que as instituições que integram a rede solidária estão presentes na totalidade do território municipal, com exceção da Freguesia de Vila Nova da Barca que não apresenta nenhuma entidade gestora, já que não existe qualquer instituição sediada nesta freguesia. A rede privada, por seu turno, apenas se encontra presente nas Freguesias da Carapinheira e Santo Varão.

Quadro 61 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Total ⁸	Rede Solidária		Rede Privada
		Entidades Públicas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas sem Fins Lucrativos ⁹	Entidades Privadas com Fins Lucrativos
Abrunheira	2	1	1	
Arazede	4	1	3	
Carapinheira	5	1	3	1
Ereira	2		2	
Gatões	2		2	
Liceia	3	1	2	
Meãs do Campo	2	1	1	
Montemor-o-Velho	4	1	3	
Pereira	3	1	2	
Santo Varão	2		1	1
Seixo de Gatões	3	1	2	
Tentúgal	2		2	
Verride	2	1	1	
Vila Nova da Barca	-	-	-	-
Total das Freguesias	36	9	25	2
Total do Município	19		17	2

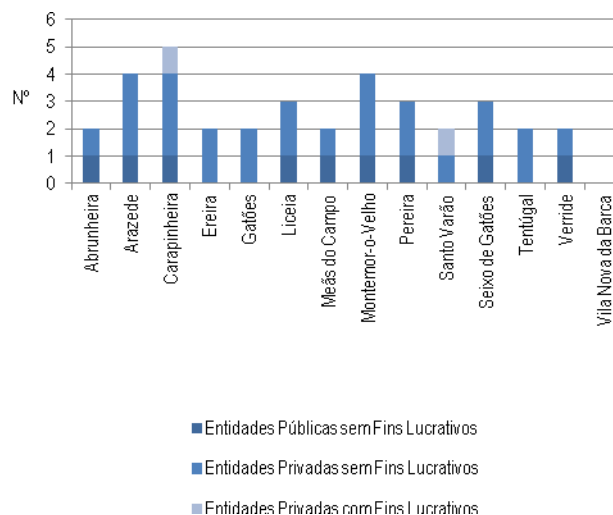


Figura 31 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

1.1.2. Equipamentos Sociais

Os equipamentos sociais¹⁰ correspondem à aplicação prática da maioria das respostas, uma vez que integram as valências, independentemente da sua natureza, residencial, ambulatoria ou mista. De uma situação em que um equipamento social abrangia apenas uma valência, passou-se para uma situação em que no mesmo equipamento social estão sedeadas várias valências, dirigidas ou não para a mesma população-alvo ou grupo-alvo.

Esta realidade, que se traduz em benefícios de aproveitamento de infra-estruturas e de meios humanos, com claras vantagens para os diversos tipos de utentes, tem vindo a ser cada vez mais equacionada, quer ao nível da concepção inicial do equipamento social, quer mesmo, posteriormente, aquando do trabalho de ampliação ou remodelação das instalações existentes.

1.1.2.1. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora

À semelhança da análise das entidades gestoras, e como não poderia deixar de ser, também os 52 equipamentos sociais existentes no Município de Montemor-o-Velho indicam a prevalência da rede solidária – entidades privadas e públicas sem fins lucrativos – sobre a rede privada – entidades privadas com fins lucrativos (

Quadro 62 e Figura 32 e Figura 33).

A rede privada encontra-se presente apenas na Freguesia de Carapinheira e Santo Varão, constituindo a rede solidária a única resposta nas restantes freguesias do Município, com excepção de Vila Nova da Barca que, conforme referido anteriormente, não apresenta nenhum equipamento.¹¹

Numa situação inversa, isto é, com maior número de equipamentos, destacam-se as Freguesias de Arazede com dez equipamentos e Montemor-o-Velho com nove equipamentos, uma vez que correspondem às freguesias com maior número de habitantes e, no caso da última, à sede do Município.

Quadro 62 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.

Freguesias	Total	Rede Solidária		Rede Privada
		Entidades Públicas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas com Fins Lucrativos
Abrunheira	4	1	3	
Arazede	10	3	7	
Carapinheira	5	1	3	1
Ereira	2		2	
Gátões	2		2	
Liceia	4	1	3	
Meãs do Campo	2	1	1	
Montemor-o-Velho	9	1	8	
Pereira	4	1	2	
Santo Varão	2		1	1
Seixo de Gátões	3	1	2	
Tentúgal	3		3	
Verride	2	1	1	
Vila Nova da Barca	-	-	-	-
Sub-total	52	11	39	2
Total	52		50	2

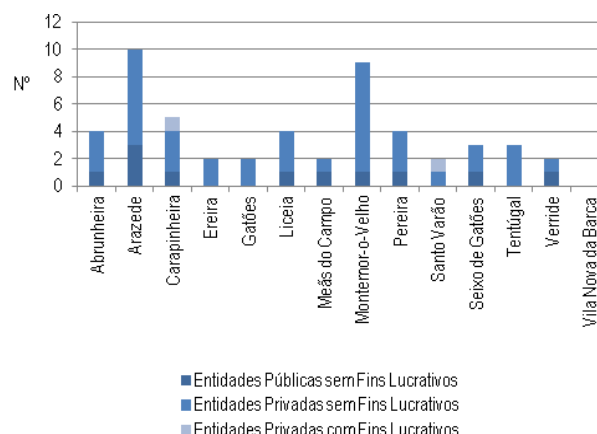


Figura 32 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.

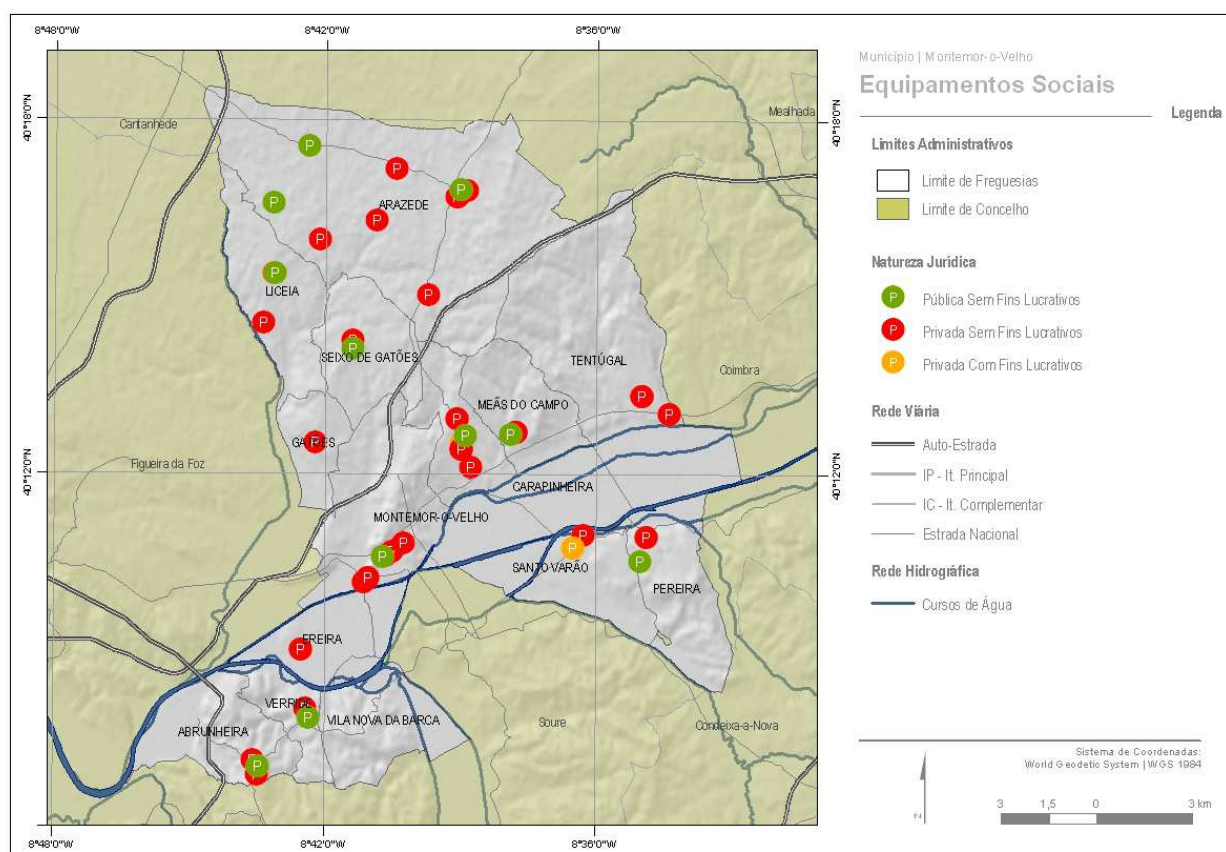


Figura 33 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.

1.1.2.2. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a população-alvo

No Município de Montemor-o-Velho verifica-se, muito pelo que foi referido nas características sócio-económicas do território, que os

equipamentos sociais são dirigidos, na totalidade, a duas populações-alvo¹²: Infância e Juventude e População Adulta (

Quadro 63).

No caso da Infância e Juventude as respostas dirigem-se, essencialmente, para o grupo-alvo¹³ Crianças e Jovens, representando 65% da oferta do Município, tendo o grupo-alvo das Crianças e Jovens com Deficiência apenas 2% (Figura 34). Já no que se refere à População Adulta as valências para Pessoas Idosas representam 31% das respostas existentes no Município, enquanto que as referentes a Pessoas Adultas com Deficiência correspondem apenas a 2%.

Quadro 63 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.

Freguesias	Número de Equipamentos Sociais	Infância e Juventude		População Adulta		Total ¹⁴
		Crianças e Jovens	Crianças e Jovens com Deficiência	Pessoas Idosas	Pessoas Adultas com Deficiência	
Abrunheira	4	2		2		4
Arazede	10	9		1		10
Carapinha	5	4		2		6
Ereira	2	1		1		2
Gatões	2	1		1		2
Liceia	4	3		1		4
Meãs do Campo	2	2		1		3
Montemor-o-Velho	9	5	1	2	1	9
Pereira	4	2		2		4
Santo Varão	2	1		1		2
Seixo de Gatões	3	2		1		3
Tentúgal	3	2		1		3
Verride	2	1		1		2
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-
Sub-total	52	35	1	17	1	54
Total	52	36		18		54

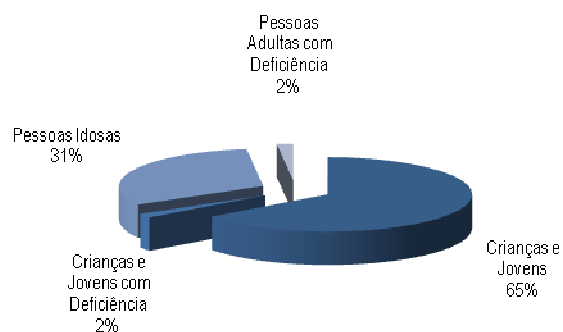


Figura 34 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, no Município.

Quanto à distribuição dos equipamentos sociais, constata-se que em todas as freguesias do Município, à excepção de Vila Nova da Barca, existe uma resposta social para Crianças e Jovens e para Pessoas Idosas (Figura 35). Salientam-se as Freguesias de Arazede, Montemor-o-Velho e Carapinha, na medida em que integram o maior número de equipamentos, especialmente os que são dirigidos ao primeiro grupo-alvo referido.

A Freguesia de Montemor-o-Velho é a única que dá uma resposta, quer para as Crianças e Jovens com Deficiência, quer para Pessoas Adultas com Deficiência, muito pelo seu contexto no território municipal.

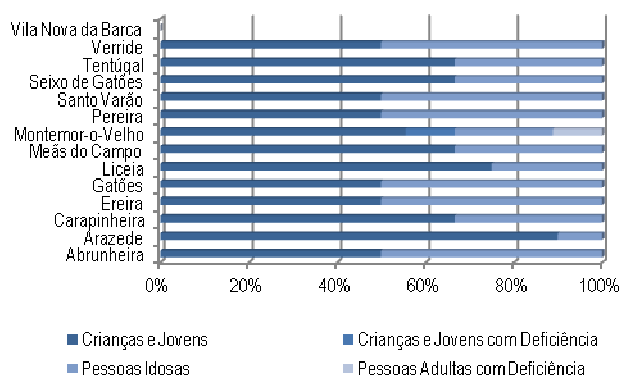


Figura 35 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.

1.1.3. Respostas Sociais

Denomina-se *valência* a resposta social desenvolvida no interior ou a partir de um equipamento social. Deste modo, mais do que analisar o número de equipamentos sociais, importa analisar a quantidade e a diversidade das valências existentes, as quais, progressivamente, se têm vindo a ajustar à evolução das necessidades sociais.

Numa perspectiva global, verifica-se que os 52 equipamentos sociais existentes no Município de Montemor-o-Velho integram 77 valências, o que, tal como foi referido anteriormente, vem comprovar a tendência progressiva de um equipamento social abranger várias valências.

1.1.3.1. Distribuição das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora

A esmagadora maioria das valências existentes no Município de Montemor-o-Velho são da responsabilidade da rede solidária, oferecendo a rede privada apenas três valências (

Quadro 64 e Figura 36). Ainda no que respeita à rede solidária, observa-se que a maioria da oferta corresponde a entidades privadas sem fins lucrativos, nomeadamente nas valências de Centro de Actividades de Tempos Livres, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Quanto às entidades públicas sem fins lucrativos, as respostas são totalmente direccionadas para a valência de Educação Pré-escolar, enquanto que a rede privada dá respostas ao nível das valências de Creche, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar e Lar de Idosos.

Quadro 64 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.

População-Alvo		Resposta Social	Total	Rede Solidária		Rede Privada
				Entidades Públicas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas sem Fins Lucrativos	Entidades Privadas com Fins Lucrativos
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	6		5	1
		Jl	18	11	6	1
		ATL	17		17	
	Crianças e Jovens com Deficiência	Intervenção Precoce	1		1	
População Adulta	Pessoas Idosas	SAD	11		11	
		Centro de Convívio	1		1	
		Centro de Dia	13		13	
		Centro de Noite	1		1	
		Lar de Idosos	7		6	1
	Pessoas Adultas com Deficiência	SAD	1		1	
		CAO	1		1	
Sub-total		77	11	63	3	
Total		77	74	3		

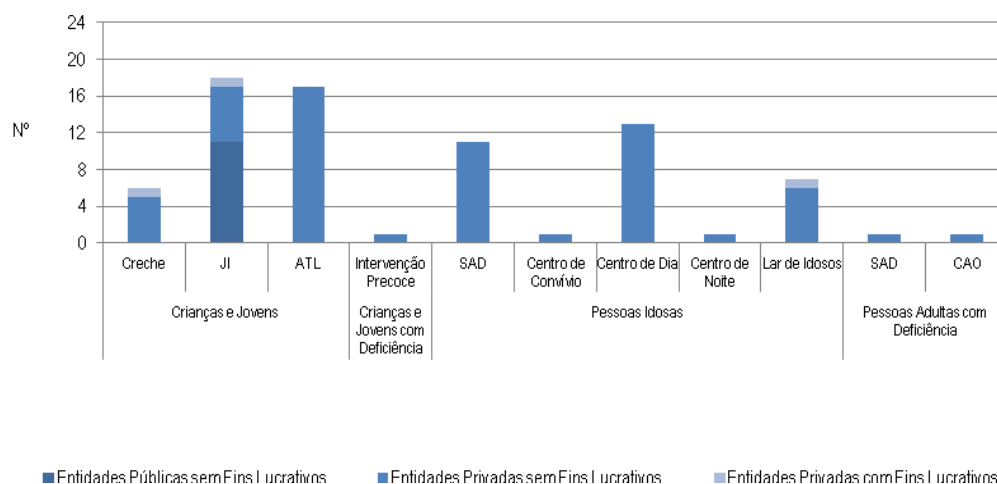


Figura 36 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.

1.1.3.2. Distribuição das respostas sociais segundo a população-alvo

A análise da distribuição das valências permite observar que a maioria é dirigida à população-alvo Infância e Juventude, mais concretamente ao grupo-alvo Crianças e Jovens

(53%), muito em virtude dos equipamentos afectos à Educação Pré-escolar e aos Centros de Actividades de Tempos Livres que, no conjunto das valências existentes no Município, correspondem a 24% e 22%, respectivamente, representando a valência Creche apenas 8% (

Quadro 65 e Figura 37 e Figura 38).

O grupo-alvo Crianças e Jovens com Deficiência, na valência de Intervenção precoce, detêm apenas 2% das respostas sociais do Município. Quanto à População Adulta, as valências subdividem-se em dois grupos-alvo: as Pessoas Idosas com 43 % das respostas, onde

predominam as valências de Centro de Dia (17%), Serviço de Apoio Domiciliário (14%) e Lar de Idosos (9%) e o das Pessoas Adultas com Deficiência, grupo que assume menor expressividade (3%), nomeadamente nas valências de Centro de Actividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário, que representam, individualmente, cerca de 1%.

Quadro 65 - Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia.

Quadro 3 - Distribuição dos Recursos Sociais, segundo a população alvo e tipo, por freguesia													
Freguesias	Número de Equipamentos Sociais	Infância e Juventude					População Adulta						Total ¹⁵
		Crianças e Jovens			Crianças e Jovens com Deficiência	SAD	Pessoas Idosas				Pessoas Adultas com Deficiência		
		Creche	JI	ATL			Intervenção Precoce	Centro de Convívio	Centro de Dia	Centro de Noite	Lar de Idosos	SAD	
Abrunheira	2		1	1		1		1	1				5
Arazede	9	1	3	5		1		1		1			12
Carapinheira	6	1	3	2		1		1		1			9
Ereira	1			1		1		1					3
Gatões	1		1					1					2
Liceia	3		2	1				1					4
Meãs do Campo	3	1	1	1		1		1		1			6
Montemor-o-Velho	6	1	2	3	1	1		1		2	1	1	13
Pereira	4		1	1		2		1					5
Santo Varão	2	1	1			1	1	1					5
Seixo de Gatões	2		1	1				1					3
Tentúgal	3	1	1	1		1		1		1			6
Verride	1		1			1		1		1			4
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total	52	6	18	17	1	11	1	13	1	7	1	1	77
Total	52		41		1			33			2		77

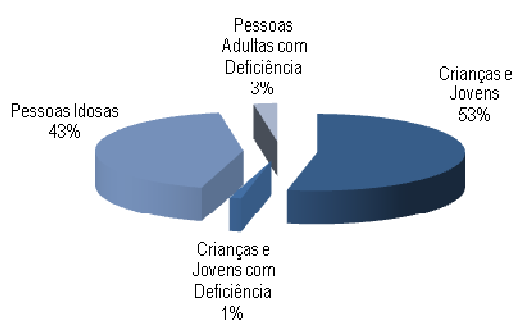


Figura 37 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no Município.

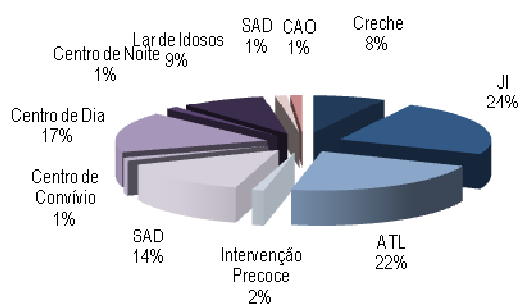


Figura 38 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, no Município.

Ao nível da distribuição das valências, verifica-se que apenas a freguesia sede de Município apresenta respostas para todos os grupos-alvo existentes no território municipal (Figura 39). As restantes freguesias, à excepção de Vila Nova da Barca possuem valências para o grupo-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas.

Da análise da distribuição dos diferentes tipos de valências (Figura 40), mais uma vez se observa que é na Freguesia de Montemor-o-Velho que se encontravam em funcionamento o maior número de valência por tipologia (nove). Seguem-se as Freguesias de Arazede, Carapinha, Meãs do Campo e Tentugal, com seis tipos de valências diferenciadas e as Freguesias de Santo Varão e Abrunheira, com cinco. A Freguesia de Gatões apresenta apenas dois tipos de valência, nomeadamente Estabelecimento de Educação Pré-escolar e Centro de Dia, sendo que a valência de Intervenção Precoce apenas se encontra presente na Freguesia de Montemor-o-Velho.

Assim, no que concerne às valências para Crianças e Jovens, são nove as freguesias que apresentam, simultaneamente, as respostas de Estabelecimento de Educação Pré-escolar e Centro de Actividades de Tempos Livres, sendo de referir que destas, seis apresentam a valência de Creche. No que se refere às valências destinadas às Pessoas Idosas, nenhuma das freguesias tem concentrado todos os tipos de valências existentes no Município, sendo de referir que seis freguesias têm em comum as valências de Serviço de Apoio Domiciliário, Centros de Dia e Lar de Idosos. A valência Centro de Dia é disponibilizada em três freguesias, enquanto que as valências de Centro de Convívio e Centro de Noite são exclusivas, designadamente nas Freguesias de Santo Varão e Abrunheira. Quanto às valências para as Pessoas Adultas com Deficiência – Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Actividades Ocupacionais - estas concentram-se unicamente na freguesia sede de Município, reflectindo o peso demográfico e de importância territorial que esta freguesia assume.

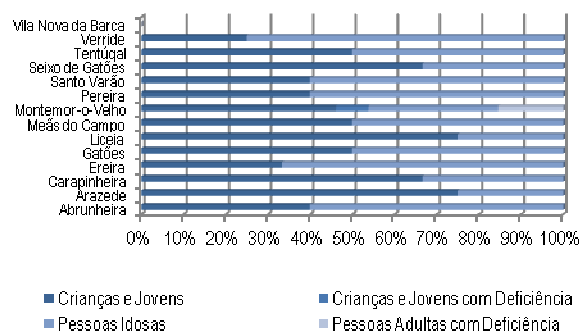


Figura 39 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.

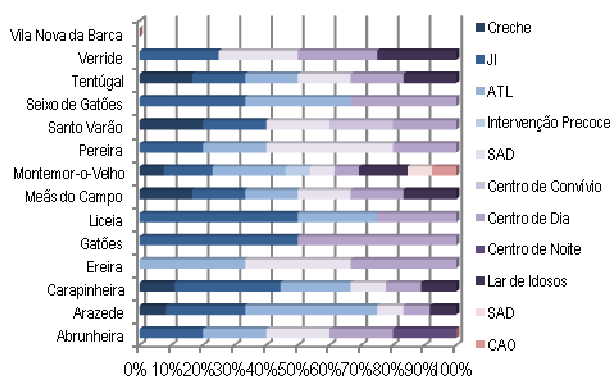


Figura 40 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, por freguesia.

1.1.3.3. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social

Os 52 equipamentos sociais do Município de Montemor-o-Velho integram um total de 77 respostas sociais, o que indicia a existência de diferentes valências a funcionar no mesmo equipamento (Figura 41). No entanto, a maioria dos equipamentos sociais funcionam apenas com uma valência (36), enquanto que os restantes 16 equipamentos sociais integram diferentes tipos de valências, embora estas se direccionem para o mesmo grupo-alvo (14) ou para diferentes grupos-alvo (dois).

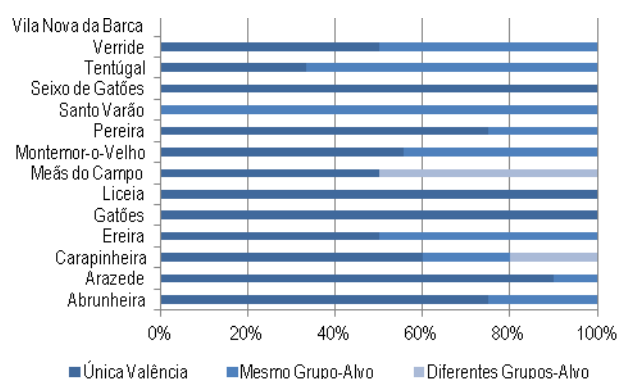


Figura 41 - Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social.

1.1.3.4. Início de funcionamento das respostas sociais

Efectuando uma análise sobre a data de início do funcionamento das diferentes valências, pode concluir-se que tem sido nos anos mais recentes que, maioritariamente, estas iniciaram o seu funcionamento, nomeadamente a partir de 1985, mostrando a preocupação crescente que a área social tem vindo a suscitar no Município (Figura 42).¹⁵

Aliás, até 1974 não existia nenhuma valência, sendo apenas no período decorrente entre os anos de 1975 e 1979 que surgiram as primeiras valências no Município, nomeadamente Creche, Estabelecimento de Educação Pré-escolar, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

No período seguinte (1980-1984) surgem mais cinco valências, sendo de referir o aparecimento, pela primeira vez, das valências de Centro de Actividades de Tempos Livres e Lar de Idosos. Todavia, é no período de 1985 a 1989 que o número de valências começou a proliferar mais rapidamente, com a entrada em funcionamento de mais 12 valências.

De igual modo, no período compreendido entre os anos de 1990 e 1994 será de referir o aparecimento de mais 18 valências, das quais se destacam as respostas no âmbito da Intervenção Precoce, Centro de Convívio e Centro de Actividades Ocupacionais.

A partir de 2000 foi possível observar um reforço de muitas das valências anteriormente referidas, apesar de se destacar a entrada em funcionamento, no decorrer do ano de 2007, de um Centro de Noite.

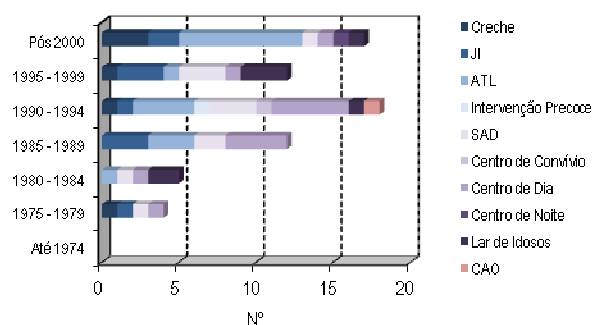


Figura 42 - Início de funcionamento das respostas sociais.

1.1.3.5. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora

Globalmente, no que se refere à capacidade, verifica-se que são as valências que se encontram afectas a entidades privadas sem fins lucrativos que apresentam a maior capacidade, com uma representatividade de cerca de 80% (Figura 43). Seguem-se as valências das entidades públicas sem fins lucrativos com 16% da capacidade total das valências do Município, enquanto que as entidades privadas com fins lucrativos representam apenas 4%.

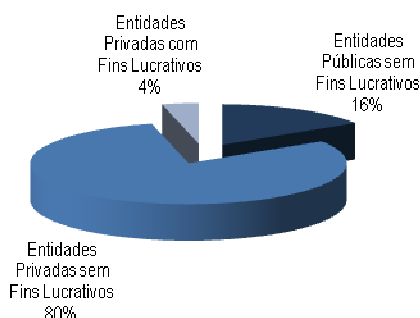


Figura 43 - Capacidade das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, no Município.

1.1.3.6. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população-alvo

Na totalidade do Município verifica-se que as valências sociais têm uma capacidade superior ao número de utentes que as frequentam (Figura 44). No entanto, a lotação do acordo e o número de utentes com

acordo¹⁶ é inferior, quer à capacidade, quer à frequência, embora o número de utentes sem acordo não seja muito elevado (46).

Da análise da capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das valências segundo o grupo-alvo, constata-se que, no grupo-alvo Crianças e Jovens, a capacidade é superior à frequência das valências, mas esta também é superior à lotação do acordo e ao número de utentes com acordo, existindo alguns utentes sem acordo. Esta situação decorre, muito provavelmente, do peso das entidades públicas sem fins lucrativos neste grupo-alvo, nomeadamente no que refere aos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar.

No grupo-alvo das Pessoas Idosas constata-se que a capacidade é superior aos restantes indicadores, contudo a frequência é inferior à lotação do acordo, revelando que esta não se encontra totalmente preenchida, apesar de existirem alguns utentes sem acordo.

Nos grupos-alvo Crianças e Jovens com Deficiência e Pessoas Adultas com Deficiência, verifica-se que a capacidade é igual ou superior à frequência e que existe uma menor discrepância entre esta e a lotação do acordo ou o número de utentes com acordo, sendo que os seus valores são muito semelhantes, não existindo, por este motivo, utentes sem acordo.

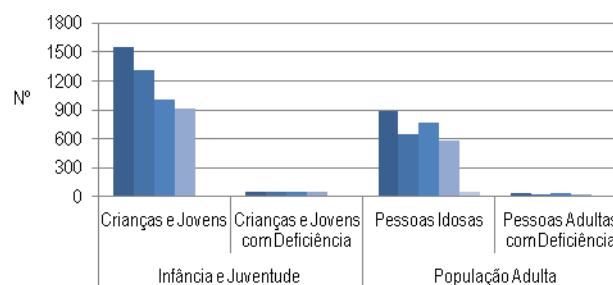


Figura 44 - Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo, no Município.

Quadro 66 - Rede de serviços e equipamentos sociais.

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
Abrunheira	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Abrunheira	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
			ATL Casa do Povo da Abrunheira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1998
	Casa do Povo da Abrunheira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Dia da Casa do Povo da Abrunheira	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1994
			Centro de Noite da Casa do Povo da Abrunheira	Centro de Noite	Pessoas Idosas	2007
Arazede	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Arazede	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1988
			JI Bnhosa	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
			JI Tojeiro	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1998
	Associação Femão Mendes	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Jovem de Arazede	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2005
			ATL Amieiro	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2003
			ATL Bebedouro	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2005
	Casa do Povo de Arazede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Casa do Povo de Arazede	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1987
			ATL Resgatados	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2005
			Creche da Casa do Povo de Arazede	Creche	Crianças e Jovens	2004
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1995
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1985
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1994
Carapinheira	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Carapinheira	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Cáritas Diocesana de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Carapinheira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2003
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1995
	Centro Social e Paroquial da Carapinheira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social e Paroquial da Carapinheira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1992
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1992
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1993
	Fundação Bissaya Barreto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Casa da Criança Maria Leonor Anjos Dinis	Creche	Crianças e Jovens	2000
Ereira	Quinta Verde - Repouso e Lazer, Lda	Entidade Privada com Fins Lucrativos	Quinta Verde - Repouso e Lazer, Lda	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	2000
	Associação Cultural, Desportiva e Social de Ereira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente Poeta Afonso Duarte	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1997
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1997
	Associação Femão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Ereira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1990
Gatões	Associação Femão Mendes	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	JI Gatões	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1988
	Santa Casa da Misericórdia	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Extensão do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de	Centro de Dia	Pessoas Idosas	2004
Liceia	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Liceia	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Associação Femão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Liceia	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1988
			JI Liceia	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1993
	Santa Casa da Misericórdia	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Dia de Liceia	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1992
Meãs do Campo	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Meãs do Campo	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1987
				Creche	Crianças e Jovens	1993
				Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1994
	Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1989
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1989
					Pessoas Idosas	1997
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1997
Montemor-o-Velho	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Montemor-o-Velho	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	APPACDM - Delegação de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	CAO da APPACDM	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Adultas com	-
				Centro de Actividades Ocupacionais	Pessoas Adultas com	1991
			ATL Jovem de Montemor-o-Velho	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2003
			ATL Montemor-o-Velho	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1983
	Associação Femão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Montemor-o-Velho/Rosa dos Ventos - Oficina do Saber	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2005
			Centro de Estimulação Precoce ¹⁹	Intervenção Precoce	Crianças e Jovens com	1991
				Creche	Crianças e Jovens	1977
			JI Montemor-o-Velho	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1977
	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Acolhimento Nossa Senhora de Campos	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1978
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1998
			Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1978
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1983

(continua)

(continuação)

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Ano de Início de Funcionamento
Pereira	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Pereira	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Cruz Vermelha Portuguesa	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	2007
	Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1993
			Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1993
Santo Varão	Centro Social Paroquial de Santo Varão	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de Santo Varão	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1990
				Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1990
				Centro de Convívio	Pessoas Idosas	1990
	Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda	Entidade Privada com Fins Lucrativos	Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1990
				Creche	Crianças e Jovens	2004
Seixo de Gátões	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Seixo	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Seixo	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	1988
	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Dia do Seixo	Centro de Dia	Pessoas Idosas	1988
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1988
Tentúgal	Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Infante D. Pedro	Creche	Crianças e Jovens	1995
				Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	1995
	Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	2000
			Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1985
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1985
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1995
Verride	Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Verride	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Crianças e Jovens	-
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas	1980
				Centro de Dia	Pessoas Idosas	1980
				Lar de Idosos	Pessoas Idosas	1980

Quadro 67 - Rede de entidades gestoras dos equipamentos sociais.

Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
Ministério da Educação	Entidade Pública sem Fins Lucrativos	JI Abrunheira	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Arazede	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Bunhosa	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Carapinheira	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Liceia	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Meãs do Campo	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Montemor-o-Velho	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Pereira	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Seixo	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Tojeiro	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
		JI Verride	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
APPACDM - Delegação de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	CAO da APPACDM	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Adultas com Deficiência
Associação Cultural, Desportiva e Social de Ereira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente Poeta Afonso Duarte	Centro de Actividades Ocupacionais	Pessoas Adultas com Deficiência
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente Poeta Afonso Duarte	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			ATL Ereira	Crianças e Jovens
			ATL Jovem de Arazede	Crianças e Jovens
			ATL Jovem de Montemor-o-Velho	Crianças e Jovens
			ATL Liceia	Crianças e Jovens
			ATL Montemor-o-Velho	Crianças e Jovens
			ATL Montemor-o-Velho/Rosa dos Ventos - Oficina do Saber	Crianças e Jovens
			ATL Seixo	Crianças e Jovens
			Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
			Centro de Estimulação Precoce	Crianças e Jovens com Deficiência
			Intervenção Precoce	Crianças e Jovens com Deficiência
			Creche	Crianças e Jovens
			Centro Infante D. Pedro	Crianças e Jovens
Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Polivalente Poeta Afonso Duarte	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
			Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens

(continua)

(continuação)

Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
Cáritas Diocesana de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Carapinheira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
Casa do Povo da Abrunheira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Casa do Povo da Abrunheira	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		Centro de Dia da Casa do Povo da Abrunheira	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
		Centro de Noite da Casa do Povo da Abrunheira	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Centro de Noite	Pessoas Idosas
Casa do Povo de Arazede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Amieiro	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		ATL Bebedouro	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		ATL Casa do Povo de Arazede	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		ATL Resgatados	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
		Creche da Casa do Povo de Arazede	Creche	Crianças e Jovens
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Centro Social e Paroquial da Carapinheira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial da Carapinheira	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
			Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo	Creche	Crianças e Jovens
			Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
Centro Social Paroquial de Santo Varão	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de Santo Varão	Lar de Idosos	Pessoas Idosas
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Convívio	Pessoas Idosas
Cruz Vermelha Portuguesa	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	Centro de Dia	Pessoas Idosas
Fundação Bissaya Barreto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Casa da Criança Maria Leonor Anjos Dinis	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Acolhimento Nossa Senhora de Campos	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens
			Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Idosas
			Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Lar de Idosos	Pessoas Idosas
Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda	Entidade Privada com Fins Lucrativos	Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda.	Centro de Dia	Pessoas Idosas
			Creche	Crianças e Jovens
			Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Crianças e Jovens

1.2. Análise das Respostas Sociais por População-Alvo

1.2.1. Infância e Juventude

Na sociedade actual a mulher tem uma intervenção cada vez maior no mercado de trabalho, quer por motivos económicos, que se prendem com o equilíbrio do orçamento familiar, quer pelo desejo de realização pessoal e profissional, que se prende com os novos valores cívicos e individuais, o que transformou por completo a estrutura e organização familiar.

Em Portugal o número de mães trabalhadoras é um dos mais elevados da União Europeia, sendo a rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude das mais fracas e com mais baixas taxas de cobertura.

As valências dirigidas à Infância e Juventude assumem, assim, um duplo papel. Se por um lado solucionam o problema da guarda e da educação das crianças durante a parte do dia em que estas não podem estar com os seus pais, por outro lado contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso, complementando ou substituindo a família na sua socialização.

Paralelamente, a população jovem (0-14 anos) regista um decréscimo contínuo, provocado pela acentuada diminuição da taxa de fecundidade, o que conduziu a uma alteração drástica da estrutura demográfica.

Em Portugal a taxa de fecundidade é uma das mais baixas da União Europeia, tendo sido a descida mais rápida do que na maioria dos países europeus, chegando mesmo a ultrapassar os valores médios dos países vizinhos.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude deve acompanhar, naturalmente, esta transformação da sociedade portuguesa.

Na realidade, nos últimos anos tem-se assistido a um reforço das medidas sociais dirigidas à Infância e Juventude, especialmente no que se refere à Educação Pré-Escolar e à escolaridade obrigatória, mas ainda é longo o caminho a percorrer.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude encontra-se dividida em três grupos-alvo, nomeadamente Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo, cada um com respostas específicas.

No caso particular do Município de Montemor-o-Velho, e efectuando uma análise pormenorizada à distribuição das valências destinadas à população-alvo Infância e Juventude, constata-se que é a Freguesia de Montemor-o-Velho a única a integrar a totalidade das respostas sociais existentes no Município direccionadas para esta população-alvo, quer no que diz respeito ao grupo-alvo Crianças e Jovens, quer no que se refere às Crianças e Jovens com Deficiência (Quadro 68 e Figura 45).

A Freguesia da Carapinheira é a que apresenta o maior número de valências, designadamente Creche, Estabelecimento de Educação Pré-escolar e Centro de Actividades de Tempos Livres. De referir, ainda, que as Freguesias de Arazede, Meãs do Campo e Tentúgal também apresentam estas três valências, ao passo que as Freguesias de Abrunheira, Liceia, Pereira e Seixo de Gatões apresentam apenas as valências de Estabelecimento de Educação Pré-escolar e Centro de Actividades de Tempos Livres.

A Freguesia de Santo Varão disponibiliza dois tipos de valências, nomeadamente Creche e Estabelecimento de Educação Pré-escolar, embora estas se encontrem afectas à rede privada com fins lucrativos.

As Freguesias de Ereira, Gatões e Verride disponibilizam, apenas, a valência de Centro de Actividades de Tempos Livres, no caso da primeira, e Estabelecimento de Educação Pré-escolar, no que se refere às restantes. Finalmente, a Freguesia de Vila Nova da Barca, conforme já referido anteriormente não apresenta nenhuma valência.

Quadro 68 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.

Freguesias	Crianças e Jovens			Crianças e Jovens com Deficiência	Total
	Creche	JI	ATL	Intervenção Precoce	
Abrunheira		1	1		2
Arazede	1	3	5		9
Carapinheira	1	3	2		6
Ereira			1		1
Gatões		1			1
Liceia		2	1		3
Meãs do Campo	1	1	1		3
Montemor-o-Velho	1	2	3	1	7
Pereira		1	1		2
Santo Varão	1	1			2
Seixo de Gatões		1	1		2
Tentúgal	1	1	1		3
Verride		1			1
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-
Sub-total	6	18	17	1	42
Total		41		1	42

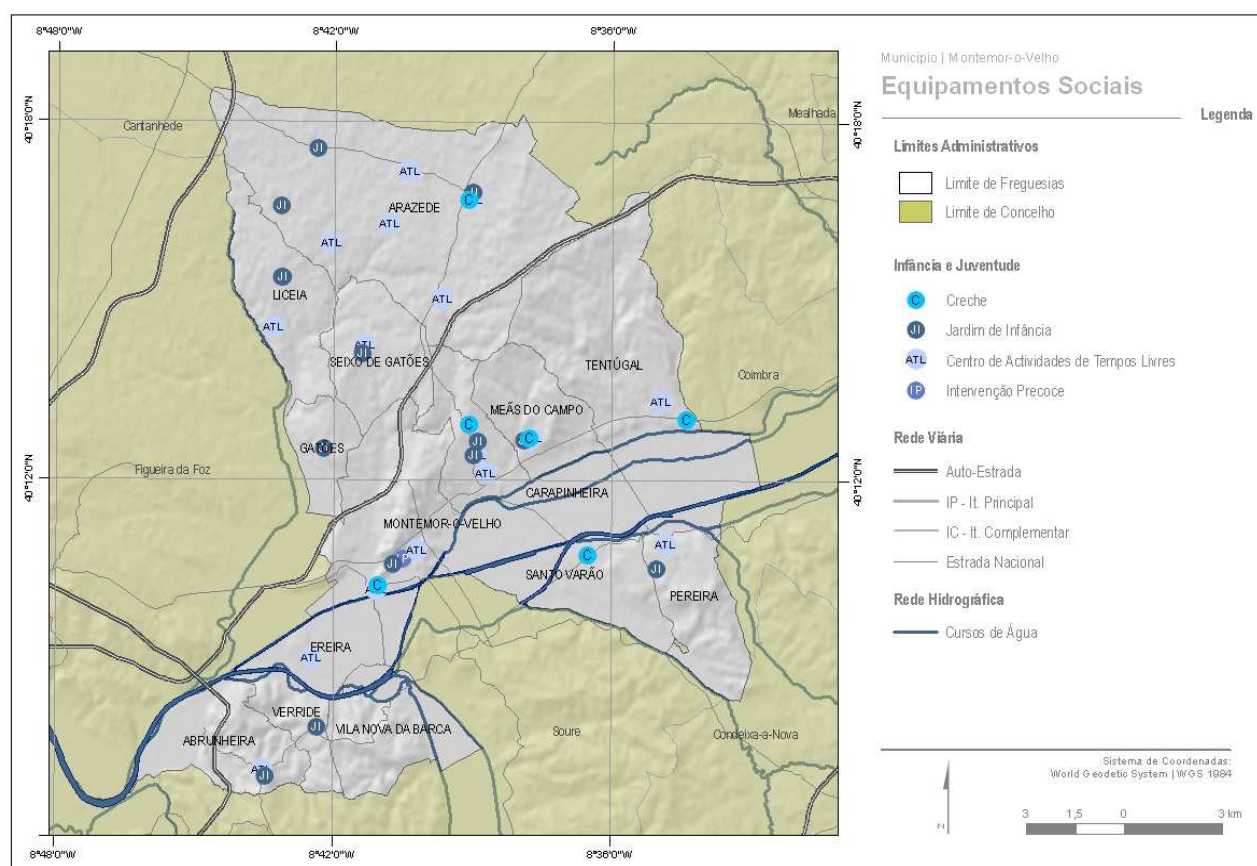


Figura 45 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.

1.2.1.1. Crianças e Jovens

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, cabe aos pais a principal responsabilidade comum de educar a criança, e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade. O Estado deve conceder uma ajuda apropriada aos pais na educação dos filhos.

As valências existentes para o grupo-alvo Crianças e Jovens são a Ama, a Creche Familiar, a Creche, o Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, o Centro de Actividades de Tempos Livres e o Centro de Férias e Lazer.

Quadro 69 e Figura 46 e Figura 47).¹⁷

Globalmente, esta valência apresenta uma capacidade superior à frequência, o que se traduz numa taxa de utilização global de 83,15%, enquanto que nas redes privada sem fins lucrativos e privada com fins lucrativos a taxa de utilização é de 80% e 100%, respectivamente, sendo

1.2.1.1.1. Creche

A valência de Creche corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família.

1.2.1.1.1.1. Caracterização geral

O Município de Montemor-o-Velho disponibiliza seis equipamentos sociais afectos à valência de Creche, cinco pertencentes à rede privada sem fins lucrativos, localizados nas Freguesias de Arazede, Carapinheira, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho e Tentúgal, e um pertencente à rede privada com fins lucrativos, na Freguesia de Santo Varão (de referir a existência de 12 crianças em lista de espera na rede privada sem fins lucrativos).

Ao nível das freguesias, serão de salientar as Freguesias de Meãs do Campo, Tentúgal e Arazede, na medida em que apresentam os valores mais elevados ao nível da capacidade, sendo que, com excepção da primeira, em todas as outras a frequência e o número de utentes com acordo acompanham os valores da capacidade. Com efeito, na Freguesia

de Meãs do Campo é possível observar uma taxa de utilização bastante reduzida (51,22%), embora seja a única, em contexto municipal, que apresenta lista de espera. Tal situação poderá ser explicada pela tentativa de pais e encarregados de educação em garantir uma vaga

posterior, sendo frequente inscrever as crianças imediatamente após o seu nascimento, ingressando na valência quatro meses depois. De destacar, ainda, as Freguesias de Montemor-o-Velho e Tentúgal com uma taxa de utilização de 100%.

Quadro 69 - Caracterização geral da resposta social Creche.

Freguesias	Número de Respostas Sociais		Capacidade		Número de Utentes			Taxa de Utilização (%)		Lista de Espera	
	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos			Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos
					Frequência	Com Acordo	Sem Acordo				
Abrunheira											
Arazede	1		35		28	28	0	80		0	
Carapinheira	1		20		16	16	0	80		0	
Ereira											
Gatões											
Liceia											
Meãs do Campo	1		41		21	21	0	51,22		12	
Montemor-o-Velho	1		19		19	19	0	100		0	
Pereira											
Santo Varão		1		29					100		0
Seixo de Gatões											
Tentúgal	1		40		40	40	0	100		0	
Verride											
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total	5	1	155	29	124	124	0	80	100	12	0
Total	6		184				153	83,15		12	

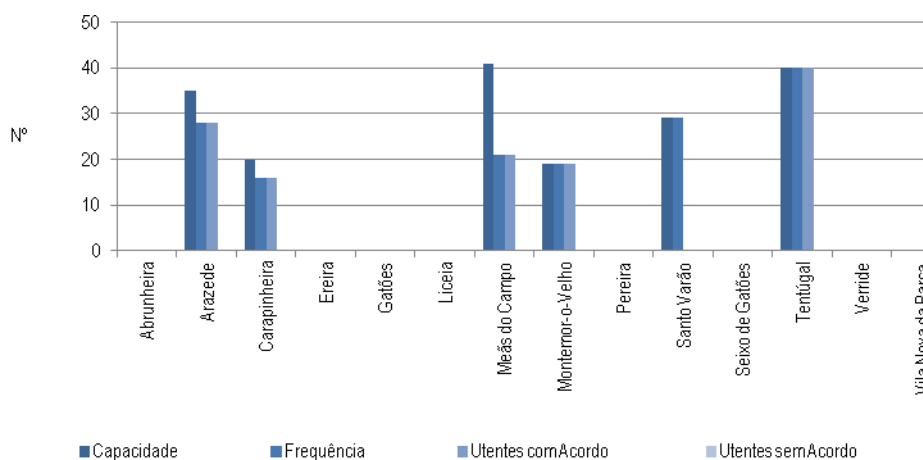


Figura 46 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Creche, por freguesia.

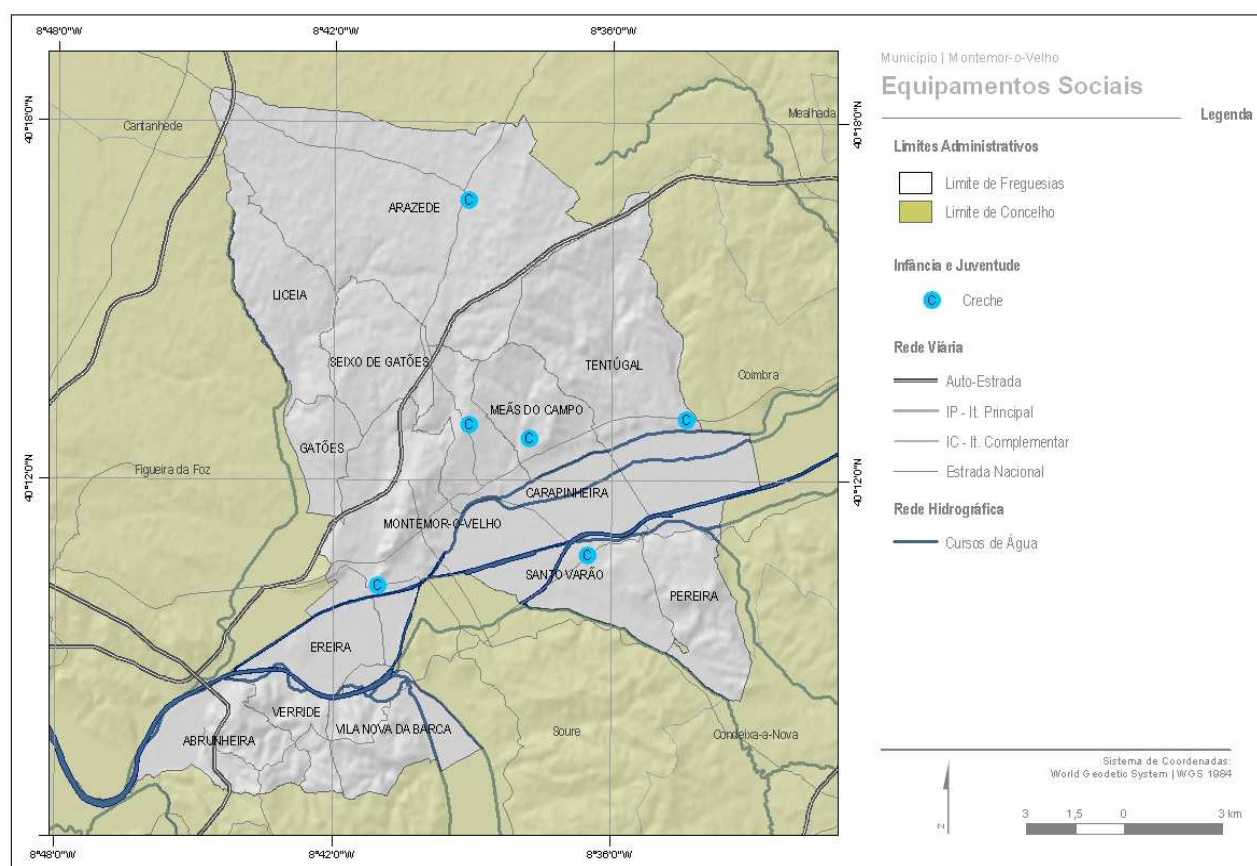


Figura 47 - Distribuição da resposta social Creche, por freguesia.

A maioria das crianças afectas a esta valência é proveniente de algumas freguesias do Município de Montemor-o-Velho, nomeadamente Tentúgal, Arazede, Montemor-o-Velho, Meas do Campo, Carapinheira, Seixo de Gatões e Ereira (

1.2.1.1.2. Caracterização da população utente

A valência Creche é frequentada por 153 crianças, maioritariamente do sexo masculino (Figura 48). A nível etário dominam as crianças com um ano, seguindo-se o grupo dos dois anos e, finalmente, as crianças do berçário. Esta situação vem confirmar a tendência das famílias, sempre que têm essa possibilidade, de retardar a entrada das crianças neste tipo de instituições. De salientar ainda, a inexistência de qualquer criança com necessidades de estimulação precoce.

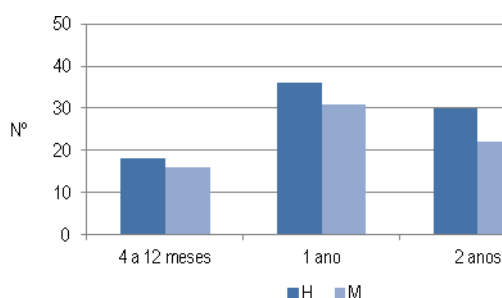


Figura 48 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Creche.

Quadro 70 e Figura 49).

Com excepção das Freguesias de Seixo de Gatões e Ereira, verifica-se que os utentes das freguesias que não disponibilizam este tipo de valência também não recorrem a outras respostas com a mesma tipologia noutras freguesias do Município, não fazendo, por este motivo, parte da sua área de influência, sendo este o caso das Freguesias de Abrunheira, Gatões, Liceia, Pereira, Verride e Vila Nova da Barca.¹⁸

De referir que se encontram nesta valência 11 crianças provenientes de outros Municípios, designadamente Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Figueira da Foz, o que também se poderá justificar por motivos laborais dos pais.

Quadro 70 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Creche.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	0
Arazede	22
Carapinheira	7
Ereira	2
Gatões	0
Liceia	0
Meás do Campo	12
Montemor-o-Velho	20
Pereira	0
Santo Varão	0
Seixo de Gatões	4
Tentúgal	46
Verride	0
Vila Nova da Barca	0
Outros Municípios	11
Total do Município	113
Total	124

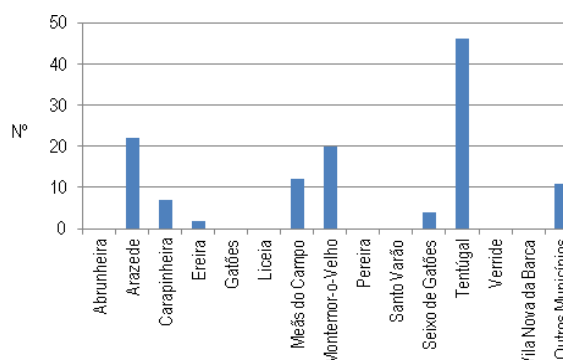


Figura 49 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Creche.

1.2.1.1.3. Caracterização dos recursos humanos

Os recursos humanos afectos à valência em análise perfazem um total de 34 profissionais, salientando-se, como seria de esperar pelo tipo de valência, os auxiliares de acção educativa e os educadores de infância que, com frequência, acumulam funções como director técnico (Quadro 71).

Quadro 71 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Creche.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	5
Educador de Infância	7
Auxiliar de Acção Educativa	17
Auxiliar de Cozinha	1
Auxiliar de Limpeza	3
Cozinheiro	1
Total	34

1.2.1.1.4. Fontes de financiamento

Das seis valências de Creche existentes em território municipal verifica-se que cinco possuem acordos de cooperação típicos, com uma lotação máxima para 145 utentes, enquanto que três valências apresentam como fonte de rendimento as mensalidades pagas pelos utentes (Quadro 72). De referir, ainda, a existência de uma valência que apresenta outras fontes de rendimento.

Quadro 72 - Fontes de financiamento da resposta social Creche.

Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias	3
	Acordos de Cooperação	5
	Outras Fontes	1
Acordos de Cooperação	Típico	5
	Tipo de Acordo de Cooperação	Atípico
		Gestão
Lotação do Acordo		145

Quadro 73 e Figura 50 e Figura 51). Todas as freguesias, à excepção de Ereira e Vila Nova da Barca, possuem pelo menos uma valência deste tipo.

A nível municipal será de referir que a taxa de utilização global desta valência é de 85,69 %, o que significa que a capacidade da valência ainda não se encontra esgotada, não se verificando a existência de crianças em lista de espera. A rede privada sem fins lucrativos apresenta uma taxa de utilização de 97%, sendo de salientar que em todas as freguesias onde existem valências que integram esta rede, os valores da taxa de utilização variam entre os 92% e os 100%.

Considerando apenas a rede pública sem fins lucrativos, a taxa de utilização total é de 82%, existindo freguesias em que o seu valor é igual ou superior a 100%, designadamente Meãs do Campo e Carapinheira.

1.2.1.1.2. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

A valência de Estabelecimento de Educação Pré-escolar corresponde a uma *resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.*

1.2.1.1.2.1. Caracterização geral

O Município de Montemor-o-Velho integra 18 valências de Educação Pré-escolar, 17 da rede solidária (seis de entidades privadas sem fins lucrativos e 11 de entidades públicas sem fins lucrativos) e uma da rede privada (

Será, ainda, de destacar a Freguesia de Verride com a taxa de utilização mais reduzida de todo o Município (32%). A rede privada com fins lucrativos, conforme referido anteriormente, concentra-se na Freguesia de Santo Varão e apresenta uma taxa de utilização de 60%.

Considerando a totalidade das valências por freguesia, independentemente da sua natureza jurídica, conclui-se que é nas Freguesias de Arazede, Carapinheira, Montemor-o-Velho e Tentúgal que as valências apresentam a capacidade e frequência mais elevadas, sendo, regra geral, a primeira superior ou igual à segunda. Apenas a Freguesia de Meãs do Campo se apresenta como uma excepção, em que a frequência é superior à capacidade, traduzindo-se na taxa de utilização mais elevada do Município (134%). Numa análise comparativa entre a frequência e o número de utentes com acordo, conclui-se que nas Freguesias de Carapinheira, Liceia e Montemor-o-Velho a diferença entre estes dois indicadores é bastante significativa.

Quadro 73 - Caracterização geral da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Freguesias	Número de Respostas Sociais			Capacidade			Número de Utentes				Taxa de Utilização (%)				Lista de Espera		
	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Pública sem Fins Lucrativos		Rede Privada sem Fins Lucrativos		Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos
							Frequência		Frequência	Com Acordo	Sem Acordo						
Abrunheira	1			25			22					88			0		
Arazede	3			100			84					84			0		
Carapinheira	1	2		25	50		25		46	45	1	100	92		0	0	
Ereira																	
Gatões		1			23				23	23	0		100			0	
Liceia	1	1		25	25		13		25	25	0	52	100		0	0	
Meãs do Campo	1			50			67					134			0		
Montemor-o-Velho	1	1		50	75		33		72	72	0	66	96		0	0	
Pereira	1			50			43					86			0		
Santo Varão			1			50								60			0
Seixo de Gatões	1			50			33					66			0		
Tentúgal		1			69				69	69	0		100			0	
Verride	1			25			8					32			0		
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total	11	6	1	400	242	50	328		235	234	1	82	97,11	60	0	0	0
Total		18		692					593			85,69			0		

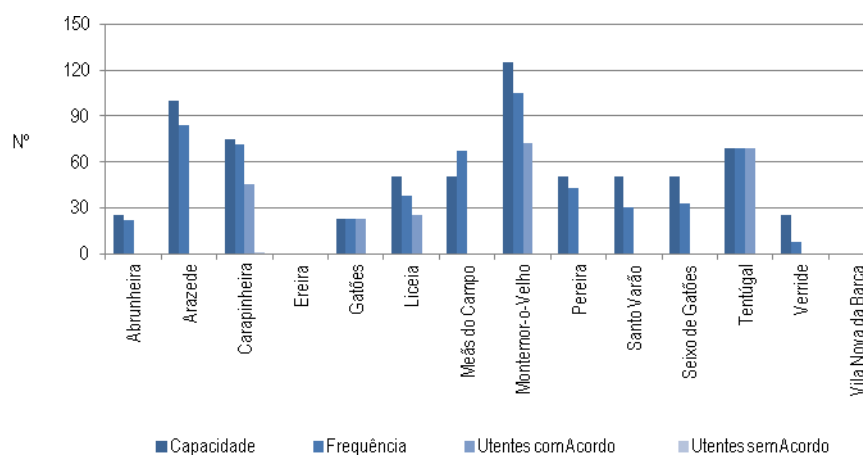


Figura 50 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia.

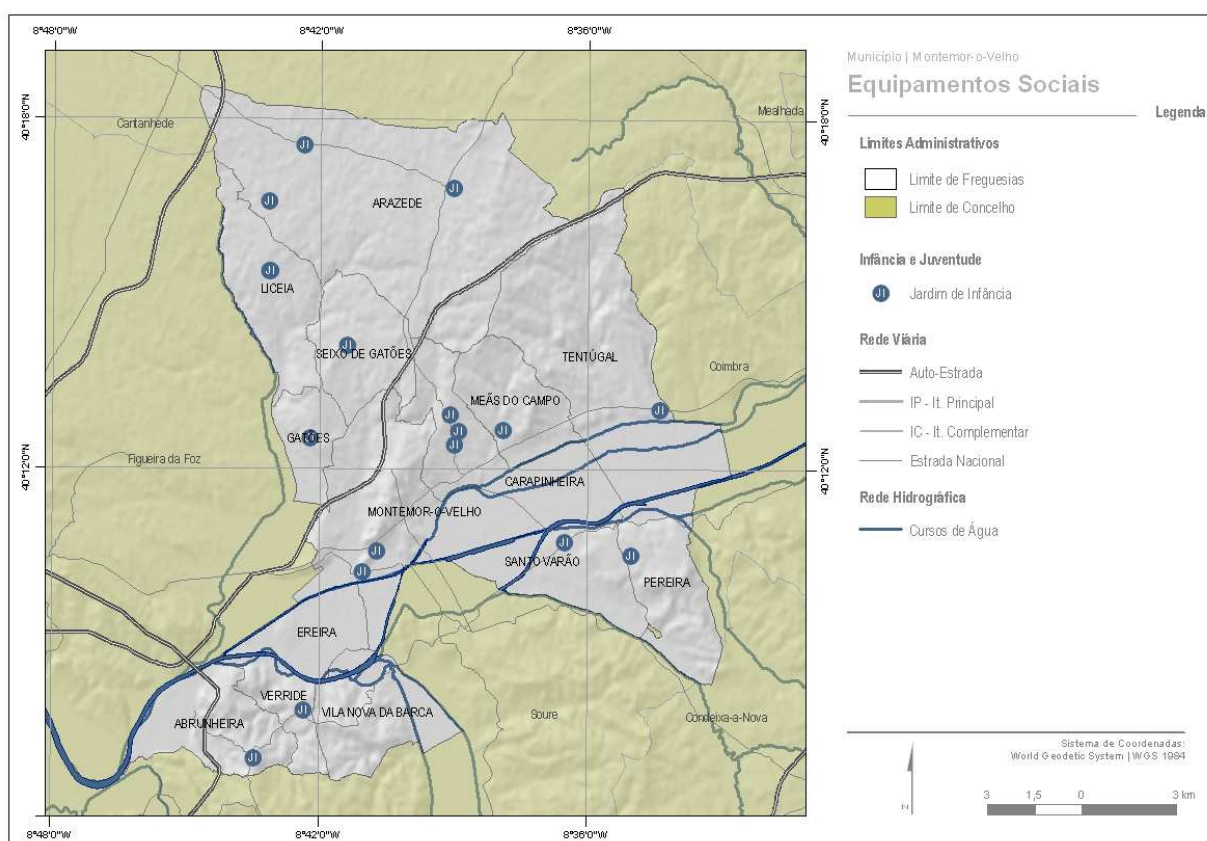


Figura 51 - Distribuição da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia.

1.2.1.1.2.2. Caracterização da população utente

Na globalidade do Município, a valência de Estabelecimento de Educação Pré-escolar, em termos etários, é frequentada, maioritariamente, por crianças com cinco anos de idade, especialmente do sexo masculino, sendo também neste grupo que é possível observar o maior número de crianças com Necessidades Educativas Especiais (Figura 52).

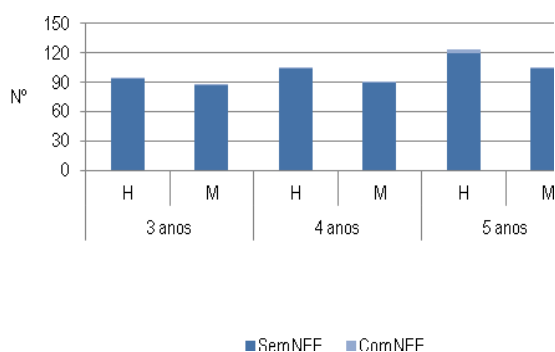


Figura 52 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Relativamente à freguesia de residência das crianças que frequentam a valência em análise, verifica-se que o maior número de crianças é oriunda da Freguesia de Arazede, seguida das Freguesias de Carapinheira, Tentugal, Montemor-o-Velho e Meãs do Campo (Quadro 74 e Figura 53).

As crianças residentes nas freguesias que não disponibilizam este tipo de valência, designadamente Ereira e Vila Nova da Barca, encontram-se inscritas em Estabelecimentos de Educação Pré-escolar de freguesias vizinhas.

De igual modo, verifica-se a presença de um número considerável de crianças provenientes de outros Municípios em estabelecimentos do Município de Montemor-o-Velho, o que poderá justificar-se, tal como referido anteriormente, por motivos laborais de pais e encarregados de educação.¹⁹

Contudo, fazendo a distinção entre a preferência dos utentes pelas entidades públicas sem fins lucrativos ou pelas entidades privadas sem fins lucrativos, constata-se que nas Freguesias de Abrunheira, Arazede,

Meãs do Campo, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gátões e Verride observa-se uma primazia da primeira.

Nas restantes freguesias, designadamente Carapinheira, Gátões, Liceia, Montemor-o-Velho e Tentúgal, assim como no que se refere aos utentes de outros Municípios, predominam os que procuram as valências da rede privada sem fins lucrativos, enquanto que nas Freguesias de Ereira e Vila Nova da Barca não se regista a inscrição de qualquer crianças em ambas as redes.

Quadro 74 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Freguesias	Número de Utentes		Total
	Rede Pública sem Fins Lucrativos	Rede Privada sem Fins Lucrativos	
Abrunheira	20	2	22
Arazede	86	15	101
Carapinheira	29	36	65
Ereira	0	1	1
Gátões	1	19	20
Liceia	16	21	37
Meãs do Campo	44	10	54
Montemor-o-Velho	38	50	88
Pereira	41	2	43
Santo Varão	2	1	3
Seixo de Gátões	24	8	32
Tentúgal	13	47	60
Verride	5	3	8
Vila Nova da Barca	1	0	1
Outros Municípios	8	20	28
Total do Município	320	215	535
Total	328	235	563

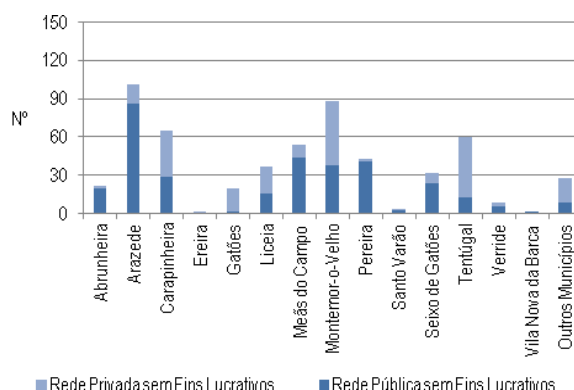


Figura 53 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

1.2.1.1.2.3. Caracterização dos recursos humanos

Em termos de recursos humanos (Quadro 75), a valência de Estabelecimento de Educação Pré-escolar apresenta um total de 95 profissionais, com especial destaque, tal como seria espectável para os educadores de infância (27) e os auxiliares de acção educativa (14). O número de directores técnicos também é considerável (14), sendo que,

com alguma frequência, este papel é desempenhado simultaneamente pelos educadores de infância.

Quadro 75 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	14
Educador de Infância	28
Professor de Educação Física	2
Professor do Ensino Especial	2
Outros Professores	2
Animador Sócio-cultural	3
Assistente Social	2
Enfermeiro	1
Técnico de contabilidade	1
Empregado de Serviços Gerais	5
Auxiliar de Acção Educativa	26
Auxiliar de Limpeza	4
Cozinheiro	3
Ajudante de Refeição	2
Auxiliar de Cozinha	2
Auxiliar de Limpeza	1
Total	98

1.2.1.1.2.4. Fontes de financiamento

Relativamente às fontes de financiamento da valência de Estabelecimento de Educação Pré-escolar, uma vez que não estão aqui consideradas as respostas que integram as entidades públicas sem fins lucrativos, apenas duas têm receitas próprias e quatro têm outras fontes de financiamento (Quadro 76). Por outro lado, é possível observar que seis respostas possuem acordos de cooperação típicos, com uma lotação de 239 crianças.

Quadro 76 - Fontes de financiamento da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.

Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias	2
	Acordos de Cooperação	6
	Outras Fontes	4
Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico
		Atípico
		Gestão
Lotação do Acordo		239

1.2.1.1.3. Centro de Actividades de Tempos Livres

A valência de Centro de Actividades de Tempos Livres corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção,

nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, podendo desenvolver, complementarmente, actividades.

Quadro 77 e Figura 54 e Figura 55).

Ao nível das freguesias destacam-se Arazede, Carapinheira e Montemor-o-Velho, na medida em que apresentam os valores de capacidade mais elevados de todo o território municipal, sendo a Freguesia de Carapinheira a única que apresenta valores de frequência superiores aos da capacidade, apresentando, por este, motivo, a taxa de

1.2.1.1.3.1. Caracterização geral

No Município de Montemor-o-Velho existem 17 valências de Centro de Actividades de Tempos Livres que integram a rede privada sem fins lucrativos, com uma taxa de utilização global de 84,55%, sendo de referir que a Freguesia de Arazede apresenta o número mais elevado de valências (cinco), enquanto que as Freguesias de Gatões, Santo Varão, Verride e Vila Nova da Barca não disponibilizam esta resposta social (

utilização mais elevada do Município. Por outro lado, esta freguesia, conjuntamente com as de Liceia e Montemor-o-Velho, apresenta as taxas de utilização mais elevadas do Município. Numa situação inversa, as Freguesias de Tentúgal e Abrunheira apresentam as taxas de utilização mais reduzidas, designadamente 44% e 53,33%. De salientar a inexistência de utentes em lista de espera em todo território municipal.

Quadro 77 - Caracterização geral da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.

Quadro 17 – Caracterização geral da resposta social: Centro de Atividades de Tempos Livres							
Freguesias	Número de Respostas Sociais	Capacidade	Rede Privada sem Fins Lucrativos			Taxa de Utilização (%)	Lista de Espera
			Número de Utentes				
			Frequência	Com Acordo	Sem Acordo		
Abrunheira	1	30	16	16	0	53,33	0
Arazede	5	163	144	144	0	88,34	0
Carapinheira	2	120	124	110	14	103,33	0
Ereira	1	25	16	16	0	64	0
Gatões							
Liceia	1	25	25	25	0	100	0
Meãs do Campo	1	60	39	39	0	65	0
Montemor-o-Velho	3	145	145	145	0	100	0
Pereira	1	40	24	24	0	60	0
Santo Varão							
Seixo de Gatões	1	40	25	25	0	62,50	0
Tentúgal	1	25	11	11	0	44	0
Verride							
Vila Nova da Barca	–	–	–	–	–	–	–
Total	17	673	569	555	14	84,55	0

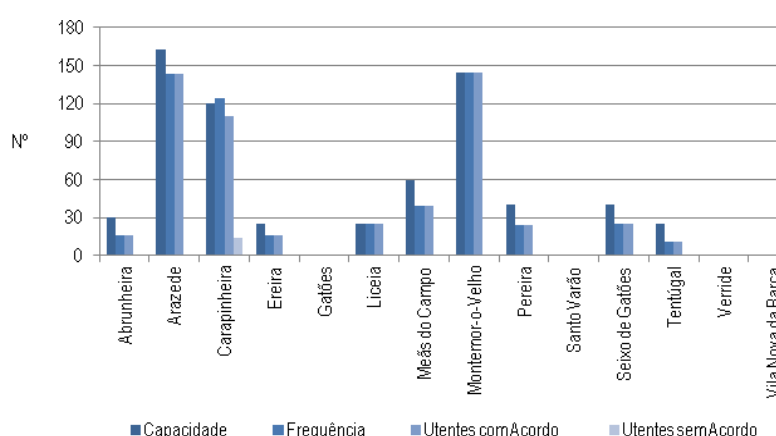


Figura 54 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres, por freguesia.

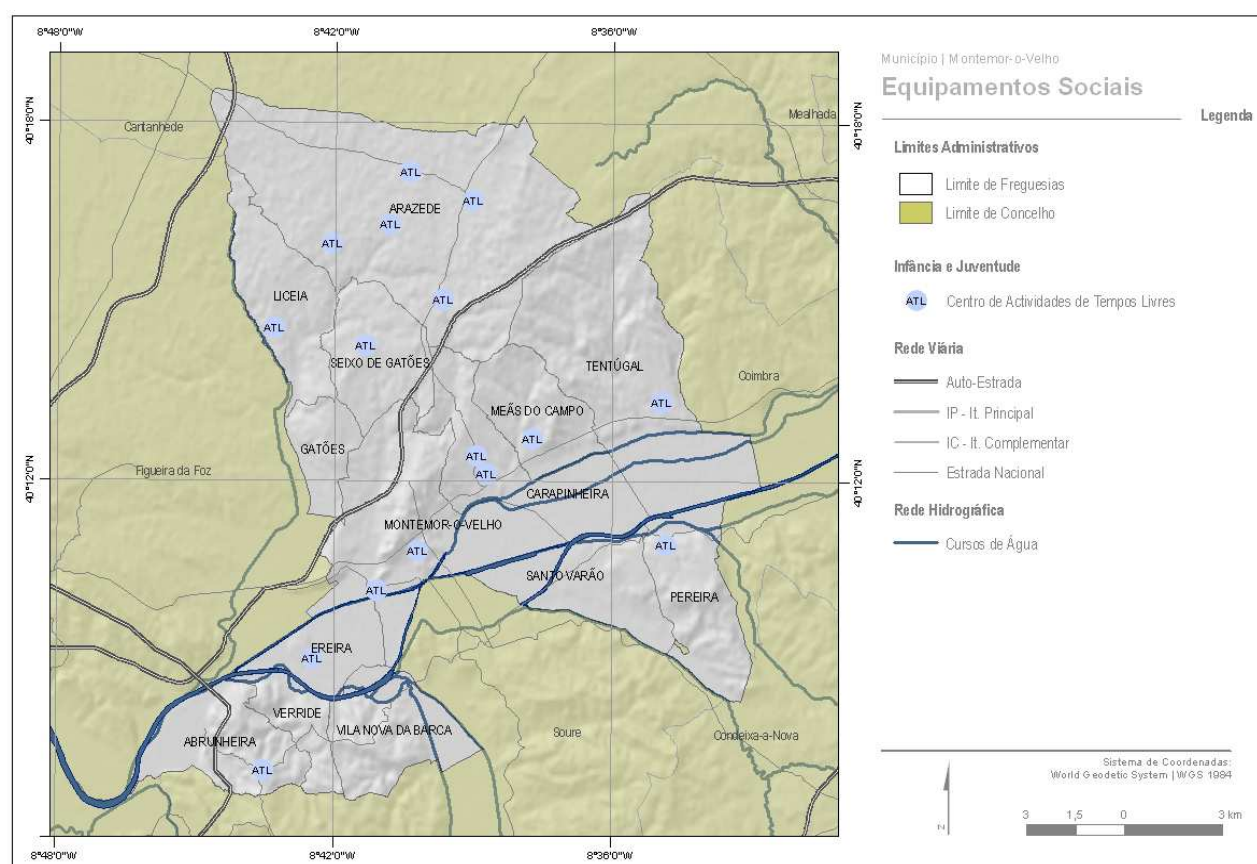


Figura 55 - Distribuição da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres, por freguesia.

1.2.1.1.3.2. Caracterização da população utente

No que concerne à população utente da valência Centro de Actividades de Tempos Livres, e muito por questões ligadas ao antigo prolongamento de horário do 1º CEB, predomina a faixa etária dos seis aos nove anos, seguindo-se a dos dez aos 14 anos, embora com valores um pouco mais reduzidos (Figura 56). Na última faixa etária considerada existem apenas dois jovens do sexo masculino.

Ao nível do género será de referir que, globalmente, se observa um predomínio dos utentes do sexo masculino, embora esta situação se altere quando se efectua uma análise por faixa etária. Deste modo, na faixa etária dos seis aos nove anos é possível observar um valor mais elevado de utentes do sexo masculino, embora na faixa etária dos dez ao 14 anos seja possível observar um predomínio dos utentes do sexo feminino.

Relativamente à área de residência é possível observar que, pela primeira vez, existem crianças oriundas de todas as freguesias que integram o Município de Montemor-o-Velho, o que deixa patente a necessidade crescente de ocupar as crianças e jovens das faixas etárias em análise, em virtude da existência de horários escolares incompatíveis com os horários laborais de pais e encarregados de educação (

Quadro 78 e Figura 57).

Assim, as freguesias que apresentam o número mais elevado de crianças e jovens inscritos neste tipo de valência são Arazede, Carapinheira e Montemor-o-Velho, enquanto que as Freguesias de Gatões, Verride e Vila Nova da Barca, que não disponibilizam a valência de Centro de Actividades de Tempos Livres, apresentam o valor mais reduzido, facto que reforça a ideia de que a frequência desta resposta social se encontra intimamente associada à sua localização.

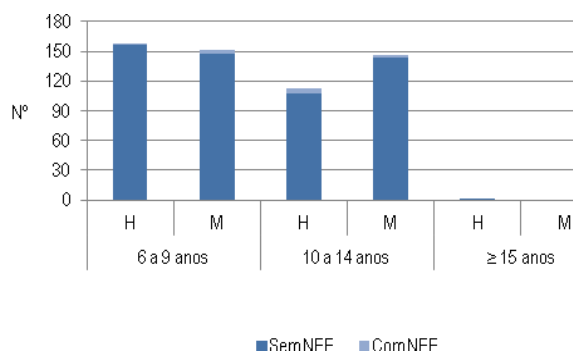


Figura 56 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.

1.2.1.1.3.3. Caracterização dos recursos humanos

Os recursos humanos da valência de Centro de Actividades de Tempos Livres são constituídos por um conjunto de 47 profissionais (Quadro 79), com especial destaque, até pelo tipo de valência, dos auxiliares de acção educativa (13) e dos animadores sócio-culturais (12). Com um número ainda considerável (nove), de referir os directores técnicos e outros profissionais, nomeadamente professores e técnicos especialistas.

Quadro 78 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	19
Arazede	119
Carapinheira	88
Ereira	22
Gatões	9
Liceia	54
Meãs do Campo	50
Montemor-o-Velho	90
Pereira	21
Santo Varão	18
Seixo de Gatões	39
Tentugal	27
Verride	5
Vila Nova da Barca	6
Outros Municípios	2
Total do Município	567
Total	569

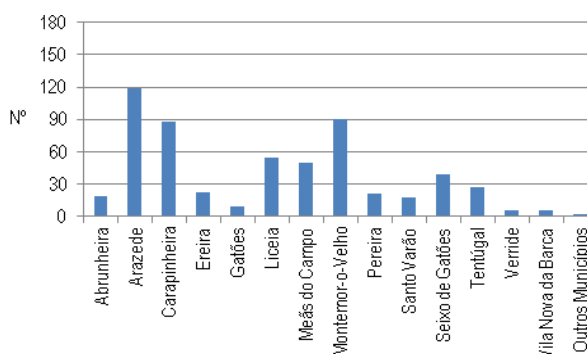


Figura 57 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.

Quadro 79 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	9
Assistente Social	1
Animador Sócio-Cultural	12
Educador Social	1
Outros	9
Auxiliar de Acção Educativa	13
Auxiliar de Limpeza	1
Motorista	1
Total	47

1.2.1.1.3.4. Fontes de financiamento

As valências de Centro de Actividades de Tempos Livres existentes no Município de Montemor-o-Velho, cujas fontes de financiamento advêm de receitas próprias, são apenas três, existindo, ainda, cinco valências que possuem outras fontes de financiamento (Quadro 80). Todas as respostas possuem acordos típicos de cooperação, correspondendo a uma lotação de 625 crianças.

Quadro 80 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.

Fontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais
Receitas Próprias	3
Acordos de Cooperação	17
Outras Fontes	5
Total	17

Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico	Atípico	Gestão
Lotação do Acordo				625

1.2.1.2. Crianças e Jovens com Deficiência

De acordo com o artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

As políticas relativas à deficiência têm evoluído progressivamente, tendo sido reconhecido que a mera prestação de cuidados elementares em meio institucional era insuficiente, o que motivou o aparecimento de novas políticas educativas e de medidas de reabilitação.

A integração dos cidadãos portadores de deficiência não é da competência exclusiva do Estado, mas igualmente da sociedade e de

todos os seus membros, representantes e instituições, sendo a partir desta multi-corresponsabilização que surgem as mais diversas respostas.

As valências direccionadas para o grupo-alvo Crianças e Jovens com Deficiência são a Intervenção Precoce, o Lar de Apoio, o Transporte de Pessoas com Deficiência e o Centro de Férias e Lazer.

1.2.1.2.1. Intervenção Precoce

A valência de Intervenção Precoce corresponde a uma *resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.*

1.2.1.2.1.1. Caracterização geral

Este tipo de valência, atendendo à sua especificidade, localiza-se na freguesia sede do Município, sendo de referir que, com uma taxa de

utilização de 100%, a sua capacidade se encontra esgotada, facto que poderá justificar a existência de oito crianças em lista de espera (Figura 58).

1.2.1.2.1.2. Caracterização da população utente

As crianças que frequentam a valência de Intervenção precoce apresentam, maioritariamente, idade igual ou superior a um ano e, em termos de género, apresentam uma distribuição equitativa pelas diferentes faixas etárias consideradas (Figura 59). Embora esta seja uma valência para crianças e jovens com deficiência, das 50 crianças que a frequentam, apenas nove apresentavam Necessidades de Estimulação Precoce. Quanto às freguesias de residência, verifica-se que a maioria das crianças é proveniente da Freguesia de Montemor-o-Velho, embora seja possível observar a frequência de crianças de outras freguesias, apesar de em número bastante reduzido (Quadro 81 e Figura 60).

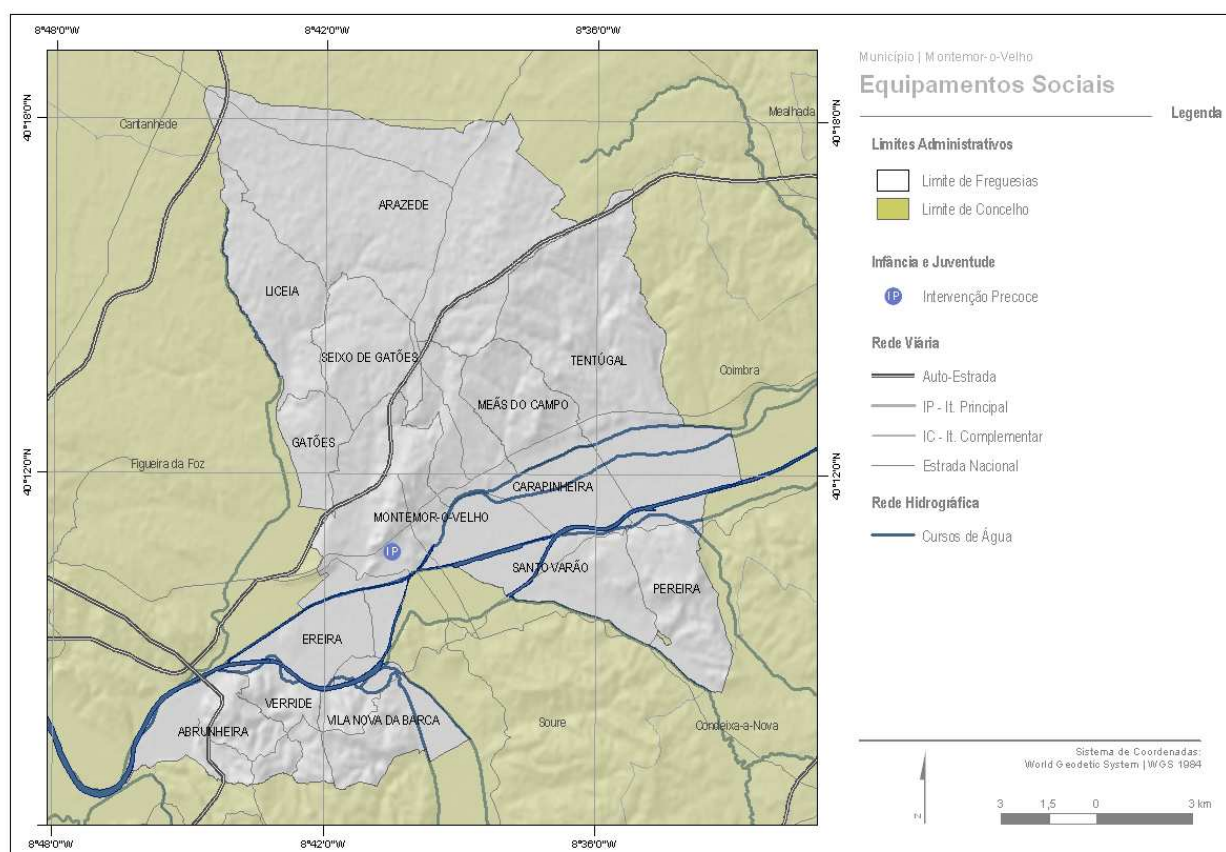


Figura 58 - Distribuição da resposta social Intervenção Precoce, por freguesia.

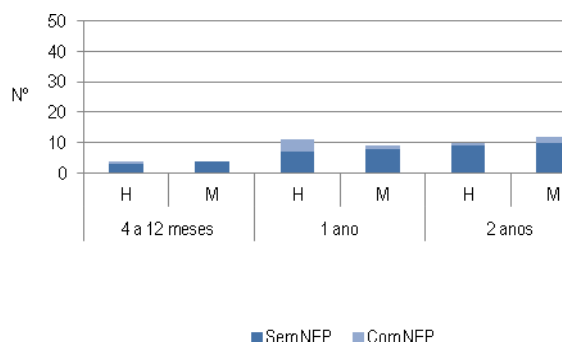


Figura 59 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Intervenção Precoce.

Quadro 81 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Intervenção Precoce.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	0
Arazede	3
Carapinheira	3
Ereira	1
Gatões	1
Liceia	1
Meãs do Campo	1
Montemor-o-Velho	31
Pereira	3
Santo Varão	1
Seixo de Gatões	3
Tentúgal	0
Verride	0
Vila Nova da Barca	2
Outros Municípios	0
Total do Município	50
Total	50

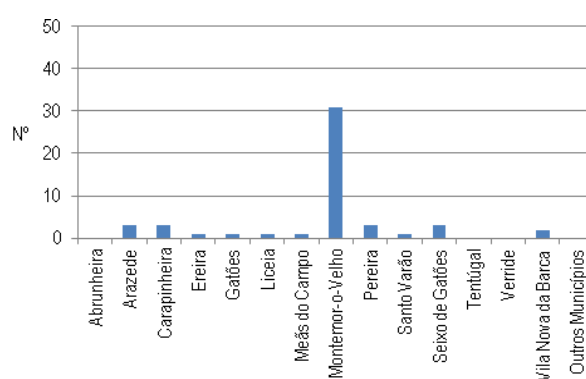


Figura 60 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Intervenção Precoce.

1.2.1.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos

Os recursos humanos da valência Intervenção Precoce são constituídos, essencialmente, por educadores de infância, auxiliares de acção educativa e auxiliares de limpeza (Quadro 82).

Quadro 82 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Intervenção Precoce.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	1
Educador de Infância	5
Auxiliar de Acção Educativa	5
Auxiliar de Limpeza	4
Total	15

1.2.1.2.1.4. Fontes de financiamento

Ao nível das fontes de financiamento é possível observar que esta valência apresenta um acordo típico com a Segurança Social, sendo que a lotação é de 50 crianças (Quadro 83). De referir, ainda, a existência de outras fontes de financiamento que não se encontram especificadas.

Quadro 83 - Fontes de financiamento da resposta social Intervenção Precoce.

Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias	
	Acordos de Cooperação	1
	Outras Fontes	1
Acordos de Cooperação	Típico	
	Atípico	1
	Gestão	
Lotação do Acordo		50

1.2.2. População Adulta

Nos últimos anos tem-se assistido a um processo de duplo envelhecimento da população, que se traduz por um estreitamento da base e por um alargamento do topo da pirâmide etária, resultante da diminuição das classes etárias mais jovens (0-14 anos), prosseguida pelo aumento das classes etárias mais idosas (65 anos ou mais). Categorias como os “grandes idosos” e a “quarta idade” começam a tornar-se comuns.

Um dos factores que condiciona o aumento do peso da população idosa é o aumento da esperança média de vida, provocado pela melhoria das condições sociais de vida, o que se deve, entre outros aspectos, ao desenvolvimento económico, aos progressos da medicina e à melhor cobertura da rede de saúde pública.

Outro factor é a diminuição da taxa de fecundidade, que provoca um envelhecimento da base da pirâmide etária e, consequentemente, a não reposição de gerações. Embora o duplo envelhecimento da população não constitua uma novidade, a sua particularidade reside não só no ritmo e na amplitude a que se verifica, mas também na criação de novas dinâmicas que anunciam profundas transformações sociais. Até meados da década de 60, Portugal ainda não sentia muito os efeitos do envelhecimento demográfico, mas no final do século XX a estrutura da população portuguesa apresenta já características de duplo envelhecimento.

Em 1950 Portugal apresentava um perfil populacional de características marcadamente mais jovens, o que se traduz por uma base larga e um topo estreito, representando a população idosa apenas 6,74% da população residente total. No entanto, em apenas meio século a população idosa observou um acréscimo de 198,59%, respectivamente, enquanto a população jovem registou um decréscimo de 33,41%, passando a população idosa a corresponder a 16,35% da população residente total.

Com estes valores Portugal assume-se, assim, como um dos países da União Europeia onde o duplo envelhecimento da população é mais evidente.

Independentemente da expressão nacional ou europeia que o fenómeno assume, este manifesta-se na generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, em especial da Europa, continente mais envelhecido.

Com o aumento progressivo da população idosa, sobretudo das classes etárias mais idosas, é também maior a probabilidade de ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, o que aumenta a necessidade de respostas mais adequadas a estas situações, não só no âmbito do social, mas também da saúde. O envelhecimento demográfico é, assim, um dos maiores desafios que se colocam à sociedade contemporânea.

A rede de serviços e equipamentos sociais para População Adulta encontra-se dividida em cinco grupos-alvo, nomeadamente Pessoas Idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas em Situação de Dependência, Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas Sem-Abrigo, cada um com respostas específicas. O Município de Montemor-o-Velho insere-se na realidade nacional, verificando-se que o número de valências destinadas à População Adulta, em especial às Pessoas Idosas, apesar de reduzido para as suas necessidades, assume uma importância considerável no contexto municipal, com 33 das 77 valências existentes, enquanto que para as Pessoas Adultas com Deficiência existem apenas duas valências (Quadro 84 e Figura 61).

Quadro 84 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.

Freguesias	Pessoas Idosas					Pessoas Adultas com Deficiência		Total
	SAD	Centro de Convívio	Centro de Dia	Centro de Noite	Lar de Idosos	SAD	CAO	
Abrunheira	1		1	1				3
Arazede	1		1		1			3
Carapinha	1		1		1			3
Ereira	1		1					2
Gatões			1					1
Liceia			1					1
Meas do Campo	1		1		1			3
Montemor-o-Velho	1		1		2	1	1	6
Pereira	2		1					3
Santo Varão	1	1	1					3
Seixo de Gatões			1					1
Tentugal	1		1		1			3
Verride	1		1		1			3
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total	11	1	13	1	7	1	1	35
Total			33			2		35

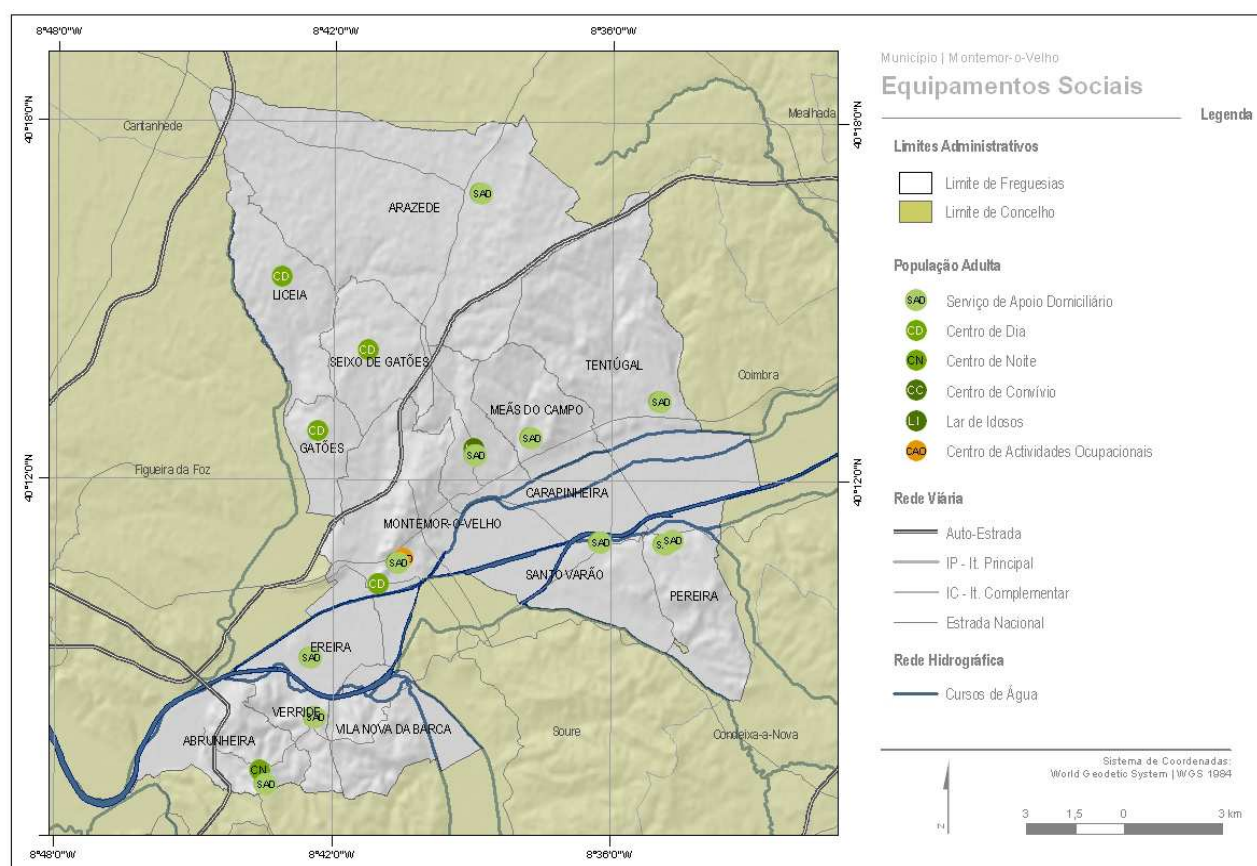


Figura 61 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.

1.2.2.1. Pessoas Idosas

De acordo com o artigo 72.º da Constituição da República Portuguesa, as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.

De acordo com as capacidades que demonstram para desempenharem as actividades da vida diária, as pessoas idosas encontram-se divididas em três sub-grupos, em função do grau de dependência²⁰, designadamente:

- Autónomo:** São independentes, mesmo que ocasionalmente precisem de equipamentos de apoio em algumas actividades da vida diária;

- 1º Grau:** São francamente dependentes, carecendo de assistência em algumas actividades da vida diária;
- 2º Grau:** São fortemente dependentes, necessitando do apoio de terceiros em todas as actividades da vida diária.

As valências existentes para o grupo-alvo Pessoas Idosas são o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Convívio, o Centro de Dia, o Centro de Noite, o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas, a Residência, o Lar de Idosos e o Centro de Férias e Lazer.

No Município de Montemor-o-Velho existem 13 valências de Centro de Dia, dez de Serviço de Apoio Domiciliário, sete de Lar de Idosos, uma de Centro de Convívio e, finalmente, uma de Centro de Noite.

Quanto à sua distribuição por freguesia, observa-se que todas, à excepção de Vila Nova da Barca, possuem pelo menos uma valência destinada a este grupo-alvo, geralmente de Centro de Dia, encontrando-se nesta situação as Freguesias de Gatões, Liceia e Seixo de Gatões. De

referir que a freguesia sede de Município é a que possui o maior número de valências para Pessoas Idosas.

1.2.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário

A valência de Serviço de Apoio Domiciliário corresponde a uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

1.2.2.1.1.1. Caracterização geral

O Município possui 11 valências de Serviço de Apoio Domiciliário, que, na totalidade, apresentam uma taxa de utilização de 81,02%, existindo 32 utentes sem acordo, mas nenhum em lista de espera (Quadro 85 e Figura 62 e Figura 63). As Freguesias de Gatões, Liceia, Seixo de Gatões e Vila Nova da Barca não apresentam nenhuma valência de Serviço de Apoio Domiciliário. Das freguesias que disponibilizam este tipo de valência, são as Freguesias de Carapinheira, Montemor-o-Velho e Pereira que apresentam a capacidade mais elevada. Contudo este indicador nem sempre é devidamente acompanhado pela frequência, havendo mesmo situações em que esta é superior, como é possível observar no caso da Freguesia de Montemor-o-Velho.

Assim, as Freguesias de Abrunheira, Arazede e Montemor-o-Velho destacam-se com taxas de utilização iguais ou superiores a 100%. Em oposição, a Freguesia de Verride apresenta uma taxa de utilização de apenas 36,67%. Quanto ao número de utentes com acordo, geralmente, este acompanha a frequência, contudo na Freguesia de Montemor-o-Velho e Pereira esta situação não se verifica, existindo 13 e 18 utentes sem acordo, respectivamente.

Quadro 85 - Caracterização geral da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.²¹

Rede Privada sem Fins Lucrativos							
Freguesias	Número de Respostas Sociais	Capacidade	Número de Utentes			Taxa de Utilização (%)	Lista de Espera
			Frequência	Com Acordo	Sem Acordo		
Abrunheira	1	25	25	25	0	100	0
Arazede	1	20	20	20	0	100	0
Carapinheira	1	50	38	38	0	76	0
Ereira	1	15	13	13	0	86,67	0
Gatões							
Liceia							
Meãs do Campo	1	25	19	19	0	76	0
Montemor-o-Velho	1	40	43	30	13	107,50	0
Pereira	2	60	45	27	18	75,00	0
Santo Varão	1	15	13	13	0	86,67	0
Seixo de Gatões							
Tentúgal	1	15	12	11	1	80	0
Verride	1	30	11	11	0	36,67	0
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-
Total	11	295	239	207	32	81,02	0

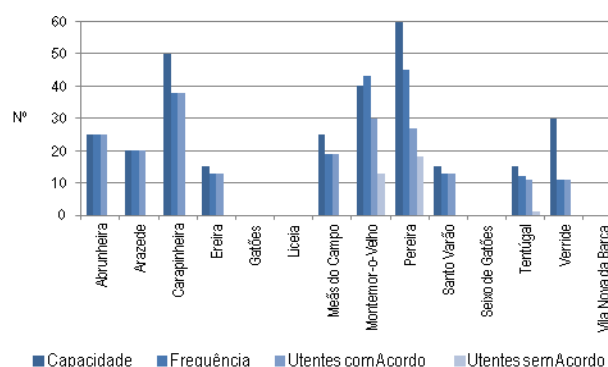


Figura 62 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.

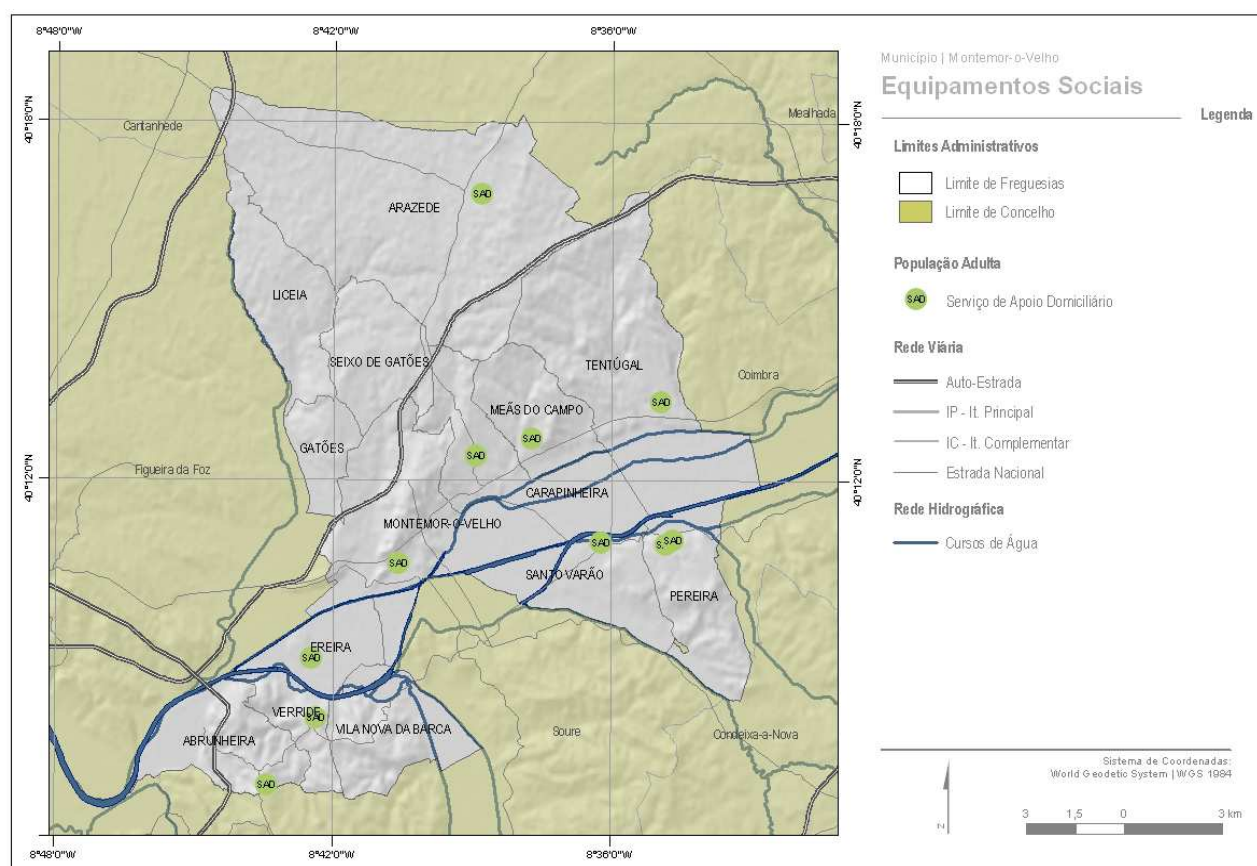


Figura 63 - Distribuição da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.

1.2.2.1.2. Caracterização da população utente

A valência de Serviço de Apoio Domiciliário apoia, maioritariamente, idosos entre os 80 e os 84 anos e com idade igual ou superior a 85 anos, do sexo feminino (Figura 64). No que respeita ao grau de dependência, constata-se que à medida que este aumenta, o número de idosos inscritos na valência diminui, pelo que são os idosos autónomos que se encontram em maior número, com 123 utentes. Os restantes graus de dependência apresentam um número bastante inferior, concretamente 61 utentes no 1º grau e 55 no 2º grau. Esta situação poderá estar relacionada com o facto deste tipo de valência não responder às necessidades das pessoas mais dependentes, que serão encaminhadas, preferencialmente, para os Lares de Idosos.

No que diz respeito à caracterização dos motivos de ingresso na valência de Serviço de Apoio Domiciliário verifica-se que é a falta de disponibilidade da família a principal causa pelo ingresso de 105 utentes neste tipo de resposta (

Quadro 86), imediatamente seguida pela insuficiência em gerir as próprias necessidades (51) e, ainda, o isolamento (37).

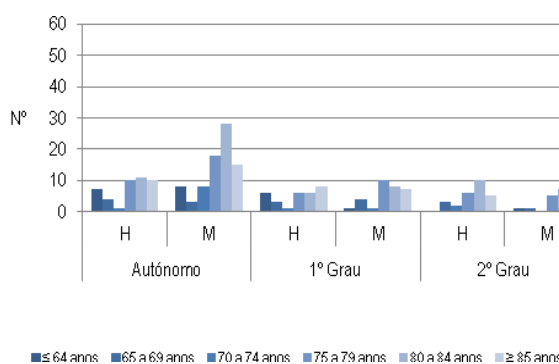


Figura 64 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Quadro 86 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	37
Falta de disponibilidade da família	105
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	51
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	25
Idade avançada do(s) cuidador(es)	9
Doença crónica	3
Doença degenerativa/terminal	6
Outros motivos	3
Total	239

A maioria dos utentes é oriunda das Freguesias de Carapinheira, Abrunheira, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho e Arazede, enquanto que os utentes oriundos das Freguesias de Gatões, Linceia, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca são em número francamente mais reduzido (Quadro 87 e Figura 65). Deste modo, se no caso das freguesias que não disponibilizam a valência de Serviço de Apoio Domiciliário esta situação é facilmente compreensível, nas restantes freguesias este quadro apenas se poderá justificar pela presença de outras respostas destinadas a Pessoas Idosas.

Quadro 87 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	24
Arazede	20
Carapinheira	33
Ereira	13
Gatões	4
Linceia	5
Meãs do Campo	22
Montemor-o-Velho	21
Pereira	19
Santo Varão	13
Seixo de Gatões	15
Tentúgal	8
Verride	6
Vila Nova da Barca	5
Outros Municípios	31
Total do Município	208
Total	239

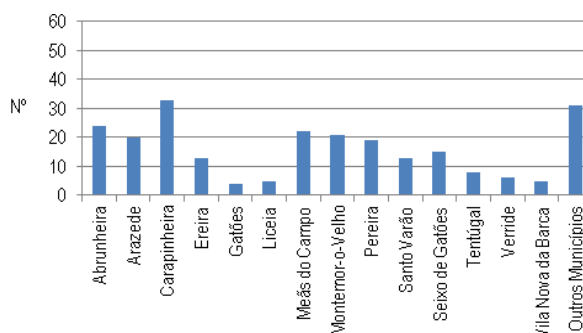


Figura 65 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Relativamente aos utentes oriundos de outros Municípios (31), estes residem, essencialmente, no Município vizinho de Coimbra, até porque o tipo de serviço prestado obriga a deslocações. Assim, verifica-se que, apesar de algumas das freguesias não disponibilizarem esta valência, os utentes acabam por usufruir deste serviço, na medida em que a área de influência dos restantes equipamentos é bastante abrangente.

1.2.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos

A equipa afecta à valência de Serviço de Apoio Domiciliário é constituída por 61 profissionais distribuídos, equitativamente, por diversas categorias, com excepção dos ajudantes familiares (23) e outros (16), que apresentam valores mais elevados (Quadro 88).

Quadro 88 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	2
Assistente Social	2
Médico	1
Enfermeiro	1
Empregado de Serviços Gerais	1
Motorista	2
Telefonista	2
Cozinheiro	3
Ajudante de Refeição	2
Auxiliar de Cozinha	2
Auxiliar de Lavandaria	1
Auxiliar de Limpeza	1
Barbeiro/Cabeleireiro	1
Ajudante Familiar	23
Pessoal Administrativo	1
Outros	16
Total	61

1.2.2.1.4. Fontes de financiamento

Todas as valências de Serviço de Apoio Domiciliário têm como fontes de financiamento os acordos de cooperação típicos com a Segurança Social, cuja lotação é de 258 utentes, verificando-se, ainda, a existência de um equipamento que, paralelamente, apresenta um acordo de cooperação atípico (

Quadro 89). De referir que existem três valências que também têm receitas próprias e/ou outras fontes de financiamento.

Quadro 89 - Fontes de financiamento da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

Fontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	
Receitas Próprias	3
Acordos de Cooperação	10
Outras Fontes	2
Acordos de Cooperação	
Tipo de Acordo de Cooperação	Típico 10
	Atípico 1
Lotação do Acordo	258

1.2.2.1.2. Centro de Convívio

A valência de Centro de Convívio corresponde a uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e

culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa de pessoas idosas de uma comunidade.

capacidade para 20 utentes, sendo frequentada por 19, o que se traduz numa taxa de utilização de 95 % (Figura 66). Todos os utentes desta valência possuem acordo, não existindo lista de espera.²²

1.2.2.1.2.1. Caracterização geral

A única valência de Centro de Convívio do Município de Montemor-o-Velho está localizada na Freguesia de Santo Varão e apresenta uma

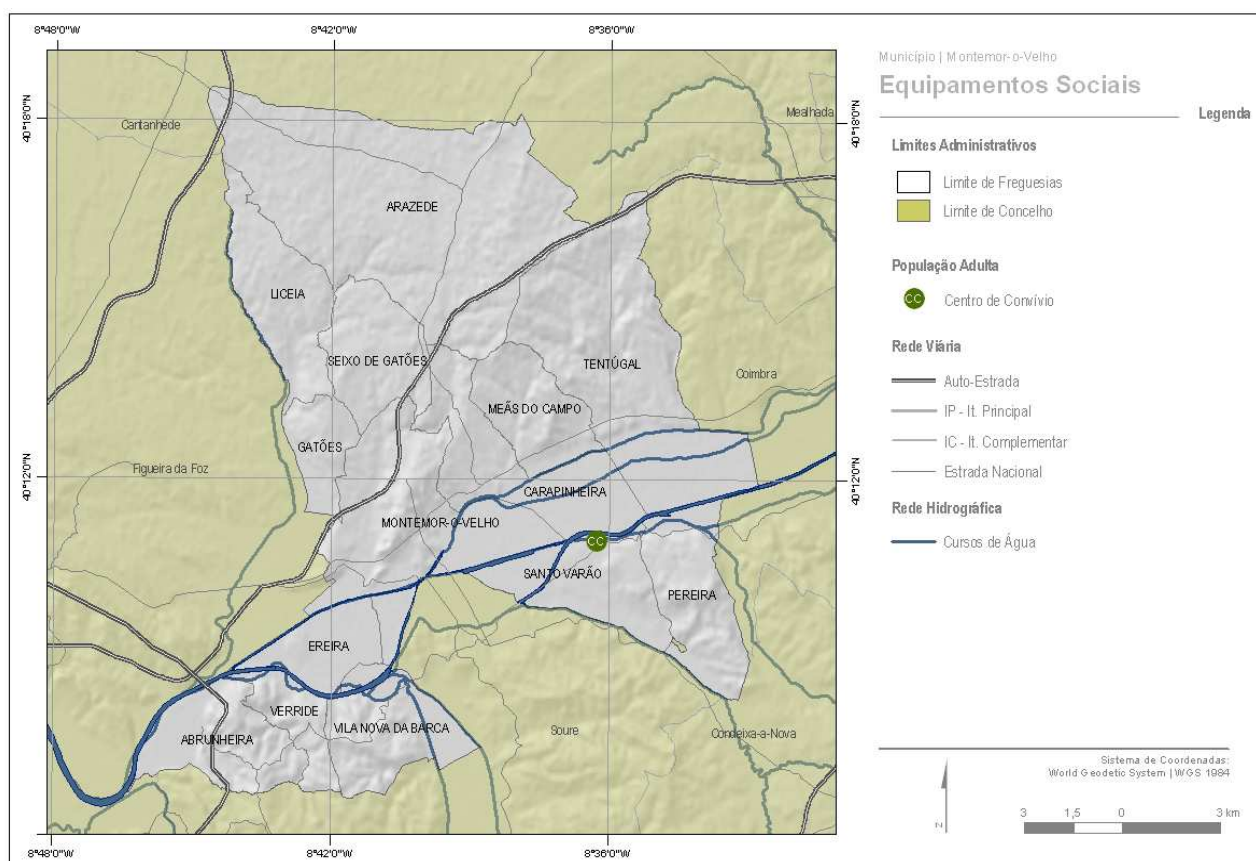


Figura 66 - Distribuição da resposta social Centro de Convívio, por freguesia.

1.2.2.1.2.2. Caracterização da população utente

Como seria de esperar neste tipo de valência, a população utente é essencialmente autónoma, sendo de referir que a nível etário predominam os idosos entre os 75 e os 84 anos, especialmente os do sexo feminino.

Em relação aos motivos de ingresso na valência de Centro de Dia verifica-se que 16 utentes apresentam motivos de diversa natureza, enquanto que apenas três apontam o isolamento como motivo de integração nesta resposta social (

Quadro 90).

Quadro 90 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Convívio.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	3
Falta de disponibilidade da família	0
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	0
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0
Doença crónica	0
Doença degenerativa/terminal	0
Outros motivos	16
Total	19

A totalidade dos utentes da valência Centro de Convívio é oriunda da Freguesia de Santo Varão, ou seja, exactamente da freguesia onde se localiza este equipamento social, o que demonstra a elevada associação

entre a localização e a proveniência dos utentes, designadamente no que diz respeito a esta resposta social (

Quadro 91).

1.2.2.1.2.3. Caracterização dos recursos humanos

Relativamente aos recursos humanos da valência Centro de Convívio são, sobretudo, ajudantes familiares, estando os restantes técnicos distribuídos, equitativamente, pelas diversas categorias profissionais (Quadro 92).

Quadro 91 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Convívio.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	0
Arazede	0
Carapínheira	0
Ereira	0
Gatões	0
Liceia	0
Meãs do Campo	0
Montemor-o-Velho	0
Pereira	0
Santo Varão	19
Seixo de Gatões	0
Tentúgal	0
Verride	0
Vila Nova da Barca	0
Outros Municípios	0
Total do Município	19
Total	19

Quadro 92 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Convívio.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Professor de Expressão Plástica	1
Professor de Educação Física	1
Cozinheiro	1
Ajudante de Refeição	2
Barbeiro/Cabeleireiro	1
Ajudante Familiar	9
Total	15

1.2.2.1.2.4. Fontes de financiamento

Em relação às fontes de financiamento é possível observar que o único equipamento afecto a esta valência no Município de Montemor-o-Velho apresenta como fontes de financiamento as receitas próprias, decorrentes das mensalidades pagas pelos utentes e, ainda, um acordo de cooperação típico com a Segurança Social, cuja lotação máxima é de 20 utentes (Quadro 93).

Quadro 93 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Convívio.

Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias	1
	Acordos de Cooperação	1
	Outras Fontes	
Acordos de Cooperação	Típico	1
	Atípico	
	Gestão	
Lotação do Acordo		20

1.2.2.1.3. Centro de Dia

A valência de Centro de Dia corresponde a uma *resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.*

1.2.2.1.3.1. Caracterização geral

A valência Centro de Dia apresenta uma distribuição bastante homogénea, na medida em que todas as freguesias do Município, com excepção de Vila Nova da Barca, disponibilizam uma resposta de Centro de Dia (Quadro 94 e Figura 67 e Figura 68).²³ Globalmente, e considerando a inexistência de utentes em lista de espera, a taxa de utilização desta valência é de apenas 51,58%, sendo de referir que a maioria dos utentes possuem acordo, observando-se apenas a existência de 11 utentes sem acordo.²⁴

Assim, em termos de taxa de utilização serão de salientar as Freguesias de Arazede e Santo Varão, nas quais é possível observar valores bastante significativos, designadamente 100% e 96%. Em sentido contrário, e com valores bastante reduzidos serão de destacar as Freguesias de Verride (20%), Seixo de Gatões (27%), Ereira (36%), Liceia (37%) e Abrunheira (37,5%).

Nas Freguesias de Abrunheira, Ereira e Montemor-o-Velho a análise da taxa de utilização das restantes valências para idosos revela que os valores da valência de Serviço de Apoio Domiciliário são superiores aos da valência de Centro de Dia, o que denota a preferência dos idosos pela primeira, uma vez que esta lhes permite ter os cuidados necessários, residindo nos seus domicílios, facto muito valorizado tendo em conta a idade e o meio sócio-cultural.

Quadro 94 - Caracterização geral da resposta social Centro de Dia.

Freguesias	Número de Respostas Sociais	Rede Privada sem Fins Lucrativos				Taxa de Utilização (%)	Lista de Espera
		Número de Utentes					
		Capacidade	Frequência	Com Acordo	Sem Acordo		
Abrunheira	1	40	15	15	0	37,50	0
Arazede	1	30	30	30	0	100	0
Carapinheira	1	40	28	28	0	70	0
Ereira	1	50	18	18	0	36	0
Gatões	1	15	11	0	11	73,33	0
Liceia	1	30	11	11	0	36,67	0
Meãs do Campo	1	25	11	11	0	44	0
Montemor-o-Velho	1	5	3	3	0	60	0
Pereira	1	30	19	19	0	63,33	0
Santo Varão	1	25	24	24	0	96	0
Seixo de Gatões	1	30	8	8	0	26,67	0
Tentúgal	1	10	8	8	0	80	0
Verride	1	50	10	10	0	20	0
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-
Total	13	380	196	185	11	51,58	0

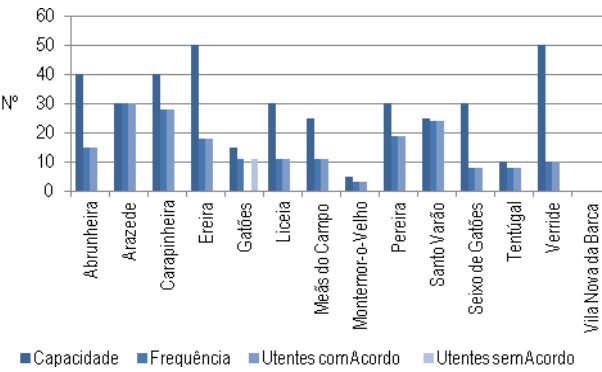


Figura 67 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Centro de Dia, por freguesia.

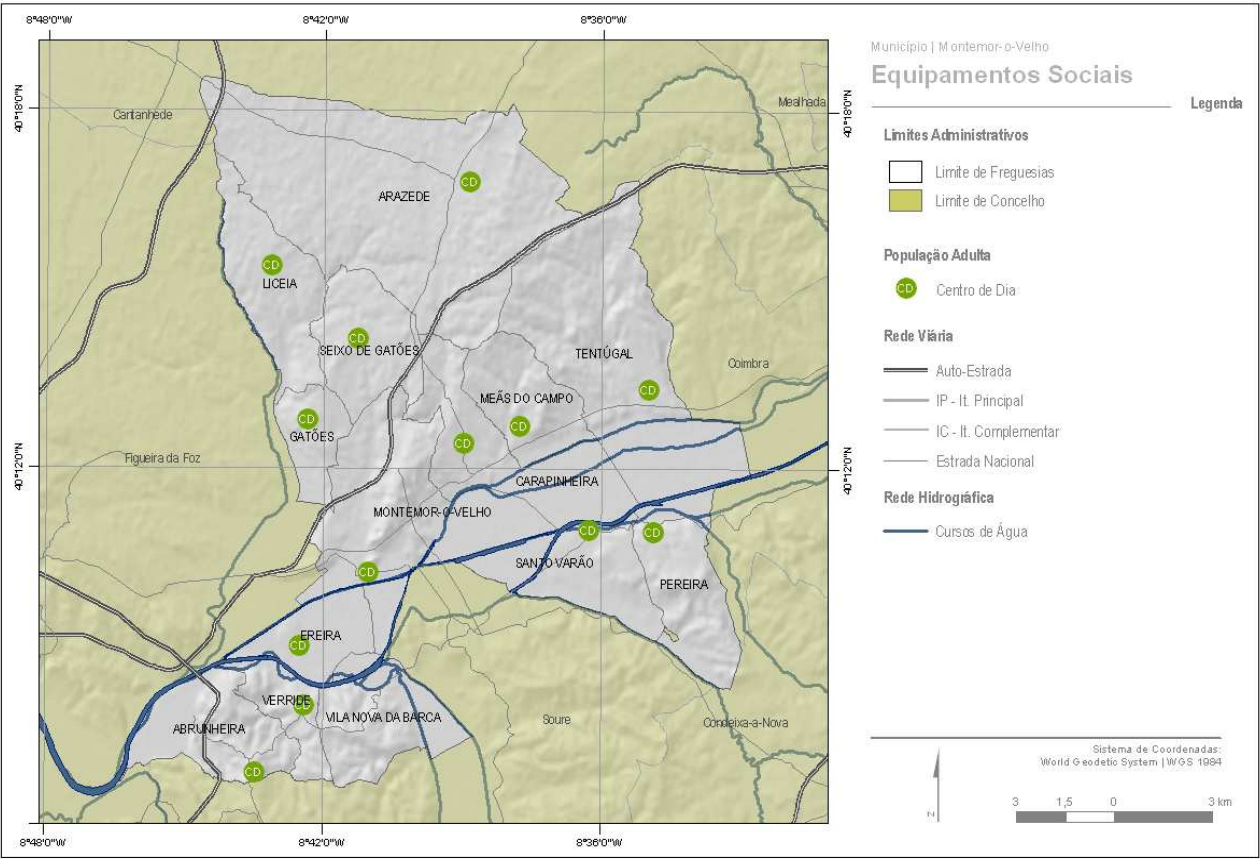


Figura 68 - Distribuição da resposta social Centro de Dia, por freguesia.

1.2.2.1.3.2. Caracterização da população utente

A população utente da valência Centro de Dia é, essencialmente, autónoma, com predomínio da faixa etária dos 75 a 84 anos e do sexo feminino (Figura 69). O número de utentes diminui à medida que o grau dependência aumenta, tal como seria expectável neste tipo de valência.

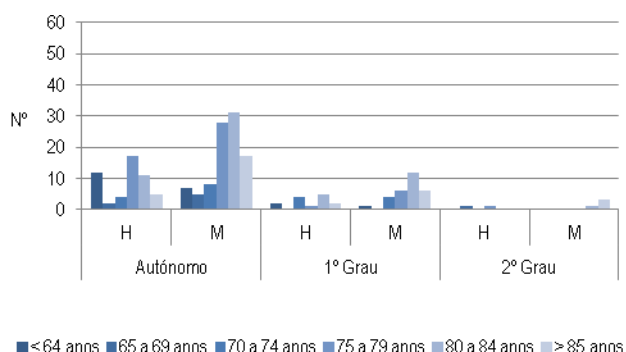


Figura 69 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Dia.

Em relação aos motivos de ingresso na valência de Centro de Dia verifica-se que, considerando os 196 utentes, existe um predomínio do isolamento como causa de ingresso nesta resposta, seguindo-se a falta de disponibilidade da família e insuficiência para gerir as próprias necessidades. De referir que 75 utentes apresentam, ainda, motivos de ordem diversa (Quadro 95).

Quadro 95 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Dia.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	59
Falta de disponibilidade da família	36
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	22
Falta de condições habitacionais	4
Fase terminal/extrema dependência	0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0
Doença crónica	0
Doença degenerativa/terminal	0
Outros motivos	75
Total	196

A maioria dos utentes afectos à valência de Centro de Dia reside nas Freguesias de Arazede, Carapinheira e Santo Varão, sendo que as Freguesias de Gatões, Liceia, Montemor-o-Velho, Tentúgal e Vila Nova da Barca são as que apresentam o menor número de utentes afectos a esta resposta social (

Quadro 96 e Figura 70). De salientar a existência de utentes de outros Municípios, nomeadamente Soure e Coimbra.

Quadro 96 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Dia.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	11
Arazede	33
Carapinheira	23
Ereira	18
Gatões	8
Liceia	9
Meãs do Campo	11
Montemor-o-Velho	6
Pereira	10
Santo Varão	24
Seixo de Gatões	13
Tentúgal	7
Verride	10
Vila Nova da Barca	1
Outros Municípios	12
Total do Município	184
Total	196

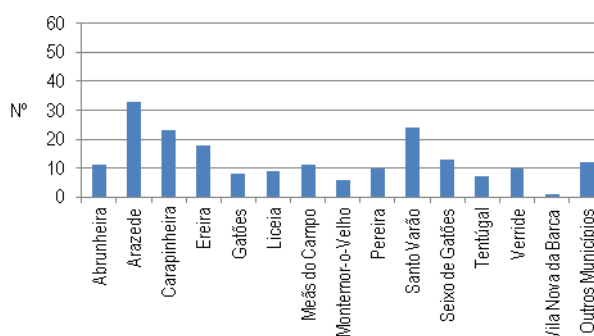


Figura 70 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Dia.

1.2.2.1.3.3. Caracterização dos recursos humanos

Nos recursos humanos da valência Centro de Dia (Quadro 97) é de salientar a presença de 14 ajudantes familiares e outros profissionais não especificados (11). Os restantes profissionais distribuem-se, de forma homogénea, pelas diferentes categorias profissionais, próprias deste tipo de resposta social.

Quadro 97 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Dia.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	1
Professor de Educação Física	2
Professor de Educação Musical	1
Professor de Expressão Plástica	1
Animador Sócio-Cultural	2
Médico	1
Enfermeiro	1
Empregado de Serviços Gerais	2
Motorista	2
Cozinheiro	4
Ajudante de Refeição	2
Auxiliar de Limpeza	1
Barbeiro/Cabeleireiro	1
Ajudante Familiar	14
Outros	11
Total	46

1.2.2.1.3.4. Fontes de financiamento

As valências de Centro de Dia têm como fonte de financiamento os acordos típicos com a Segurança Social, designadamente 12, correspondendo a uma lotação de 314 utentes (Quadro 98). Destas valências, cinco apresentam também receitas próprias, enquanto que sete apresentam outras fontes de financiamento.

Quadro 98 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Dia.

Fontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais
Receitas Próprias	5
Acordos de Cooperação	12
Outras Fontes	7
	12
Acordos de Cooperação	Típico Atípico Gestão
Lotação do Acordo	314

1.2.2.1.4. Centro de Noite

A valência de Centro de Noite corresponde a uma *resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento nocturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.*

1.2.2.1.4.1. Caracterização geral

No Município de Montemor-o-Velho existe apenas uma valência de Centro de Noite, localizada na Freguesia de Abrunheira (Figura 71). Esta apresenta uma taxa de utilização bastante elevada (90%), com 14 idosos em lista de espera. A maior parte dos utentes desta valência possuem acordo com a Segurança Social, existindo apenas três sem acordo.

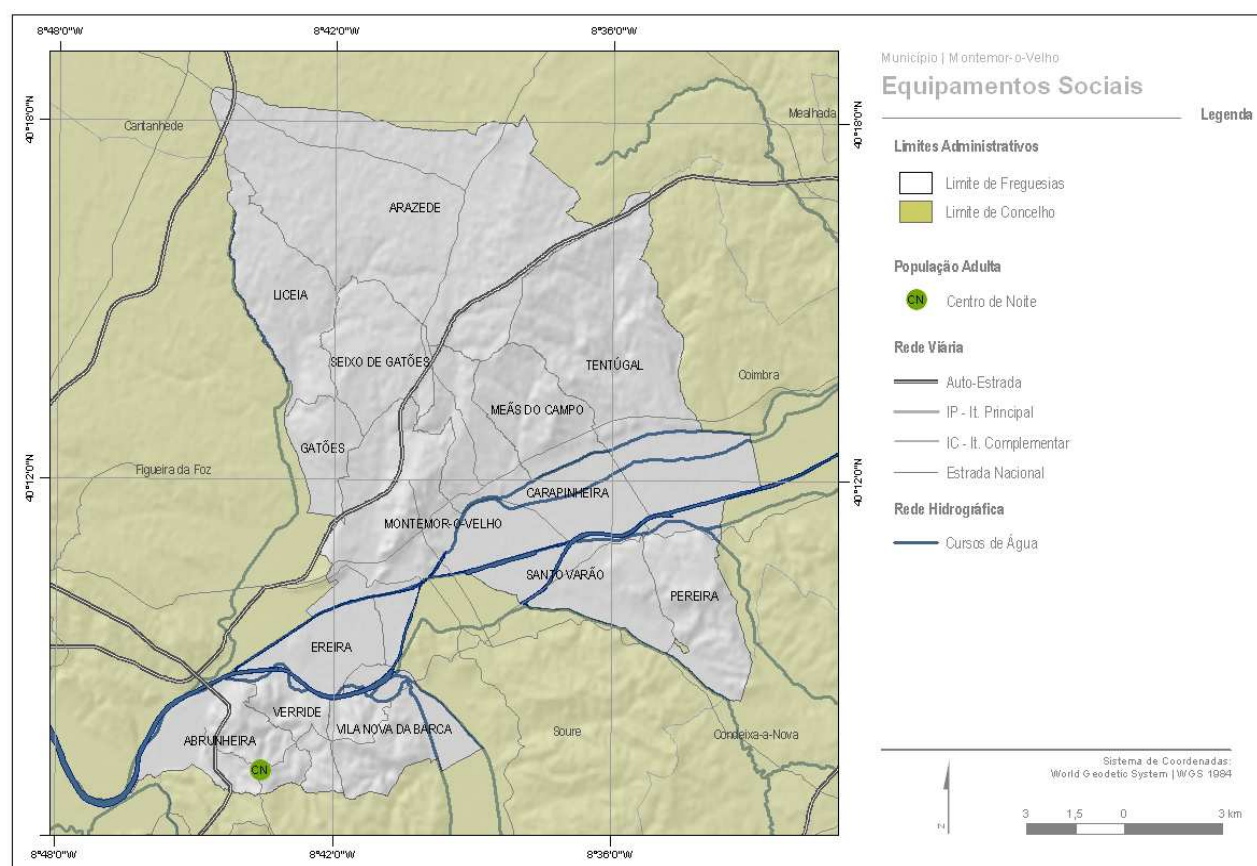


Figura 71 - Distribuição da resposta social Centro de Noite, por freguesia.

Quadro 100 e Figura 73).

1.2.2.1.4.2. Caracterização da população utente

A população utente da valência de Centro de Noite caracteriza-se, maioritariamente, por indivíduos com idades superiores a 70 anos, que apresentam uma dependência de 1º grau e, sobretudo, do sexo feminino (Figura 72). Os motivos de ingresso da população utente da valência de Centro de Noite são o isolamento e a falta de disponibilidade da família (Quadro 99).

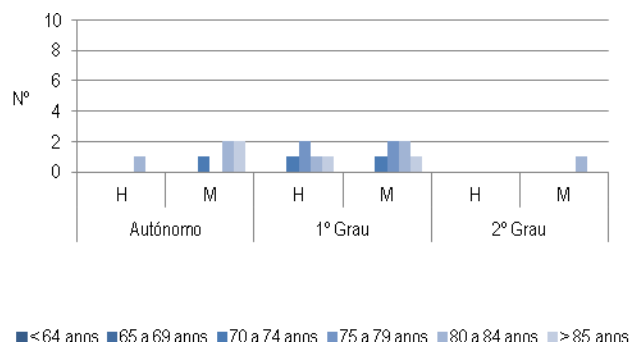


Figura 72 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Noite.

Quadro 99 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Noite.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	10
Falta de disponibilidade da família	8
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	0
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0
Doença crónica	0
Doença degenerativa/terminal	0
Outros motivos	0
Total	18

Relativamente às freguesias de residência da população utente, verifica-se que a maioria dos utentes são da própria freguesia onde se localiza o equipamento, existindo, ainda, um utente de Verride, bem como três provenientes de outros Municípios, designadamente Coimbra e Soure (

Quadro 100 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Noite.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	14
Arazede	0
Carapinheira	0
Ereira	0
Gatões	0
Liceia	0
Meãs do Campo	0
Montemor-o-Velho	0
Pereira	0
Santo Varão	0
Seixo de Gatões	0
Tentúgal	0
Verride	1
Vila Nova da Barca	0
Outros Municípios	3
Total do Município	15
Total	18

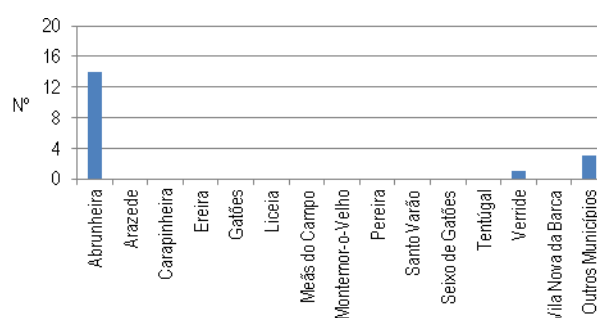


Figura 73 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Noite.

1.2.2.1.4.3. Caracterização da população em lista de espera

A população que se encontra em lista de espera para a valência de Centro de Noite caracteriza-se por indivíduos autónomos ou que apresentam uma dependência de 1º grau e com idades compreendidas entre os 75 e 84 anos, sendo sobretudo do sexo feminino (Figura 74).

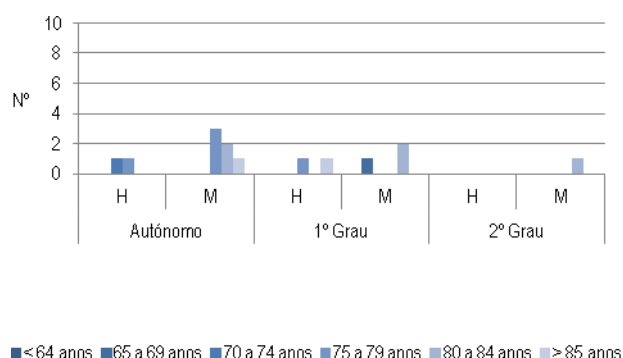


Figura 74 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Noite.

Os motivos de inscrição na valência de Centro de Noite da população que se encontra em lista de espera são os anteriormente referidos, designadamente isolamento e falta de disponibilidade da família (Quadro 101).

Quadro 101 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o motivo de inscrição, na resposta social Centro de Noite.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	7
Falta de disponibilidade da família	7
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	0
Falta de condições habitacionais	0
Fase terminal/extrema dependência	0
Idade avançada do(s) cuidador(es)	0
Doença crónica	0
Doença degenerativa/terminal	0
Outros motivos	0
Total	14

1.2.2.1.4.4. Caracterização dos recursos humanos

A inexistência de recursos humanos afectos à valência Centro de Noite justifica-se por estes se encontrarem afectos à entidade gestora, ocupando, deste modo, várias funções nesta instituição.

1.2.2.1.4.5. Fontes de financiamento

As fontes de financiamento da valência em análise são apenas os acordos de cooperação típicos com a Segurança Social (

Quadro 102). A lotação do acordo é de 20 pessoas, não se encontrando totalmente preenchida, uma vez que a frequência é de 18 utentes.

Quadro 102 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Noite.

Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais	
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias	1	
	Acordos de Cooperação		
	Outras Fontes		
Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	Típico	1
		Atípico	
		Gestão	
	Lotação do Acordo	20	

1.2.2.1.5. Lar de Idosos

A valência de Lar de Idosos corresponde a uma *resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.*

1.2.2.1.5.1. Caracterização geral

No Município de Montemor-o-Velho existem sete valências de Lar de Idosos, sendo que apenas uma integra a rede privada com fins lucrativos

Quadro 103 e Figura 75 e Figura 76). De referir que as Freguesias de Abrunheira, Ereira, Gatões, Liceia, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões e Vila Nova da Barca não disponibilizam este tipo de resposta social, facto que poderá justificar a extensa lista de espera de 435 idosos. Ao nível da rede privada sem fins lucrativos, a taxa de utilização global é 100%, o que revela que a capacidade das valências se encontra no seu limite, apesar de apenas três utentes sem acordo frequentarem esta resposta.

Com excepção da Freguesia de Verride, todas as freguesias que disponibilizam a valência Lar de Idosos apresentam uma taxa de utilização igual ou até mesmo superior a 100%, facto que, uma vez mais, poderá ser justificado pela ausência desta valência em grande parte das freguesias que integram o Município de Montemor-o-Velho. Assim, e ainda no que diz respeito à Freguesia de Verride, importa salientar que, apesar desta apresentar uma taxa de utilização reduzida comparativamente com as restantes freguesias, esta continua a ser elevada, assumindo-se mesmo como a mais significativa do conjunto de

valências disponibilizadas para Pessoas Idosas, com o registo de 29 utentes em lista de espera.

Por outro lado, será de referir a situação da Freguesia de Arazede que, apesar de disponibilizar todas as valências destinadas ao grupo-alvo Pessoas Idosas, apresenta, ao nível da valência de Lar de Idosos, uma taxa de utilização de 100%, pelo que se denota a necessidade de um maior número de respostas com esta tipologia. A lista de espera é também muito longa, especialmente nas Freguesias de Arazede, Meãs do Campo e Montemor-o-Velho. A Freguesia de Tentúgal, embora com a taxa de utilização mais elevada do Município (112%), não apresenta idosos em lista de espera, mas é a única que possui utentes sem acordo. A única valência de Lar de Idosos da rede privada com fins lucrativos, localiza-se na Freguesia da Carapinheira e apresenta, de igual modo, uma taxa de utilização elevada (93%), embora sem utentes em lista de espera.

Quadro 103 - Caracterização geral da resposta social Lar de Idosos.

Caracterização geral da resposta social Lda de 1999-2000.												
Freguesias	Número de Respostas Sociais		Capacidade		Número de Utentes				Taxa de Utilização (%)		Lista de Espera	
	Rede Privada sem fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem fins Lucrativos			Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	Rede Privada sem fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos
					Frequência	Com Acordo	Sem Acordo					
Abrunheira												
Arazede	1		26		26	26	0		100		111	
Carapinheira		1		15				14		93,33		0
Ereira												
Gatões												
Liceia												
Meãs do Campo	1		25		25	25	0		100		111	
Montemor-o-Velho	2		67		67	67	0		100		184	
Pereira												
Santo Varão												
Seixo de Gatões												
Tentúgal	1		25		28	25	3		112		0	
Verride	1		20		17	17	0		85		29	
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total	6	1	163	15	163	160	3	14	100	93,33	435	0
Total	7		178				177		99,44		435	

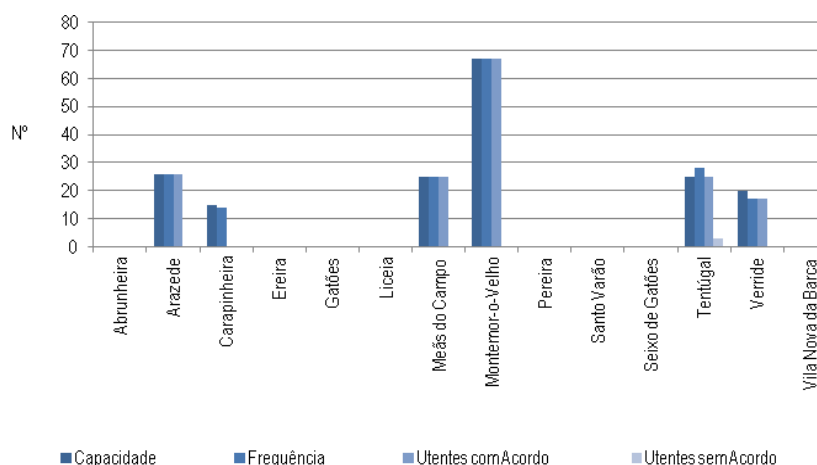


Figura 75 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.

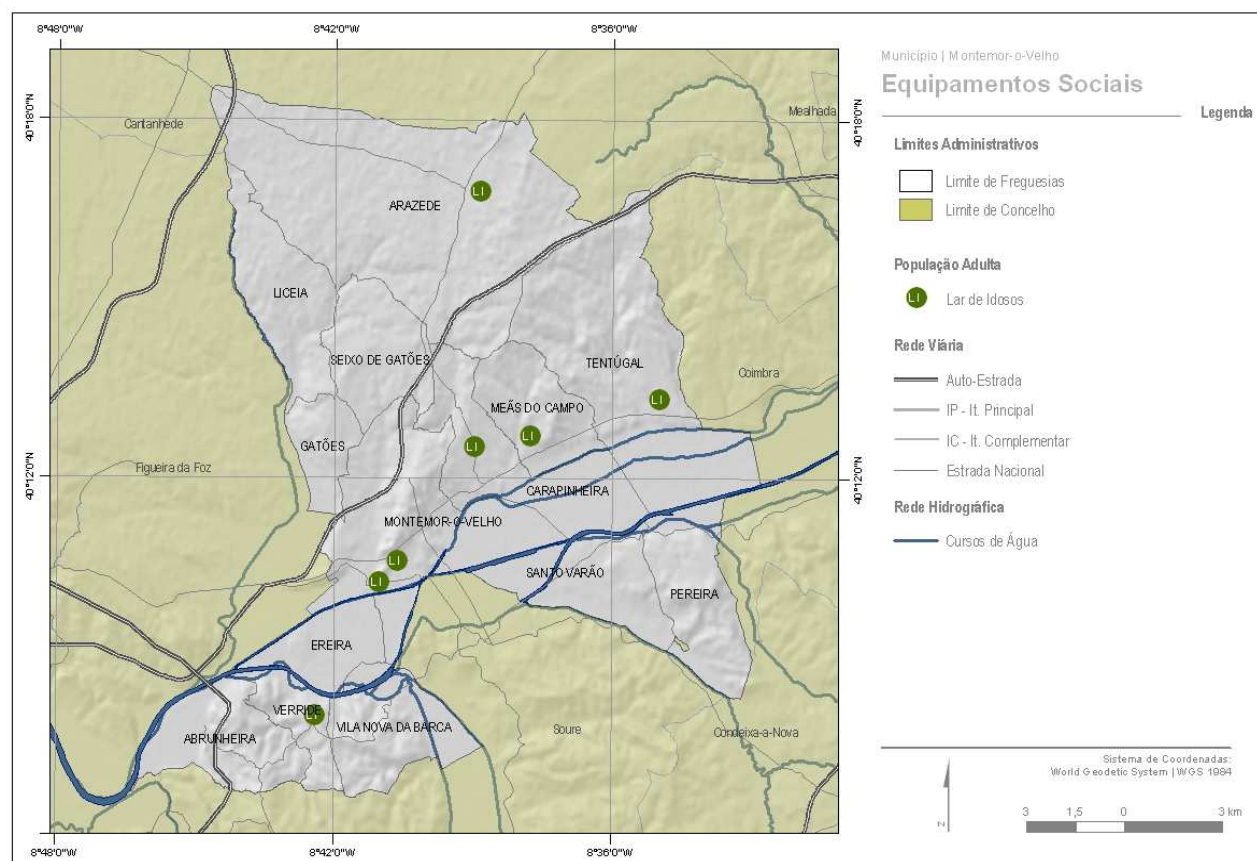


Figura 76 - Distribuição da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.

1.2.2.1.5.2. Caracterização da população utente

A população utente da resposta social de Lar de Idosos caracteriza-se, maioritariamente, por indivíduos com dependência de 1º grau (Figura 77), com idades superiores a 80 anos e, predominantemente, do sexo feminino (64 utentes). Todavia, a discrepância entre os graus de dependência não é muito significativa, na medida em que também a população utente autónoma apresenta um número de utentes bastante significativo, designadamente 61 idosos. Não será de descuidar, de igual modo, o número de utentes com dependência de 2º grau (51), apesar de apresentar valores um pouco mais reduzidos.

Quanto aos motivos de ingresso (

Quadro 104), verifica-se que maioria prende-se com a falta de disponibilidade da família (100 utentes). Os motivos de isolamento, fase terminal/extrema dependência ou insuficiência para gerir as próprias necessidades, são também dos mais referidos nesta situação.

Estes motivos podem, de igual modo, explicar o facto da taxa de utilização deste tipo de valência ser, frequentemente, superior à de outras valências na mesma freguesia, uma vez que presta um serviço mais efectivo em termos temporais.

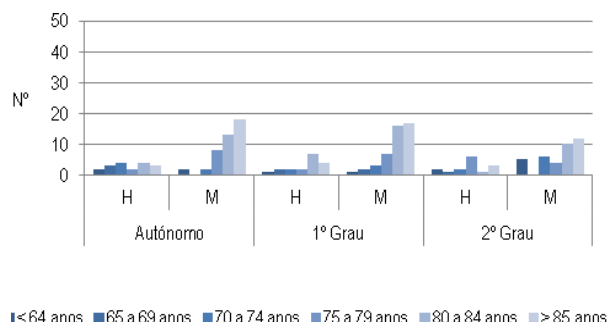


Figura 77 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos.

Quadro 104 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Lar de Idosos.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	28
Falta de disponibilidade da família	100
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	16
Falta de condições habitacionais	5
Fase terminal/extrema dependência	17
Idade avançada do(s) cuidador(es)	1
Doença crónica	1
Doença degenerativa/terminal	3
Outros motivos	6
Total	177

Na análise das freguesias de residência da população utente da valência Lar de Idosos constata-se que existe uma certa correspondência entre esta e a localização das valências (Quadro 105 e Figura 78).

Assim, as Freguesias de Ereira, Pereira, Seixo de Gatões e Vila Nova da Barca, são as únicas que, não possuindo este tipo de valência, usufruem das valências de freguesias vizinhas. Por outro lado, as Freguesias de Abrunheira e Liceia não apresentam utentes neste tipo de valência, sendo que esta situação poderá ser justificada pela existência de outras valências que ajudam a colmatar estas lacunas.

Nas restantes freguesias, o apoio familiar que ainda é prestado aos idosos em meios mais rurais, aliado aos reduzidos quantitativos populacionais, podem contribuir para o reduzido número de utentes que integra esta resposta social.

De referir, ainda, que é possível observar a frequência de utentes provenientes de Municípios vizinhos, bem com de outros um pouco mais distantes (Lisboa, Porto, Viseu, entre outros) nas valências disponibilizadas pelo Município de Montemor-o-Velho.

Quadro 105 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Lar de Idosos.

Freguesias	Número de Utentes		Total
	Rede Privada sem Fins Lucrativos	Rede Privada com Fins Lucrativos	
Abrunheira	0	0	0
Arazede	30	0	30
Carapinheira	8	3	11
Ereira	5	0	5
Gatões	1	0	1
Liceia	0	0	0
Meãs do Campo	11	0	11
Montemor-o-Velho	27	0	27
Pereira	4	0	4
Santo Varão	1	0	1
Seixo de Gatões	13	1	14
Tentúgal	17	0	17
Verride	14	0	14
Vila Nova da Barca	4	0	4
Outros Municípios	28	10	38
Total do Município	135	4	139
Total	163	14	177

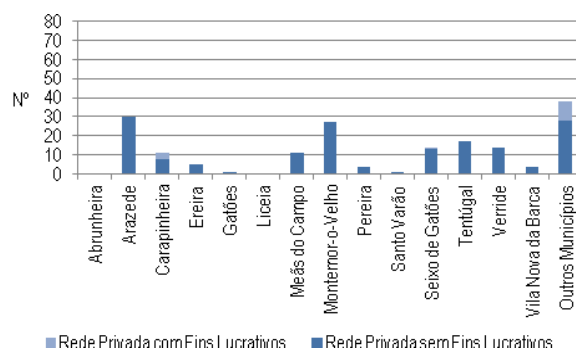


Figura 78 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Lar de Idosos.

1.2.2.1.5.3. Caracterização da população em lista de espera

A população que se encontra em lista de espera para a valência Lar de Idosos insere-se, principalmente, no 1º grau de dependência (260 idosos), apresenta uma idade superior a 75 anos e é, predominantemente, do sexo feminino (Figura 79).

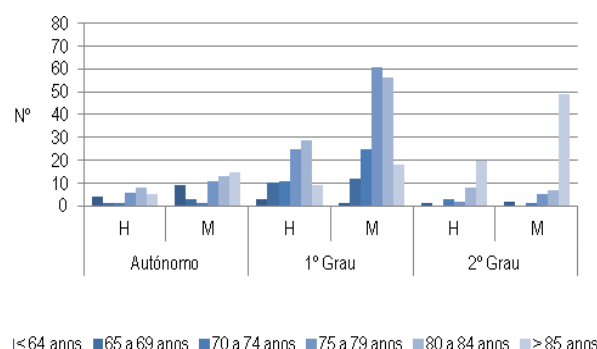


Figura 79 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos.

Os principais motivos de inscrição na valência em análise por parte da população em lista de espera são o isolamento, com 230, e a falta de disponibilidade da família, com 129 (Quadro 106).

A doença crónica, a fase terminal/extrema dependência e a doença degenerativa são também motivos com alguma relevância para ingressar neste tipo de resposta social.²⁵

Quadro 106 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o motivo de inscrição, na resposta social Lar de Idosos.

Motivo	Número de Utentes
Isolamento	230
Falta de disponibilidade da família	129
Insuficiência para gerir as próprias necessidades	1
Falta de condições habitacionais	6
Fase terminal/extrema dependência	11
Idade avançada do(s) cuidador(es)	5
Doença crónica	20
Doença degenerativa/terminal	10
Outros motivos	1
Total	413

1.2.2.1.5.4. Caracterização dos recursos humanos

Os recursos humanos são constituídos por 103 profissionais, destacando-se, os empregados de serviços gerais (18) e auxiliares de limpeza (15), bem como outros profissionais não especificados (44). Nas restantes categorias profissionais é possível observar uma distribuição equitativa, embora com valores mais reduzidos (Quadro 107).

1.2.2.1.5.5. Fontes de financiamento

Todas as valências de Lar de Idosos da rede solidária têm como fontes de financiamento os acordos de cooperação típicos, com uma lotação para 160 utentes (Quadro 108). As receitas próprias, eventualmente as mensalidades pagas pelos utentes, constituem outro tipo de financiamento para quatro valências, enquanto que três valências apresentam, ainda, outras fontes de financiamento.

Quadro 107 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Lar de Idosos.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Director Técnico	3
Professor de Educação Física	1
Professor de Educação Musical	1
Assistente Social	2
Animador Sócio-Cultural	2
Médico	2
Enfermeiro	2
Terapeuta Ocupacional	1
Empregado de Serviços Gerais	18
Cozinheiro	5
Ajudante de Refeição	1
Auxiliar de Cozinha	3
Auxiliar de Limpeza	15
Auxiliar de Lavandaria	1
Barbeiro/Cabeleireiro	1
Ajudante Familiar	1
Outros	44
Total	103

Quadro 108 - Fontes de financiamento da resposta social Lar de Idosos.

Fontes de Financiamento	Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	
Receitas Próprias	4
Acordos de Cooperação	6
Outras Fontes	3
	6
Acordos de Cooperação	
Tipo de Acordo de Cooperação	Típico
	Atípico
	Gestão
Lotação do Acordo	160

1.2.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

De acordo com o artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

As políticas relativas à deficiência têm evoluído progressivamente, tendo sido reconhecido que a mera prestação de cuidados elementares em meio institucional era insuficiente, o que motivou o aparecimento de novas políticas educativas e de medidas de reabilitação. A integração dos cidadãos portadores de deficiência não é da competência exclusiva do Estado, mas igualmente da sociedade e de todos os seus membros, representantes e instituições, sendo a partir desta multi-corresponsabilização que surgem as mais diversas respostas.

As valências direccionadas para o grupo-alvo Pessoas Adultas com Deficiência são o Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência, o Serviço de Apoio Domiciliário, o Centro de Actividades Ocupacionais, o Acolhimento Familiar de Pessoas Adultas com Deficiência, o Lar Residencial, o Transporte de Pessoas com Deficiência e o Centro de Férias e Lazer. Conforme referido anteriormente, para as Pessoas Adultas com Deficiência existem duas valências no Município de Montemor-o-Velho, uma de Serviço de Apoio Domiciliário e outra de Centro de Actividades Ocupacionais.

1.2.2.2.1. Centro de Actividades Ocupacionais

A valência de Centro de Actividades Ocupacionais corresponde a uma *resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.*

1.2.2.2.1.1. Caracterização geral

A única valência de Centro de Actividades Ocupacionais localiza-se na freguesia sede de Município, apresentando uma taxa de utilização de 100% (

Quadro 109 e Figura 80). De referir, ainda, que todos os utentes que frequentam esta resposta social possuem acordo, não existindo registo de utentes em lista de espera.

Quadro 109 - Caracterização geral da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

Freguesias	Número de Respostas Sociais	Capacidade	Rede Privada sem Fins Lucrativos			Taxa de Utilização (%)	Lista de Espera
			Número de Utentes				
			Frequência	Com Acordo	Sem Acordo		
Abrunheira							
Arazede							
Carapinheira							
Ereira							
Gatões							
Liceia							
Meás do Campo							
Montemor-o-Velho	1	30	30	30	0	100	0
Pereira							
Santo Varão							
Seixo de Gatões							
Tentúgal							
Verride							
Vila Nova da Barca	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	30	30	30	0	100	0

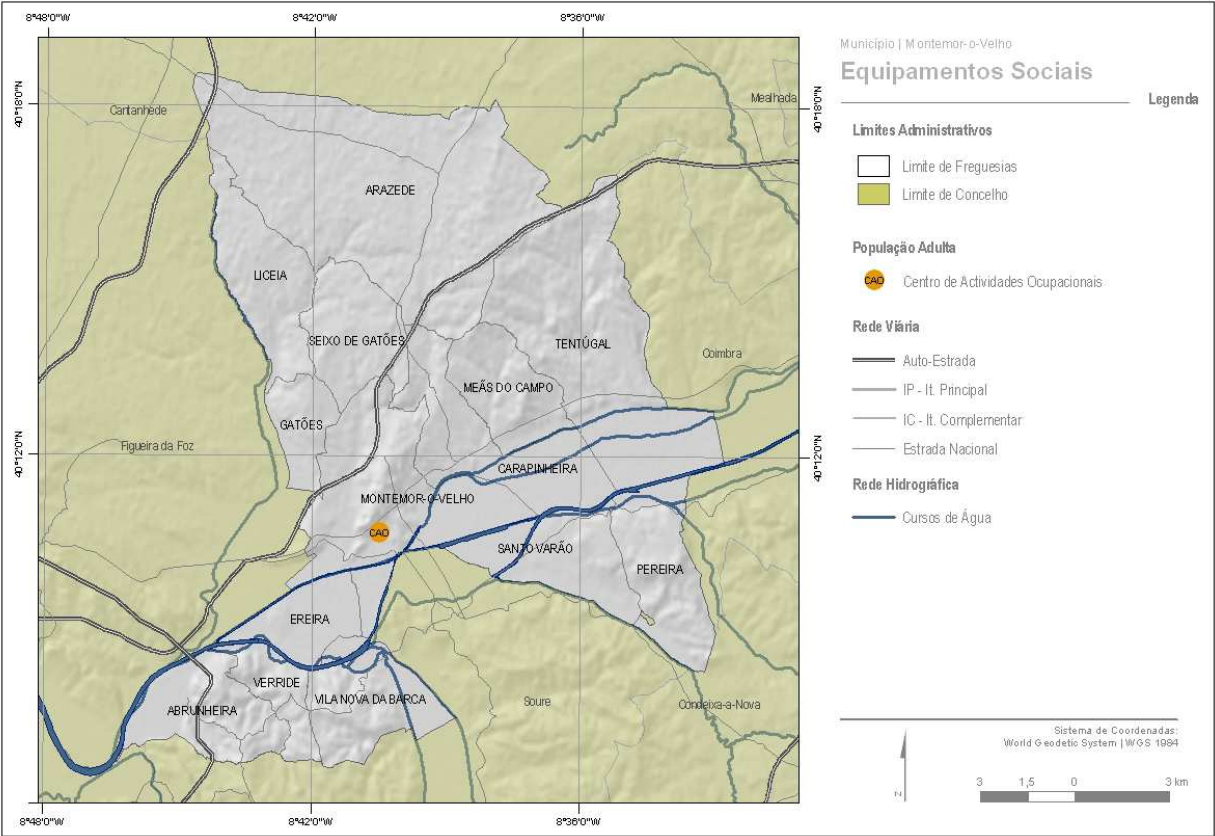


Figura 80 - Distribuição da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais, por freguesia.

1.2.2.2.1.2. Caracterização da população utente

A maioria dos utentes da valência Centro de Actividades Ocupacionais apresenta deficiência mental, existindo apenas um utente portador de multideficiência (Figura 81). A maioria apresenta idades compreendidas entre 16 e 45 anos, sendo de destacar a faixa etária dos 26 a 35 anos, com predomínio do sexo masculino.

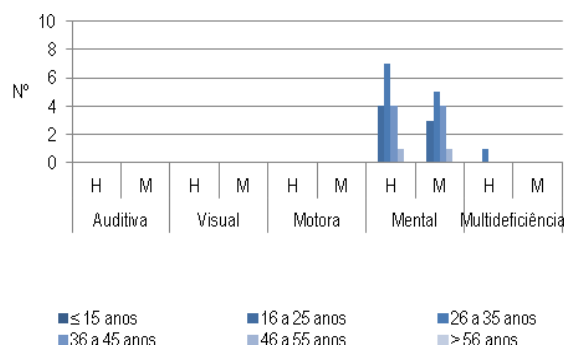


Figura 81 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e tipo de deficiência, da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

O principal motivo de ingresso na valência em análise é o reforço nas funções de apoio/educação, sendo também de referir a falta de estruturas educativas especializadas no final da escolaridade obrigatória (Quadro 110).

Quadro 110 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

Motivo	Número de Utentes
Falta de estruturas educativas especializadas no final da escolaridade obrigatória	5
Reforço nas funções de apoio/educação	25
Total	30

Os utentes da valência de Centro de Actividades Ocupacionais são, essencialmente, oriundos do próprio Município (27), assumindo esta valência um carácter municipal, na medida em que apenas três utentes são provenientes de outros Municípios, designadamente Coimbra e Figueira da Foz (

Quadro 111 e Figura 82).

Das freguesias com maior número de utentes nesta valência destacam-se Arazede, Carapinheira, Liceia e Tentúgal, enquanto que as Freguesias de Abrunheira, Meãs do Campo, Pereira e Santo Varão não apresentam nenhum utente a frequentar esta valência.

Quadro 111 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

Freguesias	Rede Privada sem Fins Lucrativos Número de Utentes
Abrunheira	0
Arazede	4
Carapinheira	5
Ereira	1
Gatões	2
Liceia	4
Meãs do Campo	0
Montemor-o-Velho	2
Pereira	0
Santo Varão	0
Seixo de Gatões	2
Tentúgal	4
Verride	2
Vila Nova da Barca	1
Outros Municípios	3
Total do Município	27
Total	30

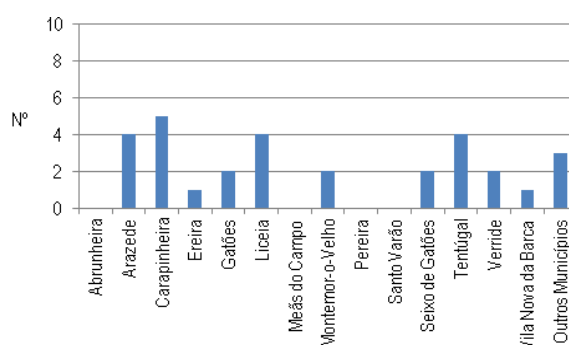


Figura 82 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

1.2.2.2.1.3. Caracterização dos recursos humanos

Os recursos humanos da valência Centro de Actividades Ocupacionais são constituídos por 12 profissionais, dos quais se destacam os auxiliares de acção educativa com seis técnicos (Quadro 112).

Quadro 112 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

Recursos Humanos	Número de Profissionais
Educador de Infância	1
Professor de Educação Física	2
Professor de Educação Musical	1
Motorista	1
Auxiliar de Acção Educativa	6
Outros	1
Total	12

1.2.2.2.1.4. Fontes de financiamento

Este tipo de valência apresenta várias fontes de financiamento, designadamente receitas próprias, acordos de cooperação atípicos, com uma lotação para 30 utentes, bem como outras fontes de financiamento (Quadro 113).

Quadro 113 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.

Fontes de Financiamento		Número de Respostas Sociais
Fontes de Financiamento	Receitas Próprias	1
	Acordos de Cooperação	1
	Outras Fontes	1
Acordos de Cooperação	Tipo de Acordo de Cooperação	1
	Típico	
	Atípico	
	Gestão	
	Lotação do Acordo	30

No Município de Montemor-o-Velho existe, ainda, outra valência para Pessoas Adultas com Deficiência, designadamente Serviço de Apoio Domiciliário, que funciona no mesmo equipamento social do Centro de Actividades Ocupacionais, sendo da responsabilidade da APPACDM. Esta é uma resposta a nível distrital com capacidade para dez utentes, todos com acordo, embora, à data do levantamento de campo, não se observasse qualquer procura.

2. PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS

As prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepionalidade, são um pagamento em dinheiro que integra o sistema de protecção da acção social, que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

2.1. Rendimento Social de Inserção

O RSI, criado pela Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, posteriormente alterada pela Lei n.º 45/2005 de 29 de Agosto, e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23 de Fevereiro, *consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a*

satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

A atribuição do direito ao rendimento social de inserção depende da verificação cumulativa dos requisitos e das condições seguintes:

- a) Possuir residência legal em Portugal;
- b) Não auferir rendimentos ou prestações sociais, próprios ou do conjunto dos membros que compõem o agregado familiar, superiores aos definidos na presente lei;
- c) Assumir o compromisso, formal e expresso, de subscrever e prosseguir o programa de inserção legalmente previsto, designadamente através da disponibilidade activa para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelarem adequadas;
- d) Fornecer todos os meios probatórios que sejam solicitados no âmbito da instrução do processo, nomeadamente ao nível da avaliação da situação patrimonial, financeira e económica do requerente e da dos membros do seu agregado familiar;
- e) Permitir à entidade distrital competente da segurança social o acesso a todas as informações relevantes para efectuar a avaliação referida na alínea anterior.

O montante da prestação a atribuir varia em função da composição do agregado familiar do titular do direito ao rendimento social de inserção e de acordo com as seguintes regras:

- a) Por cada indivíduo maior, até ao segundo, 100% do montante da pensão social;
- b) Por cada indivíduo maior, a partir do terceiro, 70% do montante da pensão social;
- c) Por cada indivíduo menor, 50% do montante da pensão social;
- d) Por cada indivíduo menor, 60% do montante da pensão social, a partir do terceiro filho.

A decisão sobre o requerimento para reconhecimento do direito ao rendimento social de inserção e de atribuição da prestação, bem como o respectivo pagamento, incumbe à entidade distrital da segurança social da área de residência do requerente.

A aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e ainda o acompanhamento e avaliação da respectiva execução competem aos núcleos locais de inserção.

2.1.1. Caracterização da população utente

No que se refere à evolução do número de beneficiários do RSI no Município de Montemor-o-Velho, entre Junho de 2005 e Setembro 2007 pode observar-se que este tem sofrido algumas oscilações, mantendo-se sempre em valores superiores a 500 beneficiários (Figura 83).

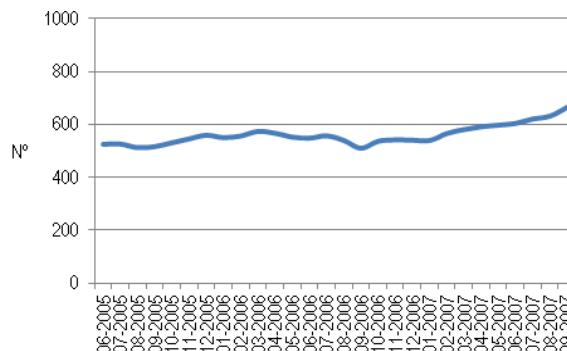


Figura 83 - Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mês e ano.

A tendência actual é de aumento deste valor, que em Junho de 2007 já tinha ultrapassado os 600 beneficiários. A evolução dos montantes processados no RSI, como seria de esperar, é paralela à evolução do número de beneficiários, verificando-se também uma tendência de incremento (Figura 84).

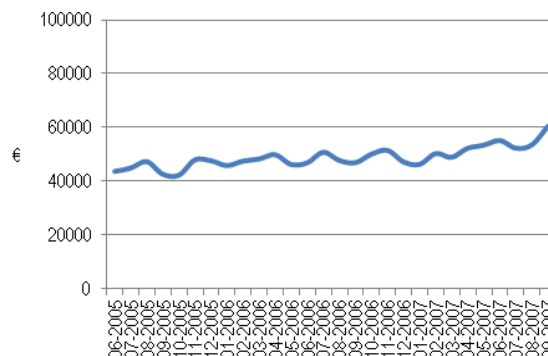


Figura 84 - Evolução dos montantes processados no Rendimento Social de Inserção por mês e ano.

A nível global, a maioria dos titulares do RSI do Município de Montemor-o-Velho é do sexo masculino e tem idade igual ou superior a 60 anos (Figura 85). Apenas nos grupos etários dos 30 a 39 anos e 50 a 59 anos se verifica que o número de mulheres é superior ao número de indivíduos do sexo masculino.

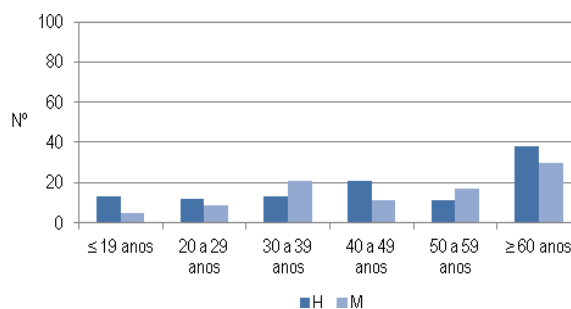


Figura 85 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Rendimento Social de Inserção.

Relativamente às freguesias de residência dos titulares do RSI, constata-se que a maioria reside em Arazede, Carapinheira, Liceia, Seixo de Gatões, Montemor-o-Velho e Tentúgal (Figura 86).

Contudo, pela análise da figura que relaciona o número de titulares por freguesia com a população residente da mesma, constata-se que as Freguesias de Liceia e Seixo de Gatões são as mais problemáticas em termos de carências sócio-económicas que justificam a atribuição do RSI (Figura 87).

É ainda de referir que 11 dos titulares beneficiários do RSI iniciaram uma actividade profissional durante o período da concessão do RSI e, por outro lado, oito requerimentos do RSI foram cessados por alteração de rendimentos (quatro), por alteração da composição do agregado familiar (três) e por incumprimento do programa de inserção após admoestação (um).

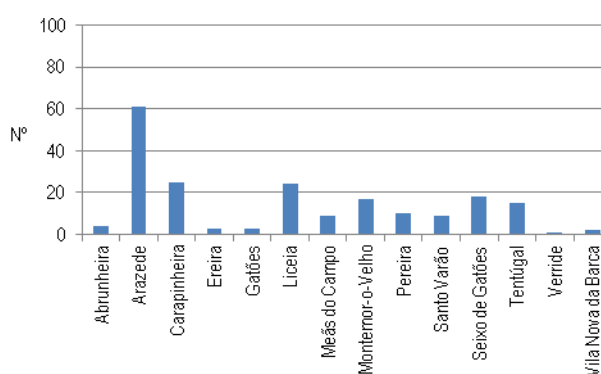


Figura 86 - Freguesias de residência dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

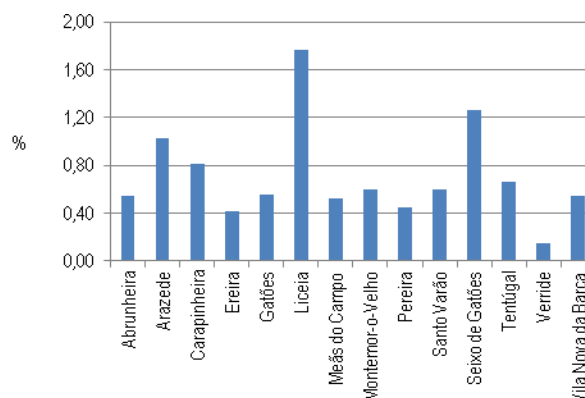


Figura 87 - Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente por freguesia.

2.1.2. Caracterização dos agregados familiares

Quanto ao número de elementos dos agregados familiares dos titulares beneficiários do RSI, verifica-se que, globalmente, estão em maior número os elementos que vivem em agregados com uma ou duas pessoas (Figura 88). Esta tendência confirma-se na maioria das freguesias do Município de Montemor-o-Velho, embora não seja de descurar a importância dos elementos a residir em agregados familiares de três pessoas nas Freguesias de Carapinheira, Liceia e Seixo de Gatões, e de quatro pessoas, nesta última e em Tentúgal.

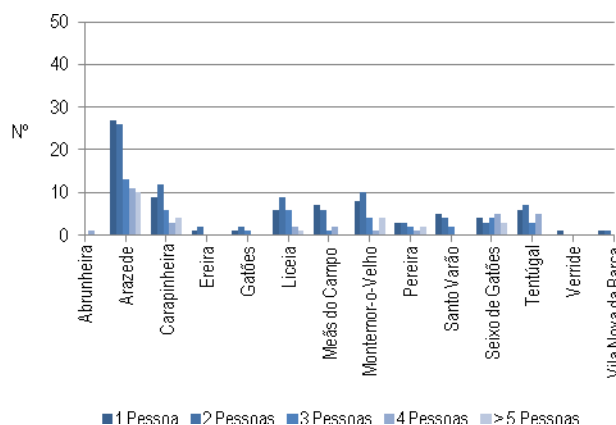


Figura 88 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos e freguesia de residência, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

A nível municipal (Figura 89), os agregados familiares dos titulares beneficiários do RSI correspondem, maioritariamente, a agregados compostos (125). Os agregados com elementos isolados (49), nucleares sem filhos (37), monoparentais (26) e nucleares com filhos (23), embora em menor número, são também de considerar.

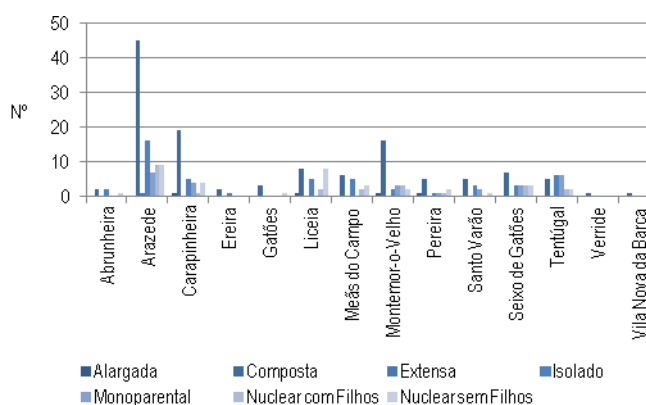


Figura 89 - Caracterização dos agregados familiares, segundo a tipologia e freguesia de residência, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Dos 265 agregados familiares dos titulares beneficiários do RSI, 182 possuem rendimentos, enquanto que os restantes 83 não auferem qualquer rendimento.

Assim, e naqueles que possuem rendimentos observa-se que, embora também dominem os agregados compostos, os nucleares sem filho, os monoparentais predominam em relação aos isolados.

Paralelamente, e tendo em consideração o agregado familiar dos titulares beneficiários do RSI sem rendimentos (83), dominam os agregados compostos e também os isolados, sendo que no primeiro caso serão essencialmente crianças e jovens, enquanto que no segundo caso predominam idosos ou jovens adultos.

No que se refere aos elementos do agregado dos titulares beneficiários do RSI segundo estado civil, conclui-se que a maioria são solteiros (269) ou casados (212), enquanto que os separados judicialmente ou viúvos apresentam os valores mais reduzidos (Figura 90).

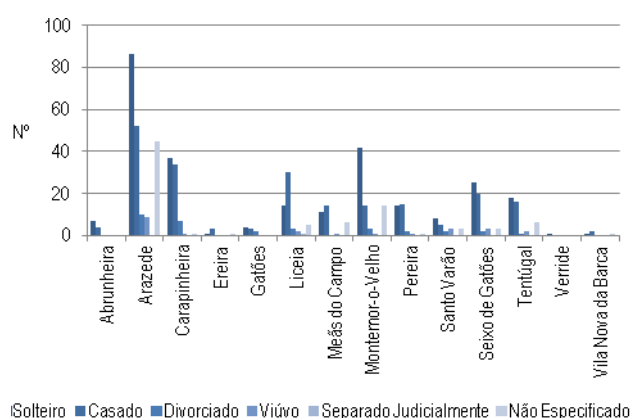


Figura 90 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o estado civil e freguesia de residência, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Esta mesma situação verifica-se na maioria das freguesias, mas existem algumas exceções, designadamente na Freguesia de Ligeia, na qual o número de casados é bastante superior ao de solteiros.

2.2. Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação monetária de pagamento mensal para pessoas com baixos recursos e funciona como uma prestação complementar à pensão que o idoso já recebe.

Podem candidatar-se ao CSI pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e que apresentem as condições necessárias para ter acesso:

- Recursos inferiores ao valor limite do CSI;
- Residir em Portugal há pelo menos 6 anos seguidos na data em que faz o pedido;
- Ser beneficiário de pensão de velhice, de sobrevivência ou equiparada, do subsídio mensal vitalício ou ser cidadão português e não ter tido acesso à pensão social por ter rendimentos acima do valor limite;
- Autorizar a Segurança Social a aceder à sua informação fiscal e bancária;
- Estar disponível para pedir outros apoios de segurança social a que tenha direito e pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas.

Para a avaliação dos recursos do idoso são considerados:

- Os rendimentos do próprio idoso;
- Os rendimentos da pessoa com quem está casado ou vive em união de facto há mais de 2 anos;
- Os rendimentos dos filhos do idoso, mesmo que não vivam com ele.

No Município de Montemor-o-Velho é possível observar que 757 idosos beneficiam do CSI, sendo que deste total 519 são do sexo feminino (Figura 91).

Ao nível da distribuição por faixa etária verifica-se que o maior número de beneficiários apresenta idades compreendidas entre os 70 e os 74 anos (200), imediatamente seguidas pelas faixas etárias dos 75 aos 79 anos (185), dos 65 aos 69 anos (177) e dos 80 aos 84 anos (139). Na faixa etária dos 85 aos 89 anos apenas 42 idosos beneficiam de CSI, enquanto que nas restantes apenas 14 beneficiários acederam ao CSI.

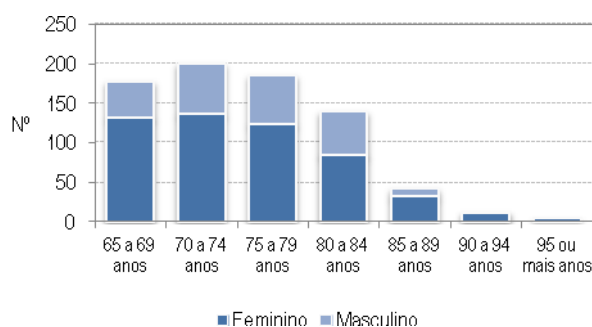


Figura 91 - Caracterização dos beneficiários do CSI por sexo e idade.

3. PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE

As prestações em espécie são um pagamento em bens ou serviços que integra o sistema de protecção da acção social, que tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

3.1. Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma acção anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.

A origem desta acção encontra-se nas medidas tomadas pela Comunidade Europeia, durante o Inverno excepcionalmente frio de 1986/87, que permitiram a distribuição de vários géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas na Comunidade.

Sendo a Comunidade detentora, através das existências de intervenção de vários produtos agrícolas, dos meios para contribuir para o bem-estar das pessoas mais necessitadas e sendo conforme aos objectivos da Política Agrícola Comum, a redução das existências a um nível normal, o Conselho adoptou o Regulamento (CEE) n.º 3730/87, de 10 de Dezembro, que “estabelece as regras gerais para o fornecimento a determinadas organizações de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção para distribuição às pessoas mais necessitadas na Comunidade”.

A Comissão, através do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, de 29 de Outubro, estabeleceu as normas de execução para o fornecimento de

géneros alimentícios proveniente das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da Comunidade.

Portugal, enquanto Estado-membro da Comunidade, de acordo com este Regulamento, informa anualmente a Comissão, até 15 de Fevereiro do ano que precede o período de execução do plano anual de distribuição, do seu desejo de realizar o PCAAC.

Cabe à Comissão adoptar o plano anual de distribuição, discriminado por Estado-membro, de produtos provenientes das existências de intervenção.

Para a repartição dos recursos existentes, entre os Estados-membros que manifestaram o desejo de executar a acção, a Comissão toma em consideração o número de pessoas mais necessitadas nos Estados-membros em causa, bem como a experiência e as utilizações registadas nos exercícios anteriores.

O tipo de produtos alimentares a distribuir depende dos produtos agrícolas provenientes das existências de intervenção.

Podem ser beneficiários do PCAAC, desde que em território nacional, todas as famílias/pessoas e instituições/utentes, cuja situação de dependência social e financeira for constatada e reconhecida.

3.1.1. Caracterização da população utente

Os beneficiários do PCAAC são, maioritariamente, pessoas com idade igual ou superior a 56 anos e sobretudo mulheres, sendo que o grupo etário dos 36 a 45 anos também apresenta alguma expressividade neste contexto (Figura 92). Em termos de estado civil, os beneficiários do PCAAC são, maioritariamente, casados, embora os solteiros, viúvos e divorciados também apresentem alguma expressividade (Figura 93).

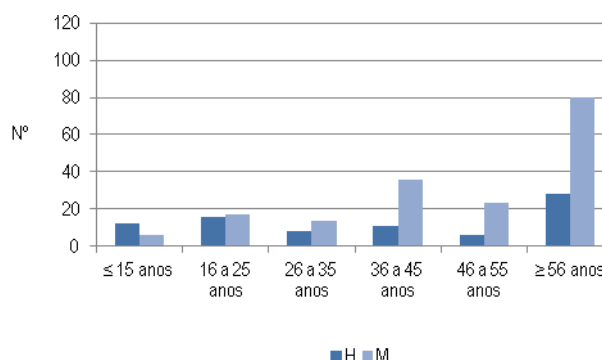


Figura 92 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

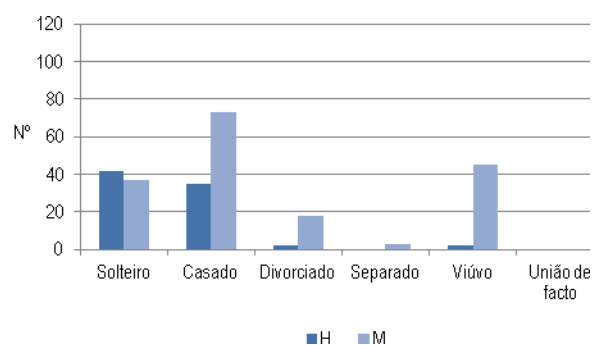


Figura 93 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

Apesar das limitações impostas à análise pela falta de coerência dos dados fornecidos, a nível profissional (Figura 94), os beneficiários do PCAAC correspondem, essencialmente, a desempregados (58), domésticas (57) e reformados (50).

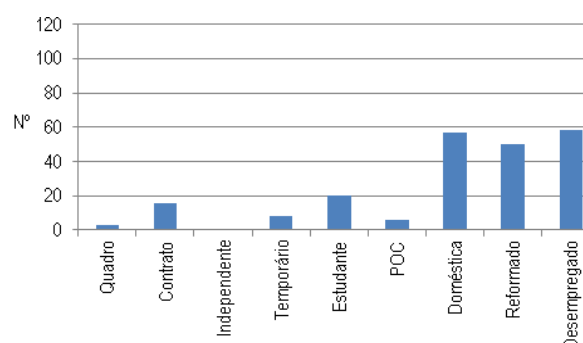


Figura 94 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

3.1.2. Caracterização dos agregados familiares

Os agregados familiares beneficiários de PCAAC são constituídos, maioritariamente, por dois elementos, sendo os agregados constituídos por seis, sete ou oito e mais elementos aqueles que se apresentam em menor número (Figura 95).

No que respeita à composição etária dos elementos que compõem os agregados familiares observa-se um valor mais elevado de indivíduos com menos de 18 anos nos agregados com dois elementos, enquanto o número de idosos é mais significativo nos agregados compostos por dois ou por apenas um elemento (Figura 96).

Atendendo às problemáticas dos agregados familiares (Figura 97), verifica-se a existência de um elevado número de pessoas com invalidez (33). Seguem-se, embora com valores mais reduzidos, o alcoolismo (oito), os menores com carências de cuidados básicos caracterizam (sete) e o transtorno psiquiátrico (quatro), enquanto que as restantes problemáticas apresentam apenas um caso.

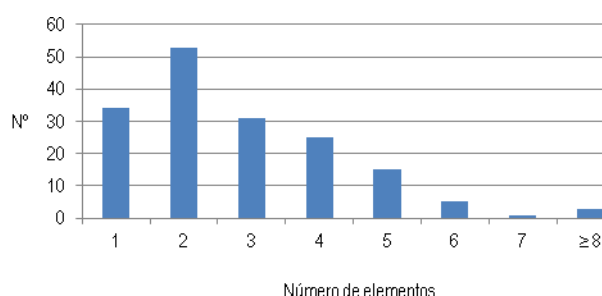


Figura 95 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

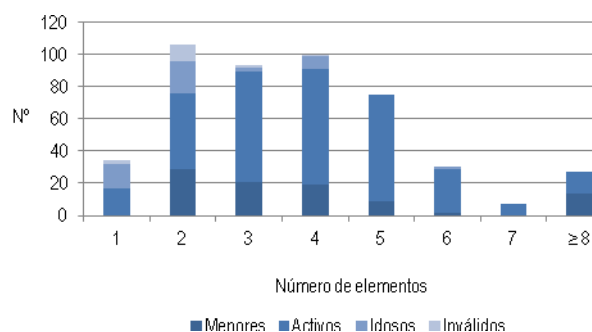


Figura 96 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

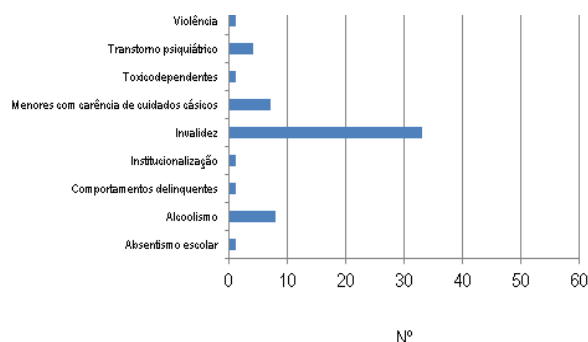


Figura 97 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.

4. OUTRAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E MEDIDAS

Perante as constantes mutações da sociedade portuguesa, é fundamental uma mudança de atitudes e a aquisição de novos saberes na área social, no sentido de satisfazer as crescentes necessidades da população. Assim, e caso as respostas típicas se revelem insuficientes, poderão ser implementadas outras políticas, programas e medidas capazes de responder às carências e problemáticas sociais evidenciadas pela população.

No Município de Montemor-o-Velho é possível observar a existência de outras políticas, programas e medidas, sendo de referir o Programa Escolhas, o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), o Projecto Integrado de Intervenção Precoce (PIIP), o Programa “Dar Mais Vida aos Anos”, a Formação Profissional, o Programa “Manutenção e Limpeza das Zonas Históricas do Concelho”, o Projecto Gerações, o Projecto Participa, o Programa “Clique Solidário”, o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) e a Empresa de Inserção (

Quadro 114). Para além destas existe ainda a funcionar no território municipal uma resposta social de carácter mais informal, as Comissões Fabriqueiras.

Quadro 114 - Rede de outras políticas, programas e medidas.

Freguesias	Entidade Promotora	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo
Abrunheira	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Casa do Povo da Abrunheira	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Casa do Povo da Abrunheira		Projecto Gerações	Família e Comunidade em Geral
Arazede	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Associação Fernão Mendes Pinto	EB2,3 Arazede	Programa Escolhas	Crianças e Jovens
Carapinheira	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Centro Social e Paroquial da Carapinheira	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Centro Social e Paroquial da Carapinheira		Projecto Participa	População desfavorecida ou em situação de exclusão social
			Programa "Clique Solidário"	Família e Comunidade em Geral
Ereira	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Centro Social Polivalente Poeta Afonso Duarte	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
Meãs do Campo	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Centro Social e Paroquial de Meãs	Centro Social e Paroquial de Meãs	Banco Alimentar Contra a Fome	Família e Comunidade em Geral
Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra	Associação Fernão Mendes Pinto	Projecto Integrado de Intervenção Precoce	Crianças e Jovens com Deficiência
	APPACDM/Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	APPACDM	Programa "Manutenção e Limpeza das Zonas Históricas do Concelho"	Pessoas Adultas com Deficiência
	APPACDM		Centro de Recursos para a Inclusão	Crianças e Jovens com Deficiência
	Formação Profissional		Pessoas Adultas com Deficiência	
	Associação Fernão Mendes Pinto	Associação Fernão Mendes Pinto	Empresa de Inserção	Beneficiários de RSI, DLD e ex-Toxicodependentes
	Programa "Clique Solidário"		Família e Comunidade em Geral	
	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Empresa de Inserção	Beneficiários de RSI e DLD
Pereira	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia de Pereira	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Santa Casa de Misericórdia de Pereira	Santa Casa de Misericórdia de Pereira	Banco Alimentar Contra a Fome	Família e Comunidade em Geral
Santo Varão	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Centro Social Paroquial de Santo Varão	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
Tentúgal	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas
	Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Banco Alimentar Contra a Fome	Família e Comunidade em Geral
Verride	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride	Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	Pessoas Idosas

4.1. Infância e Juventude

4.1.1. Crianças e Jovens

4.1.1.1. Programa Escolhas

No Município de Montemor-o-Velho o Programa Escolhas é desenvolvido pela Associação Fernão Mendes Pinto, através do Projecto Escolhas Múltiplas, cujo público-alvo são Crianças, Jovens e respectivas famílias. Este projecto é desenvolvido na EB2,3 Arazede, tendo como parceiros, além da Associação Fernão Mendes Pinto, a Cooperativa

Teatro dos Castelos, a Associação Filarmónica 25 de Setembro e a CPCJ. O projecto teve início em 2 de Fevereiro de 2007 e terminará em 31 de Outubro de 2009.

As necessidades sentidas no Município que conduziram à elaboração do projecto em análise foram:

- . O abandono e o insucesso escolar;
- . Os comportamentos agressivos, disfuncionais e desadaptativos;
- . O défice de competências pessoais e sociais;
- . O défice de competências parentais;

- O défice de competências em tecnologias de informação e da comunicação.

No Município de Montemor-o-Velho, o Programa Escolhas tem como objectivos gerais:

- Promover uma acção integrada dirigida a crianças, jovens e famílias, de modo a diminuir o insucesso escolar e a prevenir o abandono escolar;
- Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens dos seis aos 18 anos;
- Apoiar a inclusão digital de crianças e jovens provenientes de contextos desfavorecidos;
- Disponibilizar, ao longo de 34 meses, um gabinete de apoio psicopedagógico para 60 crianças e jovens, entre os seis e os 18 anos, no Agrupamento de Escolas de Arazede;
- Realizar, durante 34 meses, 30 Planos de Acompanhamento Individual facilitadores do percurso escolar e profissional das crianças e jovens entre os 11 e os 18 anos na EB2,3 de Arazede;
- Dinamizar, durante 34 meses, um plano de actividades de promoção de competências parentais com 30 famílias na EB2,3 de Arazede;
- Proporcionar a 100 crianças e jovens do Agrupamento de Escolas de Arazede um conjunto de actividades lúdico-pedagógicas inovadoras que promovam a sua inclusão no espaço escola;
- Promover, ao longo de 18 meses, acções de formação em Tecnologias da Informação e Comunicação.

4.1.1.1.1. Caracterização da população utente

O Projecto Escolhas Múltiplas é frequentado, na globalidade, por 287 utentes, sendo que 11 apresentam necessidades educativas especiais e integram a faixa etária dos 11 aos 15 anos (Figura 98). Será, ainda, de referir que é a faixa etária dos maiores de 16 anos que apresenta o valor mais significativo, com 167 utentes.

Relativamente aos motivos de ingresso neste programa verifica-se que existe um que predomina em relação aos restantes, nomeadamente o desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Quadro 115). Segue-se o desenvolvimento de competências parentais e, com menor representatividade, os problemas emocionais, a orientação escolar e profissional, os problemas de comportamento e os problemas cognitivos.

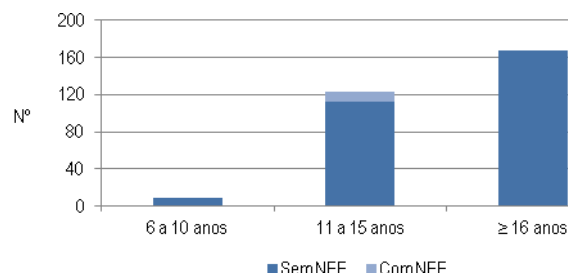


Figura 98 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, do Programa Escolhas.

Quadro 115 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, do Programa Escolhas.

Motivo	Número de Utentes
Desenvolvimento de competências parentais	93
Desenvolvimento de competências pessoais e sociais	287
Orientação escolar e profissional	10
Problemas cognitivos	7
Problemas de comportamento	8
Problemas emocionais	11
Total	416

4.1.2. Crianças e Jovens com Deficiência

4.1.2.1. Centro de Recursos para a Inclusão

Considerando o regime jurídico da educação especial, definido pelo Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, torna-se fundamental definir os apoios especializados a prestar na Educação Pré-escolar e nos Ensinos Básico e Secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação nos vários domínios da vida.

Foi neste contexto que foram criados os CRI's, cujo objectivo geral é apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiência e incapacidade, em parceria com as estruturas da comunidade, no que se prende com o acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo.

Decorrente deste objectivo geral, constituem objectivos específicos dos CRI:

- Apoiar a elaboração, a implementação e a monitorização de programas educativos individuais;*
- Criar e disseminar materiais de trabalho de apoio às práticas docentes, nos domínios da avaliação e da intervenção;*

c) *Consciencializar a comunidade educativa para a inclusão de pessoas com deficiências e incapacidade;*

d) *Promover e monitorizar processos de transição da escola para a vida pós-escolar de jovens com deficiências e incapacidade;*

e) *Mobilizar as entidades empregadoras e apoiar a integração profissional;*

f) *Promover os níveis de qualificação escolar e profissional, apoiando as escolas e os alunos;*

g) *Promover a formação contínua dos docentes;*

h) *Promover a participação social e a vida autónoma;*

i) *Conceber e implementar actividades de formação ao longo da vida para jovens com deficiências e incapacidade;*

j) *Apoiar o processo de avaliação das situações de capacidade por referência à CIF;*

l) *Promover acessibilidades.*

Os objectivos específicos acima descritos são operacionalizados no âmbito das áreas-chave de actividade do CRI, designadamente:

a) *Referenciação e avaliação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente;*

b) *Execução de actividades de enriquecimento curricular designadamente, a realização de programas específicos de actividades físicas e a prática de desporto adaptado;*

c) *Execução de respostas educativas de educação especial, entre outras, ensino do Braille, do treino visual, da orientação e mobilidade e terapias;*

d) *Desenvolvimento de estratégias de educação que se considerem adequadas para satisfazer necessidades educativas dos alunos;*

e) *Desenvolvimento de acções de apoio à família;*

f) *Transição para a vida pós-escolar, nomeadamente, o apoio à transição da escola para o emprego;*

g) *A integração em programas de formação profissional;*

h) *Preparação dos jovens para integração em centros de emprego apoiado;*

i) *Preparação dos jovens para a integração em centros de actividades ocupacionais;*

Quadro 116). O Ministério da Educação desempenha o papel de entidade financiadora e fiscalizadora do CRI, sendo que este se desenvolve ao abrigo do Programa Operacional de Potencial Humano (POPH).

j) *Produção de materiais de apoio ao currículo em formatos acessíveis;*

l) *Outras acções que se mostrem necessárias para o desenvolvimento da educação especial.*

O CRI divide a sua acção por diversos agrupamentos, sendo que as equipas técnicas se organizam mediante a proximidade geográfica dos agrupamentos parceiros, acabando por constituir pólos de funcionamento de base geográfica.

No Município de Montemor-o-Velho o CRI é promovido pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e destina-se ao público-alvo crianças e jovens com deficiência (

4.1.2.1.1. Caracterização das crianças e jovens

No Município de Montemor-o-Velho a população sinalizada pelo CRI é constituída por 61 alunos, inseridos, sobretudo, nas faixas etárias dos

seis aos nove anos e dos dez aos 12 anos (Figura 99). Uma análise mais pormenorizada revela que é no Agrupamento de Escolas de Arazede que se encontram o maior número de crianças e jovens beneficiárias do CRI, sobretudo na faixa etária dos dez aos 12 anos (11).

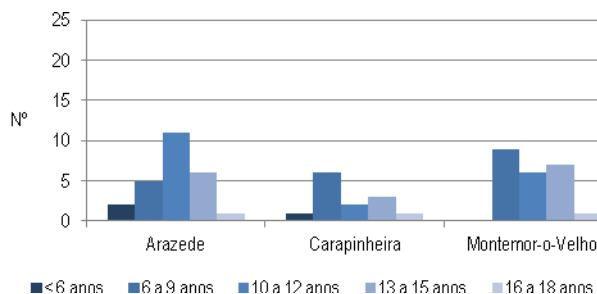


Figura 99 - Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, por agrupamento de escolas do Centro de Recursos para a Inclusão.

Já no Agrupamento de Escolas da Carapinheira o maior número de crianças e jovens que necessitam de apoio especializado no âmbito do CRI regista-se na faixa etária dos seis aos nove anos.

Por outro lado, é possível observar que no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho, a faixa etária com maior representatividade é a dos seis aos nove anos, imediatamente seguida pela dos 13 aos 15 anos.

Em relação às freguesias de residência é possível observar que o maior número de crianças sinalizadas reside na Freguesia de Arazede (19), imediatamente seguida pelas Freguesias de Seixo de Gatões (nove) e Linceia (oito), sendo que, com valores mais reduzidos, serão também de destacar as Freguesias de Verride e Ereira, com apenas uma criança cada (Figura 100).

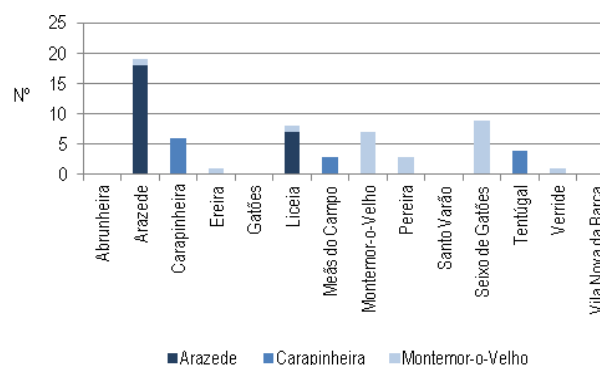


Figura 100 - Freguesias de residência das crianças e jovens por agrupamento de escolas do Centro de Recursos para a Inclusão.

Quadro 116 - Caracterização do Centro de Recursos para a Inclusão.

Resposta Social	Freguesias	Entidade Promotora	Equipament o Social	Programa que financia	Designação do Projecto	Público-Alvo
Centro de Recursos para a Inclusão	Santo António dos Olivais (Coimbra)	APPACDM	APPACDM	Ministério da Educação	POPH	Crianças e Jovens com Deficiência

Na globalidade do Município, e no que diz respeito aos apoios prestados destaca-se (Figura 101), claramente, o serviço de psicologia (33), enquanto que com valores inferiores, mas igualmente preocupantes, são de referir a terapia da fala (29) e o serviço social (25).

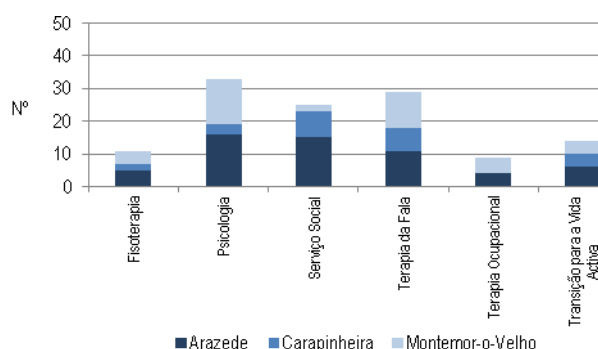


Figura 101 - Caracterização das crianças e jovens, segundo os apoios prestados, por agrupamento de escolas do Centro de Recursos para a Inclusão.

Já no que diz respeito aos Agrupamentos de Escolas destacam-se Arazede e Montemor-o-Velho, em que o apoio na área da Psicologia apresenta o maior número de beneficiários do CRI, enquanto que no Agrupamento de Escolas da Carapinheira os alunos sinalizados necessitam de um maior apoio na área do Serviço Social.

4.1.2.2. Projecto Integrado de Intervenção Precoce

De acordo com o Despacho Conjunto n.º 891/99, a intervenção precoce é uma medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento;
- Potenciar a melhoria das interações familiares;

c) *Reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.*

A intervenção precoce tem como destinatários crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, que apresentem deficiência ou risco de atraso grave do desenvolvimento.

Considera-se risco de atraso grave do desenvolvimento aquele que, por factores pré, peri ou pós-natal ou ainda por razões que limitem a capacidade de tirar partido de experiências importantes de aprendizagem, constitui probabilidade de que uma ou mais disfunções possam ocorrer.

A intervenção precoce tem os seguintes objectivos:

a) *Criar condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança, minimizando problemas das deficiências ou do risco de atraso do desenvolvimento e prevenindo eventuais sequelas;*

b) *Optimizar as condições da interacção criança/família, mediante a informação sobre a problemática em causa, o reforço das respectivas capacidades e competências, designadamente na identificação e utilização dos seus recursos e dos da comunidade, e ainda da capacidade de decidir e controlar a sua dinâmica familiar;*

c) *Envolver a comunidade no processo de intervenção, de forma contínua e articulada, optimizando os recursos existentes e as redes formais e informais de inter ajuda.*

No Município de Montemor-o-Velho o PIIP é desenvolvido pela Associação Fernão Mendes Pinto, em parceria com o CDSSC, encontrando-se sediado na Freguesia de Montemor-o-Velho.

4.2. População Adulta

4.2.1. Pessoas Idosas

4.2.1.1. Programa “Dar Mais Vida aos Anos”

O Programa “Dar Mais Vida aos Anos” é promovido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho nas Freguesias de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Tentúgal e Verride.

Este programa, que teve início no ano de 2002, destina-se aos idosos do Município, sendo seu objectivo geral sensibilizar os idosos para os benefícios obtidos através da prática regular da actividade física; iniciar os idosos na actividade física através de actividades adaptadas à sua idade e capacidade funcional; facilitar a atitude e/ou melhoria da autonomia funcional e social dos idosos; proporcionar e/ou facilitar o bem-estar físico e psíquico, contribuindo para a prevenção de doenças e diminuindo o isolamento dos idosos.

Como objectivos específicos, este programa visa a estimulação do potencial motor através de exercícios que promovam a coordenação, o equilíbrio, a velocidade, a reacção, a resistência aeróbica e a força muscular; a estimulação do potencial cognitivo, promovendo, assim, a atenção e selecção de estímulos, a organização espaço-temporal e a memorização; o relaxamento que integra a interiorização e exteriorização do movimento e a consciencialização corporal e, finalmente, a

estimulação de vivências sócio-afectivas através do relacionamento com outras pessoas.

Através do programa "Dar Mais Vida aos Anos", espera-se, a nível da prevenção primária, a melhoria da auto-estima e das condições de equilíbrio e marcha. Relativamente à prevenção secundária, pretende-se melhorar a qualidade de vida face aos handicaps das patologias prevalentes, através de exame médico (Protocolo com o Centro de Saúde de Montemor-o-Velho).

4.2.1.1.1. Caracterização da população utente

A população que beneficia deste programa, num total de 552 indivíduos, são maioritariamente mulheres com idade inferior a 74 anos e autónomas, tal como seria expectável atendendo ao tipo de actividades desenvolvidas (Figura 102). Contudo, existem ainda 23 pessoas inseridas no 1º grau de dependência, sendo que estas correspondem a pessoas mais velhas, com idade superior a 75 anos.

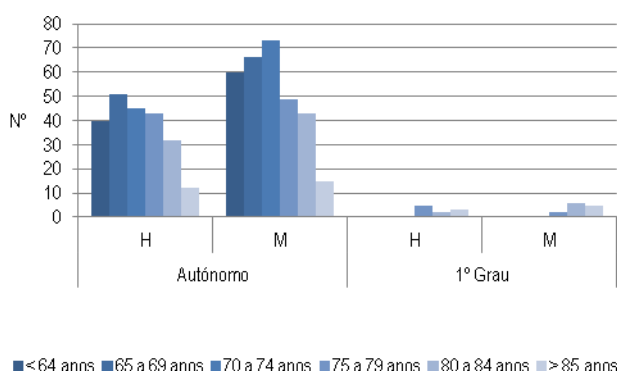


Figura 102 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, do programa "Dar Mais Vida aos Anos".

Relativamente aos motivos de ingresso (Quadro 117), na maioria dos casos tratou-se de iniciativa própria, em resultado da compreensão dos benefícios inerentes à participação neste programa (200 utentes), da necessidade de convívio (150 utentes) e do encaminhamento feito pelas diversas entidades da saúde, designadamente prescrição de exercício físico face a patologias prevalentes (123 utentes).

Quadro 117 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, do programa "Dar Mais Vida aos Anos".

Motivo	Número de Utentes
Convívio	150
Encaminhamento	123
Iniciativa própria	200
Outros	79
Total	552

4.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

4.2.2.1. Formação Profissional

De acordo com o Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto, a formação profissional para Pessoas Adultas com Deficiência visa *dotar as pessoas deficientes, de idade não inferior a 16 anos, dos conhecimentos e capacidades necessários à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permita alcançar e sustentar um emprego e progredir profissionalmente no mercado normal de trabalho.*

Tem como destinatários as pessoas com deficiência e incapacidades, com idade mínima legal para prestar trabalho, que pretendam ingressar no mercado de trabalho e que não possuam uma habilitação profissional compatível com o exercício de uma profissão ou ocupação de um posto de trabalho.

A formação profissional para Pessoas Adultas com Deficiência desenvolve-se nas seguintes fases:

- Recuperação e actualização de competências pessoais e sociais;
- Aquisição das competências necessárias a uma qualificação profissional ou à ocupação de um posto de trabalho;
- Formação em posto de trabalho.

No Município de Montemor-o-Velho a Formação Profissional encontra-se em funcionamento desde 1994, sendo uma resposta prestada pela APPACDM de Coimbra e financiada pelo IEFP. Esta modalidade apresenta uma capacidade máxima para 18 utentes, sendo frequentada por 15 utentes.

4.2.2.1.1. Caracterização da oferta formativa

Esta resposta é caracterizada pela oferta de dois cursos, designadamente Auxiliar de Cozinha, frequentado por sete utentes, e Auxiliar de Serviços Gerais, cuja frequência é de oito utentes (Quadro 118).

Quadro 118 - Caracterização da oferta formativa da Formação Profissional.

Cursos	Número de Utentes
Auxiliar de Cozinha	7
Auxiliar de Serviços Gerais	8
Total	15

4.2.2.1.2. Caracterização da população utente

Os 15 utentes, todos com deficiência mental, inserem-se, maioritariamente, na faixa etária dos 16 a 25 anos, com predominância para o sexo feminino, em especial no curso de Auxiliar de Cozinha (Figura 103).

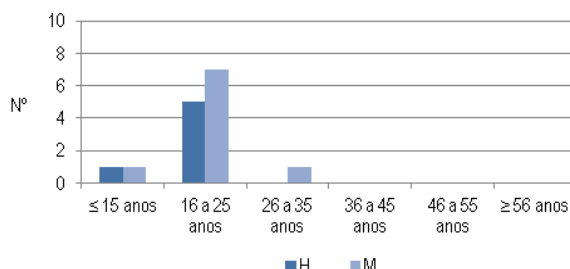


Figura 103 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da Formação Profissional.

Os motivos que levaram à frequência deste tipo de resposta por parte dos utentes foram o insucesso escolar ou a opção por uma formação profissionalizante (Quadro 119).

Quadro 119 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, da Formação Profissional.

Motivo	Número de Utentes
Formação profissionalizante	2
Insucesso escolar	13
Total	2

4.2.2.2. Programa “Manutenção e Limpeza das Zonas Históricas do Concelho”

O grupo que participa no Programa “Manutenção e Limpeza das Zonas Históricas do Concelho” é composto por dez utentes com deficiência mental moderada que, por diversas razões, não conseguiram ingressar no mercado de trabalho.

Assim, potenciando ao máximo as suas competências laborais, os alunos realizam actividades de prestação de serviços na área da limpeza e manutenção de espaços exteriores, pelas quais são remunerados. A sua integração social também é feita pelo trabalho, procurando ir de encontro às necessidades da população, sendo que estas actividades são realizadas no âmbito de um protocolo entre a APPACDM e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e incide, particularmente nas Freguesias de Montemor-o-Velho, Tentúgal, Pereira e Carapinheira.

4.3. Família e Comunidade

4.3.1. Família e Comunidade em Geral

4.3.1.1. Projecto Gerações

O Projecto Gerações foi desenvolvido pela Casa do Povo da Freguesia da Abrunheira, sendo seus principais objectivos:

- Promover a participação, animação e acção comunitária numa perspectiva de implicação, solidariedade, parceria e *empowerment* dos agentes sociais aí existentes;
- Promover a elevação da auto-estima do território e das suas gentes através da valorização dos seus recursos endógenos (humanos, patrimoniais, culturais) e da captação de novas solidariedades externas;
- Contribuir para um desenvolvimento social que implique as componentes individual, colectiva e ambiental do ser humano, visando, de forma articulada e complementar, o indivíduo, a comunidade e a natureza.

Quanto ao indivíduo, e atendendo aos baixos níveis de qualificação educacional e profissional e cívica dos públicos-alvo, a aposta reside:

- Na promoção da educação e qualificação formal e não formal;
- Na aprendizagem ao longo da vida;
- Na acreditação das competências adquiridas;
- Na aposta e generalização do uso das novas tecnologias da informação e comunicação;
- Na informação acerca de direitos e deveres (cidadania activa e participativa);
- E na consideração de três níveis de aprendizagem complementares – “saber-ser”, “saber-estar” e “saber-fazer” (aliar competências técnicas a competências pessoais e sociais).

Quanto à comunidade, a atenção direcciona-se para a importância do movimento associativista. A organização formal de pessoas, garante um maior poder de argumentação, reivindicação e legitimação de interesses. A aposta na revitalização e formação do tecido associativo são uma prioridade a concretizar.

Quanto ao ambiente, a tónica assenta na introdução ou reforço da educação ambiental e do aproveitamento e/ou preservação dos recursos

naturais, numa perspectiva de co-responsabilização da comunidade.

Assim, o programa visa:

- . Promover um desenvolvimento que contemple os diferentes momentos e ritmos biológicos e sociais dos indivíduos, valorizando não apenas o produzir, mas também o descansar, o criar, o festejar e o aprender;
- . Criar e dinamizar momentos de sociabilidade, de aprendizagem intergeracional e intercultural, de convívio, de animação desportiva e de lazer, enquanto direitos e garante da qualidade de vida das pessoas;
- . Possibilitar o diálogo e a troca de experiências entre as gerações;
- . Colmatar as necessidades de ocupação de tempos livres da população dependente (crianças, jovens e idosos) por forma a combater o isolamento social e favorecer a inserção profissional dos membros activos dos agregados familiares, em particular a população feminina;
- . Contribuir para a concretização do princípio da cidadania activa através da sensibilização e informação da comunidade (em particular os grupos de maior vulnerabilidade social) acerca de direitos e deveres do quotidiano;
- . Facilitar a inserção social e profissional de pessoas em situação de risco social através da criação e dinamização de um serviço de orientação pessoal vocacional;
- . Ensaiai formas de sustentabilidade das acções do projecto para além da sua temporalidade limitada.

Este projecto resulta de uma candidatura ao Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, estruturado de acordo com três tipos de acções.

A acção da Promoção da Participação e Acção Comunitária desenvolveu-se através de quatro tipos de acções que, na totalidade, abrangeram 2129 pessoas entre comunidade geral, crianças e idosos (Quadro 120). Outras das acções deste projecto foi a Melhoria das Competências Pessoais e Sociais, desenvolvida através de dois tipos de acções para 1019 pessoas. Finalmente, a Formação e Qualificação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário foi desenvolvida para 90 utentes.

Quadro 120 - Caracterização da população utente, segundo as acções frequentadas, do Projecto Gerações.

Acção	Tipo	Número de Utentes			Total
		Crianças	Idosos	Comunidade (Idade Activa)	
Promoção da Participação e da Acção Comunitária	A.1. "Criatividade contra a Exclusão" - Projecto de Investigação-Acção	21	70	10	101
	B.1. "FazFarra" - Projecto de Animação Itinerante	104	695	1229	2028
	C.1.Divulgação das acções do projecto	0	0	0	0
	D.1. "Pró-Animar" - Rede de Parceiros	0	0	0	0
Melhoria das Competências Pessoais e Sociais	E.1. Oficinas de Cidadania	139	424	366	929
	E.2. "Escolhas" - Unidade de Orientação Pessoal e Vocacional		90		90
Formação e Qualificação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário	F.1. "FazFarra" - Workshops de formação de voluntários para a animação itinerante	0	0	90	90

4.3.1.2. Projecto Participa

O Projecto Participa é desenvolvido pelo Centro Social e Paroquial da Freguesia da Carapinheira, tendo como grupo-alvo a população desfavorecida ou em situação de exclusão social.

Este projecto tem como objectivos gerais a promoção da participação e da acção comunitária da população e das instituições, bem como a promoção e melhoria das competências pessoais e sociais da população em situação de desfavorecimento ou exclusão social da Freguesia da Carapinheira.

Como objectivos específicos, este projecto pretende:

- . A realização de um Diagnóstico Social participativo;
- . A realização de um PDS da freguesia;
- . A realização de um estudo das necessidades das famílias com pessoas dependentes (idosos e crianças) no agregado familiar;
- . A implementação de um programa de animação sócio-cultural, dirigido a crianças e jovens;
- . A implementação de um serviço de apoio psico-social dirigido à comunidade;
- . A criação de condições que favoreçam a participação da população nas dinâmicas locais e no projecto;
- . A criação de um serviço de apoio social dirigido a pessoas que vivem em situação de isolamento e/ou exclusão social;
- . Fomentar a cooperação e dinamização de parcerias com as instituições locais;

- . A realização de acções de promoção da cidadania e do reforço de competências pessoais e sociais;
- . A realização de workshops temáticos para informação e qualificação dos profissionais e agentes locais em temáticas relacionadas com o desenvolvimento comunitário;
- . Fomentar a participação e o voluntariado da comunidade local.

4.3.1.3. Programa "Clique Solidário"

O desenvolvimento da sociedade de informação e o combate à info-exclusão constituem uma prioridade nacional na modernização de Portugal, para a qual se pretende contribuir fomentando a generalização do acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento e a massificação das novas tecnologias. Foi neste sentido que surgiu o programa "Clique Solidário", através do estabelecimento de um contrato programa do Instituto da Segurança Social com o Programa Operacional Sociedade da Informação, com o objectivo de criar espaços internet em instituições que actuam na área da solidariedade.

No Município de Montemor-o-Velho, este projecto é desenvolvido pelo Centro Social e Paroquial da Freguesia da Carapinheira, tendo como grupo-alvo a família e comunidade em geral. Este projecto está em funcionamento desde 14 de Junho de 2004 nas instalações do Centro Social e Paroquial de Carapinheira, mais especificamente no Espaço Internet. Este espaço, aberto a toda a comunidade, foi co-financiado pelos Fundos Estruturais da União Europeia e tem como objectivo facilitar o acesso às tecnologias de informação a toda a comunidade de forma gratuita. Está equipado com seis computadores ligados em rede e com livre acesso à Internet, uma impressora e um scanner.

O projecto tem ainda a vertente de formação, correspondendo a uma formação básica em Tecnologias da Informação, tratando-se de uma formação à medida de cada um e de acordo com a sua disponibilidade, com grande flexibilidade de horários. Qualquer pessoa com mais de seis anos se pode propor para a realização de provas para a obtenção do Diploma de Competências Básicas.

4.3.1.4. Banco Alimentar Contra a Fome

Os BACF's são instituições não governamentais, apolíticas e não confessionais que se comprometem a praticar uma gestão transparente obedecendo a regras estritas e idênticas para todos.

Têm como objectivo aproveitar onde sobra para distribuir onde falta, evitando o desperdício de alimentos e fazendo-os chegar às pessoas que têm fome.

Assumem-se, assim, como uma resposta necessária mas provisória, uma vez que, de acordo com o artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, *toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários.*

Para cumprirem o objectivo a que se propõem possuem uma organização logística profissional para a recolha, o encaminhamento, a triagem e a armazenagem de produtos alimentares, o controlo de qualidade e a rede de frio, correspondendo o seu equipamento, essencialmente, a um local de armazenagem dos produtos por grosso.

Os BACF recebem toda a qualidade de géneros alimentares, ofertas de empresas e particulares, em muitos casos excedentes da produção da indústria agroalimentar, da actividade agrícola e da grande distribuição, e produtos de intervenção da União Europeia, sendo recolhidos, localmente e a nível nacional, no estrito respeito pelas normas de higiene e de segurança alimentar. A estas dádvas acrescem os produtos oferecidos por particulares nas campanhas de recolha efectuadas nas superfícies comerciais.

Com os alimentos que recebem abastecem, ao longo de todo o ano, instituições caritativas e humanitárias, sendo que, para além da entrega gratuita de alimentos destinados às pessoas com carências alimentares, acompanham e partilham a acção das instituições no sentido de lutar contra a exclusão social.

Para o abastecimento celebram acordos com as instituições de solidariedade social locais tendo em conta as suas características de actuação, sendo a ajuda alimentar efectuada na forma que melhor se

adaptar às necessidades da população apoiada, através de cabazes de produtos alimentares entregues às famílias ou de refeições confeccionadas servidas nos centros de acolhimento, distribuídas na rua ou entregues ao domicílio.

4.3.1.4.1. Caracterização da população utente

Os beneficiários do BACF são, maioritariamente, indivíduos com idade igual ou superior a 56 anos e do sexo feminino (Figura 104). Também os grupos etários entre os 36 e os 55 anos recorrem, em grande número, a este tipo de ajuda. Nos grupos etários mais jovens, o número de pessoas que recorre ao BACF é muito inferior, embora em termos de género se verifique a situação inversa, ou seja, o número de homens é superior ao número de mulheres.

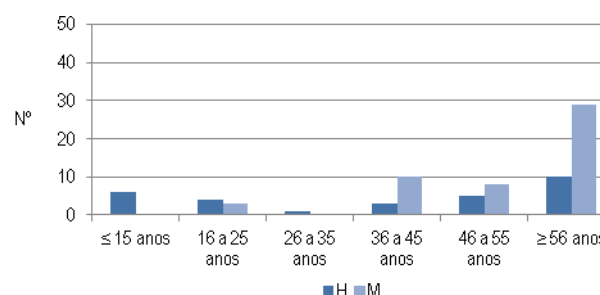


Figura 104 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Banco Alimentar Contra a Fome.

A nível do estado civil constata-se que os beneficiários do BACF casados são em maior número, evidenciando a preocupação, sobretudo feminina, em alimentar a respectiva família (Figura 105). Com um número um pouco mais reduzido seguem-se os beneficiários solteiros e viúvos.

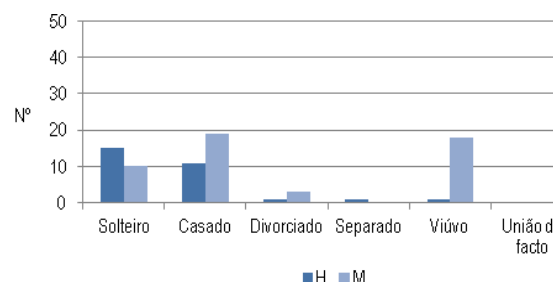


Figura 105 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Banco Alimentar Contra a Fome.

Relativamente à situação profissional dos beneficiários desta resposta, como seria de esperar pela análise da idade, a maioria são reformados (Figura 106). As domésticas e os desempregados são também outros dos grupos com importância no contexto do BACF.

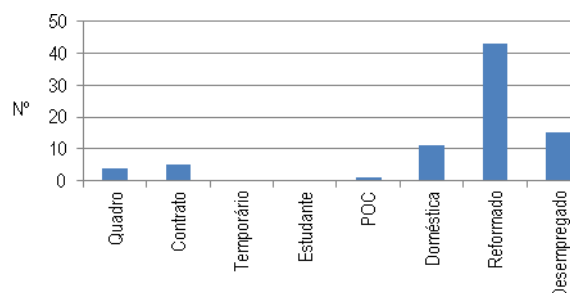


Figura 106 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Banco Alimentar Contra a Fome.

4.3.1.4.2. Caracterização dos agregados familiares

Os agregados familiares dos beneficiários do BACF são compostos (Figura 107), na sua maioria, por dois elementos (16), seguindo-se os agregados com quatro elementos (nove), um elemento (oito) e três elementos (cinco). De referir, ainda, a existência de apenas um agregado com seis elementos e outro com oito.

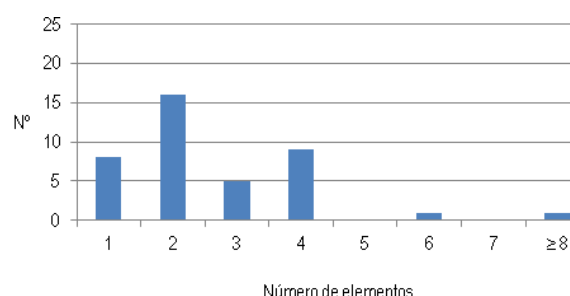


Figura 107 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Banco Alimentar Contra a Fome.

A maioria dos elementos dos agregados familiares corresponde a pessoas activas (66) e a menores de 18 anos (26), não se verificando a existência de nenhum inválido (Figura 108). Por outro lado, será, ainda, de referir que os idosos apresentam um valor claramente inferior (15).

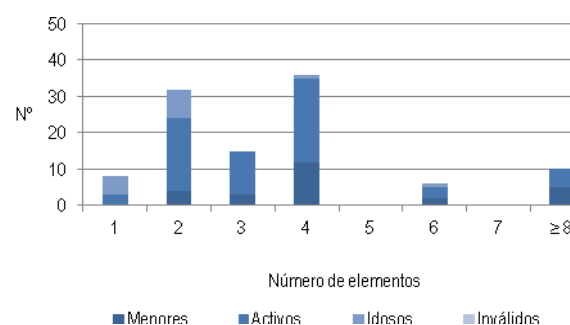


Figura 108 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Banco Alimentar Contra a Fome.

Analisando as problemáticas dos agregados familiares dos beneficiários, verifica-se que a invalidez é uma das principais problemáticas, apesar de não ser referida aquando da análise das características dos elementos dos agregados familiares (Figura 109). A institucionalização e o alcoolismo são outras das problemáticas mais comuns nos agregados familiares que beneficiam deste apoio.

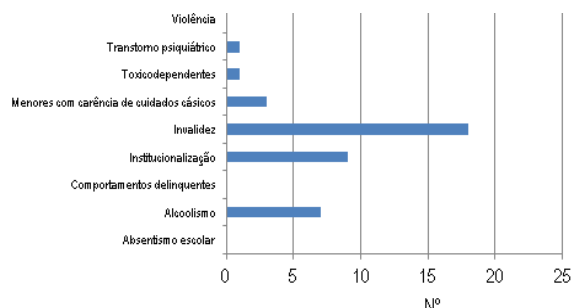


Figura 109 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Banco Alimentar Contra a Fome.

4.3.1.5. Empresa de Inserção

De acordo com a Portaria n.º 348-A/98 de 18 de Junho, são *empresas de inserção as pessoas colectivas sem fins lucrativos que tenham por fim a reinserção sócio-profissional de desempregados de longa duração ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, e que revistam, nomeadamente, uma das seguintes formas:*

- Associação;
- Cooperativa;
- Fundação;
- Instituição particular de solidariedade social.

São igualmente consideradas empresas de inserção as estruturas de pessoas colectivas sem fins lucrativos dotadas de autonomia administrativa e financeira que prossigam os fins referidos no número anterior.

As empresas de inserção têm como objectivo e vocação prioritária:

- O combate à pobreza e à exclusão social através da inserção ou da reintegração profissionais;
- A aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade;
- A criação de postos de trabalho, para a satisfação de necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado e para a promoção do desenvolvimento sócio-local.

São destinatários da medida desempregados de longa duração inscritos nos centros de emprego, sendo equiparados a estes os desempregados em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho. Consideram-se em situação de desfavorecimento:

- a) Alcoólicos em processo de recuperação;*
- b) Beneficiários do rendimento mínimo garantido;*
- c) Deficientes passíveis de ingressar no mercado de trabalho;*
- d) Ex-reclusos e aqueles que cumpram ou tenham cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade em condições de se reinserirem na vida activa;*
- e) Jovens em risco;*
- f) Membros adultos de famílias monoparentais;*
- g) Pessoas com perturbações psiquiátricas em processo de recuperação;*
- h) Pessoas sem abrigo;*
- i) Toxicodependentes em processo de recuperação;*
- j) Vítimas de prostituição ou outros comportamentos ofensivos da dignidade da pessoa humana;*
- k) Outros grupos sociais, a definir por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, sob proposta da Comissão para o Mercado Social de Emprego.*

No Município de Montemor-o-Velho a Empresa de Inserção é uma resposta promovida pela Associação Fernão Mendes Pinto e pela Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho.

A Associação Fernão Mendes Pinto dinamiza três Empresas de Inserção através dos cursos de Actividades Desportivas, Cozinha e Cozinha/Pastelaria, frequentados por oito, sete e seis utentes, respectivamente (Quadro 121). A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho promove duas Empresas de Inserção, com os cursos de Ajudante de Cozinha e Ajudante Domiciliário, ambos frequentados por seis utentes.

Os 33 utentes que usufruem desta resposta são, na sua totalidade, do sexo feminino, salientando-se a faixa etária dos 36 aos 45 anos (Figura 110). Os motivos de ingresso nas Empresas de Inserção foram (

Quadro 122), essencialmente, o desemprego de longa duração (19) e a comprovada carência económica (12).

Quadro 121 - Caracterização da oferta formativa da Empresa de Inserção.

Equipamento Social	Designação	Curso	Número de Utentes
Associação Fernão Mendes Pinto	Inersport - Actividades Desportivas	Actividades Desportivas	8
	ARA - Restauração e Animação	Cozinha	7
	Empreendimento Hoteleiro Cadeia Velha	Cozinha/Pastelaria	6
Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Alimentação Saudável	Ajudante de Cozinha	6
	Apoio Domiciliário	Ajudante Domiciliário	6
Total			33

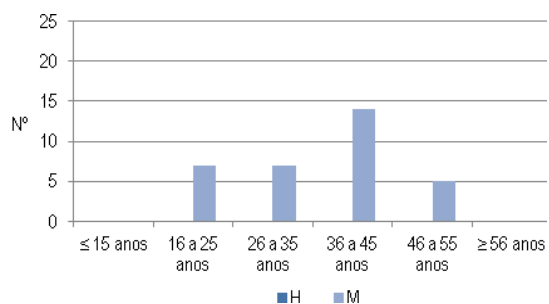


Figura 110 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da Empresa de Inserção.

Quadro 122 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, da Empresa de Inserção.

Motivo	Número de Utentes
Comprovada carência económica	12
Desempregados de Longa Duração	19
Famílias monoparentais	2
Total	33

4.3.1.6. Comissões Fabriqueiras

A resposta social de Comissão Fabriqueira é prestada por 14 grupos sócio-caritativos, nomeadamente a Fábrica da Igreja de Reveles, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Abrunheira, a Fábrica da Igreja de Arazede, a Fábrica da Igreja Paroquial da Carapinheira, a Fábrica da Igreja da Reitoria de Ereira, a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Liceia, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Meãs do Campo, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Montemor-o-Velho, a Fábrica da Paróquia da Freguesia de Pereira, a Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Varão, a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial do Seixo, a Fábrica da Igreja de Tentúgal, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Verride e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Nova da Barca.

5. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As CPCJ's, criadas pela Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto, e regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30 de Dezembro, são *instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência.*

As autoridades administrativas e entidades policiais, bem como as pessoas singulares e colectivas que para tal sejam solicitadas têm o dever de colaborar com as CPCJ no exercício das suas funções.

As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de manuseio, necessários ao funcionamento das CPCJ são assegurados pelo Município, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

As CPCJ exercem a sua competência na área do Município onde têm sede, no entanto, nos Municípios com maior número de habitantes e quando tal se justifica, podem ser criadas várias, com competências numa ou mais freguesias.

Funcionam em modalidade alargada ou restrita. À comissão alargada compete desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. Funciona em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos e o plenário reúne com a periodicidade exigida pelo cumprimento das suas funções, no mínimo de dois em dois meses. À comissão restrita compete intervir nas

situações em que uma criança ou jovem está em perigo. Funciona em permanência e o plenário reúne sempre que convocado pelo presidente, no mínimo com periodicidade quinzenal, e distribui entre os seus membros as diligências a efectuar nos processos de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo.

Os membros da CPCJ representam e obrigam os serviços e as entidades que os designam, sendo que as suas funções têm carácter prioritário relativamente às que exercem nos respectivos serviços. São designados por um período de dois anos, renovável, não podendo prolongar-se por mais de seis anos consecutivos.

A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) *Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) *Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) *Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) *É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) *Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.*

5.1. Caracterização das crianças e jovens

As crianças e jovens apoiados pela CPCJ do Município de Montemor-o-Velho perfazem um total de 70 indivíduos que, maioritariamente, apresentam idades compreendidas entre os seis e os 15 anos (Figura 111). A distribuição por sexo destes 70 indivíduos é equilibrada, embora

os elementos do sexo masculino apresentem um valor ligeiramente superior (36).

Relativamente à área de residência das crianças sinalizadas e acompanhadas pela CPCJ é possível observar que a maioria é proveniente das Freguesias de Arazede (25), Montemor-o-Velho (12) e Carapinheira (dez), enquanto que das Freguesias de Abrunheira e Gatões não foi registada qualquer criança (Figura 112). Contudo, pela análise da figura que relaciona o número de crianças e jovens por freguesia com a população residente entre os 0 e os 19 anos da mesma, constata-se que as Freguesias de Linceia, Montemor-o-Velho, Arazede, Santo Varão e Vila Nova da Barca são as mais problemáticas (Figura 113). De referir, ainda, que na maioria dos casos, os motivos que justificaram a intervenção da CPCJ foram a negligência, a violência doméstica presenciada pela criança/jovem e os maus tratos físicos (Figura 114).

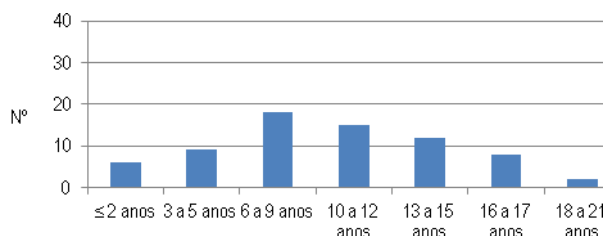


Figura 111 - Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

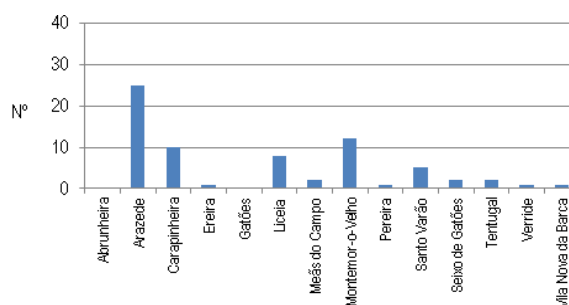


Figura 112 - Freguesias de residência das crianças e jovens da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

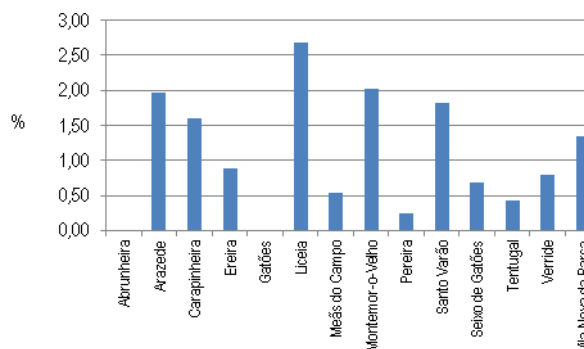


Figura 113 - Relação entre o número de crianças e jovens da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e a população residente no grupo etário dos 0 aos 19 anos por freguesia.

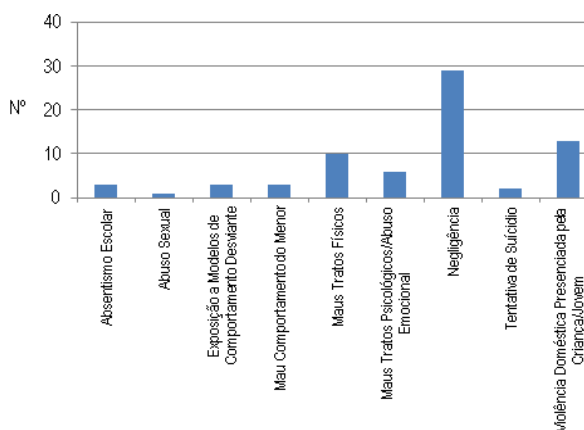


Figura 114 - Caracterização das crianças e jovens, segundo os motivos de intervenção, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

F. Síntese Diagnóstica

A rede de mecanismos de acção social de combate à pobreza e à exclusão social do Município de Montemor-o-Velho deve ser contextualizada de acordo com os diferentes factores intervenientes no processo, quer sejam de ordem natural ou humana.

Do ponto de vista morfológico, o Rio Mondego assume-se como uma marca no Município de Montemor-o-Velho, influenciando os ritmos territoriais e das suas populações, contribuindo para a existência das áreas planas existentes em ambas margens, de génese bem diferenciada, que facilitaram o desenvolvimento de uma rede viária bem estruturada, da qual resultam boas acessibilidades inter e intramunicipais. Contudo, o trajecto longitudinal do Rio Mondego condiciona a rede viária do Município que, ao atravessar o território no sentido Este-Oeste, vai introduzir uma clara distinção ao nível das dinâmicas sócio-económicas. Nas freguesias localizadas na sua margem esquerda verifica-se um menor dinamismo, quer a nível demográfico – observando os menores quantitativos populacionais do Município – quer a nível socio-económico – apresentando um carácter marcadamente mais rural – embora seja de referir que o Município, em amplos sectores, reflecte características rurais.

O Rio Mondego funciona, ainda, como uma barreira divisória em relação ao próprio povoamento, caracterizando-se a margem Norte por um povoamento mais disperso, enquanto que o Sul é mais concentrado, com pequenos núcleos populacionais.

Relativamente ao crescimento dos aglomerados populacionais, nos últimos cinquenta anos, este desenvolveu-se ao longo dos principais eixos viários. Ao nível dos lugares, verifica-se que nas freguesias da margem esquerda do Rio Mondego, o seu crescimento foi mais moderado, com excepção das Freguesias de Santo Varão e Pereira do Campo. Com efeito, nestas freguesias tem-se verificado, no decorrer dos últimos anos, uma dinâmica de expansão “urbana”, essencialmente por questões intermunicipais, geradas pela melhoria das acessibilidades ao Município de Coimbra. De igual modo, na margem direita, destacam-se as Freguesias de Liceia e Arazede, assim como a freguesia sede de Município, com taxas de crescimento superiores a 100%.

No ano censitário de 2001, o Município de Montemor-o-Velho, assumia-se como o quarto Município mais populoso da sub-região do Baixo Mondego, representando 6,1% do total de população residente da recém criada Área Metropolitana de Coimbra, com 25 478 habitantes.

Todavia, nos últimos períodos intercensitários, em termos de variação populacional, o Município de Montemor-o-Velho registou uma diminuição contínua do número de habitantes. Entre os anos de 1981 e 1991 observou-se um decréscimo de -3,30%, passando de 27 274 para 26 375

habitantes, enquanto que no período compreendido entre os anos de 1991 e 2001, foi possível observar um decréscimo (-3,40%), com o registo de 25 478 habitantes no ano de 2001.

Numa análise mais pormenorizada, e no que diz respeito aos valores de 2001, a Freguesia de Arazede caracterizava-se pelos quantitativos populacionais mais significativos, com uma população residente de 5 956 habitantes, à qual se seguiam as Freguesias de Carapinheira, Montemor-o-Velho, Tentúgal e Pereira com 3 093, 2 853, 2 275 e 2 241 habitantes, respectivamente. Com quantitativos populacionais significativamente mais reduzidos encontravam-se as Freguesias de Verride, Gatões e Vila Nova da Barca, na medida em que apresentavam valores de 699 e 365 habitantes, respectivamente. Deste modo, apenas duas freguesias, designadamente Montemor-o-Velho e Santo Varão, registaram um crescimento populacional entre 1991 e 2001, respectivamente de 19,07% e 3,16%.

Em termos de projecções demográficas, prevê-se a manutenção do decréscimo de população residente, perspectivando-se uma diminuição de -3,40% no ano de 2011 (com o registo de 24 612 habitantes) e de -6,69% no ano 2021 (com o registo de 23 774 habitantes), comparativamente com o ano de 2001.

Pela positiva, destacam-se as Freguesias de Montemor-o-Velho e Santo Varão prevendo-se um crescimento populacional nas próximas duas décadas. As restantes freguesias, teoricamente, apresentam uma dinâmica populacional regressiva, embora se julgue possível que Tentúgal, e particularmente Pereira, possam vir a alterar este cenário, por força das novas perspectivas de crescimento do construído, associado à proximidade e à boa acessibilidade ao Município vizinho de Coimbra.

A análise das entidades gestoras, dos equipamentos sociais e valências do Município de Montemor-o-Velho, no que se refere à natureza jurídica, indicam a prevalência da rede solidária – entidades privadas e públicas sem fins lucrativos – sobre a rede privada – entidades privadas com fins lucrativos. A rede privada encontra-se presente apenas na Freguesia de Carapinheira e Santo Varão.

Ainda no que respeita à rede solidária, observa-se que a maioria das respostas sociais corresponde a entidades privadas sem fins lucrativos, principalmente nas valências Centro de Actividades de Tempos Livres, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Quanto às entidades públicas sem fins lucrativos, as suas respostas são totalmente direccionadas para a valência de Estabelecimento de Educação Pré-escolar. A rede privada dá respostas ao nível das valências Creche, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar e Lar de Idosos.

Quanto à análise por população-alvo, conclui-se que os equipamentos sociais e as valências são dirigidos, na totalidade, à Infância Juventude e à População Adulta, com claro predomínio da primeira (

Quadro 123).

No caso da Infância e Juventude as respostas dirigem-se, essencialmente, para o grupo-alvo Crianças e Jovens, enquanto que na População Adulta as respostas são, sobretudo, para as Pessoas Idosas.

Ao nível da distribuição das valências, verifica-se que apenas a Freguesia de Montemor-o-Velho apresenta valências para todos os grupos-alvo existentes no Município, enquanto que as restantes possuem valências, simultaneamente, para o grupo-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas.

Globalmente, no que se refere à capacidade, verifica-se que são as entidades afectas à rede privada sem fins lucrativos que apresentam a maior capacidade, representando cerca de 80% do total de valências existentes no Município de Montemor-o-Velho. Seguem-se as valências afectas às entidades públicas sem fins lucrativos com 16% e, finalmente, as entidades privadas com fins lucrativos com apenas 4% da capacidade total.

A maioria destas valências iniciou o seu funcionamento nos anos mais recentes nomeadamente a partir de 1985, mostrando a preocupação crescente que a área social tem vindo a assumir no Município de Montemor-o-Velho.

Quadro 123 - Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.

População-Alvo		Respostas Sociais	Número de Equipamentos Sociais	Número de Respostas Sociais	Capacidade	Número de Utentes			Lotação do Acordo	Taxa de Utilização	Lista de Espera	Área de Influência	
						Frequência	Com Acordo	Sem Acordo				Município	Extra-município
					Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%	Nº		
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	—	6	184	153	124	0	145	83	12	113	11
		Jl		18	692	593	234	1	239	86	0	535	28
		ATL		17	673	569	555	14	625	85	0	567	2
	Crianças e Jovens com Deficiência	Intervenção Precoce	—	1	50	50	50	0	50	100	8	50	0
		SAD		11	295	239	207	32	258	81	0	208	31
População Adulta		Centro de Convívio		1	20	19	19	0	20	95	0	19	0
	Pessoas Idosas	Centro de Dia	—	13	380	196	185	11	314	52	0	184	12
		Centro de Noite		1	20	18	15	3	20	90	14	15	3
		Lar de Idosos		7	178	177	160	3	160	99	435	139	38
	Pessoas Adultas com Deficiência	SAD	—	1	10	0	0	0	10	0	0	0	0
		CAO		1	30	30	30	0	30	100	0	27	3
Total			52	77	2532	2044	1579	64	1871	870	469	1857	128

Assim, no que se refere aos diferentes tipos de valências, o Município de Montemor-o-Velho disponibiliza seis equipamentos sociais afectos à valência Creche, sendo que cinco integram a rede solidária e se encontram localizados nas Freguesias de Arazede, Carapinheira, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho e Tentúgal, enquanto que apenas um, na Freguesia de Santo Varão pertence à rede privada, na Freguesia de Santo Varão. Na totalidade, esta valência apresenta uma capacidade superior à frequência, o que se traduz numa taxa de utilização de 83,15%, existindo, ainda, 12 crianças em lista de espera, todas na rede solidária. Ao nível das freguesias, é de salientar que existem oito que não disponibilizam a valência Creche, designadamente Abrunheira, Ereira, Gatões, Liceia, Pereira, Seixo de Gatões, Verride e Vila Nova da Barca.

No que diz respeito à valência Estabelecimento de Educação Pré-escolar, o Município de Montemor-o-Velho integra 18 valências, sendo que 17 integram a rede solidária (seis entidades privadas sem fins lucrativos e 11 entidades públicas sem fins lucrativos) e uma da rede

privada com fins lucrativos. A taxa de utilização global é de 87,71 %, o que significa que a capacidade da valência ainda não se encontra esgotada. Por outro lado, e tendo em consideração apenas a rede solidária, a taxa de utilização total é de 90 %, enquanto a rede privada apresenta a taxa de utilização mais reduzida do Município, nomeadamente 60%. Todas as freguesias, com excepção de Ereira e Vila Nova da Barca, possuem pelo menos uma valência deste tipo.

Ainda no contexto dos equipamentos para Crianças e Jovens, será de referir que são disponibilizadas 17 valências de Centro de Actividades de Tempos Livres, cuja taxa de utilização global é de 85%, não se registando qualquer utente em lista de espera. Assim, a Freguesia de Arazede disponibiliza o maior número de valências de Centro de Actividades de Tempos Livres, enquanto que Gatões, Santo Varão, Verride e Vila Nova da Barca não apresentam qualquer equipamento afecto a esta resposta social.

Para Crianças e Jovens com Deficiência verifica-se a existência da valência Intervenção Precoce, localizada na Freguesia de Montemor-o-Velho, sede de Município, sendo que esta apresenta a sua capacidade esgotada, tal como a lotação do seu acordo, o que se traduz numa taxa de utilização de 100%. De referir, ainda, que oito crianças se encontram em lista de espera.

Para a População Adulta, o Município de Montemor-o-Velho disponibiliza 13 valências de Centro de Dia, 11 de Serviço de Apoio Domiciliário, sete de Lar de Idosos, uma de Centro de Convívio e, finalmente, uma de Centro de Noite.

A totalidade das valências de Serviço de Apoio Domiciliário apresenta uma taxa de utilização de 81 %, existindo 32 utentes sem acordo, mas nenhum em lista de espera, sendo de salientar que as Freguesias de Gatões, Liceia, Seixo de Gatões e Vila Nova da Barca, não apresentam qualquer equipamento afecto a esta resposta social.

A única valência de Centro de Convívio do Município de Montemor-o-Velho encontra-se localizada na Freguesia de Santo Varão e apresenta uma taxa de utilização de 95 %. De referir que todos os utentes desta valência possuem acordo, não existindo lista de espera.

A valência Centro de Dia apresenta uma distribuição equitativa por todas as freguesias do Município. Globalmente, esta valência apresenta uma taxa de utilização de apenas 52%, sendo que existem 11 utentes que não possuem acordo e não existe lista de espera.

No Município em análise existe apenas uma valência de Centro de Noite, localizada na Freguesia Abrunheira, que apresenta uma taxa de utilização bastante elevada (90%) e que possui uma lista de espera composta por 14 utentes.

A maior parte dos utentes desta valência tem acordo com a Segurança Social, existindo apenas três que não se encontram abrangidos por este acordo.

Quanto à resposta de Lar de Idosos, existem sete valências com esta tipologia em território municipal, sendo que apenas uma, localizada na Freguesia de Carapinheira, integra a rede privada com fins lucrativos.

Por outro lado, importa, ainda, referir que as Freguesias de Abrunheira, Ereira, Gatões, Liceia, Pereira, Santo Varão, Seixo de Gatões e Vila Nova da Barca não possuem este tipo de valência. Ao nível da rede solidária, a taxa de utilização total é de 100%, deixando antever que a capacidade global deste valência se encontra no limite máximo, ao que acresce uma lista de espera de 435 idosos, enquanto que a única entidade que integra a rede privada com fins lucrativos apresenta uma taxa de utilização igualmente elevada (93%), embora sem qualquer idoso

em lista de espera. Pelo exposto conclui-se que existe uma necessidade premente de criação de mais valências com esta tipologia no sentido de responder às necessidades do grupo-alvo Pessoas Idosas.

Finalmente, para Pessoas Adultas com Deficiência, existe uma única valência de Centro de Actividades Ocupacionais no Município, localizada na Freguesia de Montemor-o-Velho. Esta valência apresenta uma taxa de utilização de 100% e todos os utentes que a frequentam possuem acordo, não existindo utentes em lista de espera.

No Município de Montemor-o-Velho verifica-se, de igual modo, a existência de prestações pecuniárias, que se materializam na atribuição do RSI e do CSI, e de prestações em espécie, que se materializam no PCAAC.

Relativamente às outras políticas, programas e medidas existentes no Município de Montemor-o-Velho salientam-se o Programa Escolhas, o CRI, o PIIP, o Programa “Dar Mais Vida aos Anos”, a Formação Profissional, o Programa “Manutenção e Limpeza das Zonas Históricas do Concelho”, o Projecto Gerações, o Projecto Participa, o Programa “Clique Solidário”, o BACF e a Empresa de Inserção. Para além destas existe ainda a funcionar no território municipal uma resposta social de carácter mais informal, as Comissões Fabriqueiras.

Finalmente, e no âmbito do apoio a crianças e jovens do Município de Montemor-o-Velho, é de referir a CPCJ, cujo papel é determinante na implementação de medidas preventivas e/ou institucionalização direccionadas para crianças e jovens em situação de perigo.

As debilidades e potencialidades do Município de Montemor-o-Velho, assim como os pontos fracos e fortes da rede social podem ser observados no quadro SWOT (

Quadro 124).

Quadro 124 - Análise SWOT.

População-Alvo	Respostas Sociais	Número	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Potencialidades		
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	Creche	6	Existem 8 freguesias que não possuem valência Creche. A área de influência das valências Creche e JI estende-se aos municípios vizinhos.	As Freguesias de Ereira e Vila Nova da Barca não possuem valência de JI.			
			12	Das 14 freguesias do município, 12 possuem a valência de JI.	As Freguesias de Gátões, Santo Varão, Verride e Vila Nova da Barca não possuem valência de ATL.	As valências de Creche de Montemor-o-Velho, Santo Varão (rede privada) e Tentugal estão no limite da sua capacidade.	A valência de Creche de Meãs do Campo ainda tem alguma capacidade por preencher.	
			10	Das 14 freguesias do município, 10 possuem a valência de ATL.	Todas as valências para crianças e jovens da Freguesia de Santo Varão pertencem à rede privada.	As valências de JI de Meãs do Campo, Gátões e Tentugal ultrapassaram o limite da sua capacidade.	As valências de JI de Linceia e Seixo de Gátões (rede solidária) e Santo Varão (rede privada) ainda têm alguma capacidade por preencher.	
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	18	Em 2021 prevê-se: - um maior número de nados-vivos nas Freguesias de Arazede, Montemor-o-Velho, Carapinheira e Pereira; - as maiores taxas de natalidade nas Freguesias de Meãs do Campo, Montemor-o-Velho, Carapinheira e Pereira;	A Freguesia de Vila Nova da Barca não tem nenhuma valência para Crianças e Jovens. As Freguesias de Ereira, Gátões e Verride possuem apenas uma valência para Crianças e Jovens.	As valências de ATL de Carapinheira, Linceia e Montemor-o-Velho estão no limite da sua capacidade ou já o ultrapassaram.	As valências de JI de Linceia e Seixo de Gátões (rede solidária) e Santo Varão (rede privada) ainda têm alguma capacidade por preencher.		
		Centro de Actividades de Tempos Livres	17	- um maior aumento do número de jovens na Freguesia de Montemor-o-Velho e Pereira.	Em 2021 prevê-se: - um menor número de nados-vivos nas Freguesias de Vila Nova da Barca, Abrunheira, Gátões, Ereira e Verride; - uma menor taxa de natalidade nas Freguesias de Vila Nova da Barca e Abrunheira; - um menor número de jovens nas Freguesias de Vila Nova da Barca, Tentugal, Abrunheira e Arazede.	Em função da nova política educativa, o ATL poderá desaparecer ou necessitar de alterar a sua lógica de funcionamento.	As valências de ATL de Abrunheira, Ereira, Meãs do Campo, Pereira, Seixo de Gátões e Tentugal ainda têm alguma capacidade por preencher.	
Crianças e Jovens com Deficiência	Intervenção Precoce	1	-	Concentração espacial da valência na freguesia sede.	A valência está no limite da sua capacidade.	-		
População Adulta	Pessoas Idosas	Serviço de Apoio Domiciliário	11	Das 14 freguesias do município, 10 possuem a valência de SAD.		As valências de SAD de Abrunheira, Arazede e Montemor-o-Velho estão no limite da sua capacidade ou já o ultrapassaram.		
		Centro de Convívio	1	A área de influência da valência de SAD, Centro de Dia e Centro de Noite estende-se aos municípios vizinhos.	As Freguesias de Gátões, Linceia, Seixo de Gátões e Vila Nova da Barca não possuem valência de SAD.	A taxa de utilização da valência Centro de Convívio é elevada (95%).	As valências de SAD de Pereira e Verride ainda têm alguma capacidade por preencher.	
		Centro de Dia	13	Todas as freguesias possuem uma valência de Centro de Dia.	Concentração espacial da valência de Centro de Convívio na Freguesia de Santo Varão.	As valências de Centro de Dia de Arazede e Santo Varão estão no limite da sua capacidade.	A maioria das valências de Centro de Dia ainda têm alguma capacidade por preencher.	
		Centro de Noite	1	A área de influência da valência de Lar de idosos estende-se a outros municípios.	Existem 8 freguesias que não possuem a valência Lar de Idosos.	A taxa de utilização da valência Centro de Noite é elevada (90%).		
		Lar de Idosos	7	Em 2021 prevê-se um menor índice de envelhecimento na Freguesia de Montemor-o-Velho.		As valências de Lar de idosos de Arazede, Meãs do Campo, Montemor-o-Velho e Tentugal estão no limite da sua capacidade ou já o ultrapassaram.		
	Pessoas Adultas com Deficiência	Centro de Actividades Ocupacionais	1	A área de influência da valência de CAO estende-se aos municípios vizinhos.	Concentração espacial da valência na freguesia sede.	A capacidade da valência CAO está no seu limite.	-	
		Serviço de Apoio Domiciliário	1	-	-	-	-	

(continua)

Parte III | Plano de Desenvolvimento Social

As transformações observadas a nível mundial no decorrer da década de 70, nomeadamente no que se refere a valores pessoais, sociais e culturais e a aspectos laborais, tiveram repercussões significativas na evolução que a área social tem demonstrado. Se até este momento a área social era restrita e deveras simplificada, após este período a área social sofreu uma grande modificação, alargando-se e tornando-se cada vez mais complexa, de acordo com as necessidades manifestadas pela população.

É hoje um dado inquestionável que a acção social tem um papel preponderante e imprescindível a desempenhar numa sociedade cuja evolução deu origem não só a novas necessidades, mas também a novos modos de vida, vendo-se, assim, confrontada com uma crescente procura de novas respostas sociais de apoio aos indivíduos carenciados e suas respectivas famílias.

Portugal não foi alheio a todo este conjunto de transformações, apesar de apresentar algumas dificuldades de cariz organizacional, nomeadamente no que respeita ao adequar da oferta à procura, à luta contra a exclusão social e o isolamento e à inserção social de pessoas carenciadas e minorias étnicas.

Neste contexto de desenvolvimento sócio-económico, a Carta Social surge, assim, como resposta à necessidade de criar uma verdadeira política sustentável de acção social, apontando medidas e iniciativas concretas para os desafios crescentes da área social, designadamente no que se refere ao relacionamento entre as entidades das redes solidária e privada.

A Carta Social do Município de Montemor-o-Velho pretende fazer do seu território um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

A plena concretização desta ambição só é possível com a concretização de três grandes objectivos, designadamente:

- **Elevar os níveis de resposta da rede de serviços e equipamentos sociais** - Melhorar a oferta da rede de serviços e equipamentos sociais através da identificação nas respostas sociais de fragilidades e/ou carências actuais ou previstas, quer em função da provável evolução das diferentes populações e grupos-alvo, quer em função das

crescentes necessidades da população, resultado da evolução do próprio conceito de família e da emergência de novos grupos sociais carenciados, que advêm da alteração dos padrões de vida. Este incremento traduz-se em diferentes estratégias de actuação, entre as quais se destacam a beneficiação e/ou adaptação das soluções existentes e/ou a criação de respostas sociais inexistentes;

- **Qualificar as respostas sociais** - Aumentar a qualidade do serviço prestado ao utente através da melhoria das condições humanas, materiais e operacionais da rede de serviços e equipamentos sociais;
- **Melhorar a distribuição espacial da rede de serviços e equipamentos sociais** - Criar uma rede de serviços e equipamentos sociais correctamente estruturada em que as respostas sociais se organizem espacialmente de acordo com os critérios locativos definidos. Este ordenamento tem como princípio base a redução das assimetrias territoriais e o adaptar da oferta à procura.

Para o cumprimento da finalidade a que se propõe a Carta Social do Município de Montemor-o-Velho é fundamental a elaboração do PDS, que corresponde à segunda etapa deste projecto, só possível após a concretização de um conjunto de passos metodológicos que têm início com o levantamento de campo e culminam na realização do Diagnóstico Social.

Para que as propostas apresentadas sejam efectivas é essencial a recolha da informação junto dos agentes intervenientes no sistema social e a realização de um diagnóstico social globalizante, que caracterize não só os mecanismos de acção social de combate à pobreza e à exclusão social, mas que avalie também a sua relação com as diferentes dinâmicas do território. Só a consideração de variáveis físicas, demográficas e sócio-económicas vai permitir a identificação da verdadeira dimensão das carências e problemáticas sociais existentes.

O PDS é um instrumento de planeamento da Rede Social, onde, a partir das prioridades do PNAI 2008-2010, se determinam os eixos de intervenção e os objectivos estratégicos e específicos para um horizonte temporal de 3 anos.

A definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção é realizada pelo CLAS com base no Diagnóstico Social.

O PDS assume-se, assim, como um documento estruturante, participado e prospectivo que é acordado como matriz orientadora para a

dinamização e articulação das políticas sociais e das medidas concretas de um município.

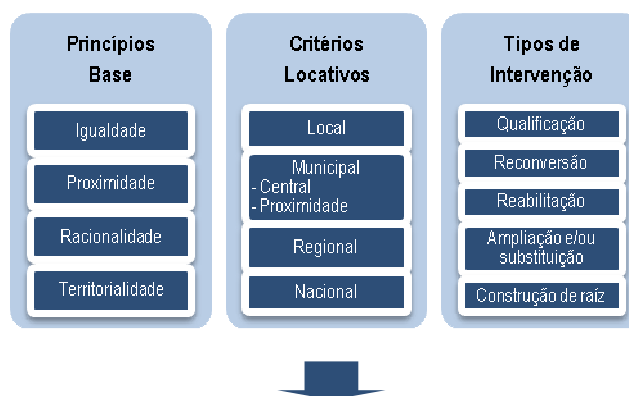
Trata-se de um instrumento auto-regulável, que resulta da co-autoria das diversas instâncias e protagonistas das orientações estratégicas e das práticas e iniciativas no campo das respostas aos problemas sociais, que implica processos dinâmicos de monitorização, funcionamento e avaliação e, sobretudo, que assegura a partilha do compromisso e da responsabilidade social, por via de parcerias múltiplas.

Enquanto elemento essencial do processo de planeamento estratégico, o PDS é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos que visa a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.

A elaboração do PDS seguiu uma metodologia participativa, tentando-se que todos os parceiros e todas as redes existentes no território municipal estivessem representados na equipa técnica que procedeu à sua elaboração.

A base de trabalho para a sua elaboração foi o Diagnóstico Social, que tem como suporte a realidade do município e mais concretamente as carências e problemáticas sociais existentes. Deste modo, tentou-se não seguir a lógica de definir as prioridades de intervenção para o território municipal a partir dos programas nacionais, mas sim que a linha orientadora do desenvolvimento local fosse um diagnóstico participado por todos os actores que se encontram a trabalhar no terreno.

A elaboração do PDS obedece, naturalmente, a parâmetros orientadores, que se subdividem em princípios base, critérios locativos e tipos de intervenção (Figura 115).



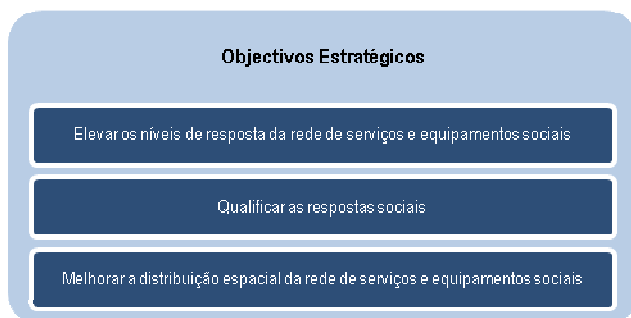


Figura 115 - Parâmetros orientadores da programação da rede de serviços e equipamentos sociais.

A definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção baseia-se em quatro princípios base:

- **Igualdade** - Garantir a igualdade de oportunidade no acesso aos serviços e equipamentos sociais;
- **Proximidade** - Assegurar a proximidade dos utentes aos equipamentos sociais;
- **Racionalidade** - Permitir a maximização dos resultados e a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos;
- **Territorialidade** - Contribuir para a estruturação do território.

O modelo territorial que define a área de intervenção de cada resposta social encontra-se estruturado em quatro critérios locativos, cada um correspondente a um nível de actuação:

- **Local** - A localização dos serviços e equipamentos sociais depende da proximidade ao grupo-alvo, correspondendo essencialmente a respostas sociais para os grupos-alvo Crianças e Jovens e Pessoas Idosas, que se pretendem universais e difundidas por todo o território municipal;
- **Municipal** - Este nível de actuação subdivide-se em dois sub-níveis:
 - **Central** - Serviços e equipamentos sociais dirigidos para grupos-alvo com um padrão de distribuição espacial difuso, necessitando, assim, de uma localização acessível;
 - **Proximidade** - Serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo específicos com um padrão de distribuição espacial pontual e concentrado num determinado local, justificando-se, assim, que seja aí localizado, principalmente considerando o facto de se dirigir, maioritariamente, a população com carências económicas e dificuldades de mobilidade.

- **Regional** - Serviços e equipamentos sociais geridos pela Administração Central de nível regional e com um grau de especificidade elevado;
- **Nacional** - Serviços e equipamentos sociais geridos pela Administração Central de nível nacional e com um grau de especificidade muito elevado.

A concretização efectiva das respostas sociais assenta em diferentes tipos de intervenção, sendo que qualquer que seja a opção, esta encontra-se, naturalmente, sujeita a critérios técnicos e legais. As acções a realizar podem ser tanto ao nível das características dos recursos humanos, como ao nível das características dos recursos materiais e podem ser de cinco tipos:

- **Qualificação** - Pode ser entendida segundo a componente dos recursos humanos ou segundo a vertente dos recursos materiais. No que respeita aos recursos humanos, remete para a questão da quantidade e qualidade. A primeira é regulamentada por critérios técnicos e legais, nem sempre cumpridos, frequentemente por razões económicas, enquanto a segunda pressupõe a valorização do pessoal afecto, com a finalidade de reforçar a sua competência e eficácia. Relativamente aos recursos materiais, remete para a melhoria das condições de operacionalidade dos equipamentos sociais, tendo como objectivo aumentar o conforto, a salubridade, a funcionalidade, a segurança e a acessibilidade das construções, assim como a autonomia energética e qualidade ambiental;
- **Reconversão** - Aplica-se a equipamentos sociais onde passam a funcionar respostas diferentes daquelas para as quais foram inicialmente construídos;
- **Reabilitação** - Dirige-se a equipamentos sociais que apresentam problemas de conservação, atendendo a que muitos funcionam em instalações antigas e demonstram necessidades de obras de manutenção;
- **Ampliação e/ou substituição** - Direcção-se a equipamentos sociais que não apresentam as condições operacionais necessárias para o exercício das suas funções. Estas condições operacionais podem corresponder a limitações físicas das instalações, como a degradação, a dimensão e a coabitação de respostas sociais diferentes, ou a limitações materiais, muitas vezes relacionadas com questões financeiras das entidades gestoras;

- **Construção de raiz** - Relaciona-se com a construção de equipamentos sociais para respostas já existentes ou para a criação de novas respostas sociais.

As intervenções a realizar devem ainda considerar um outro conjunto de factores, tais como:

- A taxa de cobertura das respostas sociais;
- A identificação de grupos sociais com resposta nula, insuficiente ou excedentária;
- O nível de actuação das respostas sociais;
- A existência de uma elevada taxa de natalidade;
- A existência de um índice de envelhecimento elevado;
- A existência de um elevado índice de mão-de-obra feminina;
- A presença de idosos que não disponham de apoio familiar e revelem carências afectivas e económicas;
- A proximidade a estabelecimentos de ensino;

- A tendência para a atracção de população jovem;
- A disponibilidade de pessoal técnico com formação adequada;
- A proximidade a serviços de apoio na área da saúde, do social e da educação;
- O acesso a infra-estruturas de saneamento básico e a redes de energia eléctrica, água e telefone;
- A contiguidade a redes de acessibilidades e de transportes;
- A localização em zonas habitacionais, exceptuando o caso de algumas respostas sociais específicas;
- O afastamento de áreas poluídas, ruidosas, insalubres ou outras que, pela sua natureza, possam pôr em causa a integridade física ou psíquica dos utentes.

Para além dos parâmetros orientadores, a elaboração do PDS não pode também deixar de considerar os serviços e equipamentos sociais que encerraram ou que entraram em funcionamento após o levantamento de campo ou que se encontram previstos (

Quadro 125,

Quadro 126 e Quadro 127).

Só com base na consideração destas duas variáveis e da sua integração aquando da definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção se torna possível elaborar o PDS.

O PDS tem como objectivo final a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos utentes, especialmente dos mais carenciados e vulneráveis, através da criação de respostas sociais adaptadas às suas

reais necessidades. Não foram integrados no PDS problemas cuja resolução seja de difícil concretização ou que saiam demasiado fora do âmbito da Rede Social. Pretendeu-se, assim, efectuar um PDS prático, útil e realista, que fosse de encontro aos interesses de todos os parceiros envolvidos (Quadro 128).

Quadro 125 - Serviços e equipamentos sociais que encerraram após o levantamento de campo.

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social	Resposta Social	Grupo-Alvo	Encerramento
Arazede	Casa do Povo de Arazede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Amieiro	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	Ano lectivo 2007/2008
Montemor-o-Velho	APPACDM - Delegação de Coimbra	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	CAO da APPACDM	Serviço de Apoio Domiciliário	Pessoas Adultas com Deficiência	-
	Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Estimulação Precoce	Intervenção Precoce	Crianças e Jovens com Deficiência	Outubro de 2010
Tentúgal	Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal	Centro de Actividades de Tempos Livres	Crianças e Jovens	Ano lectivo 2007/2008

Quadro 126 - Serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo.

Tipologia	Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social		Resposta Social		Grupo-Alvo	Início de Funcionamento	Capacidade	
				Designação	Intervenção	Designação	Intervenção			Actual	Prevista
Respostas Sociais	Abrunheira	Casa do Povo da Abrunheira	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Lar de Idosos da Casa do Povo da Abrunheira	Reconversão do edifício do Centro de Noite	Lar de Idosos	Criação	Pessoas Idosas	Junho de 2009	-	20 utentes
	Arazede	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede	Qualificação	Lar de Idosos	Manutenção	Pessoas Idosas	-	26 utentes	36 utentes
	Montemor-o-Velho	Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Creche de Montemor-o-Velho	Reconversão do edifício do Centro de Estimulação Precoce	Creche	Criação	Crianças e Jovens	Novembro de 2010	-	50 utentes
	Pereira	Cruz Vermelha Portuguesa	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	ATL da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	Aprov eimento de um edifício existente	ATL	Criação	Crianças e Jovens	Setembro de 2007	-	60 utentes
				Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	Aprov eimento de um edifício existente	Atendimento/Acompanhamento Social	Criação	Família e Comunidade em Geral	Setembro de 2007	-	-
					Aprov eimento de um edifício existente	Ajuda Alimentar	Criação	Família e Comunidade em Geral	Outubro de 2007	-	-
	Seixo de Gatões	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Acolhimento São João Baptista	Ampliação do edifício existente	Centro de Noite	Criação	Pessoas Idosas	-	-	12 utentes
Outras Políticas, Programas e Medidas	Vila Nova da Barca	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Verride	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro de Dia de Vila Nova da Barca	Construção de raiz de um edifício	Centro de Dia	Criação	Pessoas Idosas	Maio de 2008	-	15 utentes
	Prestações em Espécie	Santo Varão	Centro Social Paroquial de Santo Varão	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Centro Social Paroquial de Santo Varão	Aprov eimento de um edifício existente	PCAAC	Criação	Família e Comunidade em Geral	-	-
	Outras Políticas, Programas e Medidas	Montemor-o-Velho	Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Associação Fernão Mendes Pinto	Aprov eimento de um edifício existente	Gabinete de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica	Criação	Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	Outubro de 2008 a Dezembro de 2010	-
	Mecanismos de Intervenção Integrada	Carapinheira	Associação de Dadores de Sangue e Apoio Social do Baixo Mondego	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Associação de Dadores de Sangue e Apoio Social do Baixo Mondego	Aprov eimento de um edifício existente	Instituição com Fins de Saúde	Criação	Doentes, sinistrados e idosos	Agosto de 2009	-

Quadro 127 - Serviços e equipamentos sociais previstos.

Freguesias	Entidade Gestora	Natureza Jurídica	Equipamento Social		Resposta Social		Grupo-Alvo	Capacidade	
			Designação	Intervenção	Designação	Intervenção		Actual	Prevista
Montemor-o-Velho	Associação Fernão Mendes Pinto	Entidade Privada sem Fins Lucrativos	Creche de Montemor-o-Velho	Qualificação	Creche	Manutenção	Crianças e Jovens	50	50

Quadro 128 - Plano de Desenvolvimento Social.

Prioridades PNAI 2008-2010	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Indicadores (objectivos específicos)
Prioridade 2: Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza	Emprego, Formação e Qualificação	Existência de crianças e jovens com fraco enquadramento familiar e com fraco aproveitamento escolar	Existência de crianças e jovens com comportamentos desviantes e com falta de motivação e baixas expectativas em relação à escola	Educação para a cidadania e aquisição de competências	Promoção de acções de formação para proporcionar a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, alertando para os seus direitos e deveres e para os diversos tipos de discriminação existente (sexo, idade, raça, orientação sexual e pessoas com deficiência)	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Redução das taxas de abandono e de insucesso escolar	CPCJ
					Promoção da participação das crianças e jovens em projectos de férias	
		Pessoas com deficiência	A exposição das pessoas com deficiência a situações de menor autonomia, escassez de recursos na família, fracos rendimentos, qualificações escolares baixas, falta de aptidões e recursos pessoais e relacionais condiciona as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho	Elev ar os níveis de escolaridade e apoiar a inserção socioprofssional no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, com vista à redução da elevada taxa de desemprego	Criação de cursos para a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade no mercado de trabalho com vista a potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência	
				Promover a integração social e a diminuição das carências das pessoas com deficiência	Promoção da criação de postos de trabalho através da implementação de Empresas de Inserção e de Emprego Protegido com vista à valorização pessoal, social e profissional das pessoas com deficiência, proposta que poderá ser planeada de forma a dar resposta a necessidades existentes no território municipal, nomeadamente o serviço de arranjos ao domicílio previsto no âmbito do Apoio Domiciliário Integrado	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Implementação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza das pessoas com deficiência, em especial na área da educação, formação e emprego, saúde e habitação	NE
					Criação de cursos para a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade no mercado de trabalho com vista a potenciar a empregabilidade da comunidade cigana	
		Comunidade cigana	Existência de um elevado número de agregados familiares de etnia cigana a residir no território municipal, em especial na Freguesia de Arazede, mas também na Freguesia de Montemor-o-Velho	Elev ar os níveis de escolaridade e apoiar a inserção socioprofssional no mercado de trabalho da comunidade cigana	Promoção de acções de formação para a sensibilização para a cidadania	
				Promover a integração social e a diminuição das carências económicas da comunidade cigana	Criação de mecanismos de acompanhamento das condições de inserção da comunidade cigana e de mediação de conflitos, quer ao nível de relações de vizinhança, quer ao nível de relações com outras entidades públicas	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Celebração de protocolos com as forças de segurança para prevenir a criminalidade	Divisão de Educação e Acção Social da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
					Implementação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza da comunidade cigana, em especial na área da educação, formação e emprego, saúde e habitação	
					Garantir a participação activa e pró-dinâmica de elementos da comunidade cigana com experiência de trabalho associativo e de mediação no planeamento e no desenvolvimento das acções propostas para assegurar uma maior eficácia da intervenção	

(Continua)

(Continuação)

Prioridades PNAI 2008-2010	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Indicadores (objectivos específicos)
Prioridade 2: Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificações como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza	Emprego, Formação e Qualificação	Insuficiência de formação profissional para população desempregada em idade activa	O desemprego é uma problemática social que afecta um número cada vez maior de pessoas, em especial as mulheres, os imigrantes e as faixas etárias mais jovens	Desenvolver acções de formação e ministrar cursos destinados a população desempregada em idade activa	Promoção de acções de formação e criação de cursos para a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade ou para a promoção do empreendedorismo orientado para satisfazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social NE
		Desempregados de Longa Duração e Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	A conjuntura económica tem vindo a determinar um aumento crescente do número de Desempregados de Longa Duração e dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção conduzindo a situações sociais problemáticas	Promover a integração social e a diminuição das carências económicas dos Desempregados de Longa Duração e dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Criação de Contratos Emprego-Inserção destinados a Desempregados de Longa Duração e a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção enquanto não lhes surgirem alternativas de formação profissional ou de trabalho Criação de programas ocupacionais socialmente úteis destinados a Desempregados de Longa Duração e a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção enquanto não lhes surgirem alternativas de formação profissional ou de trabalho	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social Segurança Social
					Promoção do contacto com outros trabalhadores e outras actividades, prevenindo o isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização dos Desempregados de Longa Duração e dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	
					Promoção do combate ao desemprego e da inserção em meio rural	
		Crianças e jovens em situação de perigo	Sinalização de crianças e jovens em situação de perigo	Identificação das crianças e jovens em situação de perigo e promoção dos seus direitos e da sua protecção	Criação de uma resposta social de Centro de Acolhimento Temporário destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em situação de perigo, preferencialmente na Freguesia de Abruñeira Criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, com vista ao desenvolvimento das competências parentais Acompanhamento das crianças e jovens em situação de perigo sinalizados e dos agregados familiares problemáticos com o objectivo de prevenir, minorar e combater a reincidência da ocorrência de negligência e, em casos extremos, a institucionalização das crianças e jovens Desenvolvimento das competências parentais em famílias em situação de vulnerabilidade social	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social CPCJ
Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania	Intervenção Familiar e Parental				Criação de uma resposta social de Casa Abrigo que assegure o atendimento, apoio e reencaminhamento das pessoas vítimas de violência doméstica, preferencialmente na Freguesia de Montemor-o-Velho, proposta que poderá ser planeada segundo uma perspectiva intermunicipal	
Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes		Pessoas vítimas de violência doméstica	Sinalização de pessoas vítimas de violência doméstica	Identificação das pessoas vítimas de violência doméstica e promoção dos seus direitos e da sua protecção	Criação de um fundo de apoio à pessoa vítima de violência doméstica para início de vida Acompanhamento das pessoas vítimas de violência doméstica sinalizadas e dos agregados familiares problemáticos com o objectivo de prevenir, minorar e combater a reincidência da ocorrência de maus tratos físicos e psíquicos e, em casos extremos, a institucionalização das vítimas	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social

(Continua)

(Continuação)

Prioridades PNAI 2008-2010	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Indicadores (objectivos específicos)
<p>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</p> <p>Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes</p>	Intervenção Familiar e Parental	Comunidade imigrante	Insuficiência de respostas sociais para a comunidade imigrante	Promover a integração social e a diminuição das carências económicas da comunidade imigrante	Criação de um Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAI), que deve integrar a Loja Social proposta, onde seja feito o esclarecimento de todas as dúvidas relacionadas com a imigração, a legalização, a nacionalidade, o reagrupamento familiar, a habitação, o trabalho, a segurança social, o retorno voluntário, a saúde, a educação e o empreendedorismo	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Implementação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza da comunidade imigrante	Divisão de Educação e Acção Social da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
		Pessoas alcoólicas	Sinalização de agregados familiares com a problemática do alcoolismo	Promover a redução do consumo e da dependência do álcool e garantir o apoio psicossocial aos agregados familiares sinalizados	Criação de uma resposta social de Atendimento/Acompanhamento Social	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Pessoas idosas em situação de isolamento	O abandono familiar e as baixas reformas são responsáveis por um número cada vez maior de pessoas idosas em situação de isolamento	Promover a integração social e a diminuição das carências económicas das pessoas idosas em situação de isolamento	Criação de um Centro Voz Amiga, uma linha telefónica de apoio às pessoas idosas em situação de isolamento	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		População carenciada e em situação de risco	Insuficiência de respostas sociais para população carenciada e em situação de risco, em especial as pessoas idosas, as pessoas em situação de dependência, a população isolada, as famílias numerosas e os jovens	Promover a integração social e a diminuição das carências económicas da população carenciada e em situação de risco	Implementação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza das pessoas idosas em situação de isolamento	
					Implementação de um Banco Local de Voluntariado onde seja feita a administração dos diferentes tipos de bens materiais e imateriais, desde a recolha e distribuição de géneros alimentícios, vestuário e mobiliário à organização do voluntariado	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Criação de tarifários reduzidos nas taxas	
					Aplicação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza da população carenciada e em situação de risco	
		Pessoas com dificuldade na aquisição de medicamentos	O crescente envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida, a existência de um número cada vez maior de pessoas com doenças crónicas e as baixas reformas são responsáveis por um aumento do número de pessoas com dificuldades no acesso e na aquisição de medicamentos	Facilitar o acesso e a aquisição de medicamentos	Criação de um Banco de Medicamentos com o objectivo de recolher, armazenar e distribuir gratuitamente os medicamentos a quem mais deles necessita	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Degradação do parque habitacional	Elevado estado de degradação do parque habitacional das pessoas idosas	Melhorar as condições de habitabilidade das pessoas idosas	Incentivo à realização de obras de beneficiação em imóveis propriedade de famílias carenciadas e em situação de risco	
					Apoio da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho na aquisição de materiais de construção ou de mão-de-obra ou na reabilitação de habitação própria ou de edifícios propriedade da Autarquia para posterior arrendamento, sendo a comparticipação variável em função do rendimento	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
					Auxílio da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho no processo de candidatura a programas específicos existentes para o efeito	

(Continua)

(Continuação)

Prioridades PNAI 2008-2010	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Indicadores (objectivos específicos)
<p>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</p> <p>Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes</p>	Intervenção Familiar e Parental	Despovoamento de sectores do território municipal	Existência de sectores do território municipal despovoados, em especial nas Freguesias de Vila Nova da Barca, Ereira e Verride	Rejuvenescimento dos sectores do território municipal despovoados através da atracção e fixação de população jovem	<p>Apoio directo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho na aquisição de terrenos, materiais de construção ou mão-de-obra, na reabilitação de edifícios propriedade da Autarquia ou adquiridos para posterior arrendamento ou venda ou na construção de habitação para posterior venda, sendo a comparticipação variável em função do rendimento do casal</p> <p>Auxílio da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho enquanto intermediária entre a população e o Estado no processo de candidatura a programas específicos existentes para o efeito</p>	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Insuficiência da resposta social de Creche	As respostas sociais de Creche existentes encontram-se, na maioria, muito próximas ou mesmo no limite da sua capacidade máxima, apresentando uma lista de espera de 12 crianças	Criação da resposta social de Creche	Criação de uma resposta social de Creche, preferencialmente na Freguesia de Pereira, e alargamento da resposta social de Creche na Freguesia de Montemor-o-Velho	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
<p>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</p> <p>Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes</p>	Capacitação da Comunidade e das Instituições	Insuficiência da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário	As respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário existentes nas Freguesias de Abrunheira, Arazede e Montemor-o-Velho encontram-se no limite da sua capacidade máxima, apresentando as localizadas nas Freguesias de Carapinheira, Ereira, Meãs do Campo, Pereira, Santo Varão, Tentugal e Verride taxas de utilização entre os 30% e os 90%	Alargamento da resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário	Aumentar a capacidade através da criação ou ampliação, qualificar e estender a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário para 24h e para sete dias por semana na totalidade das instituições, preferencialmente nas Freguesias de Abrunheira, Ereira, Verride e Vila Nova da Barca	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Insuficiência da resposta social de Centro de Dia	As respostas sociais de Centro de Dia existentes nas Freguesias de Arazede e Santo Varão encontram-se no limite da sua capacidade máxima	Alargamento da resposta social de Centro de Dia	Aumentar a capacidade através da criação ou ampliação da resposta social de Centro de Dia, preferencialmente na Freguesia de Arazede	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Insuficiência da resposta social de Lar de Idosos	As respostas sociais de Lar de Idosos existentes encontram-se no limite da sua capacidade máxima ou, em muitos casos, já a ultrapassaram, apresentando uma lista de espera de 435 utentes	Criação da resposta social de Lar de Idosos	Criação de duas respostas sociais de Lar de Idosos	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Insuficiência de respostas sociais para pessoas em situação de dependência	O crescente envelhecimento da população, o aumento da esperança média de vida e a existência de um número cada vez maior de pessoas com doenças crónicas traduz-se num acréscimo do número de pessoas em situação de dependência que requerem grandes exigências sociais e económicas e a definição de medidas e programas específicos e adequados para assegurar a sua qualidade de vida	<p>Assegurar a oferta para as pessoas em situação de dependência impedidas temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar</p> <p>Garantir a permanência em casa e evitar a institucionalização das pessoas em situação de dependência</p>	<p>Criação de duas Unidades de Cuidados Continuados Integrados, uma delas a localizar na Freguesia de Pereira (Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção) e outra em local a definir</p> <p>Criação de uma resposta social de Apoio Domiciliário Integrado que preste um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados de apoio social e de saúde no domicílio durante 24h por dia e sete dias por semana, envolvendo uma intervenção integrada da Segurança Social e da Saúde</p> <p>Redução do isolamento das pessoas em situação de dependência</p> <p>Promoção de estilos de vida saudáveis</p>	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social

(Continua)

(Continuação)

Prioridades PNAI 2008-2010	Eixos de Intervenção	Problema	Avaliação do Problema	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Indicadores (objectivos específicos)
<p>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</p> <p>Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes</p>	<p>Capacitação da Comunidade e das Instituições</p>	Pessoas com deficiência	A exposição das pessoas com deficiência a situações de menor autonomia, escassez de recursos na família, fracos rendimentos, qualificações escolares baixas, falta de aptidões e recursos pessoais e relacionais condiciona as oportunidades de acesso a direitos básicos e a estilos de vida considerados aceitáveis	Assegurar o alojamento das pessoas adultas com deficiência que se encontram impedidas temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar	Criação de uma resposta social de Lar Residencial, preferencialmente na Freguesia de Montemor-o-Velho	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social NE
		Inexistência de respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Em função da evolução da nossa sociedade o número de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico tem vindo a aumentar, continuando, no entanto, esta problemática social a ser esquecida no planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais	Criação de respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Criação de uma resposta social de Fórum Sócio-Ocupacional que vise a reinserção sócio-familiar e/ou profissional ou a eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido das pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, preferencialmente na Freguesia de Montemor-o-Velho	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Insuficiência de apoio às instituições	Falta de meios e recursos materiais e humanos das instituições	Apoiar as instituições	Criação de um Gabinete de Apoio Técnico e Jurídico às instituições Promoção de acções de formação direccionadas aos dirigentes, técnicos, administrativos e auxiliares das instituições	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
		Falta de dinamismo das Comissões Sociais de Freguesia	Fraco envolvimento dos parceiros sociais na resolução dos problemas da sociedade civil	Aumentar a participação de todos os actores sociais	Dinamização do funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social
<p>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</p> <p>Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes</p>	<p>Informação e Acessibilidades</p>	Existência de pessoas com mobilidade reduzida	Problemas de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida na via pública, nos edifícios públicos e nos equipamentos colectivos	Identificar as fragilidades sociais e físicas do território municipal ao nível das acessibilidades e definir prioridades estratégicas para as pessoas com mobilidade reduzida	Implementação do Projecto Rampa	Levantamento de Campo e Relatório da Carta Social



Parte IV | Plano de Acção

O PDS operacionaliza-se através do PA, um instrumento de planeamento da Rede Social, onde, a partir das prioridades do PNAI 2008-2010 e dos eixos de intervenção e objectivos estratégicos e específicos identificados no PDS, se determinam as prioridades, as acções, as metodologias e os parceiros para um horizonte temporal de 1 ano. Trata-se de um documento de acção para a concretização de uma estratégia municipal de intervenção social e dá resposta às linhas orientadoras do desenvolvimento local e às prioridades de intervenção definidas pelo CLAS com base no Diagnóstico Social, nos seus níveis de acção supraconcelhio e concelhio.

Nele devem constar os recursos a utilizar, nomeadamente materiais, relacionais e políticos, as competências específicas necessárias e as redes de relacionamento comunitário e familiar da população-alvo existentes.

À semelhança do PDS, a elaboração do PA seguiu uma metodologia participativa, tentando-se que todos os parceiros e todas as redes existentes no território municipal estivessem representados na equipa técnica que procedeu à sua elaboração. O PA assume-se, assim, como um documento operacional, concertado e concretizado pelos diferentes actores que se encontram a trabalhar no terreno.

Através do PA pretende-se mobilizar activamente os agentes públicos e privados e a sociedade civil para a dinamização e articulação de políticas sociais e de medidas concretas que visem promover a optimização dos recursos existentes e previstos, a sustentabilidade, a articulação, a participação, a inovação e a coesão necessárias para a consolidação de uma intervenção social, estrategicamente planeada e competitiva e inserida num quadro social mais justo e numa sociedade inclusiva.

Este instrumento de planeamento tem por objectivo tornar clara e lógica a sequência das actividades previstas e pretende-se a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.

As propostas apresentadas são direccionadas para problemas e grupos-alvo específicos e vão privilegiar a optimização dos recursos endógenos, no sentido de evitar a dispersão de meios financeiros, materiais e humanos, e a articulação com instrumentos nacionais, regionais e locais. As actividades previstas no PA têm de ser observadas de acordo com uma perspectiva de continuidade e de interligação, dado nem sempre ser possível a sua total concretização no decorrer do prazo de um ano (

Quadro 129).

Eixos de Intervenção	Problema	Objectivos Específicos	Prioridade	Data de início	Data de Fim	Descrição da Acção	Metodologia	Parceiro Responsável pela Acção	Outros Parceiros Envolvidos
Emprego, Formação e Qualificação	Existência de crianças e jovens com fraco enquadramento familiar e com fraco aproveitamento escolar	Promoção de acções de formação para proporcionar a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, alertando para os seus direitos e deveres e para os diversos tipos de discriminação existente (sexo, idade, raça, orientação sexual e pessoas com deficiência)	I	Janeiro a Junho de 2011		Acções previstas no Projecto Educativo dos Agrupamentos de Escolas	Exposições e palestras	Agrupamentos de Escolas	-
			I	Setembro a Dezembro de 2011		Programa Escolhas nas Freguesias de Ligeia e Arazede	Actividades lúdicas e pedagógicas	Associação Fernão Mendes Pinto	-
						Atribuição de Bolsas de Estudo	Aplicação do Regulamento de Bolsas de Estudo	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	-
		Redução das taxas de abandono e de insucesso escolar	I	Junho de 2011		Criação de uma sala de estudo direccionada para os alunos do 1º ao 3º Ciclo do Ensino Básico	Actividades de aprendizagem e de apoio ao estudo	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	-
		Promoção da participação das crianças e jovens em projectos de férias	I	Julho de 2011		Colónias de Férias "Pré-escolar vai à Praia" e "ATL à Beira-Mar"	Actividades lúdicas	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Agrupamentos de Escolas, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II e Instituto da Segurança Social, I.P.
	Pessoas com deficiência	Criação de cursos para a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade no mercado de trabalho com vista a potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência	I	Janeiro de 2011 a Dezembro de 2013		Curso de Empregado de Andares (POPH, Tipologia 6.2.) com dupla certificação na Freguesia de Montemor-o-Velho Curso de Cozinheiro (POPH, Tipologia 6.2.) com dupla certificação na Freguesia de Montemor-o-Velho	Formação em sala e em contexto de trabalho, visitas de estudo e acompanhamento social	APPACDM - Unidade Funcional de Montemor-o-Velho	-
		Promoção da criação de postos de trabalho através da implementação de Empresas de Inserção e de Emprego Protegido com vista à valorização pessoal, social e profissional das pessoas com deficiência, proposta que poderá ser planeada de forma a dar resposta a necessidades existentes no território municipal, nomeadamente o serviço de arranjos ao domicílio previsto no âmbito do Apoio Domiciliário Integrado	I	Outubro a Dezembro de 2011		Criação de um serviço lucrativo de lavandaria e de limpeza de espaços físicos que empregue a população adulta com deficiência inscrita na resposta social de Centro de Actividades Ocupacionais e que responda não só à instituição, mas também à comunidade	-	APPACDM - Unidade Funcional de Montemor-o-Velho	-
		Implementação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza das pessoas com deficiência, em especial na área da educação, formação e emprego, saúde e habitação	I	Janeiro a Junho de 2011		Acções de inserção em meio escolar 2 encontros/seminários temáticos sobre Direitos Humanos e Cidadania dirigidos aos próprios e aos seus significativos ou figuras de apoio (pais, familiares, amigos, profissionais da reabilitação, entre outros)	Actividades desportivas e debates	Agrupamentos de Escolas	-
			I	Setembro a Dezembro de 2011			Planificação e execução pelos beneficiários	APPACDM - Unidade Funcional de Montemor-o-Velho	-

(Continua)
(Continuação)

Eixos de Intervenção	Problema	Objectivos Específicos	Prioridade	Data de início	Data de Fim	Descrição da Acção	Metodologia	Parceiro Responsável pela Acção	Outros Parceiros Envolvidos
Emprego, Formação e Qualificação	Comunidade cigana	Promoção de acções de formação para a sensibilização para a cidadania	I	Janeiro a Junho de 2011 Setembro a Dezembro de 2011		Programa Escolhas Múltiplas	Acções lúdico-pedagógicas dirigidas aos alunos e às famílias	Associação Fernão Mendes Pinto	Agrupamentos de Escolas de Arazede, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Cooperativa Teatro dos Castelos, Filarmónica 25 de Setembro, Instituto Português da Juventude e Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra
		Criação de mecanismos de acompanhamento das condições de inserção da comunidade cigana e de mediação de conflitos, quer ao nível de relações de vizinhança, quer ao nível de relações com outras entidades públicas	I	Janeiro a Dezembro de 2011		Reuniões de mediação de conflitos entre a comunidade cigana e a envolvente	Deslocações ao acampamentos e reuniões com as famílias	Instituto da Segurança Social, I.P.	Programa Escolhas, Agrupamentos de Escolas e Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
		Celebração de protocolos com as forças de segurança para prevenir a criminalidade	I	Setembro a Dezembro de 2011		Acções de prevenção realizadas pela Guarda Nacional Republicana	-	Guarda Nacional Republicana	Programa para a Inclusão e Cidadania, Casa do Povo de Arazede, Associação Fernão Mendes Pinto, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira, Associação de Pais EB2.3 Arazede, Agrupamento de Escolas de Arazede, Agrupamento de Escolas de Gândara-Mar, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Velho e Cantanhede, Academia Musical de Arazede, Guarda Nacional Republicana, Junta de Freguesia de Arazede, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II, Instituto da Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz e Instituto da Segurança Social, I.P.
		Implementação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza da comunidade cigana, em especial na área da educação, formação e emprego, saúde e habitação	I	Setembro de 2010 a Junho de 2011		Curso Programa Integrado de Educação e Formação a decorrer na EB1 de Pelichos	Trabalho com os pais e/ou encarregados de educação e com os alunos	Agrupamento de Escolas de Arazede	Agrupamento de Escolas de Arazede, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Instituto da Segurança Social, I.P.
		Criação de Contratos Emprego-Inserção destinados a Desempregados de Longa Duração e a Beneficiários do Rendimento Social de Inserção enquanto não lhes surgirem alternativas de formação profissional ou de trabalho	I	Abril de 2011		Criação de 2 Contratos Emprego-Inserção na área da animação e de ajudante familiar	Apresentação de candidaturas e sensibilização das Instituições Particulares de Solidariedade Social e Autarquias para a apresentação de candidaturas	Associação Cultural, Desportiva e Social de Ereira	-
	Desempregados de Longa Duração e Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Promoção do combate ao desemprego e da inserção em meio rural	I	Setembro a Dezembro de 2011		Criação de hortas sociais (actividade em planeamento)	-	Associação Diogo de Azambuja e Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Instituições Particulares de Solidariedade Social e Juntas de Freguesia

(Continua)

(Continuação)

Eixos de Intervenção	Problema	Objectivos Específicos	Prioridade	Data de início	Data de Fim	Descrição da Acção	Metodologia	Parceiro Responsável pela Acção	Outros Parceiros Envolvidos
Intervenção Familiar e Parental	Crianças e jovens em situação de perigo	Acompanhamento das crianças e jovens em situação de perigo sinalizados e dos agregados familiares problemáticos com o objectivo de prevenir, minorar e combater a reincidência da ocorrência de negligência e, em casos extremos, a institucionalização das crianças e jovens	I	Janeiro a Dezembro de 2011		Sinalização/accompanhamento de crianças e jovens e feedback externo	Articulação entre parceiros e celebração de acordos de promoção e protecção	Agrupamentos de Escolas, Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	Instituições Particulares de Solidariedade Social, Guarda Nacional Republicana e Ministério Público
		Desenvolvimento das competências parentais em famílias em situação de vulnerabilidade social	I	Abril a Junho de 2011 Outubro de 2011 a Junho de 2012		Acções de educação parental para pais e/ou encarregados de educação de alunos do 1º e 2º CEB das Freguesias de Arazede e Linceia	Acções de promoção da autonomia e desenvolvimento de competências parentais	Programa Escolhas e Associação Fernão Mendes Pinto	Agrupamento de Escolas de Arazede e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
			I	Setembro a Dezembro de 2011		Projecto "Portugal + Feliz", intervenção familiar (projecto em apreciação)		Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	-
		Criação de uma resposta social de Casa Abrigo que assegure o atendimento, apoio e reencaminhamento das pessoas vítimas de violência doméstica, preferencialmente na Freguesia de Montemor-o-Velho, proposta que poderá ser planeada segundo uma perspectiva intermunicipal	III	Outubro a Dezembro de 2011		Criação de uma resposta social de Casa Abrigo	Elaboração do projecto de recuperação do edifício	-	-
	Pessoas vítimas de violência doméstica	Acompanhamento das pessoas vítimas de violência doméstica sinalizadas e dos agregados familiares problemáticos com o objectivo de prevenir, minorar e combater a reincidência da ocorrência de maus tratos físicos e psíquicos e, em casos extremos, a institucionalização das vítimas	I	Janeiro de 2011 a Dezembro de 2013		Gabinete de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica (Tempus, POPH, Tipologia 7.3.) na Freguesia de Montemor-o-Velho da Associação Fernão Mendes Pinto	Atendimento, acompanhamento e articulação inter-institucional	Associação Fernão Mendes Pinto	Casa do Povo de Arazede, Casa do Povo da Abrunheira, Centro Social e Paroquial da Carapinheira, Santa Casa da Misericórdia de Pereira, Guarda Nacional Republicana, Serviço Local de Segurança Social, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II e Ministério Público
			I	Janeiro a Dezembro de 2011		Reuniões temáticas da Rede Local de Atendimento a situações de violência doméstica			
	Comunidade imigrante	Criação de um Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAI), que deve integrar a Loja Social proposta, onde seja feito o esclarecimento de todas as dúvidas relacionadas com a imigração, a legalização, a nacionalidade, o reagrupamento familiar, a habitação, o trabalho, a segurança social, o retorno voluntário, a saúde, a educação e o empreendedorismo	II	Setembro a Dezembro de 2011		Sinalização dos alunos imigrantes	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Eixos de Intervenção	Problema	Objectivos Específicos	Prioridade	Data de início	Data de Fim	Descrição da Acção	Metodologia	Parceiro Responsável pela Acção	Outros Parceiros Envolvidos
Intervenção Familiar e Parental	População carenciada e em situação de risco	Implementação de um Banco Local de Voluntariado onde seja feita a administração dos diferentes tipos de bens materiais e imateriais, desde a recolha e distribuição de géneros alimentícios, vestuário e mobiliário à organização do voluntariado	I	Abril de 2011		Campanha "Montemor Solidário"	Campanha de recolha de bens	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	-
			I	Setembro a Dezembro de 2011		Criação de uma área específica na plataforma dinâmica para a inscrição dos voluntários e das Instituições Particulares de Solidariedade Social promotoras de voluntariado	-	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Instituições Particulares de Solidariedade Social, Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia
		Criação de tarifários reduzidos nas taxas	III	Abril de 2011		Tarifa Social	Aplicação do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Município Montemor-o-Velho	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	-
			I	Projecto em apreciação		Banco de Ajudas Técnicas no âmbito da EDP Solidária	Apoio financeiro a 85 idosos	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira	Núcleo Local de Inserção
		Aplicação de medidas e programas de combate à exclusão social e à pobreza da população carenciada e em situação de risco	III	Setembro a Dezembro de 2011		Cartão Social destinado às famílias carenciadas	Aplicação de Regulamento a criar	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	-
	Pessoas com dificuldade na aquisição de medicamentos		I	Outubro de 2011		Acção de sensibilização subordinada à temática como gerir o dinheiro e os bens alimentares	Identificação das famílias participantes na acção de sensibilização e formação em sala	Instituto da Segurança Social, I.P.	Comissões Sociais de Freguesia, Núcleo Local de Inserção, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II
		Criação de um Banco de Medicamentos com o objectivo de recolher, armazenar e distribuir gratuitamente os medicamentos a quem mais deles necessita	II	Outubro de 2011		Atribuição de medicamentos a famílias carenciadas (projecto em fase de planeamento)	Celebração de protocolos com farmácias aderentes, elaboração de campanhas de recolha junto da comunidade e das farmácias e criação de instrumentos de trabalho e divulgação	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	Farmácias aderentes e Banco Nacional de Medicamentos
		Incentivo à realização de obras de beneficiação em imóveis propriedade de famílias carenciadas e em situação de risco	III	Janeiro a Dezembro de 2011		Isenção do pagamento de taxas em processos de licenciamento de obras	Aplicação do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	-
		Apoio da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho na aquisição de materiais de construção ou de mão-de-obra ou na reabilitação de habitação própria ou de edifícios propriedade da Autarquia para posterior arrendamento, sendo a comparticipação variável em função do Auxílio da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho no processo de candidatura a programas específicos existentes para o efeito	III	Janeiro a Dezembro de 2011		Realização de obras de beneficiação em imóveis propriedade de famílias carenciadas e em situação de risco	Aplicação do Regulamento de Apoio à Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Montemor	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	-
			III	Junho de 2011 a Junho de 2012		Implementação do Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI)	Qualificação habitacional com o objectivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e Instituto da Segurança Social, I.P.	Instituições Particulares de Solidariedade Social e Juntas de Freguesia
	Degradação do parque habitacional		III	Janeiro a Dezembro de 2011		Candidaturas ao Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação própria permanente (SOLARH)	Apoio na instrução de candidaturas e elaboração do relatório técnico	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	-

(Continua)

(Continuação)

Eixos de Intervenção	Problema	Objectivos Específicos	Prioridade	Data de início	Data de Fim	Descrição da Acção	Metodologia	Parceiro Responsável pela Acção	Outros Parceiros Envolvidos
Capacitação da Comunidade e das Instituições	Insuficiência da resposta social de Creche	Criação de uma resposta social de Creche, preferencialmente na Freguesia de Pereira, e alargamento da resposta social de Creche na Freguesia de Montemor-o-Velho	II	Janeiro a Dezembro de 2011		Criar uma resposta social de Creche na Freguesia de Pereira	Construir de raiz um edifício	-	-
						Aumento da capacidade da resposta social de Creche na Freguesia de Montemor-o-Velho	Construir de raiz um edifício	Associação Fernão Mendes Pinto	-
	Insuficiência da resposta social de Centro de Dia	Aumentar a capacidade através da criação ou ampliação da resposta social de Centro de Dia, preferencialmente na Freguesia de Arazede	III	Janeiro a Dezembro de 2011		Criar uma resposta social de Centro de Dia na Freguesia de Arazede	Construir de raiz um edifício para o Centro de Dia da Bunhosa (projecto em apreciação)	Centro Social e Cultural da Bunhosa	-
	Insuficiência da resposta social de Lar de Idosos	Criação de duas respostas sociais de Lar de Idosos	II	Janeiro a Dezembro de 2011		Criação de 2 respostas sociais de Lar de Idosos	Apresentação de candidaturas	Instituições Particulares de Solidariedade Social	-
	Insuficiência de respostas sociais para pessoas em situação de dependência	Criação de duas Unidades de Cuidados Continuados Integrados, uma delas a localizar na Freguesia de Pereira (Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção) e outra em local a definir	III	Janeiro a Dezembro de 2011		Criação da Unidade de Cuidados Continuados Integrados na Freguesia de Pereira	Construir de raiz um edifício	Santa Casa da Misericórdia de Pereira	-
		Criação de uma resposta social de Apoio Domiciliário Integrado que preste um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados de apoio social e de saúde no domicílio durante 24h por dia e sete dias por semana, envolvendo uma intervenção integrada da Segurança Social e da Saúde	II	Setembro a Dezembro de 2011		Implementação do Apoio Domiciliário Integrado na Freguesia de Abrunheira	-	Casa do Povo de Abrunheira e Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II	-
						Implementação do serviço de Teleassistência			
		Redução do isolamento das pessoas em situação de dependência	III	Setembro a Dezembro de 2011		O serviço de Teleassistência implica a instalação em casa do idoso de um telefone especial que, em caso de emergência, basta accionar um botão de alarme para a central enviar a ajuda ao domicílio	-	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Pereira, Instituto da Segurança Social, I.P. e Ministério da Saúde	-
						O serviço de Teleassistência pode ainda ser complementado com a possibilidade de associar outros números predefinidos que permitam o acesso a diferentes serviços			
	Promoção de estilos de vida saudáveis		I	Setembro a Dezembro de 2011		Sessões temáticas a cuidadores formais e informais na área de prestação de cuidados a pessoas idosas	-	Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II	-

(Continua)

(Continuação)

Eixos de Intervenção	Problema	Objectivos Específicos	Prioridade	Data de início	Data de Fim	Descrição da Acção	Metodologia	Parceiro Responsável pela Acção	Outros Parceiros Envolvidos
Capacitação da Comunidade e das Instituições	Falta de dinamismo no funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia	Dinamização do funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia	I	Setembro a Dezembro de 2011		Acções de sensibilização para identificação das pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade social	-	Rede Social	Guarda Nacional Republicana
						Acções de informação sobre as causas e as consequências da violência doméstica	-		
Informação e Acessibilidades	Existência de pessoas com mobilidade reduzida	Implementação do Projecto Rampa	I	Outubro a Dezembro de 2011		Acções de comunicação e divulgação do projecto, promovendo a participação dos municípios e entidades locais	-	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Programa Operacional Potencial Humano - Tipologia 6.5	-
						Elaboração do Plano da Promoção da Acessibilidade	-		

Algumas Considerações Finais

A elaboração da Carta Social do Município de Montemor-o-Velho surge no seguimento da necessidade de desenvolver um instrumento de planeamento contendo a informação mais relevante relativa à rede de serviços e equipamentos sociais.

O desenvolvimento deste instrumento de planeamento pretende fazer do território municipal um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Para que o projecto possa atingir os seus objectivos, este, para além de integrar um diagnóstico do sistema social, incluiu ainda um conjunto de questões relevantes para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais e uma componente dinâmica. O conhecimento do território, da demografia, que inclui as projecções demográficas a 2021, quer da população residente total, em geral, quer por população e grupo-alvo, em particular, da educação, da saúde e do lazer e turismo assume um papel preponderante para a percepção da realidade presente e futura do território.

A integração de todas estas variáveis numa plataforma dinâmica que permite, além da simples consulta da informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, a visualização e actualização de todos os níveis de informação que integram este projecto ou mesmo a introdução de novas variáveis, permitiu que este se assumisse como uma ferramenta de ordenamento do território por excelência.

A Carta Social do Município de Montemor-o-Velho é, assim, composta por duas componentes fundamentais, uma primeira, o relatório, entendido como um documento estático, e uma segunda, a plataforma dinâmica, que se assume como um instrumento de trabalho de carácter intemporal e dotado de uma capacidade de resposta em tempo real que proporciona ao utilizador e a quem planeia uma capacidade de previsão e decisão impensável até há uma ou duas décadas atrás.

Este projecto pretendeu, deste modo, ser um instrumento multi-usos de extrema flexibilidade nos domínios da investigação social, da preparação da tomada de decisão e da facilidade de acesso à informação.

Para o cumprimento da finalidade a que se propôs, na sua componente de relatório este projecto é constituído por três partes distintas, o Diagnóstico Social, o PDS e o PA.

No PDS foi efectuada, com base no Diagnóstico Social, a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento local e das prioridades de intervenção para um horizonte temporal de 3 anos.

O PDS assume-se, assim, como um documento estruturante, participado e prospectivo que é acordado como matriz orientadora para a dinamização e articulação das políticas sociais e das medidas concretas de um território.

A elaboração do PDS seguiu uma metodologia participativa, tentando-se que todos os parceiros e todas as redes existentes no território municipal estivessem representados na equipa técnica que procedeu à sua elaboração.

O PDS operacionaliza-se através do PA, um instrumento de planeamento, onde, a partir das prioridades do PNAI 2008-2010 e dos eixos de intervenção e objectivos estratégicos e específicos identificados no PDS, se determinaram as prioridades, as acções, as metodologias e os parceiros para um horizonte temporal de 1 ano.

Este instrumento de planeamento tem por objectivo tornar clara e lógica a sequência das actividades previstas e pretende-se a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também preventivos e indutores de processos de mudança.

Através destas ferramentas pretendeu-se mobilizar activamente os agentes públicos e privados e a sociedade civil para a dinamização e articulação de políticas sociais e de medidas concretas que visem promover a optimização dos recursos existentes e previstos.

Conceitos como a sustentabilidade, a articulação, a participação, a inovação e a coesão foram fundamentais para a consolidação de uma intervenção social, estrategicamente planeada e competitiva e inserida num quadro social mais justo e numa sociedade inclusiva.

Bibliografia

- Amaral, M. F. e Vicente, M. O. (2000)** – “Grau de dependência dos idosos inscritos no Centro de Saúde de Castelo Branco”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, volume 18, n.º 2;
- Bonfim, C. J., Garrido, M. M., Saraiva, M. E. e Veiga, S. M. (1996)** – *Guião Técnico n.º 3*, Direcção Geral de Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;
- Bonfim, C. J. e Saraiva, M. E. (1996)** – *Guião Técnico n.º 8*, Direcção Geral de Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;
- Bonfim, C. J., Saraiva, M. E., Curto, M. J., Abrantes, M. L. e Ferreira, S. P. (2000)** – *Guião Técnico n.º 15*, Direcção Geral de Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;
- Bonfim, C. J. e Veiga, S. M. (1996)** – *Guião Técnico n.º 7*, Direcção Geral de Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;
- Constituição da República, Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, *Diário da República*, n.º 155, I Série – A, Lisboa;
- Convenção sobre os Direitos da Criança, Decreto do Presidente da República n.º 49/90 de 12 de Setembro, *Diário da República*, n.º 211, I Série – A, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *IX Recenseamento Geral da População*, 1950, tomo I, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *IX Recenseamento Geral da População*, 1950, tomo II, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *X Recenseamento Geral da População*, 1960, tomo I, volume 1º Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *11º Recenseamento da População*, 1970, estimativa a 20%, 1º volume, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *Recenseamentos da População e da Habitação*, 1981, Distrito de Coimbra, resultados definitivos, XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *Censos 1991*, resultados definitivos, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *Censos 2001*, resultados definitivos, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – Estimativas definitivas de população residente intercensitárias: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 1991/2000, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 2001/2002, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 2003, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – Estimativas provisórias de população residente: Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 2004, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística** – *Dados comparativos 1991-2001*, cd-rom, versão 1.0, XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa;
- Instituto Nacional de Estatística e Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1999)** – *Indicadores urbanos do continente*, Lisboa;
- Macedo, E. D. (1998)** – *Guião Técnico n.º 13*, Direcção Geral de Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;
- Ré, O. (coord), Martins, A. C., Dias, E. S., Ramos, E., Guerra, F., Miralto, I., Nogueira, J. M., Silveira, R. e Costa, V. (2000)** – Carta Social – Rede de serviços e equipamentos, DEEP – Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, Lisboa;
- Rocha, M. B. P., Couceiro, M. E. e Madeira, M. I. R. (1996)** – *Guião Técnico n.º 4*, Direcção Geral de Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa;
- Serviço Meteorológico Nacional (1965)** – “Normais climatológicas do continente, Açores e Madeira correspondentes a 1931-1960”, *O clima de Portugal*, fascículo XIII, Serviço Meteorológico Nacional, Lisboa.

Endereços na Internet

<http://www.bancoalimentar.pt>
<http://www.cartasocial.pt>
<http://www.dgeep.mtss.gov.pt>
<http://www.idt.pt>
<http://www.iefp.pt>
<http://www.ine.pt>
<http://www.mtss.gov.pt>
<http://www.seg-social.pt>
<http://www.socialgest.pt>

Legislação

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, *Diário da República*, n.º 204, I Série – A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio, *Diário da República*, n.º 117, I Série – A, Assembleia da República, Lisboa;

Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto, *Diário da República*, n.º 193, I Série – A, Assembleia da República, Lisboa;

- Lei n.º 45/2005 de 29 de Agosto, *Diário da República*, n.º 165, I Série – A, Assembleia da República, Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 247/89 de 5 de Agosto, *Diário da República*, n.º 179, Série I, Ministério do Emprego e Segurança Social, Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30 de Dezembro, *Diário da República*, n.º 300, I Série – A, Ministério do Trabalho e Solidariedade, Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 283/2003 de 8 de Novembro, *Diário da República*, n.º 259, I Série – A, Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23 de Fevereiro, *Diário da República*, n.º 39, I Série – A, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, *Diário da República*, n.º 114, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, *Diário da República*, n.º 4, I Série, Ministério da Educação, Lisboa;
- Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro, *Diário da República*, n.º 36, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;
- Despacho Conjunto n.º 891/99, *Diário da República*, n.º 244, II Série, Ministério da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro de 1997, *Diário da República*, n.º 267 Série I, Conselho de Ministros, Lisboa;
- Portaria n.º 348-A/98 de 18 de Junho, *Suplemento do Diário da República*, n.º 138, I Série – B, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa;
- Portaria n.º 396/2007 de 2 de Abril, *Diário da República*, n.º 65, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;
- Portaria n.º 285/2008 de 10 de Abril, *Diário da República*, n.º 71, Série I, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa;
- Declaração de Rectificação n.º 10-O/98, *Diário da República*, n.º 125, Série I, Conselho de Ministros, Lisboa;
- Regulamento (CEE) n.º 3730/87 de 10 de Dezembro, *Jornal Oficial da União Europeia*, L 352 de 15 de Dezembro de 1987, Comissão Europeia;
- Regulamento (CEE) n.º 3149/92 de 29 de Outubro, *Jornal Oficial da União Europeia*, L 313 de 30 de Outubro de 1992, Comissão Europeia;
- Declaração Universal dos Direitos do Homem, *Diário da República*, n.º 57/78, I Série – A, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.



Índice de Quadros

Quadro 1 - Matriz de enquadramento lógico de 2008-2010.	17
Quadro 2 - População residente por freguesia no Município de Montemor-o-Velho de 1981 a 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 3 - Evolução da população residente e variação populacional no Município de Montemor-o-Velho de 1981 a 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 4 - Evolução da população residente no Município de Montemor-o-Velho de 1991 a 2007.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 5 - Variação da população residente por freguesia no Município de Montemor-o-Velho entre 1981 e 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 6 - Nados-vivos por freguesia no Município de Montemor-o-Velho de 1991 a 2007.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 7 - Óbitos por freguesia no Município de Montemor-o-Velho de 1991 a 2007.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 8 - Dinâmica natural no Município de Montemor-o-Velho entre 1991 e 2007.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 9 - Dinâmica natural por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 1991 e 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 10 - Dinâmica da população por freguesia no Município de Montemor-o-Velho entre 1991 e 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 11 - População residente no Município de Montemor-o-Velho, segundo os grandes grupos etários de 1981 a 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 12 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária no Município de Montemor-o-Velho em 1991 e 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 13 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e grupo etário, no Município de Montemor-o-Velho em 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 14 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e sexo, por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 15 - População residente, sobreviventes e variação no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 16 - População residente, sobreviventes e variação no Município de Montemor-o-Velho, com saldo migratório entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 17 - Nados-vivos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 18 - Taxa de natalidade no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021 (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 19 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 0 a 4 anos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 20 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 5 a 9 anos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 21 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 10 a 14 anos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 22 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 15 a 19 anos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 23 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 65 e mais anos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 24 - População residente, sobreviventes e variação no grupo etário 70 e mais anos no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 25 - População total residente e sobreviventes por grupo etário no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 26 - População masculina residente e sobreviventes por grupo etário no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 27 - População feminina residente e sobreviventes por grupo etário no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 28 - População residente, sobreviventes e variação por escalão etário no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 29 - Índice de envelhecimento e estrutura da população no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021 (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 30 - Índice de envelhecimento por freguesia no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021 (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 31 - Índice de dependência por freguesia no Município de Montemor-o-Velho entre 2001 e 2021 (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 32 - População residente segundo a nacionalidade.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 33 - População residente segundo o país de origem.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 34 - Tipos de famílias.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 35 - Número de pessoas por família (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 36 - Famílias clássicas segundo a dimensão.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 37 - Variação das famílias clássicas segundo a dimensão entre 1991 e 2001 (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 38 - Famílias Clássicas segundo a estrutura etária dos membros da família em 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 39 - Tipo de utilização dos edifícios.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 40 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 41 - Edifícios segundo o número de pavimentos.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 42 - Edifícios segundo o número de alojamentos (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 43 - Edifícios segundo o número de alojamentos (%)	Erro! Marcador não definido.
Quadro 44 - Edifícios segundo a existência de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos em 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 45 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 46 - Alojamentos familiares clássicos segundo as condições dos alojamentos (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 47 - População activa e variação.	Erro! Marcador não definido.

Quadro 48 - Taxa de actividade (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 49 - População empregada segundo o sector de actividade.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 50 - População empregada segundo situação na profissão.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 51 - População empregada segundo os grupos de profissões em 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 52 - População desempregada, variação e taxa de desemprego.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 53 - População residente desempregada segundo o principal meio de vida (pessoas por 1000 desempregados).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 54 - População residente desempregada segundo o principal meio de vida (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 55 - Pensionistas (pessoas por 1000 habitantes).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 56 - Pensionistas (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 57 - Variação dos pensionistas (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 58 - Pensões anuais por beneficiário (Euros).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 59 - Beneficiários de subsídio de desemprego (pessoas por 1000 habitantes).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 60 - Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 61 - Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 62 - Subsídio de desemprego anual por desempregado (Euros).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 63 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (pessoas por 1000 habitantes).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 64 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 65 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por grupo etário (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 66 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por tipo de família (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 67 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por tipo de família (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 68 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo o valor da prestação mensal (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 69 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo o valor da prestação mensal (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 70 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo a duração da prestação (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 71 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção segundo a duração da prestação (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 72 - Indicador <i>per capita</i> .	Erro! Marcador não definido.
Quadro 73 - Oferta e procura da rede educativa por freguesia no Município de Montemor-o-Velho no ano lectivo 2008/2009.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 74 - População residente segundo o nível de ensino atingido por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 2001.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 75 - Analfabetos com 10 ou mais anos por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 1991 e 2001 (Nº).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 76 - Taxa de analfabetismo por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 1991 e 2001 (%).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 77 - População residente segundo o nível de ensino atingido no Município de Montemor-o-Velho em 2001 (Nº e %).	Erro! Marcador não definido.
Quadro 78 - Infra-estruturas básicas de saúde por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 2002.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 79 - Serviços complementares de diagnóstico por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 2002.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 80 - Médicos segundo as especialidades no Município de Montemor-o-Velho em 2004.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 81 - Consultas efectuadas nos centros de saúde ou extensões segundo as especialidades no Município de Montemor-o-Velho em 2004.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 82 - Indicadores de saúde no Município de Montemor-o-Velho em 2004.	Erro! Marcador não definido.
Quadro 83 - Lazer e turismo no Município de Montemor-o-Velho.	72
Quadro 84 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	79
Quadro 85 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.	80
Quadro 86 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.	81
Quadro 87 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.	83
Quadro 88 - Distribuição das respostas sociais, segundo a população-alvo e tipo, por freguesia.	84
Quadro 89 - Rede de serviços e equipamentos sociais.	87
Quadro 90 - Rede de entidades gestoras dos equipamentos sociais.	88
Quadro 91 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.	90
Quadro 92 - Caracterização geral da resposta social Creche.	92
Quadro 93 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Creche.	93
Quadro 94 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Creche.	94

Quadro 95 - Fontes de financiamento da resposta social Creche.....	94
Quadro 96 - Caracterização geral da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	95
Quadro 97 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	97
Quadro 98 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	97
Quadro 99 - Fontes de financiamento da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	97
Quadro 100 - Caracterização geral da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.....	98
Quadro 101 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.....	100
Quadro 102 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.....	100
Quadro 103 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.....	100
Quadro 104 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Intervenção Precoce.....	102
Quadro 105 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Intervenção Precoce.....	102
Quadro 106 - Fontes de financiamento da resposta social Intervenção Precoce.....	102
Quadro 107 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.....	103
Quadro 108 - Caracterização geral da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.....	105
Quadro 109 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.....	106
Quadro 110 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.....	107
Quadro 111 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.....	107
Quadro 112 - Fontes de financiamento da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.....	107
Quadro 113 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Convívio.....	108
Quadro 114 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Convívio.....	109
Quadro 115 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Convívio.....	109
Quadro 116 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Convívio.....	109
Quadro 117 - Caracterização geral da resposta social Centro de Dia.....	110
Quadro 118 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Dia.....	112
Quadro 119 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Dia.....	112
Quadro 120 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Dia.....	112
Quadro 121 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Dia.....	113
Quadro 122 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Noite.....	114
Quadro 123 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Noite.....	114
Quadro 124 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o motivo de inscrição, na resposta social Centro de Noite.....	115
Quadro 125 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Noite.....	115
Quadro 126 - Caracterização geral da resposta social Lar de Idosos.....	116
Quadro 127 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Lar de Idosos.....	117
Quadro 128 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Lar de Idosos.....	118
Quadro 129 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o motivo de inscrição, na resposta social Lar de Idosos.....	118
Quadro 130 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Lar de Idosos.....	119
Quadro 131 - Fontes de financiamento da resposta social Lar de Idosos.....	119
Quadro 132 - Caracterização geral da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.....	120
Quadro 133 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, na resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.....	121
Quadro 134 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.....	121
Quadro 135 - Caracterização dos recursos humanos da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.....	121
Quadro 136 - Fontes de financiamento da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.....	122
Quadro 137 - Rede de outras políticas, programas e medidas.....	128
Quadro 138 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, do Programa Escolhas.....	129
Quadro 139 - Caracterização do Centro de Recursos para a Inclusão.....	131
Quadro 140 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, do programa "Dar Mais Vida aos Anos".....	132
Quadro 141 - Caracterização da oferta formativa da Formação Profissional.....	133

Quadro 142 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, da Formação Profissional.....	133
Quadro 143 - Caracterização da população utente, segundo as acções frequentadas, do Projecto Gerações.....	135
Quadro 144 - Caracterização da oferta formativa da Empresa de Inserção.....	138
Quadro 145 - Caracterização da população utente, segundo o motivo de ingresso, da Empresa de Inserção.....	138
Quadro 146 - Síntese da rede de serviços e equipamentos sociais.....	144
Quadro 147 - Análise SWOT.....	146
Quadro 148 - Serviços e equipamentos sociais que encerraram após o levantamento de campo.....	152
Quadro 149 - Serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo.....	152
Quadro 150 - Serviços e equipamentos sociais previstos.....	153
Quadro 151 - Plano de Desenvolvimento Social.....	153
Quadro 152 - Plano de Acção.....	161

Índice de Figuras

Figura 1 - Acesso à plataforma dinâmica.....	24
Figura 2 - Visualização das características de um equipamento social.....	24
Figura 3 - Construção de gráficos.....	25
Figura 4 - Construção de Pirâmides Etárias.....	25
Figura 5 - Visualização da Informação Geográfica.....	25
Figura 6 - Enquadramento administrativo do Município de Montemor-o-Velho.....	32
Figura 7 - Hipsometria.....	34
Figura 8 - Declives.....	34
Figura 9 - Declives preferenciais.....	35
Figura 10 - Gráfico termopluiométrico da estação meteorológica de Montemor-o-Velho.....	35
Figura 11 - Rede de acessibilidades.....	36
Figura 12 - Evolução do construído na Freguesia de Montemor-o-Velho.....	38
Figura 13 - Carta de Ocupação do Solo do Município de Montemor-o-Velho.....	38
Figura 14 - População residente por Freguesia no Município de Montemor-o-Velho de 1981 a 2001.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 15 - População residente em 2001 e variação populacional entre 1991 e 2001 por Freguesia no Município de Montemor-o-Velho.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 16 - Evolução da população residente no Município de Montemor-o-Velho de 1981 a 2001.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 17 - Evolução da população residente no Município de Montemor-o-Velho de 1991 a 2007.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 18 - Variação da população residente por freguesia no Município de Montemor-o-Velho entre 1991 e 2001.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 19 - Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural no Município de Montemor-o-Velho de 1991 a 2007.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 20 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural por freguesia no Município de Montemor-o-Velho em 2001.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 21 - População residente no Município de Montemor-o-Velho, segundo os grandes grupos etários de 1981 a 2001.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 22 - Pirâmide etária da população residente no Município de Montemor-o-Velho entre 1991 e 2001.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 23 - Distribuição das entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.....	79
Figura 24 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.....	80
Figura 25 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por freguesia.....	81
Figura 26 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, no Município.....	82
Figura 27 - Distribuição dos equipamentos sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.....	82
Figura 28 - Distribuição das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, por população-alvo e tipo.....	83
Figura 29 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no Município.....	84
Figura 30 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, no Município.....	84
Figura 31 - Distribuição das respostas sociais, segundo o grupo-alvo, por freguesia.....	85
Figura 32 - Distribuição das respostas sociais, segundo o tipo, por freguesia.....	85
Figura 33 - Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social.....	85
Figura 34 - Início de funcionamento das respostas sociais.....	86
Figura 35 - Capacidade das respostas sociais, segundo a natureza jurídica da entidade gestora, no Município.....	86
Figura 36 - Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais, segundo a população-alvo, no Município.....	86
Figura 37 - Distribuição das respostas sociais, para Infância e Juventude, por freguesia.....	91
Figura 38 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Creche, por freguesia.....	92
Figura 39 - Distribuição da resposta social Creche, por freguesia.....	93
Figura 40 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Creche.....	93
Figura 41 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Creche.....	94
Figura 42 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia.....	95
Figura 43 - Distribuição da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar, por freguesia.....	96
Figura 44 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	96
Figura 45 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Estabelecimento de Educação Pré-escolar.....	97
Figura 46 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres, por freguesia.....	98
Figura 47 - Distribuição da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres, por freguesia.....	99

Figura 48 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.	100
Figura 49 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades de Tempos Livres.	100
Figura 50 - Distribuição da resposta social Intervenção Precoce, por freguesia.	101
Figura 51 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da resposta social Intervenção Precoce.	102
Figura 52 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Intervenção Precoce.	102
Figura 53 - Distribuição das respostas sociais, para População Adulta, por freguesia.	104
Figura 54 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.	105
Figura 55 - Distribuição da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.	106
Figura 56 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.	106
Figura 57 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.	107
Figura 58 - Distribuição da resposta social Centro de Convívio, por freguesia.	108
Figura 59 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Convívio. Erro! Marcador não definido.	
Figura 60 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Centro de Dia, por freguesia.	110
Figura 61 - Distribuição da resposta social Centro de Dia, por freguesia.	111
Figura 62 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Dia.	112
Figura 63 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Dia.	112
Figura 64 - Distribuição da resposta social Centro de Noite, por freguesia.	113
Figura 65 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Noite.	114
Figura 66 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Noite.	114
Figura 67 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Centro de Noite.	114
Figura 68 - Capacidade, frequência e utentes com e sem acordo da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.	116
Figura 69 - Distribuição da resposta social Lar de Idosos, por freguesia.	117
Figura 70 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos.	117
Figura 71 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Lar de Idosos.	118
Figura 72 - Caracterização da população em lista de espera, segundo o sexo, idade e grau de dependência, da resposta social Lar de Idosos.	118
Figura 73 - Distribuição da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais, por freguesia.	120
Figura 74 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e tipo de deficiência, da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.	121
Figura 75 - Freguesias de residência da população utente da resposta social Centro de Actividades Ocupacionais.	121
Figura 76 - Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mês e ano.	123
Figura 77 - Evolução dos montantes processados no Rendimento Social de Inserção por mês e ano.	123
Figura 78 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Rendimento Social de Inserção.	123
Figura 79 - Freguesias de residência dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.	123
Figura 80 - Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente por freguesia.	124
Figura 81 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos e freguesia de residência, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.	124
Figura 82 - Caracterização dos agregados familiares, segundo a tipologia e freguesia de residência, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.	124
Figura 83 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o estado civil e freguesia de residência, dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.	124
Figura 84 - Caracterização dos beneficiários do CSI por sexo e idade.	125
Figura 85 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.	126
Figura 86 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.	126
Figura 87 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.	126
Figura 88 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.	127
Figura 89 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.	127
Figura 90 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.	127

Figura 91 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, do Programa Escolhas.	129
Figura 92 - Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, por agrupamento de escolas do Centro de Recursos para a Inclusão.....	130
Figura 93 - Freguesias de residência das crianças e jovens por agrupamento de escolas do Centro de Recursos para Inclusão.	131
Figura 94 - Caracterização das crianças e jovens, segundo os apoios prestados, por agrupamento de escolas do Centro de Recursos para Inclusão..	131
Figura 95 - Caracterização da população utente, segundo o sexo, idade e grau de dependência, do programa "Dar Mais Vida aos Anos".....	132
Figura 96 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da Formação Profissional.....	133
Figura 97 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e idade, do Banco Alimentar Contra a Fome.....	136
Figura 98 - Caracterização dos beneficiários, segundo o sexo e estado civil, do Banco Alimentar Contra a Fome.....	136
Figura 99 - Caracterização dos beneficiários, segundo a situação profissional, do Banco Alimentar Contra a Fome.	137
Figura 100 - Caracterização dos agregados familiares, segundo o número de elementos, dos beneficiários do Banco Alimentar Contra a Fome.....	137
Figura 101 - Caracterização dos elementos dos agregados familiares dos beneficiários do Banco Alimentar Contra a Fome.	137
Figura 102 - Caracterização dos agregados familiares, segundo as situações problemáticas, dos beneficiários do Banco Alimentar Contra a Fome.....	137
Figura 103 - Caracterização da população utente, segundo o sexo e idade, da Empresa de Inserção.	138
Figura 104 - Caracterização das crianças e jovens, segundo a idade, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.	140
Figura 105 - Freguesias de residência das crianças e jovens da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.....	140
Figura 106 - Relação entre o número de crianças e jovens da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e a população residente no grupo etário dos 0 aos 19 anos por freguesia.	140
Figura 107 - Caracterização das crianças e jovens, segundo os motivos de intervenção, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.....	140
Figura 108 - Parâmetros orientadores da programação da rede de serviços e equipamentos sociais.....	150

Índice Geral

ALGUMAS NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	5
PARTE I ENQUADRAMENTO DO PROJECTO.....	10
A. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
1. Conceitos de Pobreza e Dimensões de Análise.....	13
2. Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010.....	13
2.1. Estratégia Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010.....	13
3. Programa Rede Social: estrutura orgânica e instrumentos de planeamento.....	14
3.1. Programa Rede Social no Município.....	15
3.2. Linhas Estratégicas para a Plataforma Territorial Supraconcelhia do Baixo Mondego: matriz de enquadramento lógico 2008-2010.....	16
B. CARTA SOCIAL.....	19
1. Âmbito, Natureza e Objectivos.....	21
2. Metodologia e Técnicas Utilizadas.....	22
PARTE II DIAGNÓSTICO SOCIAL.....	27
C. ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO.....	29
1. Território.....	31
1.1. Localização.....	31
1.2. Caracterização Física.....	31
1.3. Rede de Acessibilidades.....	35
1.4. Evolução do Construído.....	37
2. Demografia.....	40
2.1. Evolução e distribuição da população: um território desigual.....	40
2.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.....	43
2.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência.....	46
2.3.1. População residente com dificuldades.....	48
2.4. Volume e características da população nas primeiras décadas do século XXI: principais tendências.....	51
3. Socioeconomia.....	57
3.1. Nacionalidade da população residente.....	57
3.2. Tipologia das famílias.....	57
3.3. Caracterização da habitação.....	60
3.4. Atividade económica.....	62
3.5. Nível de vida (Poder de Compra).....	68
4. Educação.....	68
4.1. Oferta e procura da rede educativa.....	68
4.2. Nível de ensino atingido pela população residente.....	69
5. Saúde.....	71
5.1. Infraestruturas básicas e serviços complementares.....	71
5.2. Indicadores de saúde.....	71
6. Lazer e Turismo.....	71
PARTE II DIAGNÓSTICO SOCIAL.....	75
D. MECANISMOS DE ACÇÃO SOCIAL DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL.....	77
1. Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.....	79
1.1. Análise Global.....	79
1.1.1. Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais.....	79
1.1.1.1. Distribuição das entidades gestoras segundo a natureza jurídica.....	79
1.1.2. Equipamentos Sociais.....	80

1.1.2.1. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora	80
1.1.2.2. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a população-alvo	81
1.1.3. Respostas Sociais	82
1.1.3.1. Distribuição das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora	82
1.1.3.2. Distribuição das respostas sociais segundo a população-alvo	83
1.1.3.3. Modo de inserção das respostas sociais no equipamento social	85
1.1.3.4. Início de funcionamento das respostas sociais	85
1.1.3.5. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica da entidade gestora	86
1.1.3.6. Capacidade, frequência, lotação do acordo e utentes com e sem acordo das respostas sociais segundo a população-alvo	86
1.2. Análise das Respostas Sociais por População-Alvo	90
1.2.1. Infância e Juventude	90
1.2.1.1. Crianças e Jovens	91
1.2.1.1.1. Creche	91
1.2.1.1.2. Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	94
1.2.1.1.3. Centro de Actividades de Tempos Livres	97
1.2.1.2. Crianças e Jovens com Deficiência	100
1.2.2. População Adulta	102
1.2.2.1. Pessoas Idosas	104
1.2.2.1.1. Serviço de Apoio Domiciliário	105
1.2.2.1.2. Centro de Convívio	108
1.2.2.1.3. Centro de Dia	109
1.2.2.1.4. Centro de Noite	113
1.2.2.1.5. Lar de Idosos	115
1.2.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência	119
1.2.2.2.1. Centro de Actividades Ocupacionais	119
2. Prestações Pecuniárias	122
2.1. Rendimento Social de Inserção	122
2.1.1. Caracterização da população utente	123
2.1.2. Caracterização dos agregados familiares	124
2.2. Complemento Solidário para Idosos	125
3. Prestações em Espécie	125
3.1. Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	125
3.1.1. Caracterização da população utente	126
3.1.2. Caracterização dos agregados familiares	126
4. Outras Políticas, Programas e Medidas	127
4.1. Infância e Juventude	128
4.1.1. Crianças e Jovens	128
4.1.1.1. Programa Escolhas	128
4.1.1.1.1. Caracterização da população utente	129
4.1.2. Crianças e Jovens com Deficiência	129
4.1.2.1. Centro de Recursos para a Inclusão	129
4.1.2.1.1. Caracterização das crianças e jovens	130
4.1.2.2. Projecto Integrado de Intervenção Precoce	131
4.2. População Adulta	132
4.2.1. Pessoas Idosas	132
4.2.1.1. Programa "Dar Mais Vida aos Anos"	132
4.2.1.1.1. Caracterização da população utente	132
4.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência	133
4.2.2.1. Formação Profissional	133
4.2.2.1.1. Caracterização da oferta formativa	133
4.2.2.1.2. Caracterização da população utente	133
4.2.2.2. Programa "Manutenção e Limpeza das Zonas Históricas do Concelho"	133
4.3. Família e Comunidade	134
4.3.1. Família e Comunidade em Geral	134
4.3.1.1. Projecto Gerações	134

4.3.1.2. Projecto Participa.....	135
4.3.1.3. Programa “Clique Solidário”	135
4.3.1.4. Banco Alimentar Contra a Fome	136
4.3.1.4.1. Caracterização da população utente	136
4.3.1.4.2. Caracterização dos agregados familiares	137
4.3.1.5. Empresa de Inserção.....	137
4.3.1.6. Comissões Fabriqueiras	139
5. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	139
5.1. Caracterização das crianças e jovens.....	139
F. SÍNTESE DIAGNÓSTICA	141
PARTE III PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	147
PARTE IV PLANO DE ACÇÃO.....	159
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
BIBLIOGRAFIA	169
ÍNDICE DE QUADROS	173
ÍNDICE DE FIGURAS	179
ÍNDICE GERAL.....	185
Notas de Fim	191

NOTAS DE FIM

¹ O declive consiste na inclinação da superfície topográfica relativamente a um plano horizontal, que pode tomar-se decisivo na instalação de novos equipamentos. Aliás, existem mesmo algumas considerações sobre os limiares dos declives e a edificação de infra-estruturas. Por norma são considerados declives preferenciais para a instalação de novos equipamentos os declives situados entre os 0° e os 2° (embora, por vezes, deva ser tida em consideração que a drenagem pode observar-se como bastante dificultada). Entre os 2° e os 17° encontram-se os declives que requerem já alguns cuidados, sendo os custos de construção acima do limiar dos 10° inflacionados, por força da necessidade de obras acrescidas, como por exemplo, trabalhos de terraplanagem. Os 17° apresentam-se como o limiar máximo, valor a partir do qual se começam a sentir problemas graves ao nível de movimentos de terreno, facto que motivou mesmo a sua integração em REN.

² Actualização de 1995 da COS'90 – Cartografia de Ocupação do Solo, 1/25 000, elaborada a partir de imagens classificadas de 1990 e 1991, disponibilizada, em formato digital, pelo Instituto Geográfico Português.

ⁱⁱⁱ Integram as Áreas Predominantemente Urbanas (APU) as seguintes situações:

Freguesias urbanas;

Freguesias semi-urbanas contíguas às freguesias urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

Freguesias semi-urbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;

Freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5 000 habitantes.

Integram as Áreas Mediamente Urbanas (AMU) as seguintes situações:

Freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana;

Freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana.

Integram as Áreas Predominantemente Rurais (APR) os restantes casos.

^{iv} Importa referir que do total de 55 estabelecimentos de ensino existentes no Município de Montemor-o-Velho oito correspondem, na realidade, a salas de apoio, nomeadamente as EB1's Bebedouro, Faíscas, Pelichos, Resgatados e Liceia, que funcionam como espaços da EB1 Arazede, as EB1's Abrunheira e Ereira, que funcionam como salas de apoio da EB1 Montemor-o-Velho, e a EB1 Ribeira de Moinhos, que funciona como espaço da EB1 Carapinheira.

⁵ Com excepção do ATL Amieiro, do qual não dispomos de inquérito, uma vez que à data do levantamento de campo este se encontrava desactivado, embora o

Acordo com a Segurança Social ainda se encontrasse em vigor, a rede de serviços e equipamentos sociais do Município de Montemor-o-Velho considerada no presente relatório inclui os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação, bem como o Estabelecimento de Educação Pré-escolar "O Ninho da Luz, Lda", que no momento do levantamento de campo se encontravam a funcionar com a situação por regularizar.

⁶ Os dados trabalhados no presente relatório são referentes a Setembro de 2007, momento a que se reporta o levantamento de campo, posteriormente actualizados no que respeita às valências ou outras respostas sociais encerradas ou em funcionamento pós-levantamento.

⁷ A natureza jurídica pode ser pertencente à rede solidária ou à rede privada, sendo que a rede solidária integra entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e a rede privada apenas entidades privadas com fins lucrativos.

⁸ Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Outras Instituições e Organizações Religiosas, Misericórdias, Uniões/Federações/Confederações, Organizações Não-Governamentais (ONG's), entre outras.

⁹ O total de entidades gestoras no Município não corresponde à soma das mesmas por freguesia, isto porque existem entidades gestoras que assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias, estando, neste caso, contabilizadas mais do que uma vez.

¹⁰ Por equipamentos sociais entendem-se os equipamentos sociais com valências.

¹¹ De referir que a Casa do Povo da Abrunheira possui mais um equipamento social onde, à data do levantamento de campo, não se encontrava qualquer valência a funcionar e que o ATL Montemor-o-Velho e o ATL Montemor-o-Velho/Rosa dos Ventos - Oficina do Saber funcionam no mesmo edifício, embora em espaços distintos.

¹² Por população-alvo entende-se um grupo genérico de pessoas com características globais idênticas (ex. Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade).

¹³ Por grupo-alvo entende-se um grupo com características específicas inserido numa população-alvo (ex. Crianças e Jovens, Crianças e Jovens com Deficiência, Pessoas Idosas e Pessoas Adultas com Deficiência).

¹⁴ O total de valências segundo a população-alvo e tipo de valência não corresponde ao total dos equipamentos sociais, isto porque existem equipamentos sociais que desenvolvem mais do que um tipo de valência para a mesma ou diferentes populações-alvo, estando, neste caso, contabilizados mais do que uma vez.

¹⁵ O Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas Adultas com Deficiência do CAO da APPACDM e os Estabelecimentos de Educação Pré-escolar da Abrunheira, Arazede, Bunhosa, Carapinheira, Montemor-o-Velho, Pereira, Seixo e Verrede desconhecem a data de início de funcionamento.

¹⁶ O conceito de acordo não se aplica às valências que integram Entidades Públicas sem Fins Lucrativos e Entidades Privadas com Fins Lucrativos.

¹⁷ A análise da caracterização geral não integra os dados da lista de espera da Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda, uma vez que a instituição não autorizou a cedência de dados.

¹⁸ A análise das freguesias de residência da população utente não integra os dados da Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda, uma vez que a instituição não autorizou a cedência de dados.

¹⁹ A análise das freguesias de residência da população utente não integra os dados da Creche, Jardim de Infância - O Ninho da Luz, Lda, uma vez que a instituição não autorizou a cedência de dados.

²⁰ Por dependência entende-se a pessoa que por razões ligadas à perda de autonomia física, psíquica ou intelectual tem necessidade de uma ajuda importante a fim de realizar necessidades específicas resultantes da realização das actividades da vida diária (Amaral e Vicente, 2000).

²¹ Neste momento o Serviço de Apoio Domiciliário da Cruz Vermelha Portuguesa, localizado na Freguesia de Pereira, aguarda a celebração de acordo com a Segurança Social, pelo que os 18 utentes actualmente não se encontram abrangidos por qualquer tipo de acordo.

²² Para além da valência de Centro de Convívio do Centro Social Paroquial de Santo Varão, o Centro Social e Paroquial da Carapinheira exerce também a actividade de Centro de Convívio.

²³ O Centro Social e Paroquial da Carapinheira possui um espaço de convívio para as pessoas idosas da sua freguesia e desenvolve e promove com e para os mesmos actividades de entretenimento de forma voluntária.

²⁴ Os utentes da extensão do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho, localizado na Freguesia de Gatões, encontram-se num processo de espera do acordo com a Segurança Social.

²⁵ Esta análise não integra 11 dos utentes do Lar de Idosos do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede e do Lar de Idosos do Centro Social e Paroquial de Meãs do Campo, uma vez que as instituições desconhecem os motivos.